

**LUÍS HENRIQUE DE OLIVEIRA**

**NAS MALHAS DA INCERTEZA: Comportamento e estratégias  
camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)**

**Juiz de Fora - 2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NAS MALHAS DA INCERTEZA: Comportamento e estratégias  
camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)**

**Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder  
Linha de Pesquisa: Poder, Mercado e trabalho.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida**

**Juiz de Fora - 2006**

**LUÍS HENRIQUE DE OLIVEIRA**

**NAS MALHAS DA INCERTEZA: Comportamento e estratégias  
camponesas em Guarapiranga (1750-1820)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira  
Universidade Federal de Juiz de Fora

À minha família, meus pais e irmãos,  
por tudo que sempre passamos juntos,  
inclusive como camponeses.

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho torna-se necessário agradecer algumas pessoas que acompanharam as etapas deste estudo e contribuíram para sua realização, o que não é uma tarefa fácil, pois corre-se o risco de cometer algumas injustiças.

A Deus, por ser uma força maior que sempre me ilumina e guia meu caminho, e por manter viva minha fé e esperança em sucessos futuros.

O meu mais profundo agradecimento fica registrado à professora Carla Maria Carvalho de Almeida. A competência de sua orientação foi fundamental para a concretização deste trabalho, como também sua compreensão quanto aos contratemplos ocorridos.

Agradeço também de forma especial aos professores Roberto Guedes Ferreira por aceitar o convite para participar da banca examinadora, a Mônica Ribeiro de Oliveira por ter acompanhado este trabalho com ricas discussões, e ao professor João Luis R. Fragoso pela participação na banca de qualificação. A contribuição destes proporcionaram um aprendizado ainda maior devido as valiosas sugestões e conselhos.

Aos professores do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelos conselhos, orientações e auxílio durante estes primeiros dois anos do programa, especialmente ao professor Alexandre Mansur Barata, por sua dedicação e compreensão durante o período em que foi coordenador deste programa.

À CAPES por me conceder uma bolsa de estudos pelo período de doze meses.

À Diretora da Escola Estadual Coronel José Ildefonso, Maria das Graças Rodrigues Vidigal e ao Diretor da Escola Estadual Francisco Sales Ferreira, Wilson Ferreira de Jesus, que muito contribuíram para que eu pudesse conciliar o trabalho com os horários da pós-graduação, quando do término de minha bolsa. Assim como o companheirismo e incentivo de todos meus colegas de trabalho, amigos que ficarão para sempre.

Aos funcionários dos arquivos da Casa Setecentista de Mariana, e do Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, pela atenção dispensada e pela fundamental colaboração no andamento da pesquisa.

Aos amigos de República em Mariana, pelo apoio e acolhida naquela cidade durante o período de coleta dos dados, meus companheiros de turma durante a pós-graduação pelas discussões acadêmicas e por compartilhar momentos de dificuldades e alegrias, e meus amigos de Piranga, pelo apoio e incentivo. A Aline pelo auxílio em momentos de dúvidas.

As pessoas mais especiais e importantes de minha vida, a minha família, a quem muito devo. A meus irmãos: Paulo, Flávio, Rosemary, José Geraldo e Sandra. E de maneira especial a meus pais por sempre estarem do meu lado em todos os momentos, principalmente naqueles mais difíceis, que não foram poucos, mas que foram superados com muita união.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a superação de mais esta etapa, que certamente não será a última, mas sim um passo rumo a objetivos maiores.

## **RESUMO**

O propósito principal deste trabalho é analisar a presença camponesa na freguesia de Guarapiranga, que se insere na Zona da Mata mineira, região propícia às atividades agropecuárias. Esta pesquisa encobrirá o período de 1750-1820, momento de rearticulação da economia mineira em função de uma importante mudança de eixo econômico. Porém, não perderemos por base a análise de outros segmentos sociais e das características locais, o que caracteriza este estudo, como um importante elemento para a compreensão da sociedade e da economia do período colonial. Também faz parte desta investigação, uma análise qualitativa deste universo camponês, em que buscaremos identificar suas características socioculturais e não somente econômicas. Procuramos também reconstituir a trajetória de algumas famílias camponesas, para que assim possamos compreender seu comportamento e as características de suas relações sociais.

## **ABSTRACT**

The main purpose of this work is to analyze the peasants presence in the clientele of Guarapiranga that inserts in the mineira's zone of the woods, favorable area to the agricultural activities. This research will embrace the period of 1750-1820, moment of rearticulation in the mineira economy in function of an important change of economical axis. However, we won't lose by base the analysis of other social segments and the local characteristics, what characterizes this study, as an important element for the comprehension of the society and of the economy of the colonial period. It's also part of this investigation, a qualitative analysis of this universe peasants, in that we will seek for to identify your sociocultural characteristics and not only economical. We also tried to reconstitute the trajectory of some families peasants, so that we can comprehend your behavior and the characteristics of your social relationships.

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Porcentagem de Escravos Índios no Total da Escravaria dos Inventários <i>post mortem</i> na Vila do Carmo: 1712-1719	26
<b>Tabela 2</b> – Escravos Índios na Vila do Carmo	27
<b>Tabela 3</b> – Instrumentos de trabalho e transformação em Guarapiranga por período	49
<b>Tabela 4</b> – Distribuição dos chefes de domicílio de Guarapiranga por Ocupação e posse de escravos – 1804	53
<b>Tabela 5</b> – Distribuição dos Chefes de Domicílio de São José do Xopotó por ocupação e posse de escravos – 1804	60
<b>Tabela 6</b> - Produção agrícola na Aplicação de São José do Xopotó – 1804	61
<b>Tabela: 7</b> - Distribuição dos Chefes de Domicílio de Manja-Légua por ocupação e posse de escravos – 1819.	62
<b>Tabela 8</b> - Rendimento trienal dos dízimos para a Comarca de Vila Rica – 1768	63
<b>Tabela 9</b> – Posse de escravos em Guarapiranga – 1750-1820	65
<b>Tabela 10</b> – Frequência dos tipos de dívidas em Guarapiranga – 1750-1820	68
<b>Tabela 11</b> - Evolução do monte-mor médio nas unidades produtivas de Guarapiranga 1750-1820.	72
<b>Tabela 12</b> - Evolução do Monte-mor médio nas unidades produtivas de Mariana. 1750-1820	73
<b>Tabela 13</b> - Composição da riqueza, em mil réis, nos inventários de Guarapiranga por período e por posse de escravos - 1750-1820.	81
<b>Tabela 14</b> – Participação dos escravos, imóveis e dívidas ativas na composição da riqueza em Guarapiranga.	89
<b>Tabela 15</b> – Percentual de inventários com presença de dívidas ativas na freguesia de Guarapiranga por períodos.	92
<b>Tabela 16</b> – Distribuição da riqueza e do plantel na Freguesia de Guarapiranga, por faixas de fortuna e período – 1750-1820.	96
<b>Tabela 17</b> - Distribuição da riqueza por faixa e por posse de escravos – 1750-1820.	97
<b>Tabela 18</b> – Distribuição da riqueza e do plantel na Freguesia de Guarapiranga, por faixas de fortuna e período – 1750-1820	102
<b>Tabela 19</b> - Monte-mor médio (em libras) por faixas de fortunas em Guarapiranga por subperíodos	105



<b>Tabela 20</b> - % de alguns ativos por faixa de fortunas e por períodos	106
<b>Tabela 21</b> - % de alguns ativos por posse de escravos e por períodos	108
<b>Tabela 22</b> – Percentual de inventariados sem escravos por período em Guarapiranga	109
<b>Tabela 23</b> – Média de escravos e percentual de inventariados sem escravos por faixa de fortuna – Guarapiranga	110
<b>Tabela 24</b> – Naturalidade dos inventariados por subperíodo em Guarapiranga	111
<b>Tabela 25</b> - Instrumentos de trabalho e de transformação dentro do grupo camponês	145
<b>Tabela 26</b> – Percentual de inventários com terra e escravos em Guarapiranga.	162
<b>Tabela 27</b> – Percentual de escravos por faixa etária no grupo camponês	165
<b>Tabela 28</b> – Distribuição dos escravos por sexo dentro das faixas camponesas	167
<b>Tabela 29</b> – Percentual de escravos crioulos e africanos nos plantéis camponeses	169
<b>Tabela 30</b> – Distribuição dos chefes de domicílios por estado civil	186

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Produção Pecuária em Guarapiranga 1750-1779	44
<b>Gráfico 2</b> - Produção Pecuária em Guarapiranga 1780-1820	45
<b>Gráfico 3</b> - Comparação da evolução do Monte-mor médio entre Mariana e Guarapiranga 1750-1820.	73
<b>Gráfico 4</b> - Concentração de dívidas entre os inventariados mais afortunados de Guarapiranga	92
<b>Gráfico 5</b> - Divisão percentual dos inventários e da riqueza por faixa de fortuna- Guarapiranga 1750-1820.	100
<b>Gráfico 6</b> - Distribuição das atividades produtivas dentro do grupo camponês	137
<b>Gráfico 7</b> - Produção Pecuária dentro do grupo camponês	141

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – Inventário de Antônio Soares Ferreira – 1716	28
--	----

**ABREVIATURAS**

ACSM	Arquivo da Casa Setecentista de Mariana
AEAM	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
ACMM	Arquivo da Câmara Municipal de Mariana
AN	Arquivo Nacional - Coleção Casa dos Contos – Ouro Preto
AHU/PR	Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – CD-ROM

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1. Guarapiranga: Características históricas, econômicas e produtivas de uma freguesia colonial, séc.: XVIII/XIX</b>	<b>9</b>
<b>1.1. Minas Gerais: um debate acerca de suas características produtivas</b>	<b>9</b>
<b>1.2. Guarapiranga: Traços históricos e características de sua ocupação</b>	<b>20</b>
<b>1.3. Características econômicas e produtivas de uma freguesia colonial</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO 2. A hierarquização social em Guarapiranga: rigidez, estabilidade e complexidade em uma freguesia colonial</b>	<b>75</b>
<b>2.1 – A estrutura econômica e produtiva analisada através das fortunas e posse de escravos.</b>	<b>80</b>
<b>2.2 – Distribuição da riqueza por faixas de fortuna e pela posse de escravos.</b>	<b>95</b>
<b>2.3 – Diversidade e complexidade econômico-social.</b>	<b>114</b>
<b>CAPÍTULO 3. O mundo camponês: características econômicas e socioculturais das unidades camponesas</b>	<b>116</b>
<b>3.1 – Camponeses: um debate teórico</b>	<b>117</b>
<b>3.2 - Características econômicas do universo camponês</b>	<b>135</b>
<b>3.3 – Características sócio-culturais do mundo camponês</b>	<b>148</b>
<b>3.3.1 - A posse da terra</b>	<b>152</b>
<b>3.3.2 – A posse de escravos</b>	<b>161</b>
<b>3.3.3 – Cultura material camponesa</b>	<b>176</b>
<b>CAPÍTULO 4. Trajetórias camponesas: Algumas reflexões acerca de redes sociais e sociabilidade camponesa</b>	<b>182</b>
<b>4.1 - Nas malhas da incerteza: estratégias camponesas e possibilidades de sociabilidade.</b>	<b>183</b>
<b>4.2 – Trajetórias familiares: mesma família, diferentes destinos.</b>	<b>196</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>217</b>
<b>ANEXO - Composição da riqueza, em mil réis, nos inventários de Guarapiranga por período e por posse de escravos - 1750-1820.</b>	<b>222</b>
<b>FONTES</b>	<b>224</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>226</b>

## INTRODUÇÃO

O ponto fulcral em que se assenta esta pesquisa é o campesinato, um dos temas mais polêmicos da historiografia brasileira, e que buscaremos detectar, definir e analisar seu comportamento no interior de Guarapiranga, uma freguesia colonial mineira, porém sem abandonar uma análise mais estrutural e abrangente desta região, abarcando os demais grupos sociais.

Este é, portanto, um conceito carregado de estereótipos e pontos que proporcionam diversas discussões. Segundo Ciro Flamarion<sup>1</sup>, é possivelmente um das noções mais escorregadias que existem, e como alerta Ricardo Abramovay<sup>2</sup>, ao se utilizar a expressão "camponês", ao invés de aparecer uma unanimidade entre os pesquisadores, o que surge são diversos tipos de abordagem. Desta maneira, visando esclarecer e definir o conceito de camponês, realizaremos no decorrer do trabalho, um debate mais amplo e completo possível em torno dos autores que trabalham e adotam este conceito, destacando os diversos pontos de divergências entre eles.

Esta pesquisa teve início ainda durante a graduação, onde realizamos um trabalho acerca do comportamento camponês em Guarapiranga, porém, de caráter superficial e com as deficiências que o momento permitia.<sup>3</sup> Na oportunidade procuramos demonstrar em Guarapiranga a presença de uma economia camponesa, e em seguida, buscamos caracterizar a postura destes camponeses na região e no período delimitado, de 1780 a 1820. Num primeiro momento realizamos uma contextualização da região, destacando suas principais atividades econômicas e produtivas, além de trabalhar seu potencial escravista. Em seguida buscamos demonstrar a existência de um certo dinamismo econômico, pois, apesar da região ser marcada pela presença camponesa, mas não somente por este grupo social, encontramos uma economia que possuía consideráveis indicadores de crescimento mercantil. Ao encerrar o trabalho, procuramos analisar a persistência nesta freguesia de certos traços econômicos e socioculturais. Ao analisarmos a composição da riqueza em Guarapiranga, percebemos o predomínio de investimentos principalmente em escravos, imóveis e também dívidas ativas, além de características tradicionais, como por exemplo, os produtos cultivados, os rebanhos, assim como as técnicas e instrumentos utilizados. No entanto, apesar deste forte apego às

---

<sup>1</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *S. Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.51.

<sup>2</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. Duas Visões do Campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*. n.2, v.20, 1990, p.306.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Luís Henrique de. *O Comportamento camponês: características econômico-sociais do campesinato*. Guarapiranga – 1780-1820. Ouro Preto: ICHS/UFOP, 2004. Monografia de Bacharelado.

formas tradicionais de reprodução da sociedade, encontramos na documentação, informações que indicavam a existência de atividades econômicas tanto de auto-abastecimento quanto voltadas para o mercado.

Portanto, ao realizarmos aquele trabalho ainda de maneira superficial vimos a necessidade e a possibilidade de um estudo mais aprofundado acerca deste tema, pois, trata-se de um segmento intermediário da sociedade colonial, “homens pobres livres”, muitas vezes ignorado pela historiografia. Como afirma Carlos Bacellar<sup>4</sup>, vários autores procuram demonstrar um modelo único de sistema escravista, o dos grandes plantéis, voltados para a exportação, refletindo assim, o privilégio que estes possuíam na sociedade colonial. Stuart Schuartz, também alerta para o desinteresse na análise dos demais grupos sociais e a predominância de estudos sobre o caráter exportador da economia brasileira e dos grupos sociais a ela vinculados, no caso senhores e escravos. Schuartz chama a atenção para a existência e expansão durante o período colonial, de uma população rural constituída de vários segmentos sociais, que conviviam com esta economia exportadora, e desempenhavam importante papel no fornecimento de alimentos<sup>5</sup>. Assim, buscamos trabalhar no sentido de contribuir para suprir esta lacuna existente na historiografia sobre o período colonial, estudando as características de uma economia campesina, numa região específica, Guarapiranga. Procuraremos indicar as especificidades, que merecem atenção, para que possamos compreender a conduta dos grupos sociais envolvidos na economia familiar agrícola - em parte de subsistência e, em parte, vinculada aos circuitos mercantis - procurando, assim, revelar a complexidade da sociedade colonial. Porém, como mencionamos, realizaremos num primeiro momento uma análise estrutural desta freguesia, para que assim possamos entender o universo em que se localizavam tanto os camponeses, como os demais grupos sociais.

Para a realização deste trabalho, definimos como recorte temporal o período entre 1750-1820, que engloba dois momentos distintos e fundamentais para se compreender a economia mineira, e que como fala Carla Almeida, representa *uma fase da economia mineira normalmente considerada como de “decadência” e “estagnação” e que vinha, até há algumas décadas atrás, sendo incapaz de chamar a atenção dos pesquisadores que preferiam*

---

<sup>4</sup> BACELLAR, Carlo Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. e *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

<sup>5</sup> SCHUARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.



*se dedicar ao período de auge minerador ou à fase cafeeira da história de Minas.*<sup>6</sup> Ao realizar seu estudo sobre a economia mineira durante o período colonial, Carla Almeida nos mostra que caberia para esta província a seguinte periodização: um primeiro subperíodo de auge da mineração (ou reflexo do auge) que vai de 1750 a 1770, um segundo em que a economia entraria num processo de "acomodação evolutiva", 1780 a 1820, e um último subperíodo que representaria uma recuperação econômica, 1830 a 1850.

Nosso recorte temporal (1750-1820) presenciou, portanto, importantes alterações nas características produtivas de Minas Gerais, pois no primeiro momento, auge minerador, a economia girava em torno desta atividade, enquanto o segundo, era marcada pelo predomínio das atividades agropecuárias. O marco divisor entre esses dois momentos, foi a mudança de eixo econômico, quando a economia mineira, principalmente a partir de 1780, deixou de ter a mineração como atividade principal, e as atividades agropecuárias passaram a ser o seu eixo central.

Segundo estudiosos do momento e do período em questão, esta mudança de eixo econômico somente foi possível em função do desenvolvimento das atividades agropecuárias paralelas à produção aurífera. Mesmo durante o auge da mineração, havia a presença relevante de um setor voltado para a subsistência. Como mostram, Fragoso e Carrara,<sup>7</sup> a queda da mineração proporcionou um deslocamento da população mineira para as regiões propícias às atividades agropecuárias, entre elas Piranga. De acordo com Fragoso, o mercado interno ia sendo suprido por camponeses e escravos. Assim, a decadência da mineração não representou um retraimento dos complexos agropecuários mercantis de abastecimento.

A freguesia de Guarapiranga é o espaço escolhido para este estudo. Pertencente ao Termo de Mariana<sup>8</sup> e fazendo fronteira com esta cidade, localiza-se na Zona da Mata Mineira<sup>9</sup>, região propícia às atividades agropastoris, e, portanto, favorável à presença camponesa. Nesta freguesia a mineração apresentou um ligeiro surto de dinamismo, principalmente no início de sua ocupação, predominando, mesmo durante esta e

<sup>6</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: Produção e Hierarquização Social em Minas Colonial: 1750-1822*. Niterói: ICHF-UFF, 2001. (Tese de Doutorado) p. 6.

<sup>7</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998, p.123 e CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* 2000, p.47.

<sup>8</sup> O distrito de Mariana fazia parte da comarca de Ouro Preto e se constituía num importante centro religioso, educacional, administrativo e comercial de todo o restante de seu termo. Dos quatro termos (São João Del Rey, Mariana, Ouro Preto e São José), era o que tinha maior território, sendo parte dele localizado na região conhecida como Metalúrgica Mantiqueira e outra parte na Zona da Mata. Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: Produção e Hierarquização Social em Minas Colonial:1750-1822*. Niterói: ICHF-UFF, 2001. (Tese de Doutorado).

<sup>9</sup> Sobre Zona da Mata ver: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998. CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: Diversidade econômica e contínuismo. (1839-1909)*. Niterói: ICHF-UFF, 1993.

principalmente após sua crise, as atividades agropecuárias. A Zona da Mata, e dentro desta Guarapiranga, representava uma área de terras livres e abundantes, disponíveis a quem se dispusesse a ocupá-las, e segundo Ângelo Carrara, *enquanto a população dos distritos mineradores declinou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências), as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado*<sup>10</sup>. A relevância desta freguesia dentro do cenário econômico e social pode ser inicialmente indicada pelo fato de que dos 179 nomes dos homens mais ricos listados para o Termo de Mariana em 1756, vinte e sete eram de Guarapiranga<sup>11</sup>, o que demonstra a importância e a necessidade de se estudar esta freguesia, para que assim possamos compreender mais a fundo e detalhadamente a economia colonial e mineira.

Entendemos que a delimitação espacial que propomos, a freguesia de Guarapiranga, tem como justificativa metodológica a necessidade de proliferação de estudos mais regionalizados para que possamos ter uma visão mais complexa do funcionamento da sociedade colonial. A historiografia tendeu durante muito tempo a se prender a análises mais globais sobre Minas Gerais, estudando a capitania de forma mais geral perdendo assim as peculiaridades que marcavam cada diferente região das Minas e suas formas de integração. Desta maneira, este trabalho se justifica primeiramente pela necessidade de se realizar estudos mais pontuais dentro de Minas, para que assim possamos melhor conhecer a complexidade que marcava e compunha este grande e rico mosaico que foi a capitania, pois, do contrário, correremos o risco de realizar estudos que procuram transmitir um caráter homegeinizador, não levando em conta as especificidades de cada região.

Outro fator que justifica a escolha de uma freguesia está na metodologia de trabalho que da qual pretendemos nos aproximar, a micro-história. Não pretendemos considerá-la uma história regional, mas em função do grande volume documental que esta metodologia exige, é necessário e prudente, que se trabalhe com recortes espaciais menores, para que assim possamos realmente mergulhar dentro da sociedade em questão como fizeram Giovanni Levi e Carlos Ginzburg.<sup>12</sup> Obviamente não temos a pretensão de alcançar o mesmo êxito e resultado que estes grandes autores, mas tão somente nos guiar por suas indicações. Vários obstáculos como a organização arquivística e o grupo social que privilegiamos acarretaram

<sup>10</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* p.47

<sup>11</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: Produção e Hierarquização Social em Minas Colonial: 1750-1822*. Niterói. ICHF-UFF, 2001. (Tese de Doutorado).

<sup>12</sup> LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 e GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

sérias dificuldades ao longo do trabalho, mas não a impossibilidade de sua realização. Entendemos que os resultados que apresentamos nos permitem algumas interessantes reflexões que futuramente poderão ser aprofundadas.

Assim como procurou fazer Carla Almeida, nossa intenção foi conjugar os métodos mais tradicionais da história econômica e social, através de fontes de tratamento serial e massivo, com o trabalho mais qualitativo da documentação, característica da micro-história. Na primeira parte do trabalho, ou mais exatamente nos dois primeiros capítulos, privilegiamos os inventários *post mortem*, que nos possibilitaram uma visão da dinâmica da sociedade, propiciando uma análise abrangente desta. É uma documentação muito rica e que nos informa sobre as características e condições de vida do inventariado, como por exemplo: as dívidas, os bens móveis, imóveis, produção agropecuária, instrumentos de trabalho, escravos, entre outros bens, e em alguns casos são descritas interessantes situações vividas por estes indivíduos. Assim, através desta fonte, podemos perceber o desenrolar desta sociedade, suas alterações e permanências. Selecionamos para compor nossa amostragem documental dentro do período (1750-1820), todos os inventários existentes no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana para a freguesia de Guarapiranga em intervalos de cinco em cinco anos.

Através desta documentação buscaremos realizar uma contextualização da freguesia compreendendo as características e vocações produtivas da região e a importância econômica das diversas atividades dentro da freguesia. Identificamos o predomínio das atividades agropecuárias, mesmo durante o auge da mineração, além de detectar a presença desta, ainda no início do século XIX. Depois desta análise mais geral das unidades produtivas, procuramos entender as características da produção agrícola e pecuária, os instrumentos de trabalho utilizados e o potencial escravista da região. Ou seja, buscamos compreender as características gerais que marcavam estas unidades. Através dos inventários procuramos também identificar a importância de cada ativo (terras, escravos, dívidas ativas, rebanhos, colheitas), na composição da riqueza, tanto por faixa de fortunas como por posse de escravos, além de trabalhar a hierarquização social daí advinda.

Outra importante documentação utilizada foram as listas nominativas e mapas de população que tivemos a possibilidade de encontrar para a freguesia de Guarapiranga. Trabalhamos com as listas dos distritos de Manja-Léguas e São José do Xopotó, além de uma lista para Guarapiranga, em que consta o estabelecimento a que cada chefe de domicílio se dedicava e o número de escravos por grupo de chefe. Esta documentação nos permitiu uma visualização mais estrutural da sociedade, pois, os inventários *post mortem* refletem a realidade daqueles indivíduos que conseguiram durante a vida, acumular pecúlio e assim

possuir bens que necessitassem da abertura de tal documento, ou seja, uma parcela mais aquinhoadada da população. Já as listas, englobam a população como um todo, trazendo as características tanto de indivíduos de posições privilegiadas como também daqueles miseráveis que sobreviviam de esmolas. Tais listas indicam o estabelecimento a que se dedicavam, o número de filhos, escravos e agregados. As mais completas indicam também a produção agrícola e pecuária. Outra documentação que nos serviu de suporte para a compreensão dos traços históricos e da ocupação da freguesia de Guarapiranga foi a Coleção do Conselho Histórico Ultramarino. Através das correspondências enviadas pelos moradores desta freguesia ao Conselho, tivemos oportunidade de trabalhar com relatos dos próprios habitantes acerca das características da região.

A partir dos inventariados trabalhados, selecionamos alguns casos para os quais dispúnhamos de uma documentação mais expressiva e procuramos acompanhar suas trajetórias familiares. Assim na segunda parte do trabalho, utilizamos uma maior diversidade de documentos. Além dos inventários, nos debruçamos sobre os testamentos, processos matrimoniais, justificações, ações cíveis, cartas de doações de sesmarias, enfim, vestígios documentais que nos possibilitaram acompanhar a trajetória e entender as relações sociais em que estes indivíduos estavam envolvidos.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, como já chegamos a mencionar, procuramos realizar uma ampla e completa contextualização da região, tentando realizar um levantamento historiográfico sobre as características econômicas e produtivas de Minas Gerais, para que assim pudéssemos compreender o universo em que nossa freguesia se inseria. Depois de realizado este exercício, buscamos apresentar nossa freguesia, recuperando os traços históricos de sua ocupação, sua produção agropecuária, seu potencial escravista e os dados sobre sua dinâmica econômica. Desta maneira procuramos compreender todo o contexto em que os vários segmentos sociais estavam inseridos, e dentro deste, os camponeses, com os quais trabalharemos mais detalhadamente.

Já no segundo capítulo o objetivo foi reconstituir as características sociais da região, desvendando assim a hierarquização social presente em Guarapiranga, demonstrando as disparidades de condições que uma sociedade de Antigo Regime pode apresentar. Analisamos a estrutura econômica e produtiva através das fortunas e da posse de escravos, ao definirmos o peso das atividades e bens econômicos na composição da riqueza, ou seja, qual era a participação de cada ativo na economia local. Em seguida buscamos analisar a distribuição da riqueza por faixas de fortuna e posse de escravos, identificando em que faixas e plantéis se concentravam a maior parte da riqueza. Através destes exercícios percebemos o predomínio

dos escravos, imóveis e dívidas ativas na composição da riqueza e na definição da hierarquização social. Percebemos também a concentração da riqueza nas mãos de um pequeno número de proprietários que possuíam as maiores fortunas.

O terceiro capítulo privilegia especificamente a análise do grupo camponês, selecionado dentro de todos os inventariados trabalhados para a freguesia de Guarapiranga. Inicialmente realizamos um debate teórico mais aprofundado acerca deste conceito, procurando definir de forma mais clara como o entendemos e identificando aqueles que nesta freguesia se encaixariam neste grupo. Em seguida identificamos todas as características econômicas do universo camponês, como as principais atividades produtivas a que se dedicavam, as suas vocações agropecuárias, os instrumentos de trabalho que utilizavam. Percebemos que era característica desse grupo uma produção voltada para a subsistência, mas que, em determinados momentos, poderia se vincular ao mercado devido à possibilidade de produção de um excedente. Nosso próximo passo foi analisar os traços de sociabilidade deste campesinato e, aliada à análise das características econômicas, procedemos a uma investigação acerca dos traços socioculturais deste segmento. Buscamos realizar mais a fundo uma análise qualitativa dos bens que possuíam como escravos, terras, moradia, mobiliário, vestimentas, procurando demonstrar a influência e importância de suas peculiaridades econômicas sobre sua condição social e identificando conseqüentemente o aparato de sua cultura material, ao procurarmos entender os costumes referentes à vida privada destes camponeses, que pretendemos invadir.

Para a realização do quarto capítulo, selecionamos dentre os inventariados identificados como de camponeses alguns casos mais interessantes e com os quais tivemos acesso a uma maior variedade de documentos. Devemos ressaltar que, em função de alguns obstáculos, tanto acadêmicos, como arquivísticos, como, por exemplo, a paralisação dos servidores do IPHAN e a impossibilidade de pesquisa, este é um exercício que futuramente será mais aprofundado. No entanto, foi possível apresentar algumas reflexões, acerca das possibilidades de sociabilidade camponesa, ou seja: se participavam de algum tipo de irmandade, as relações que estabeleciam, como por exemplo, através das dívidas e com quem estabeleciam, além de identificar a naturalidade destes camponeses e se isto lhes proporcionava algum benefício ou facilidade. Antes, no entanto, fizemos uma discussão acerca do conceito de redes sociais e também uma discussão acerca da micro-história e como esta poderia nos auxiliar nesta investigação. Tendo com inspiração a metodologia proposta por Carlos Ginzburg buscamos através dos nomes, reconstruir a trajetória de algumas famílias camponesas identificando, quando a documentação nos permitiu, o grau de sucesso ou

fracasso destes camponeses em relação a seus pais e irmãos, e as relações extrafamiliares que buscavam estabelecer, ou seja, buscamos encontrar os vestígios que estes camponeses selecionados deixaram, identificando se com o avançar do tempo, a tendência era uma mudança positiva ou não das condições de vida de seus descendentes.

Portanto, este trabalho conjuga uma tentativa de inovação na forma de abordar um assunto já clássico, mas que representa um dos temas mais polêmicos da historiografia brasileira, o campesinato. Embora com todas as suas limitações, pretendemos com este estudo, contribuir com a historiografia sobre o período com a intenção de enriquecer a discussão acerca do campesinato e destacar a importância destes grupos intermediários na sociedade colonial, que contribuíam para sua formação, dinamismo econômico, e que viveram situações carregadas de detalhes interessantes e surpreendentes. Como salienta Giovanni Levi, o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica se baseia na crença de que a análise microscópica revelará fatores previamente não observados. Devemos, portanto, estudar o social, não como um objeto dotado de propriedades, mas como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação, *a micro-história tem demonstrado a fabilidade e a incoerência dos contextos sociais, como convencionalmente definidos*.<sup>13</sup> Ela procura ir além da interpretação, para tentar formular explicações históricas. Assim, fica a humilde tentativa de se realizar um trabalho que possa compreender de maneira mais específica e dinâmica o funcionamento deste rico mosaico que constitui a sociedade colonial.

---

<sup>13</sup> *Idem.* p.157

## CAPÍTULO 1

### **Guarapiranga: Características históricas, econômicas e produtivas de uma freguesia colonial séculos: XVIII/XIX.**

A freguesia de Guarapiranga, que pertencia ao Termo de Mariana, localizava-se ao sul desta cidade, fazendo fronteira com a mesma. Apesar de pouco estudada, esta freguesia possuía características muito peculiares, que merecem atenção para que possamos compreender melhor uma parcela importantíssima da economia mineira e até mesmo colonial.

Neste primeiro capítulo, nosso objetivo é apresentar a freguesia de Guarapiranga. No entanto, antes de procedermos especificamente a esta análise, buscaremos identificar as características de um universo ainda mais amplo, qual seja, da Capitania de Minas Gerais, realizando um breve levantamento historiográfico sobre a mesma no século XVIII e início do XIX, para que possamos entender melhor o contexto em que se inseria a dita freguesia.

Realizada esta sucinta análise historiográfica, faremos a contextualização da freguesia de Guarapiranga, levantando as principais características sobre a ocupação da região, o seu potencial escravista, sua produção agropecuária, e os dados sobre sua dinâmica econômica.

Enfim, reconstituiremos e apresentaremos de maneira mais completa possível, esta freguesia, para que possamos compreender todo o contexto em que os vários segmentos sociais estavam inseridos, e dentro do qual se encontravam os camponeses, ponto que será melhor trabalhado posteriormente.

#### **1.1 - Minas Gerais: um debate acerca de suas características produtivas**

A compreensão da lógica de funcionamento do sistema colonial brasileiro alimentou importantes debates, principalmente a partir dos anos 70. Ainda hoje identificamos correntes de interpretação sobre os ritmos da economia colonial brasileira, divididas entre as visões clássicas ou “externalistas”, e as perspectivas revisionistas ou “internalistas”. Preferimos entendê-las, não como oponentes ou antagônicas, mas como um conjunto de hipóteses, pois, apesar das falhas identificadas, cada trabalho possui algo a acrescentar na elaboração das explicações acerca da economia Colonial/Imperial brasileira.

A visão clássica é defendida por autores como Roberto Simonsen, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Fernando Novais, entre outros. Tais autores entendem a economia colonial como

majoritariamente agro-exportadora, predominando a *plantation* com grandes plantéis escravistas e atividade monocultora. Ao mesmo tempo, negam ou diminuem a importância do mercado interno para o dinamismo econômico da colônia, considerando-o, de dimensões restritas e inferiores às atividades voltadas para o auto-consumo. Estes historiadores viam a sociedade dividida basicamente entre senhores e escravos, ficando os demais excluídos do que se convencionou chamar de sistema colonial.

As críticas a estas formulações “externalistas”, iniciaram-se com Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, ganhando força mais recentemente, entre outros, com João Luis Fragoso, Manolo Florentino e também Sheila de Castro Faria. Segundo estes autores, a produção e comercialização de gêneros para o abastecimento das regiões agro-exportadoras, geraram um vigoroso e dinâmico mercado interno possibilitando acumulações endógenas no espaço colonial. Mesmo nos momentos de baixa da economia de exportação, o mercado interno se mantinha forte. Isto configuraria a formação de circuitos mercantis inter e intra-regionais de produtos para o abastecimento, tendo como principais regiões: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e a Região Sul. Acreditamos que este modelo econômico existiu em algumas regiões de Minas, e nosso trabalho busca mostrar até que ponto a região, aqui estudada, apresenta estas características.

Consideramos necessária esta sucinta explicação sobre os modos de compreensão da economia brasileira, pelo fato de trabalharmos com uma região e um período em que ocorre uma mudança fundamental no eixo econômico, ou seja, da mineração para a agropecuária. O início do século XIX representa, para Minas Gerais, um momento de importantes alterações em sua trajetória histórica. Foi um período de consolidação de um reordenamento econômico-social que já vinha se processando desde o último quartel do século anterior, ocorrido pelo fato de a mineração ter perdido, para a agropecuária, sua condição de principal atividade econômica.

No entanto, para melhor compreendermos a organização econômico-social de Minas Gerais, é fundamental entendermos a relação entre agropecuária/mineração dentro da historiografia sobre esta capitania, principalmente nos séculos XVIII e XIX, que suscitou importantes debates. Segundo Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis<sup>14</sup>, a historiografia sobre Minas Gerais do “ciclo do ouro”, nega a existência ou importância das atividades agropastoris. Segundo os próprios autores, é necessário resgatar a importância da agricultura entendendo sua relevante parcela de contribuição na ocupação e no desenvolvimento da

---

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno. & REIS, Liana Maria. *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. In: Revista do Departamento de História FAFICH/UFMG. 1986, n°2. p.7-36.



economia mineira. Guimarães e Reis procuram realizar uma revisão bibliográfica acerca da agricultura em Minas, destacando sua interrelação com a atividade mineradora. Estes autores demonstram através da documentação trabalhada, cartas de sesmarias e inventários *post mortem*, a associação em diversas unidades produtivas de ambas as atividades, que Francisco Eduardo Andrade denomina propriedades mistas<sup>15</sup>.

Para Guimarães e Reis, os dados que encontram em sua análise apontam para uma agricultura dinâmica, que alcançou um patamar bastante desenvolvido chegando até mesmo a disputar escravos com a mineração não somente no momento de crise desta, mas também no seu período de auge. Para eles nem mesmo o preço dos escravos chegou a ser um empecilho à sua utilização na agricultura. Estes autores acreditam serem inconsistentes as teses que:

*(...) negam a existência ou a importância da agricultura nas Minas, e também aquelas que admitem o incremento da agricultura e o seu caráter mercantil somente a partir da decadência da mineração. Na realidade, a agricultura foi a solução para a implantação e crescimento da empresa e da sociedade mineradoras, bem como foi a solução para a crise da mineração.*<sup>16</sup>

Ao realizar este trabalho de revisão bibliográfica, estes autores acabam encontrando análises bastante extremadas, ou seja, que delegam importância excessiva a determinada atividade, ignorando ou relegando a outra a segundo plano:

*Com relação ao problema da agricultura em Minas Gerais do século XVIII, particularmente na fase de ascensão da produção mineral, a bibliografia apresenta teses que vão de um extremo, constituído por autores que chegam a negar a existência de atividades agrícolas, a outro extremo, constituído por aqueles que não só reconhecem a existência e a importância de tais atividades, como chegam a levantar questões a respeito.*<sup>17</sup>

Muitos autores admitem a existência da agricultura somente após a crise da mineração, uma vez que para eles, poucos se preocupavam em plantar, pois, vieram para Minas sequiosos pelo ouro, e planejavam logo que enriquecessem, retornar para suas terras de origem. Além do mais tudo de que necessitavam vinha de fora, suas necessidades de subsistência eram satisfeitas pelas importações de alimentos<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. Espaço econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVII e XIX. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998

<sup>16</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. *Op. Cit.* p. 24-25

<sup>17</sup> *Idem.* P.8-9

<sup>18</sup> Sobre estas questões, como indicam GUIMARÃES & REIAS, ver entre outros: PELUSO, 1965; IGLÉSIAS, 1972; LATIF, 1978; LIMA, JR., 1965; OLIVEIRA, 1972; CANO, 1977;

Nesta perspectiva, muitos obstáculos seriam impostos à agricultura, e para Sérgio Buarque, havia a crença generalizada de que os lugares que dão ouro, não produziram outra coisa<sup>19</sup>. Ao analisar o aparecimento de núcleos produtores nas Minas, Mafalda Zemella<sup>20</sup> aponta três importantes fatores que dificultavam seu desenvolvimento: um primeiro de ordem psicológica, pois, o ouro atraía todas as atenções e exercia fascínio sobre as pessoas, despertando seus desejos ambiciosos. Outro obstáculo seria de ordem jurídica, pois no intuito de manter a Capitania de Minas Gerais economicamente dependente, a Metrópole proibia a instalação de manufaturas e mesmo de algumas atividades agrícolas, como a cana-de-açúcar. Finalmente, outra barreira dizia respeito a fatores geológicos em função da pobreza do solo na região das lavras.

Entretanto, Guimarães e Reis procuram demonstrar que mesmo com os obstáculos que eram impostos às atividades agropecuárias, estas conseguiam alcançar um relevante desenvolvimento. Segundo estes autores, a necessidade de importação de alimentos, em função da pobreza agrícola do solo, como fala Caio Prado Jr. entre outros, não representaria um impedimento para o desenvolvimento da agricultura, uma vez que nem todo território de Minas era impróprio às atividades agropecuárias. Até mesmo nas áreas mineradoras, poderia haver a existência de terras agricultáveis, devido à falta de homogeneidade do solo mineiro, além do que a contigüidade de terras agricultáveis e minerais se expressava na condição que a Coroa impunha ao sesmeiro, no momento de concessão da sesmaria. Do ponto de vista jurídico, é inegável em determinados momentos a proibição da Coroa com relação a algumas práticas agrícolas como a cana-de-açúcar e o engenho, o que não significa que estas leis tenham sido rigorosamente seguidas e obedecidas. Em outros momentos, diante da possibilidade de fracassar com a empresa mineratória, a mesma autoridade régia se via obrigada a incentivar novamente através das cartas de sesmarias a criação de animais e cultivo de roças, visando se resguardar de possíveis crises de abastecimento que afligissem a capitania.

Assim, determinados autores reconhecem a existência da agricultura em Minas Gerais, e procuram refletir acerca da questão. Apesar de uma postura contraditória Antonil, que nega em alguns momentos a existência da agricultura nas Minas, *sendo a terra que dá ouro esterelíssima*<sup>21</sup>, mostra a presença de roças nas Minas, e também nos caminhos que para elas

---

<sup>19</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metais e Pedras Preciosas*. In: História Geral da Civilização Brasileira: A época Colonial. São Paulo, Difel, 1997, Tomo I, volume II, p. 281-182

<sup>20</sup> ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Usp; 1951. (Tese de Doutorado)

<sup>21</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1982, p.181-186.

se dirigem<sup>22</sup>. Este aspecto também é abordado por Caio Prado Jr.<sup>23</sup> e Mafalda Zemella<sup>24</sup>, que confirmam a posição de Antonil, no que se refere ao desenvolvimento da agricultura ao longo dos caminhos que levavam a Minas.

Na primeira metade do século XVIII, momento inicial de ocupação da Capitania de Minas Gerais, o predomínio de pessoas que se dedicavam à mineração era comprovadamente muito significativo. Ao tratar deste momento, Zemella, afirma que:

*A inexorável realidade obrigou que se estabelecesse entre os habitantes das minas uma natural divisão de funções: enquanto a maioria lavrava os ribeiros, alguns se dedicavam ao artesanato, outros ao comércio, à abertura de roças, etc. Por vezes, a mesma pessoa exercia duas ou mais atividades. E não eram apenas os mineradores que enriqueciam. A fortuna bafejava os de maior iniciativa e capacidade, não influenciando para o enriquecimento a natureza do trabalho.*<sup>25</sup>

Quando o período em análise refere-se à segunda metade deste século, a proporção se inverte. Desta maneira, Sergio Buarque afirma que:

*(...) em meados do século o negócio dos metais e das gemas preciosas ocuparia senão o terço, ou bem menos da população, segundo cálculos mais generosos, cuja fidelidade, todavia, não é dado averiguar com certeza (...)*<sup>26</sup>

Segundo este autor, o restante da população se dedicava a atividades diversas, que, embora suscitadas e sustentadas pela:

*(...) riqueza aurífera, a verdade é que o comércio, assim como a lavoura e outras atividades de produção gozariam, comparadas à extração e benefício de metais, de uma liberdade de ação, de uma capacidade de iniciativa e expressão própria, que as destacam vivamente no labor das minas.*<sup>27</sup>

Portanto, ao confrontarmos as passagens desses autores, podemos confirmar a presença e contribuição da agricultura para a economia mineira, durante todo o século XVIII. Segundo Ângelo Carrara<sup>28</sup>, o funcionamento da economia de Minas Gerais não estava estreitamente vinculado à atividade mineradora, como a historiografia procurou apresentar, e

<sup>22</sup> *Idem.* p.172

<sup>23</sup> PRADO JR., Caio. Formação de Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.162

<sup>24</sup> ZEMELLA, Mafalda P. *Op. Cit.* P.144

<sup>25</sup> *Idem.* p.233

<sup>26</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Op. Cit.* p. 289

<sup>27</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Op. Cit.* p. 294

<sup>28</sup> CARRARA, Ângelo Alves. A Capitania de Minas Gerais, (1674 -1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Econômica & História de Empresas III.* 2. 2000. p.47

o autor nos chama atenção para a significativa participação da agricultura na economia mineira. Para Francisco Eduardo Andrade<sup>29</sup>, novos estudos procuraram destacar o vigor econômico das atividades agropecuárias que teriam se desenvolvido em consonância com o auge da mineração do ouro. De acordo com o autor:

*Na realidade, não seria correto pensarmos em uma articulação/desarticulação entre a mineração e agricultura, nas Gerais, como um processo linear que começa com a interdependência econômica entre ambas no século XVIII (no que concordam a maioria dos historiadores) e termina com a agonia mineratória e a estrita vida agropastoril dos habitantes no século XIX. Não somos adeptos deste esquematismo. Robert Slenes, relativizando a tão enfatizada decadência da mineração, já chamou a atenção para o fato de que a produção aurífera e de pedras preciosas do Oitocentos devia ser maior do que se imagina. Além disso, cumpre lembrar, de acordo com as evidências reunidas por Libby, que se extraía minério de ferro das imensas reservas minerais das Gerais desde meados do século XVIII, intensificando no século seguinte. Portanto, estaríamos mais próximos da verdade se considerarmos que o declínio da mineração não foi tão acentuado ou generalizado quanto se pensa.<sup>30</sup>*

A partir da documentação, também podemos comprovar que durante todo o período em enfoque (século XVIII e XIX), a associação entre mineração e agropecuária era bastante presente e significativa. Para mostrar a estreita ligação destas atividades entre 1700 e 1750, Clotilde Paiva<sup>31</sup>, utilizou-se das informações obtidas por Guimarães e Reis, que são as cartas de sesmarias concedidas neste período, onde se encontram descrições que atestam que o sesmeiro *tinha roças e lavras, minerava e plantava cana com bastante negros, possuía escravos minerando e plantando mantimentos*<sup>32</sup>. Da mesma forma para a segunda metade do século XVIII, detectamos a partir dos inventários utilizados para a realização deste trabalho, a permanência da interação entre agricultura e mineração, pois os inventariados são citados como proprietários de *um sítio de roças com águas de minerar*<sup>33</sup>, *uma fazenda com suas terras minerais com casas de vivenda, paiol e monjolo com seus ranchos de recolher fumo com seus bananais e árvores de espinhos*<sup>34</sup>. Recorrendo aos inventários *post mortem* do início do XIX, encontramos na documentação as seguintes descrições: *uma roça e 40 datas de*

<sup>29</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *Roceiros e fazendeiros: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XIX*. In: LPH Revista de História, Mariana, n°7, 1997, p.108-118.

<sup>30</sup> *Idem*. p. 109

<sup>31</sup> PAIVA, Clotilde A. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. USP, São Paulo, 1996, p.32 (Tese de Doutorado)

<sup>32</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno. & REIS, Liana Maria. *Op. Cit.*

<sup>33</sup> ACSM – Cód. 45 - Auto 1016 – 2º Ofício

<sup>34</sup> ACSM – Cód.66 – Auto 1457 – 2º Ofício

*terras minerais*<sup>35</sup>, *uma porção de terras minerais e mais dois sítios*<sup>36</sup>, *duas sesmarias, com 1/4 de terras de planta, com matas virgens, capoeiras com terras e águas minerais*<sup>37</sup>.

Portanto, como afirmam Andrade e Carrara, e comprova a documentação, da mesma forma que as atividades agropastoris estiveram presentes no momento de auge da exploração aurífera, esta também marcou presença no período de predomínio das atividades agropecuárias.

Desta maneira, a economia mineira do século XVIII, apresentava uma complexidade econômica muito mais rica do que se procurava estabelecer na historiografia tradicional. Relações de interação entre as atividades produtivas existiram em seu interior, o que permitiu que esta Capitania chegasse ao final deste século e início do XIX, com um respeitável potencial escravista, que passou a ser utilizado na agropecuária, negando ou mesmo relativizando uma crise total da economia mineira e um despovoamento das regiões das minas. Sheila de Castro Faria chama a atenção para um vigoroso setor de abastecimento interno durante o século XVIII, que não permitiu uma crise da economia:

*Junto com a extração aurífera, durante todo o século XVIII, criou-se um setor de abastecimento – de produção de alimentos – escravista que o ouro se articulava e que se manteve bastante ativo mesmo após o fim do metal, havendo áreas que viram aumentar significativamente sua população (como a Comarca do Rio das Mortes, que teve triplicada sua população entre 1776 e 1821) e que puderam acumular capital, representado pela quantidade de escravos adquiridos.*<sup>38</sup>

A autora ainda destaca que esta concentração de escravos estava então vinculada ao setor de alimentos agropastoris para o mercado interno e não à exportação, demonstrando existir vida econômica ativa para além da exportação.

Como afirmamos inicialmente, o que ocorre é um reordenamento econômico, onde no primeiro momento as atividades agropecuárias vão desempenhar um papel marginal, mas não sem importância. Enquanto foi abundante, a produção do ouro atraía um contingente bem mais significativo de capital e população. Mas, posteriormente as atividades agropastoris assumem o papel de atividade central. Embora não consiga ser uma atividade tão rentável como a mineração, não podemos falar em uma crise da economia mineira, o que identificaremos no decorrer do trabalho.

<sup>35</sup> ACSM – Cód. 125 – Auto 2618 – 1º Ofício

<sup>36</sup> ACSM – Cód. 36 – Auto 844 – 1º Ofício

<sup>37</sup> ACSM – Cód.67 – Auto 1442 – 1º Ofício

<sup>38</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia Brasileira: Economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997, p. 56

A periodização realizada por Libby e Carla Almeida para Minas Gerais pode nos ajudar a entender um pouco melhor a forma como se estruturava a economia mineira neste período. Segundo estes autores, caberia para esta província uma periodização que se explicaria da seguinte maneira: um primeiro subperíodo de auge da mineração (ou reflexo do auge) que vai de 1750 a 1770, um segundo em que a economia entraria num processo de "acomodação evolutiva", 1780 a 1820, e um último subperíodo que representaria uma recuperação econômica, 1830 a 1850. Em função do nosso recorte de análise (1750 a 1820) ele abarca os dois primeiros subperíodos.

Durante o primeiro subperíodo, 1750 a 1770, temos um momento em que ainda predominava a mineração como atividade principal. Segundo Carla Almeida,

*Apesar de decrescente, a produção aurífera ainda era suficientemente importante para manter a mineração como atividade principal e conservar a sua estrutura produtiva intacta, pelo menos até 1770. Acreditamos que só em meados do decênio de 1770 esse declínio começa a provocar uma rearticulação econômica intencional que poderá ser percebida a partir de 1780.<sup>39</sup>*

Portanto, a década de 1780, foi o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser o seu eixo central. Como afirma Ângelo Carrara, *enquanto a população dos distritos mineradores declinou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências), as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado*<sup>40</sup>. Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero, ao informarem sobre atitudes dos mineiros no último quartel do século XVIII nos falam que:

*Os mineiros passaram a procurar as poucas áreas de terra fértil na região das Minas ou dirigiram para leste – Zona da Mata, de terras mais ricas -, para as áreas de plantio do sul ou demandaram os campos criatórios situados a oeste. Superava-se uma fase da vida econômica colonial, as atenções voltavam-se, redobradamente, para a atividade agrícola.<sup>41</sup>*

<sup>39</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*. Departamento de História da UFOP. Mariana, n.5, 1995, p.101

<sup>40</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* p.47

<sup>41</sup> LUNA, Francisco Vidal Luna & COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p.19

Confirmando estas informações, João Luis Fragoso<sup>42</sup> lembra que a decadência da mineração em Minas Gerais, não representou o retraimento de seus complexos agrários mercantis de abastecimento, pois, com a queda da mineração, a população mineira se dirige para as atividades como agricultura e pecuária.

Se referindo ao segundo subperíodo (1780-1820), Carla Almeida se utiliza das seguintes palavras:

*A expressão “acomodação evolutiva” nos parece perfeita para se referir ao período da economia mineira, que vai de 1780-1810. O termo será por nós utilizado para caracterizar uma economia que não está, nem em processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta, mas sim, de rearticulação interna que, por razões específicas da região, acabou possibilitando um novo tipo de dinamismo econômico.*<sup>43</sup>

Enfim, uma produção voltada para o abastecimento interno, podendo ter seus eventuais excedentes comercializados em mercados mais amplos. Além do mais, alguns importantes fatores políticos acelerariam a efetivação e dinamização deste mercado interno que vinha se esboçando. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, é bastante significativa desta situação. Como lembra Alcir Lenharo:

*(...) após 1808, o movimento mercantil de gêneros de primeira necessidade voltado para o mercado interno solidificou-se. As transformações que tomavam conta do mercado carioca acabaram por definir o Rio de Janeiro como pólo drenador de gêneros de abastecimento do Centro Sul.*<sup>44</sup>

Para Mafalda Zemella, as atividades agrícolas, ou como ela denomina plantações, e as pecuaristas que surgem na segunda metade do século XVIII eram bem diferentes daquelas primeiras do início do século, que tinham como objetivo equacionar o medo da fome. Para a autora:

*Ao lado da decadência do minério aurífero, outros fatores concorreram para impelir os mineiros à prática da agricultura: a alta dos preços dos gêneros, o menor dispêndio de ferramentas, o menor desgaste dos escravos, a economia de pólvora e maior segurança nos rendimentos.*<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>43</sup> ALMEIDA, Carla Maria C *Op. Cit.* 1995, p.106

<sup>44</sup> LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação (o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1993, p.33.

<sup>45</sup> ZEMELLA, Mafalda P. *Op. Cit.* p.241-242

No que se refere à utilização de escravos na agricultura, Zemella procura demonstrar que grande parte dos escravos que trabalhavam nas atividades agropecuárias eram mais velhos, uma vez que estes, não conseguindo mais trabalhar de forma considerável na mineração ainda poderiam ser úteis na primeira, pois, o desgaste era bem menor na roça. Esta afirmação da autora necessita ser relativizada, pois, já a partir das condições da mão-de-obra escrava, esta procura privilegiar os setores ligados ao mercado externo, descartando a capacidade e a importância do mercado interno em adquirir escravos no auge da idade produtiva. Já para o final do século XVIII, segundo Zemella, o motivo de um maior número de escravos na agropecuária seria outro:

*Se na primeira metade do setecentismo, quando a mineração ia em pleno vapor fastígio, a agricultura não podia concorrer com as lavras na compra de escravos, mercê dos altos preços ditados no mercado de mão-de-obra pela abundância do ouro, no último quartel do setecentismo, decadente a mineração e sendo muitas jazidas abandonadas por improdutividade, houve abundância de escravos a baixo preço para a abertura de lavouras.*<sup>46</sup>

Portanto, até mesmo para Mafalda Zemella a economia de Minas Gerais em fins do século XVIII apresentava um quadro bem distinto do momento inicial. O desenvolvimento das atividades agropecuárias foi tão significativo, que a capitania de Minas Gerais não só conseguiu solucionar o problema de abastecimento da própria capitania, como passou a abastecer capitanias vizinhas. E para esta autora isto se deu *principalmente devido à decadência da produção aurífera*.<sup>47</sup> No entanto, cabe deixar claro que Mafalda Zemella destaca em sua idéia central uma maior importância dos produtos destinados às exportações relegando a segundo plano a produção para o mercado interno. Apesar de procurarmos explorar pontos positivos de ambas as visões acerca da economia colonial, destacamos neste trabalho a grande importância da produção mercantil de subsistência que se destinava ao mercado interno, e que procuraremos detectar em Guarapiranga. Desta maneira, utilizamos esta autora naqueles pontos em que nos auxilia na compreensão da produção agropecuária mineira, mas não comungamos de sua formulação acerca da preponderância econômica dos produtos voltados para a economia externa.

Análises distintas e bem mais condizentes com a realidade da economia mineira e colonial podem se confrontar com a posição de Zemella, no que se refere à importância dos gêneros agropecuários durante o século XVIII em Minas. De acordo com Ângelo Carrara:

---

<sup>46</sup> *Idem.* p.244

<sup>47</sup> *Idem.* p.262



*Por serem incapazes de se auto-abastecerem de gêneros alimentícios, as unidades de produção escravistas do setor minerador, independentemente de abrigarem ou não em seu interior roças de mantimentos, demandavam das unidades de produção escravistas do setor agrário aqueles produtos que lhes faltavam. Em razão disso, parte do setor escravista agrário consolidou uma produção agrícola pastoril voltada para o abastecimento dos gêneros demandados pela maioria da população dos núcleos mineradores.<sup>48</sup>*

Outros autores corroboram este aspecto, entre eles Guimarães e Reis, que afirmam que a agricultura foi *atividade desenvolvida desde o início da colonização das Minas, como desde cedo teve caráter escravista e mercantil*<sup>49</sup>. Ao concordar com a idéia destes autores, João Fragoso adota a tipologia de unidades agropastoris estabelecidas por eles, que seriam as seguintes:

*(a) unidade agropastoril explorada através de relações de produção de tipo camponês; b) unidade agropastoril explorada através de relações de produção de tipo escravista; c) unidade de produção diversificada agropastoril e mineral, explorada por mão-de-obra escrava.<sup>50</sup>*

Como também ressalta Carrara, evidente que as unidades de produção escravistas não abarcavam todos os habitantes da capitania de Minas Gerais, e parte significativa da população rural estabeleceu um padrão de produção “camponês”. Este grupo também poderia em momentos de produção de eventuais excedentes estar abastecendo estes centros mineradores, pois, estes camponeses possuíam também a capacidade de adquirir escravos, o que, dependendo da qualidade e força produtiva deste plantel, permitiria a produção deste excedente. A partir do momento em que privilegiamos determinada forma, unidade ou atividade produtiva como representativa de uma economia e de um período, estamos nos arriscando a perder toda a riqueza e complexidade que cerca esta sociedade, além de incorrerem em formulações que insistem numa ampla decadência da economia mineira.

Portanto, este estudo que prima por uma análise regionalizada ao estudar uma freguesia específica, Guarapiranga, contribuirá para que possamos compreender um microcosmo desta capitania, uma região que apresenta características bastante peculiares, que podem se assemelhar ou não a outras localidades. Assim acreditamos que estudos mais regionalizados, que se detenham cada vez mais sobre regiões menores, proporcionarão um maior aprofundamento da análise em determinada área, além de permitir que conheçamos e

<sup>48</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* p.52

<sup>49</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno. & REIS, Liana Maria. *Op. Cit.* p. 21

<sup>50</sup> FRAGOSO, João L. R. *Op. Cit.* p.124

compreendamos de maneira mais fidedigna as peculiaridades deste mosaico que constitui a economia colonial de Minas Gerais.

## 1.2 - Guarapiranga: Traços históricos e características de sua ocupação

Identificadas em linhas gerais as características da capitania de Minas Gerais através da historiografia, nos deteremos agora na contextualização da freguesia de Guarapiranga. Num primeiro momento apresentaremos os traços históricos de sua ocupação, reconstituindo a formação desta freguesia, para que assim possamos compreender melhor suas particularidades econômicas e produtivas.

Para realizar esta tarefa, utilizaremos autores que tratam especificamente da região, além de nos ampararmos nas fontes primárias, inventários *post mortem* e documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. No intuito de conhecer a freguesia ao longo do tempo, recorreremos aos relatos dos viajantes. Estes relatos são de imensa importância para a história de Minas Gerais no século XIX, principalmente no que se refere à história econômica e social. No entanto, como bem frisa Clotilde Paiva: *Estes autores testemunharam fatos e presenciaram espaços que procuramos conhecer. Nos seus depoimentos poderemos encontrar inúmeras informações que, se despojadas da subjetividade de seu autor, constituem fontes de dados muito ricas.*<sup>51</sup>

A Freguesia de Guarapiranga<sup>52</sup> localiza-se na Zona da Mata Mineira<sup>53</sup>, portanto é uma região coberta pela Mata Atlântica, e, ao longo do século XVIII, tornou-se não só centro minerador como também de agricultura de subsistência, podendo ser mercantilizada ou não. Na região, portanto, a agricultura existia antes mesmo da chegada do café<sup>54</sup>.

<sup>51</sup> PAIVA, Clotilde P. *Op. Cit.* p. 78

<sup>52</sup> A Freguesia de Guarapiranga, que atualmente corresponde à Cidade de Piranga, abarcava várias aplicações e distritos vizinhos, dos quais muitos com o tempo se desvincularam e hoje são municípios, como: Oliveira, hoje Senhora de Oliveira, Brás Pires que hoje é uma cidade com o mesmo nome, Melo, atual Desterro do Melo, São José do Chopotó, hoje Alto do Rio Doce, São Caetano do Chopotó, atual Cipotânea, Santana dos Ferros, que corresponde à cidade de Guaraciaba, Tapera que hoje é Porto Firme, Calambau, hoje chamada Presidente Bernardes e a Aplicação da Espera que é hoje a cidade de Rio Espera. Alguns municípios, como Porto Firme, Presidente Bernardes e Senhora de Oliveira, são ainda hoje ligados juridicamente a Piranga, ou seja, pertencem à Comarca desta. Existem localidades que ainda hoje são distritos de Piranga, como Bacalhau, Manja Léguas e Mestre Campos, este último não chega a ser distrito. *Ver: MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da província de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.1, p.

<sup>53</sup> *Sobre a Zona da Mata ver: LIBBY, Douglas Cole. Transformação e Trabalho em uma economia escravista.* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 43.

<sup>54</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: Diversidade econômica e continuísmo. (1839-1909).* Niterói: ICHF-UFF, 1993, p. 25. (Dissertação de Mestrado em História)

A Zona da Mata, tradicionalmente conhecida como propícia às atividades agropastoris<sup>55</sup> até o século XIX, caracteriza-se como uma área de fronteira agrícola que prima pela existência de terras cultiváveis e não aproveitadas.<sup>56</sup> Portanto, a Zona da Mata, assim como outras regiões, era uma área de fronteira agrícola, aberta à exploração para quem se dispusesse a ocupá-la.

Como nos mostra Waldemar de Almeida Barbosa<sup>57</sup>, há controvérsias em relação à data de ocupação dos primeiros exploradores da região de Guarapiranga. Segundo este autor, os historiadores, de modo geral, procuram citar como primeiro explorador do território, o taubateano João de Siqueira Afonso, em 1704. No entanto, o mesmo autor fala que:

*(...) lê-se no Códice Costa Matoso que em 1691, Francisco Rodrigues de Siqueira e Manoel Pires Rodovalho exploraram a região de Guarapiranga. Informa ainda o mesmo relato que uma capela ou um oratório com a invocação de N. S<sup>a</sup> da Conceição foi edificada em 1694...*<sup>58</sup>

Corroborando estas informações, Afonso de Taunay utiliza uma carta escrita em 1750 pelos desbravadores e atuais moradores da região, informando aos senhores do Senado, sobre o descobrimento de Guarapiranga. Ele confirma os dados acima mencionados, e ainda relata a descoberta de *uma capoeira de gentio à beira de um rio em o qual descobriram ouro em um córrego que nele faz barra*<sup>59</sup>. As notícias dadas por Augusto de Lima Junior, também vão ao encontro destes autores. Este último ainda acrescenta, que o povoamento se deu a partir de 1694, em função *do abandono que se operou por algum tempo, da região do Guarapiranga, quando os selvagens destruíram o primeiro povoado*<sup>60</sup>. Também Diogo de Vasconcelos ao reconstituir os vários itinerários feitos pelos bandeirantes, relata que em 1692, uma bandeira comanda por Braz Rodrigues Arzão, neto de Antonio Rodrigues Arzão, chegando ao sertão de Guarapiranga:

<sup>55</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói. ICHP-UFF. 1994, p.55 (Dissertação de Mestrado).

<sup>56</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço econômico Agrário e Exteriorização Colonial; Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.p.113.

<sup>57</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Editora Saterb Ltda. 1971. p.362

<sup>58</sup> *Idem* p. 362.

<sup>59</sup> *Relatos Sertanistas/Coletânea, Introdução e notas de Afonso de Taunay*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Usp, 1981, p.85.

<sup>60</sup> LIMA JR., Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo. Editora da USP, 1978, p.26

*(...) encontrou o Rio Piranga, em seu melhor braço, descendente das serras auríferas e com indícios esperançosos; quando também deparou com alguns índios de nação puri, (...) que por ali andavam espavoridos, de um lado pelos conquistadores, de outro pelos botocudos do Rio Doce(...)*<sup>61</sup>.

No ano de 1700, segundo Taunay, começou a distribuição de datas na região de Guarapiranga, o que provocou uma grande procura por estas terras. Ao tomar posse de suas datas, os mineiros esforçaram-se rapidamente em plantar suas roças, em função da necessidade de alimentos, e dos altos preços que estes possuíam, o que representou grande dificuldade para a sobrevivência destes.

*Estenderam-se os mineiros a ocupar o lugar das suas datas por toda esta distância. E cada um fazendo suas roças nos lugares, que por sorte lhes couberam; feitas elas, se retiraram uns à montaria, e outros aos povoados pela grande falta de mantimentos que chegou a tal valor, que a quarenta oitavas o alqueire do milho se não achava, e o feijão, a dobrado preço, que naqueles tempos sempre assim se regulava.*<sup>62</sup>

Nos anos de 1702 a 1704, o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, procurando ampliar os descobrimentos das minas, envia seus filhos e escravos na direção sul do Ribeirão do Carmo, no até então pouco conhecido sertão do Guarapiranga. Nesta diligência, seus filhos acabam descobrindo no ano de 1704, as minas do Pinheiro, Bacalhau e Pirapitinga, que como já informamos, pertenciam à freguesia de Guarapiranga, e que atualmente são distritos da cidade de Piranga. O interesse deste importante paulista pelas terras de Guarapiranga, não cessou com estas descobertas. Já no ano de 1711, este, expressa através de um pedido de concessão de sesmaria, o interesse de possuir novas terras nesta freguesia, o que pode explicar um certo destaque e importância desta, dentro das regiões das Minas.

*Carta de sesmaria concedida ao Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça em 23 de março de 1711, expressa-se com o seguinte teor:*

*Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho &. Faço saber &, que, havendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que lê suplicante tinha assistido nas minas há sete anos, e em todo este tempo e nos mais do princípio do descobrimento das ditas minas, sempre cercando matos e mandando fazer por seus filhos e escravos a buscar descobrimentos de lavras de ouro, como consta das que tem descoberto de grandes lucros: e agora queria mandar buscar sua família e parentes para morar nas minas e não tinha largueza de terras para os acomodar e porquanto estavam devolutas as cabeceiras de uma*

<sup>61</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v.1 p.147-148

<sup>62</sup> TAUNAY, Afonso E. *Op. Cit.* p.40

*sesmaria, que eu fui servido dar-lhe no sítio do Morro Grande para a parte do Brumado, me pedia lhe fizesse mercê dar-lhe as ditas cabeceiras com uma légua de sertão para Guarapiranga, mandando passar carta de sesmaria delas. E visto o requerimento &. Hei por bem&.*

*Dada no arraial do Ribeirão do Carmo, aos 23 de março de 1711.*<sup>63</sup>

A freguesia de Guarapiranga, segundo mostra Diogo de Vasconcelos e Eduardo Canabrava Barreiros, foi palco de uma das batalhas da Guerra dos Emboabas, mais precisamente do terceiro conflito entre paulistas e emboabas. Depois de vencer os paulistas em Sabará e Cachoeira do Campo, Manuel Nunes Viana seguiu com sua tropa para Ouro Preto, da qual parte dela dirigiu-se para Ribeirão do Carmo a fim de submeter o governador. Outra se dirigiu contra o arraial do Guarapiranga. Ambas as expedições falharam. Os emboabas procuraram chegar à região passando pelo arraial do Bacalhau:

*No arraial do Bacalhau os moradores deixaram que passassem à vontade. O coronel Rafael da Silva e Sousa, Capitão-mor do Guarapiranga, porém, estando prevenido, formou sua gente, e saiu-lhes de lá ao encontro, ao tempo que aqueles outros do Bacalhau partiam e os apertavam em retorno. A derrota foi total e sem piedade.*<sup>64</sup>

Ao descrever a organização da capitania para o ano de 1718, Lima Jr. e também José Xavier da Veiga<sup>65</sup>, apresentam dentre as primeiras paróquias de Minas Gerais, a de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Já para o ano de 1738, ao informar as localidades que possuíam companhias de ordenanças, Lima Jr. novamente cita entre estas, Guarapiranga e alguns de seus distritos. Este autor relata que possuíam estas companhias *localidades que eram centros de intenso trabalho mineiro*.<sup>66</sup> Portanto, estas informações, associadas ao interesse dos emboabas ao rumarem em direção a Guarapiranga, e ao fato de que dos 179 homens ricos listados para o Termo de Mariana em 1756, vinte e sete eram desta freguesia<sup>67</sup>, vem corroborar nossa a idéia de relevância desta freguesia dentro do cenário econômico e social da capitania de Minas Gerais.

<sup>63</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *Op. Cit.* p. 224

<sup>64</sup> Ver: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, v.2 p.55-56 e BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódio da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p.73-77

<sup>65</sup> VEIGA, José Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais; Fundação João Pinheiro. 1998, p.227

<sup>66</sup> LIMA JR., Augusto de. *Op. Cit.* p. 40

<sup>67</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: Produção e Hierarquização Social em Minas Colonial:1750-1822*. Niterói. ICHF-UFF, 2001. (Tese de Doutorado).

Outros autores procuram demonstrar um desenvolvimento mais tardio para a freguesia de Guarapiranga, e chegam a relativizar sua importância. Para Waldemar de Almeida Barbosa o início de um povoamento mais intenso da região ocorreu entre os anos de 1753 a 1756, em que Guarapiranga primava pela produção agrícola, *são inúmeras as sesmarias concedidas nesses anos, nas quais se mencionavam grandes roças de milho, casas de vivenda, paiol, senzalas, bananais e outras árvores*<sup>68</sup>.

Para Renato Pinto Venâncio, o arraial de Guarapiranga começou a ser povoado aproximadamente dez anos após a descoberta do ouro no Ribeirão do Carmo.

*Nos primeiros tempos, a localidade, apesar de ter sido um dos palcos da Guerra dos Emboabas, parece ter tido pouca importância econômica, não ingressando no livro de almotaxaria (registro de cobrança de impostos da Câmara de Mariana sobre as vendas e lojas de secos e molhados) até 1718.*<sup>69</sup>

Para este autor, a importância econômica desta freguesia inicia-se com a prospecção de ricas lavras de ouro, descobertas a partir da segunda metade da década de dez do século XVIII. Ele ainda nos informa, que Guarapiranga alcançaria no ano de 1721, a sexta posição entre os dezenove núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana. O crescimento foi tão significativo, que no ano de 1724 o arraial foi elevado à condição de freguesia, e a descoberta de novas terras minerais *permitiu que a localidade mantivesse 1.193 escravos africanos e crioulos*<sup>70</sup>, neste mesmo ano. Renato Pinto Venâncio, chama a atenção para um fato importantíssimo que marca a economia de Guarapiranga. Exemplificando o que discutimos na primeira parte do capítulo, e comprovando novamente a associação entre agricultura e mineração mesmo no momento de auge desta última, Venâncio destaca a existência e a necessidade das atividades agrícolas:

*Geralmente, o metal precioso de Guarapiranga era explorado nos rios Piranga, Calambau, Turvo e Bacalhau, ou então nas vertentes da Serra da Piedade e do Tatu. As terras que ficavam nas margens dos rios também prestavam-se à atividade agrícola. Os donos das lavras muitas vezes associavam a lide aurífera à produção de alimentos, o que permitia o desenvolvimento de uma incipiente agricultura mercantil de subsistência, produtora de milho, banana, mandioca e cana-de-açúcar. Não era*

<sup>68</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Op. Cit.*, p. 363.

<sup>69</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais*. In: Revista Brasileira de História. Vol.17. nº 34. São Paulo, 1997.

<sup>70</sup> *Idem*

*raro os inventários registrarem inúmeros engenhos e alambiques de cobre nas imediações do arraial ou nas paróquias vizinhas.*<sup>71</sup>

Nos relatos de Taunay, são descritas para o ano de 1726, algumas diligências que saíam do arraial de Guarapiranga, com o objetivo de descobrir novas minas em seus arredores, mais precisamente em direção ao Xopotó. Nestas viagens, o responsável pelas diligências, o Capitão-Mor Luiz Borges Pinto destaca a presença de *mato geral com bastantes roças, fazendas e lavras, e algumas não tem dado pouco ouro*<sup>72</sup>.

Outra característica marcante da freguesia de Guarapiranga, destacada por Renato Pinto Venâncio, se refere à significativa presença e participação indígena na vida econômica e social da região durante o século XVII até meados do XVIII. Segundo este autor:

*Durante a primeira metade do século XVIII, a freguesia de Guarapiranga permaneceu como limite da área de mineração; contribuiu para isso a existência de uma barreira – bem mais poderosa do que os acidentes geográficos ou as florestas virgens – representada pelos índios bravios da Zona da Mata. (...) Para os grupos indígenas não domesticados, o arraial de Guarapiranga encerrava o limite aceitável da expansão colonial (...)*<sup>73</sup>

Para Maria Leônia Chaves de Resende<sup>74</sup>, a história de Minas Gerais esteve intimamente ligada à questão indígena, fato que também podemos destacar em Guarapiranga. Segundo relatos de John Mawe<sup>75</sup>, Piranga estava sempre exposta aos ataques dos selvagens, mas a presença de lavagens de ouro em suas vizinhanças infundem nos habitantes a tentação de enfrentar o perigo que estes representam. De acordo com Diogo de Vasconcelos, a região de Guarapiranga, entre outras das Minas Gerais, foram ocupadas pelos indígenas, em função de sua expulsão das áreas litorâneas e da capitania de São Paulo, fato que é contestado por alguns historiadores. Segundo este:

*(...) o território mineiro ficou em demasia povoado de refugiários do litoral e do recinto de São Paulo. A guerra dos tamoios no Rio, acabando pela dispersão destes, impeliu das regiões do Paraíba, que os derrotados ocuparam, as tribos humildes oriundas do tupi, os puri, os croatos, e outros, que se instalaram no Vale do Pomba e,*

<sup>71</sup> *Idem*

<sup>72</sup> TAUNAY, Afonso de. *Op. Cit.* p.162

<sup>73</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. Cit.*

<sup>74</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases*. Simpósio Temático: Guerras e Alianças na História dos Índios – Perspectivas Interdisciplinares – In: XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Londrina. 2005. Texto disponível no site: [www.ifch.unicamp.br](http://www.ifch.unicamp.br).

<sup>75</sup> MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*: Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1978, p.137.

*atacados às vezes pelos goitacá de Muriaé, vinham-se ocultar sobre a serra nos vales do Guará-Piranga (Pássaro Vermelho) e do Sipotaua (Cipó Amarelo).(...)*<sup>76</sup>

As relações entre os conquistadores e os índios, atingiram pontos extremados, indo da convivência pacífica através dos índios domesticados, passando pela escravização ameríndia, até violentos conflitos que provocaram várias mortes. Segundo Maria Leônia, o interesse dos colonos em suas conquistas baseava-se basicamente em três pontos: a terra, doada em sesmarias, a exploração das datas minerais e a escravização dos índios.<sup>77</sup> Na fase inicial da extração aurífera e ocupação das Minas, é evidente a importância econômica dos índios no trabalho mineratório e em outras atividades.

*Nas mais diversas atividades, a população ameríndia era explorada ou servia de aliada aos bandeirantes paulistas. O levantamento dos raros inventários sobreviventes à ação devastadora dos parasitas e da umidade revela que, no início da década de 1710, os cativos carijós respondiam por 16 a 23% da força de trabalho da Vila do Carmo.*<sup>78</sup>

A partir da tabela abaixo podemos ter uma noção da participação dos escravos indígenas para Mariana

<b>Tabela 1 - Porcentagem de Escravos Índios no Total da Escravaria dos Inventários <i>post mortem</i> na Vila do Carmo: 1712-1719</b>			
<b>Ano</b>	<b>Total de Escravos</b>	<b>Escravos Índios</b>	<b>%</b>
<b>1712-1719</b>	25	4	16
<b>1715-1717</b>	64	15	23,4
<b>1718-1719</b>	63	0	0
<b>Total</b>	152	19	12,5

Fonte: Inventários *post mortem* da Casa Setecentista de Mariana, treze códices.  
*Apud:* VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. Cit.* 1997.

Detectada a participação indígena dentro da mão-de-obra escrava em um espaço mais amplo, Vila do Carmo, o mesmo autor identifica a importância da freguesia de Guarapiranga, dentro desta. Apesar de informar que a partir de 1718, é nítido o desaparecimento do gentio da terra, o autor demonstra que esta localidade aparece neste ano como o principal centro do

<sup>76</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *Op. Cit.* p. 135

<sup>77</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves. *Op. Cit.*

<sup>78</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. Cit.*



escravismo indígena da região marianense. Neste ano, Guarapiranga possuía 102 índios, o que segundo Renato Venâncio, *correspondia a 24,6% dos 414 negros da terra arrolados pela capitação referente ao conjunto dos núcleos auríferos da capitania de Minas Gerais*<sup>79</sup>, como demonstra a tabela que se segue.

<b>Tabela 2 – Escravos Índios na Vila do Carmo</b>			
<b>Freguesia</b>	<b>1718 N. Abs.</b>	<b>1725 N. Abs.</b>	<b>Variação</b>
<b>Guarapiranga*</b>	102	08	-94
<b>Inficcionado</b>	28	07	-21
<b>Brumado</b>	14	0	-14
<b>Sumidouro</b>	06	0	-6
<b>Bento Roiz e Gama</b>	06	0	-6
<b>Total</b>	156	15	-141
<b>Total %</b>	100%	9,6%	-90,3%

Fontes: LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718). In: Barreto, Antonio Emílio Muniz, et. Al., História Econômica: Ensaios. São Paulo: IPE, p.37, AHCM. cód.150. *Apud: VENÂNCIO, Renato Pinto. Op. Cit.*

\* Incluindo Barra do Bacalhau

No entanto, à medida que se desenvolve a exploração do ouro, os bandeirantes vão abandonando a escravização indígena, que passa a ter um caráter meramente defensivo. Este abandono se deve em função da maior rentabilidade da atividade mineratória, fazendo com que com os antigos bandeirantes ao invés de buscarem escravos em diligências pelas matas, recorressem ao mercado de escravos africanos. Cabe destacar a existência de um trânsito já mais consolidado à época do tráfico de escravos para as Minas Gérias, além de podermos destacar o papel do Rio de Janeiro como porto importante para a chegada de africanos, entre outras questões. No quadro abaixo, com base no inventário de um morador da freguesia de Guarapiranga, o autor procurar estabelecer os padrões de valores entre os escravos africanos e os índios.

<b>Quadro 1 – Inventário de Antônio Soares Ferreira - 1716</b>
--

<sup>79</sup> *Idem.*

Um Preto-Mina	240 oitavas	Um Negro da Terra	100 oitavas
Um Preto-Congo	130 Oitavas	Um Negro da Terra	100 oitavas
Um Preto-Mina	216 Oitavas	Um Negro da Terra	90 Oitavas
Um Preto-Congo	210 Oitavas	Um negro da Terra	70 Oitavas

Obs.: Arrolamos os quatro cativos de cada categoria que atingiram preços mais elevados.  
*Apud:* VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. Cit.* 1997.

Em Guarapiranga, naquelas propriedades em que ainda persistiu o trabalho indígena, este se dava principalmente através da formação de grupos familiares que garantissem uma reposição de indivíduos destinados ao trabalho junto às unidades produtivas. Contudo, segundo o próprio Renato Venâncio, esta alternativa provavelmente não apresentou índices de sucesso, uma vez que o autor encontra, apesar de escassa documentação, uma baixa natalidade e alto índice de mortalidade por parte dessa população indígena, que seria numa proporção três vezes maior que os negros africanos e crioulos.

A relação entre indígenas e os habitantes de Guarapiranga, foi também marcada pelo medo, em decorrência de episódios em que os índios provocaram prejuízos materiais, chegando até mesmo a conflitos que levaram à morte um considerável número de moradores desta região. O medo e a preocupação destes últimos são identificados na documentação da época. Encontra-se no Arquivo do Conselho Ultramarino, para ano de 1750, um riquíssimo documento que contém uma representação dos moradores da freguesia de Guarapiranga, dando conta a D. João V do estado de consternação em que se achavam, devido aos violentos ataques dos índios, que destruíam fazendas e matavam habitantes. Este documento contém primeiramente um despacho escrito e assinado pelo Bispo Dom Frei Manuel da Cruz, que visitando naquele ano a dita freguesia, confirma tudo o que relatam os moradores de Guarapiranga, e assim como eles, pede ao Rei rápidas providências e auxílio.

Diz o documento:

*Representação a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> Mag.<sup>a</sup> dos moradores da Freguesia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição de Guarapiranga acontecido da gravíssima em que os tem posto os gentios habitadores dos sertões próximos àquela freguesia dos distúrbios e mortes e roubos que estão acometidos ..... na dita cometem nas fazendas dos ditos moradores em tal forma que muitos tem deixado seus sítios que já chegam ao número de dezesseis moradores que largaram suas fazendas intimidados a recusa das referidas motivos pelas mortes que tem visto a fazer o mesmo gentio aos seus vizinhos pois chegam as mortes a número de dezoito por várias vezes além das queimadas das casas e paióis*

*com que exporiam tão gravíssimos danos e temor por lhes ser necessário andarem com armas na mão nas mesmas lavouras, sem que isso lhes possa valer pois dos mesmos matos escondidamente despedem suas flechas sem reparo e por que carece dispor um remédio para que se não despovoem aquelas terras e freguesia e os ditos moradores pela sua pobreza não tem forças para se ..... com o dito gentio sem que sua Mag.<sup>a</sup> os socorra e dê ordem para poderem entrar em guerra sobre o mesmo gentio, e os que forem apreendidos se possam os moradores servir deles como escravos em suas vidas, sem que possam serem vendidos por ser gente sem Lei e sem Rey e recebam o benefício da nossa Santa Fé que lhes ensinam.*<sup>80</sup>

Portanto, vemos que a relação entre índios e brancos, era bastante conflituosa, chegando a ponto dos moradores abandonarem suas fazendas, em função do medo provocado pelas mortes. Vemos também nesta representação ao Rei, que os moradores pedem providências sobre esta questão, e pedem permissão para entrar em guerra contra os ditos gentios, a fim de diminuir estes transtornos, e poderem escravizá-los. Novamente floresce o desejo de habitantes da região pela utilização do trabalho indígena, para desta forma ficarem livres dos ataques.

Nos relatos de Taunay das já citadas expedições realizadas pelo Capitão-mor Luiz Borges Pinto, em vários trechos é citada a presença e o perigo que representam os gentios, como por exemplo: *não passei adiante por me faltar mantimento e temer ao gentio*<sup>81</sup>, sendo constante nestas viagens, o confronto entre conquistadores e gentios, provocando mortes de ambos os lados.

Outra documentação que expressa as relações de conflitos entre moradores e índios, são os inventários *post mortem*. Alguns inventários da freguesia de Guarapiranga revelam problemas criados pelos indígenas impedindo a avaliação de determinadas propriedades, e sendo até mesmo os responsáveis pela morte do inventariado. O inventário de Joana Pires, feito no ano de 1749, é um exemplo das dificuldades impostas pelos índios aos moradores. A inventariada, moradora na paragem do Chopotó havia falecido em 1748, e quase um ano depois o inventário de seus bens ainda não havia sido realizado e, segundo o viúvo inventariante:

*(...) queria dar a inventário os bens de seu casal o que até agora não tem feito sendo falecida sua mulher há sete meses, em razão do risco que se experimenta no gentio que circunvizinha aquela paragem e pelo mesmo se faz difícil aos oficiais deste juízo o irem*

<sup>80</sup> AHU – Cx.55- Doc.: 25 - 4515

<sup>81</sup> TAUNAY, Afonso de. *Op. Cit.* p. 162

*fazer o dito inventário o qual pode ser feito(...) nesta cidade com avaliadores daquele distrito que se tenham conhecimento dos mesmos bens (...)*<sup>82</sup>.

A dificuldade e o medo colocado pelos índios fez até mesmo com que se dispensasse a presença dos oficiais avaliadores, na dita fazenda, sendo permitido que se desse ao inventário dos bens por pessoas que os conheçam e que poderiam melhor avaliá-los. Outro exemplo desta dificuldade de avaliação imposta pelos índios é o inventário do Capitão Antonio Alvarez Ferreira, realizado em 1750, e que faleceu em 1749. Segundo a viúva inventariante dos bens do casal, não foi possível no momento de realização do inventário avaliar uma de suas posses, em função dos índios:

Diz o documento:

*E tem uma posse de roça com terras de matas virgens sita no ribeirão turvo que faz barra no Rio Chopotó em que é sócio o Rev. Pe. Roque Leal o qual pela vizinhança do gentio por hora se lhe não pode dar valor algum.*<sup>83</sup>

Outro exemplo de grande importância dos obstáculos impostos pelos gentios para o regular andamento das normas, é o inventário de Faustina Gonçalves, que era esposa de Antonio Gonçalves Pedrozo, que também faleceu em 1749 e como os demais, teve seu inventário realizado apenas em 1750. O relato deste indivíduo também é citado por Maria Leônia em seu texto, e vem mais uma vez exemplificar que os índios não davam sossego aos colonos, mesmo quando estes possuíam a concessão de sesmaria, e como fala a autora, mais do que um ataque frontal, os índios estavam respondendo á ocupação de suas terras. O inventariante declara que o motivo por que ainda não havia dado o inventário dos bens do casal, se deve em função da necessidade de abandonar o sítio em que morava e *declarou largá-lo por razão da vizinhança de gentio e fica sem lhe dar avaliação*<sup>84</sup>. No entanto, a situação desta família era mais complicada do que os outros exemplos citados, pois, o inventariante declara que sua esposa havia sido morta pelos próprios gentios, o que aumentava ainda mais o medo e a preocupação. Portanto, vemos pelos exemplos dos inventários, que a relação entre índios e moradores era também bastante conturbada, chegando ao ponto destes terem que abandonar suas moradias em função dos ataques dos gentios, que como vimos no último caso, foram responsáveis inclusive pela morte da inventariada.

<sup>82</sup> ACSM – Cód.55 – Auto 1254 – 1º Ofício

<sup>83</sup> ACSM – Cód.36 – Auto 843 – 1º Ofício

<sup>84</sup> ACSM- Cód.10 – Auto 375 – 1º Ofício

Em muitos casos os colonos admitiam terem se apossado de terras indígenas, como no exemplo citado por Maria Leônia para a própria freguesia de Guarapiranga, em que Miguel Antônio Vieira e Bernadino José da Silva, ambos moradores na dita freguesia, argumentavam que seus pais *conquistaram a dita paragem dos índios e nela puseram posse*.<sup>85</sup> Segundo esta autora não era incomum que o colono requeresse a carta de sesmaria depois de já efetivada a conquista e expulsos os índios. Nem mesmo os aldeamentos, criados por determinação da Coroa escaparam, e os direitos dos índios eram reconhecidos apenas do ponto de vista formal.

*As autoridades, por sua parte, quando e se notificada, nem sempre agiam em conformidade com a lei, ao revelarem o direito dos índios sobre suas terras. Era o próprio governador quem admitia fazer concessões de sesmaria, sem respeitar o disposto na lei, já que o objetivo principal era povoar com brevidade as conquistas. A serem respeitadas as exigências, comentava, seriam necessários anos para se proceder a informações, justificações, respostas de ministros e mil embaraços que eternizarão a conclusão de qualquer negócio. Esse espírito foi decisivo para promover o processo de conquista favorecendo a concessão de 7.991 cartas de sesmaria entre 1701 e 1836.*<sup>86</sup>

No entanto, a relação com os índios poderia assumir posições extremadas, possuindo um caráter extremamente ambíguo, que iriam do rancor e medo provocado pelos ataques destes, até mesmo à preocupação com os gentios e com as áreas por eles ocupadas. Entretanto, um exemplo deste tipo de situação e que se contrapõem à passagem acima, é encontrado em outro documento do Arquivo Histórico Ultramarino, este para o ano de 1755. Trata-se de uma carta do Juiz de Fora da cidade de Mariana, informando a D. José I acerca da devassa que mandou proceder contra Antonio Pereira dos Santos, em função dos excessos cometidos pelo dito contra os índios de Guarapiranga.

*Pela resolução de dez de Fevº. de mil setecentos e quatro foi V. Magª. Servido mandar proceder a devassa sobre os excessos que se obraram com os índios que saíram de suas aldeias que são nas vizinhanças de Guarapiranga, a qual tirei, e na mesma ficou obrigado Antº. Prª. dos Stº.*<sup>87</sup>

O dito Juiz de Fora ainda declara que feita a devassa, foi o acusado absolvido, depois de a ter realizado com os próprios índios e ter lhes feito perguntas sobre a questão. Ainda segundo o Juiz de Fora estes se encontram com (...) *grande gosto com que vivem na*

<sup>85</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Op. Cit.* A documentação referente a estes dois indivíduos encontra-se no : APM, CC547, planilha 21585.

<sup>86</sup> *Idem.*

<sup>87</sup> AHU – Cx.67 Doc.: 56 - 5559

*comunicação dos catholicos para a qual os conduzio a própria vontade; (...)*<sup>88</sup>. No entanto, percebemos em alguns poucos casos uma certa preocupação das autoridades, principalmente no que se refere aos índios amistosos e àqueles que aderiram a fé católica. Diogo de Vasconcelos mostra que havia sim um sistema de relações com os índios benévolos, que eram protegidos por ordens régias para que lhes fossem nomeados curadores e tratados como livres. Além do mais estes índios amistosos, não se mostravam mais tão espantados devido o aumento do número de povoados cristãos e da diminuição de diligências à caça de índios. Segundo o próprio autor: *O Rei determinava mesmo que, no descortino e concessão de terras, fossem de espaço em espaço reservados rincões de sertão, em que eles vivessem, como donos e à vontade, sendo defendido de toda e qualquer invasão que se tentasse nesse circuito.*<sup>89</sup> Além do mais, os conquistadores perceberam que a melhor maneira de manter relações com os gentios seria trazendo-os através da catequese para a fé católica, como bem demonstra o relato do Padre Manuel de Jesus Maria, que reivindicava o direito sobre algumas terras *por ter feito grande conquista amansando os índios, conservando-os em uma continuada paz para a utilidade dos interesses da S.A.R e dos vassallos*<sup>90</sup>, e para isto, os conquistadores os aliciava não só com auxílios como o já citado por Vasconcelos, como também com presentes. O relato de Diogo de Vasconcelos para a própria freguesia de Guarapiranga, demonstra de forma clara como se dava este tipo de aproximação com os índios, como os conquistadores a faziam e quais seus objetivos:

*Foi esta política iniciada pela ordem de 14 de setembro de 1758, e confirmada pelo aviso de 12 de fevereiro de 68. Mandava –se dar aos índios que viessem ao povoado a se apresentarem à autoridade, vestuário, ferramentas e outros gêneros. Em 7 de setembro de 1791, por exemplo, receberam estes mimos 11 índios do Xopotó, dos quais dois apenas eram batizados na aldeia de Francisco Pires Farinha. O mesmo fez-se em novembro aos índios do Guarapiranga e da Espera. Uma das melhores providências postas em prática foi a proibição rigorosa de se formarem bandeiras, que sob quaisquer pretextos entrassem para os sertões, menos aquelas, que fossem a descobrimentos de ouro (...)*<sup>91</sup>

Portanto, percebemos através da documentação e dos autores que trabalham a região, que a relação com os índios poderia assumir características bastante distintas, que variava de conflitos violentos, que provocavam fugas de moradores e mortes de ambos os lados, até um

<sup>88</sup> *Idem*

<sup>89</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 204

<sup>90</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Op. Cit.* A documentação referente ao relato do Padre encontra-se no: PR, AHU, 11347, cx. 154, doc.63.

<sup>91</sup> *Idem*. p. 205

relacionamento e um contato pacífico entre ambos. Esta relação era, portanto, marcada por grande ambigüidade, o que obviamente a complicava e não a tornava tranqüila, mas que não excluía como vimos, a possibilidade de que ela existisse. No entanto, esta variação dependia da maneira como se estabelecia o contato por parte dos brancos, e do grupo indígena com que se deparavam. Afinal de contas os contatos com tribos de botocudos, quase nunca foram amistosos, e os portugueses somente conseguiam fazê-los recuar à força das armas, visto que estes índios eram até mesmo temidos por outros grupos indígenas<sup>92</sup>. Porém, a partir do momento que a aproximação passou a ser feita de maneira amistosa, através da concessão de favores e presentes, a resposta dos índios a este contato passou a ser outra, favorecendo assim os objetivos dos conquistadores e habitantes da região.

Além destas questões mencionadas, é necessário destacar que os dados acerca da presença indígena em Guarapiranga demonstram ser esta região uma área de fronteira, com grande possibilidade de expansão e crescimento à medida que os brancos avançam e ocupam estas terras. A Freguesia de Guarapiranga se destaca como uma área de constante incorporação de terras, fato que pode ser comprovado até mesmo pelo pouco investimento em técnicas agrícolas, predominando praticamente em todas as unidades produtivas a presença de enxadas, foices, machados e cavadeiras, o que segundo Carla Almeida prevalece em todo o Termo de Mariana:

*Tanto nas grandes unidades produtivas quanto nas pequenas, ou tanto naquelas que plantavam unicamente milho, feijão e arroz, quanto as que se dedicavam à cana-de-açúcar, os instrumentos utilizados eram sempre os mesmos, consistindo em: machados, foices, enxadas, cavadeiras e alavancas.*<sup>93</sup>

Segundo Fragoso, este processo é denominado de *reprodução extensiva*<sup>94</sup>. É um sistema econômico que:

*Se baseava numa forma de produção extensiva, no qual o crescimento ou a manutenção dos níveis de produtividade eram dados pela fertilidade do solo (terras virgens) e pelo aumento da área cultivada, as inversões produtivas do excedente se concentravam majoritariamente na aquisição de mão-de-obra e nos imóveis.*<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> *Idem.* p. 204

<sup>93</sup> ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994 p. 168

<sup>94</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul. (1850-1920)*. Rio de Janeiro. 1983. Dissertação de Mestrado em História UFRJ. P.91 **Retirado de:** ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994.

<sup>95</sup> ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994. p. 179.

Assim como o Termo, a freguesia de Guarapiranga apresentava instrumentos tradicionais de manejo agrícola. Esta característica pode ser explicada pelo fato de a agricultura desenvolvida tanto no Termo de Mariana, como em Guarapiranga, basear-se num mesmo sistema de uso da terra, ou seja, aquele que deixava em segundo plano a preocupação com os instrumentos agrícolas mais elaborados. Isto acontecia pelo fato da já citada constante incorporação de terras virgens, e, portanto, mais férteis. Essa abundância de terras acabava por ser o elemento central para se manter ou aumentar os níveis de produção.

Os relatos sobre as técnicas rudimentares e primitivas utilizadas na agricultura colonial são bastante conhecidos, pois enfatizam a não utilização do arado e de fertilizantes no cultivo:

*O trabalho agrícola se reduzia a roçar e derrubar o mato, ajuntar a madeira e queimá-la, fazendo as cinzas o papel de fertilizantes. Em seguida, cavavam-se buracos onde lançavam as sementes e cobriam-nos com terra. A partir daí, pouquíssimos trabalhos eram necessários e variavam de acordo com a cultura.*<sup>96</sup>

Juntamente com as queimadas, outra técnica utilizada era o sistema de pousio, que era uma das principais práticas agrícolas, e que consistia em deixar o solo descansando por alguns anos, após utilização contínua. No entanto, devemos entender que a utilização destas técnicas, no Brasil colônia, não decorria de ignorância. Segundo Fragoso estávamos diante de um sistema de uso da terra: *em que a disponibilidade das matas substituíam a existência de um trabalho adicional na refertilização dos solos ou de um longo período de pousio.*<sup>97</sup> Inovações nos instrumentos de trabalho e complexificação das técnicas seriam utilizadas para compensar as deficiências do solo mais usado com frequência, do que necessariamente para se aumentar a produção.

Portanto, esta incorporação de terras cultiváveis e em abundância, que torna esta freguesia uma região adequada às atividades agrícolas, garantiam a reprodução da estrutura social, uma vez que grandes proprietários procuravam ocupar e explorar novas porções de terra. Através dos inventários vemos que 32% dos proprietários possuíam mais de uma porção de terra, havendo um inventariado, o Capitão Manoel Ferreira de Carvalho<sup>98</sup>, que era dono de oito propriedades. Estes dados vêm, portanto, corroborar a idéia de uma constante incorporação de terras, e a manutenção de uma forte hierarquização social em Guarapiranga.

<sup>96</sup> ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994. p. 167

<sup>97</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1983.p.75 Retirado de: ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994.

<sup>98</sup> ACSM – Cód. 67 – Auto 1474 – 2º Ofício



### 1.3 - Características econômicas e produtivas de uma freguesia colonial.

Até o momento, procuramos apresentar os traços históricos da ocupação da freguesia de Guarapiranga. Partiremos agora para uma análise de suas características econômicas e produtivas, ou seja, analisaremos de forma aprofundada a importância que possuíam a exploração aurífera, as atividades agropecuárias, bem como a associação de ambas, o potencial escravista e os principais dados econômicos desta região.

Para iniciarmos esta tarefa, podemos adotar a já citada documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, que apesar de tratar mais diretamente da questão indígena, pode nos apontar e dar indícios das características produtivas da dita freguesia, embora possua um caráter superficial. Naquele primeiro documento trabalhado, em que consta uma representação dos moradores de Guarapiranga, aqui descrita consta, como mencionado, um despacho e uma carta escrita e assinada pelo então bispo, D. Frei Manoel da Cruz. Neste documento, o dito bispo informa o estado de gravidade e perigo que se encontram os moradores e pede uma solução ao Rei, para :

*(...) senão perder de todo aquella districto abundatissimo de roças, mantimentos, e lavras de ouro, que se vai descobrindo por varias partes (...) e se se afugentar o gentio, ou remeter de paz será aquella grande certão fertelissimo de tudo (...)*<sup>99</sup>

Este documento que data de 1750, já nos informa as vocações produtivas da dita freguesia, mencionando a presença de lavra de ouro, e a presença de roças graças à fertilidade do solo. No entanto, cabe trabalharmos mais detalhadamente estas informações estabelecendo a importância de cada atividade dentro do contexto da sociedade local, identificando assim o potencial econômico da região.

Para melhor caracterizar e identificar a freguesia, analisaremos a importância que teve para esta, a mineração, a produção agropecuária, identificando também outras possíveis formas de organização das unidades produtivas. Para demonstrarmos as características das atividades praticadas, recorreremos aos Inventários *post mortem*, às Listas Nominativas, Relação de Habitantes e Mapa Trienal de rendimento dos dízimos.

Através dos inventários, é possível identificarmos em linhas gerais, o posicionamento dos proprietários frente às principais atividades produtivas, identificando a importância de cada atividade para a economia local. Para caracterizarmos as vocações produtivas da freguesia de Guarapiranga, procuramos trabalhar os dados por subperíodo, (1750-1779 e

<sup>99</sup> AHU – Cx. 55 – Doc.: 25 - 4515

1780-1820) e para isto escolhemos alguns exemplos que nos auxiliam numa visualização mais detalhada e qualitativa, para que assim possamos conhecer de maneira mais fidedigna as atividades produtivas que predominavam em cada período.

No primeiro subperíodo (1750-1779), percebemos que se destacavam as unidades produtivas que conjugavam agricultura, pecuária e mineração, representando cerca de 40% dos inventariados. Seleccionamos três exemplos distintos no que se refere ao nível de riqueza, para trabalharmos.

O primeiro caso é o do Capitão Antonio Alvarez Ferreira,<sup>100</sup> inventariado mais rico com o qual trabalhamos em nossa amostragem, que faleceu em 1749, deixando um monte-mor no valor de 17:623\$007. Este capitão deixou como herdeiros a viúva Anna Cabral da Câmara e mais oito filhos, sendo somente a sua filha mais velha de 20 anos casada, e seus demais sete filhos com idades entre 4 e 17 anos. A riqueza deste inventariado estava distribuída entre diversos bens, como ouro em pó, uma quantidade relativamente significativa de jóia, que valiam 194\$106 e também uma quantidade bastante variada de bens móveis. Possuíam também diversificados instrumentos de trabalho, inclusive de transformação, como forno de torrar farinha. Parte significativa da riqueza deste capitão estava representada por imóveis, escravos e dívidas ativas. Dentre a descrição de seus imóveis podemos identificar a vocação agrícola e mineral de sua unidade, uma vez que, são descritas seis datas minerais e mais três roças que levaram 185 alqueires de planta, que, no entanto, não é informado cultivo a qual se referiam. Destacamos ainda em seu inventário a presença de animais, entre eles bovinos, suínos, caprinos e eqüinos, confirmando assim a característica agropecuária e mineradora de sua unidade. Finalizando a análise da unidade do dito capitão, identificamos um considerável plantel de 58 escravos, além de um considerável valor de 5:001\$116 em dívidas ativas, demonstrando ser este um importante credor na dita freguesia.

Outro caso é o de Maria Garcia de Abreu<sup>101</sup>, viúva do Guarda Mor Bernardo Chaves Cabral, que faleceu no ano de 1760 deixando sete filhos com idades entre 40 e 48 anos, um monte-mor no valor de 1:532\$640. Entre seus bens encontramos jóias que valiam 96\$400, bens móveis avaliados em 41\$300 entre utensílios de prata e objetos rústicos, instrumentos de trabalho no valor de 21\$840, 16 escravos avaliados em 1:157\$000, dívidas ativas que somavam 103\$600, além de uma elevada quantia em dívidas passivas, 1:056\$692. No que se refere à sua produtividade encontramos descrito em seu inventário um sítio com terras de

---

<sup>100</sup> ACSM – Cód. 36 – Auto 843 – 1º Ofício

<sup>101</sup> ACSM – Cód.79 – Auto 1695 – 2º Ofício

planta e suas benfeitorias que valia 200\$00 e lavras e terras minerais no valor de 100\$000, além de 11 cabeças de porcos.

Um terceiro inventário que podemos transcrever com o intuito de demonstrar o caráter diversificado das unidades produtivas, é o de Miguel de Matos,<sup>102</sup> viúvo de Joana Pires Farinha, natural de Portugal que deixou duas filhas casadas e um filho solteiro. Este inventariado possuía um patrimônio avaliado em 3:543\$765 distribuído numa grande quantidade de bens móveis, entre eles objetos de prata e utensílios mais rústicos que somavam 74\$050. Instrumentos de trabalho, entre os quais podemos destacar, tear, forno de torrar farinha, que foram avaliados em 67\$515, além de 17 escravos que valiam 1:480\$000. Identificamos em seu inventário uma diversificada vocação produtiva, pois, este era proprietário de uma fazenda, outra terra com cinquenta datas minerais, uma sesmaria com terras de planta e minerais, além de uma morada de casas no arraial de Guarapiranga, que valiam 1:800\$000, além de 50 cabeças de porcos, 17 bovinos e um cavalo, avaliados em 117\$400.

Já com relação ao segundo subperíodo (1780-1820), destacavam-se as unidades que se dedicavam às atividades agropecuárias, obviamente pelo fato de ser este o momento em que a mineração perde para estas a posição de papel central na economia mineira. Um percentual de 38,37% dos inventariados trabalhados para o segundo subperíodo dedicavam-se à agricultura e pecuária, enquanto 19,76% somente à agricultura e aquelas unidades que conjugavam agricultura, pecuária e mineração aparecem agora com 15,11%, o que retrata a perda de importância desta última atividade, mas como discutimos, não sua inexistência. Assim como fizemos para o primeiro subperíodo, trabalharemos e descreveremos três inventariados, para que assim exemplifiquemos as características do momento.

Um primeiro exemplo interessante é o de José Bernardino da Silva, natural de Guarapiranga, casado com Ana Joaquina Rezende, que faleceu no ano de 1800 deixando três filhos, sendo que o mais velho tinha apenas quatro anos de idade, e um monte-mor no valor de 1:189\$521. Este valor estava distribuído em bens móveis e instrumentos de trabalho bastante simples e rústicos que valiam 36\$350 sendo que deste valor 19\$200 equivalia ao preço de um tacho de cobre velho. Possuía ainda 12 escravos que valiam 855\$000 e parte de um sítio que recebera como herança no valor de 78\$571. Seus demais bens referem-se à sua produção agropecuária que era de: 25 alqueires de feijão que valiam 4\$500, 200 alqueires de milho avaliados em 22\$500 e mais dois quartéis de cana que foram avaliados em 100\$000, sendo que possuía ainda sete bois, uma besta, 10 cabeças de cabras e 15 cabeças de porcos. Uma

---

<sup>102</sup> ACSM – Cod.66 – Auto 1457 – 2º Ofício

informação interessante que se encontra em seu inventário é o fato de que a cana que vem descrita foi plantada em terras do Padre Bernardino José da Silva, o que demonstra que este inventariado também vivia sob a condição de arrendatário das terras do dito padre.<sup>103</sup>

Um segundo caso é o de Manoel Lopes Valente, casado com Dona Narciza Justina de Santa Roza, natural de Guarapiranga, pai de nove filhos, sendo que todos eram de seu primeiro matrimônio, em que foi casado com Dona Antonia Luiza Mendes. Este faleceu em 1815 e deixou um monte-mor avaliado em 3:266\$144 que foi dividido entre os filhos e a viúva. Entre seus bens encontramos jóias que valiam 16\$800, objetos de metais, como prata e bronze que valiam 21\$300, uma quantidade relevante de bens móveis entre simples e sofisticados avaliados em 104\$237 e um valor considerável em instrumentos de trabalho, 486\$400, entre os quais encontramos alambique, monjolo, rodas de fiar, engenho de cana e forno de pedra de torrar farinha. Era proprietário de vários imóveis como três casas, uma sesmaria com suas benfeitorias, duas porções de terras de cultura avaliadas em 870\$000, além de ser dono de 12 escravos que valiam 979\$000 e possuir dívidas ativas no valor de 161\$832. Possuía ainda uma considerável produção agropecuária, e como animais encontramos um cavalo, cinco muares, 25 bovinos, 24 ovelhas, 5 caprinos e 48 porcos, que somavam 195\$900, além de várias arrobas de açúcar, quatro rolos de fumo, 1500 alqueires de milho, 30 alqueires de feijão e 8 alqueires de arroz, avaliados em 252\$900, ou seja, este inventariado possuíam uma significativa produção agropecuária.<sup>104</sup>

Um terceiro inventariado com quem podemos trabalhar é José Ferreira Maciel, casado com Mariana Joaquina Ribeira, que faleceu no ano de 1820, deixando um monte-mor no valor de 2:894\$365 e seis filhos com idades entre 2 e 12 anos. Dentre seus bens, este também possuía uma quantidade considerável de bens móveis entre rústicos e sofisticados, além de instrumentos de trabalho, entre os quais podemos destacar um alambique, e que juntos somavam 222\$185. Era proprietário de 15 escravos avaliados em 1:554\$000, além de uma morada de casa no valor de 80\$000 e uma fazenda de 800\$000. Esta fazenda permitiu ao inventariado produzir 30 alqueires de feijão, 20 arrobas de açúcar, 200 alqueires de milho e 1/2 quarta de cana que valiam juntos 101\$000, além de possuir um macho, 20 bovinos e 29 porcos que valiam 140\$200, valor que supera sua produção agrícola, possuindo assim também uma considerável produção agropecuária.<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> ACSM – Cod. 84 – Auto 1790 – 1º Ofício

<sup>104</sup> ACSM – Cód.78 – Auto 1659 – 1º Ofício

<sup>105</sup> ACSM – Cód. 133 – Auto 2787 – 1º Ofício

Portanto, percebemos que as atividades agropecuárias se faziam presente e com significativa importância nos dois subperíodos analisados, e embora de dimensões diferenciadas indicavam a mesma forma de prática agrícola. No momento de auge da atividade mineradora, predominavam unidades produtivas que conjugavam tanto a mineração como atividades agropecuárias. Já no segundo subperíodo predominavam unidades que conjugavam apenas a agricultura e pecuária, perdendo a mineração relativa importância. Desta maneira, é nítida e de suma importância em Guarapiranga, a conjugação da pecuária com a agricultura, confirmando assim a vocação agropecuária desta freguesia que se mostra propícia à presença da economia camponesa.

Identificadas as vocações produtivas para cada subperíodo, cabe discutirmos com base na historiografia, alguns pontos acerca da economia mineira, e que tivemos oportunidade de comprovar em Guarapiranga. Apesar de ter possuído papel significativo nesta sociedade, a mineração aparece na grande maioria das vezes, em ambos os subperíodos, associada a outras atividades produtivas, ou seja, quase sempre ligada à agricultura e pecuária, sendo que apenas dois proprietários viviam estritamente da mineração. Portanto, uma característica marcante da economia de Guarapiranga é a presença de unidades produtivas diversificadas, onde a maior parte dos proprietários procuravam associar mais de uma atividade produtiva, o que procuramos também discutir e demonstrar para a economia mineira. Guimarães e Reis insistem em dizer que em Minas esta interrelação entre as atividades produtivas vigorava desde a primeira metade do século XVIII, pois, afirmam que a empresa mineradora expandiu-se graças à agricultura. Como mencionamos Francisco Eduardo Andrade denomina estas unidades de propriedades mistas, pois:

*(...) nas minas, houve desde o início da ocupação colonial, necessariamente, uma estreita articulação entre mineração, agricultura e pecuária. Na capitania de Minas Gerais, a contigüidade de terras minerais e agrícolas permitiam a constituição de unidades de produção mineratórias, agrícolas ou mistas, isto é, que conjugavam, em uma mesma unidade produtiva, a mineração e a agropecuária.*<sup>106</sup>

Sobre este aspecto, como também fala Clotilde Paiva, é perceptível a associação entre a mineração e outras atividades, como a agropecuária, desde o início do século XVIII. A autora afirma ainda que com o declínio da mineração, a economia mineira deixa de ser mononuclear, para se tornar mais diversificada e complexa:

---

<sup>106</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Op.Cit.* 1998, p. 120-121

*O que parece ter ocorrido foi uma substituição da mineração (como atividade nuclear) por um conjunto de atividades econômicas diversas. Podemos, portanto supor que estas atividades sempre coexistiram com a exploração aurífera e com a retração desta atividade mineradora elas passam a ser melhor visualizadas. Aparentemente, portanto, esta passagem de uma situação à outra se deu sem grandes rupturas uma vez que a maior parte da população já estava familiarizada com estas atividades e as transferências de mão-de-obra foram se dando sem grandes custos de adaptação.<sup>107</sup>*

O declínio e a perda por parte da mineração do papel principal na economia de Minas e em Guarapiranga é perceptível, e um relato do viajante Hermann Burmeister, que percorreu a região a partir do ano de 1807 nos mostra que:

*(...) finalmente, de um ponto mais elevado junto ao rio avistamos a vila da Piranga, que se estendia a nossos pés (...) Não parece haver muito movimento ali, atualmente, mas em tempos idos, na época do ouro, que abundava em seus arredores, a vila devia ter sido rica, o que testemunha as duas capelas ao lado da matriz. Hoje, a cidade conta com apenas 1500 habitantes(...)<sup>108</sup>.*

Entretanto, isto não significa que a mineração tenha sido totalmente extinta, ainda resistindo, como já demonstramos com base nas descrições das propriedades, mesmo no momento de predomínio das atividades agropecuárias. O viajante descreve uma vila sem movimento, uma vez que, pelo fato de não gerar a mesma riqueza e febre que a mineração, aquelas atividades não provocavam demasiado alvoroço na população, o que não significa, cabe lembrar, um atraso econômico desta freguesia, mas sim certa “acomodação”, se direcionando para atividades como a agricultura, pecuária e manufatura que apesar de proporcionarem uma menor rentabilidade, apresentavam uma maior segurança. Portanto, o que poderia estar ocorrendo com a freguesia de Guarapiranga, pode ser explicado de uma forma mais estrutural e que segundo Carla Almeida<sup>109</sup> ocorria em função de uma menor dependência desta economia mercantil de subsistência ao mercado para se auto-reproduzir.

Analisando mais detidamente as peculiaridades da produção agrícola de Guarapiranga, encontramos para a região uma certa diversidade no que se refere aos produtos cultivados. Para a realização desta análise, trabalhamos com 74 dos 111 inventários pesquisados. Essa metodologia teve que ser adotada, visto que, no restante da documentação, não consta a produção agrícola do inventariado. Evidente que certos proprietários, realmente não se voltaram para a agricultura, alguns viviam da pecuária, outros de renda e outros ainda de

<sup>107</sup> PAIVA, Clotilde P. *Op. Cit.* p. 29

<sup>108</sup> BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, (1807-1892)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Usp, 1980, p.202-203

<sup>109</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* 1995.

minerar, etc. No entanto, em alguns dos inventários em que não encontramos a produção agrícola, há a presença de trechos como: “*Fazendas de Roças*”<sup>110</sup>, “*Terras Agrícolas*”<sup>111</sup>, “*Terra de Planta*”<sup>112</sup>, “*Porção de terras com 30 alqueires de planta*”<sup>113</sup>, que no entanto, não são informados o cultivo, nem o valor da produção que se encontravam nessas terras. Além do mais, outro dado que evidencia a produção agrícola nessas propriedades é a referência a instrumentos agrícolas.

Para o primeiro subperíodo em apenas um inventário consta a descrição da produção agrícola, que é o caso do Capitão Manoel Ferreira de Carvalho<sup>114</sup>, que possuía 400 alqueires de milho, 20 alqueires de feijão e 10 alqueires de arroz, fato que impede com que façamos uma análise comparativa por período, em função do desequilíbrio da amostragem.<sup>115</sup> Para o segundo subperíodo novamente confirmamos que a maior parte dos produtores se dedicavam à produção de alimentos, como milho, feijão e arroz destinados ao abastecimento local e até mesmo a uma comercialização do excedente em mercados mais distantes, o que caracteriza a região como marcada por um certo dinamismo, característico de uma economia mercantil de subsistência. Percebemos que 91,44% da produção em alqueires se refere ao milho, 3,27% ao feijão, 2,02% ao arroz, sendo que o restante corresponde à produção de produtos como açúcar, algodão, farinha, café e cana.<sup>116</sup> A produção de cana, também poderia ser utilizada na produção de aguardente destinada ao consumo local, podendo assim como os produtos já citados, alcançar mercados mais distantes em decorrência do volume de sua produção. Apenas um pequeno número de inventariados se dedicavam a produtos característicos de uma economia externa, como açúcar, café e fumo, o que não caracteriza a freguesia como essencialmente de subsistência ou sem dinamismo econômico, em função da produção predominante<sup>117</sup>.

<sup>110</sup> ACSM – Cód.114 – Auto 2367 – 1º Ofício

<sup>111</sup> ACSM – Cód 26 – Auto 667 – 1º Ofício

<sup>112</sup> ACSM – Cód. 94 – Auto 1957 – 1º Ofício

<sup>113</sup> ACSM – Cód. 18 – Auto 552 – 1º Ofício

<sup>114</sup> ACSM – Cód. 67 – Auto 1474 – 2º Ofício

<sup>115</sup> Outros produtos foram detectados na documentação, mas em função da dificuldade de se converter para alqueires, não foi possível serem trabalhados, como: 100 rolos de fumo, produzidos, 2 canaviais e uma roça de milho plantada.

<sup>116</sup> Também para este subperíodo encontramos produtos com os quais não foi possível trabalhar sua quantidade em alqueires, ou por estar em planta, como: várias arrobas de açúcar, 14 rolos de fumo, 210 alqueires de milho em planta, um arrozal com 100 alqueires, 3 alqueires de feijão em planta e 3 canaviais.

<sup>117</sup> A produção de açúcar, algodão, e café se encontram na documentação avaliada, em arrobas, respectivamente 170,0; 95,0; e 18,0 arrobas. Fazendo a conversão: 1 Alqueire vale 32 arretéis, e 1 arretel equivale a 0,459Kg. Portanto, multiplicando 32 arretéis por 0,459Kg, temos 14,668Kg, que é o peso de uma arroba. Com isso adotamos a unidade de alqueire, pois, em quilos 1 arroba é igual a 1 alqueire. Ver: CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais; 1674-1835*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de Doutorado). Na documentação, a produção de cana encontra-se avaliada em 5,5 quartas, havendo uma referência

Portanto, esses dados vêm comprovar o que nos diz Francisco Eduardo Andrade:

*Nas Gerais, os gêneros agrícolas comumente plantados eram aqueles que faziam parte da dieta dos habitantes. O mais generalizado e antigo cultivo, na região de Mariana, era o do milho, consumido nas formas de farinha ou ‘canjica’... Associado ao milho, o feijão vai ser plantado em menor proporção, já que esta leguminosa exigia mais cuidados no cultivo e não se prestava à alimentação animal (suínos e bestas de cargas).<sup>118</sup>*

A citada presença de atividades mercantis que visavam à exportação é também de fundamental importância e deve ser trabalhada para compreendermos melhor a economia local, e como destacamos, a articulação destas atividades com aquelas necessárias à subsistência, era de suma importância para a sobrevivência das unidades produtivas. *Era muito comum a conjugação do cultivo de produtos agrícolas tipicamente destinados à subsistência (milho, arroz, feijão), paralelamente à produção de gêneros exportáveis.*<sup>119</sup>

Confirmando as informações de Carla Almeida para o termo, é complicado definir através dos inventários, quais eram as atividades para consumo e quais se destinavam ao mercado. Mas o importante é percebermos que, no Termo de Mariana e na freguesia de Guarapiranga, praticamente inexistia produção de culturas voltadas estritamente para a exportação tendo como destino outras províncias. O cultivo de produtos como, cana-de-açúcar, café, algodão e fumo eram quase sempre aliados à produção de alimentos. Analisando os inventários de Guarapiranga, verificamos que dos proprietários que se voltava para o cultivo destes produtos, poucos são descritos somente estes gêneros, sem referência a gêneros tipicamente de subsistência. Um primeiro exemplo seria o de D. Francisca Cândida de Oliveira Sande,<sup>120</sup> que para o ano de 1820 era relacionada como produtora de 74 arrobas de algodão e 10 arrobas de café. Outros dois exemplos até certo ponto relevantes são os de Ana Moreira da Silva<sup>121</sup> e o de Joana Pires Farinho<sup>122</sup>. A primeira inventariada aparece como produtora de 20 rolos de fumo, no entanto, seu imóvel refere-se a meia sesmaria com terras de planta, o que levanta a possibilidade de cultivo de alimentos de primeira necessidade. Fato

---

em alqueire, ½ alqueire. Como 1 alqueire equivale a 4 quartas, arredondamos a quantificação, convertendo a produção para 1,5 alqueire. Ver: CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano Costa Matoso sendo Ouvidor-Geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis* – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2V.

<sup>118</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.* 1998, p.116.

<sup>119</sup> *Idem.*

<sup>120</sup> ACSM – Cód. 97 – Auto 2032 – 1º Ofício.

<sup>121</sup> ACSM – Cód. 84 – Auto 1807 – 2º Ofício.

<sup>122</sup> ACSM – Cód. 55 – Auto 1254 – 2º Ofício.



semelhante ocorre com a segunda inventariada, que aparece na documentação como possuidora de 50 rolos de fumos, e também como proprietária de um sítio que leva 10 alqueires de planta, que como no caso anterior, não é mencionado de que cultivo se trata, o que pode indicar uma vinculação com gêneros voltados à subsistência.

Podemos então afirmar, que a região de Guarapiranga até mesmo em função dos produtos mais cultivados, produzia primeiramente pensando no abastecimento local. No entanto, isso não impedia que ocasionalmente, ou até mesmo continuamente, seu excedente fosse integrado a um mercado local ou regional, ou seja, poderia sim haver uma agricultura de produtos tipicamente de subsistência mercantilizada.

Ao percorrer a região entre 1808 e 1809, John Mawe, chamava a atenção pra a fertilidade do solo e das vantagens econômicas para a região caso fosse o rio Piranga, braço do Rio Doce, navegável.

*Se tornassem este rio navegável, daí resultaria uma imensa vantagem para o território que atravessa. Grandes quantidades de açúcar, algodão e outros produtos que o solo está em condições de produzir, além de excelente madeira de exportação, formariam, então, a base de vasto comércio, estimulando a indústria dos agricultores. Eles apenas cultivam hoje o que lhes baste para o consumo, por causa das enormes despesas ocasionadas pelo transporte por terra até o porto mais próximo, a mais de quinhentas milhas.<sup>123</sup>*

No entanto, relativizando a opinião deste viajante, detectamos em Guarapiranga uma produção agrícola considerável, que poderia não ser exclusivamente para o consumo, pois, juntamente com o que nos fala os autores trabalhados, esta freguesia poderia não se prender estritamente na subsistência. Vejamos alguns exemplos. O primeiro refere-se à já citada proprietária D. Francisca Cândida de Oliveira Sande, moradora na região de Pirapetinga.<sup>124</sup> Consta de seu inventário, em 1820, como já descrevemos, que esta possuía uma produção de 74 arrobas de algodão e 10 arrobas de café, e que ainda não podia designar o valor dos produtos, por terem sido ambos enviados para o Rio de Janeiro. O referido documento indica, ainda, que o preço seria declarado assim que o condutor retornasse. Outro exemplo muito interessante é o inventário de Antonio José de Araújo<sup>125</sup>. Neste documento, o tutor dos menores, José Leite de Araújo, além de descrever com o passar do tempo os rendimentos de

<sup>123</sup> MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1978, p. 137.

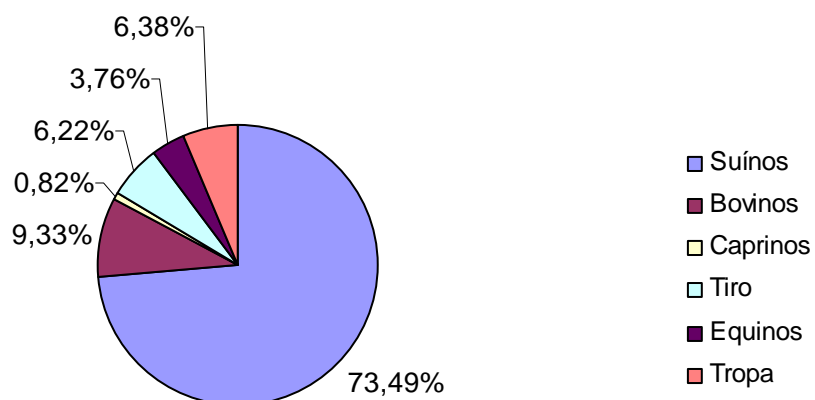
<sup>124</sup> A região de Pirapetinga refere-se atualmente ao distrito de Santo Antonio do Pirapetinga, e poderia ser, apesar de utilizarmos a Lista Nominativa de Manja-Léguas, tomada como exemplo, pois é uma região que tem seus limites territoriais com esta.

<sup>125</sup> ACSM Cód. 54 – Auto 1213 - 1ºOfício

cada herdeiro e o quanto gastou com vestuário e alimentação para a família, dá notícias de várias viagens feitas pela tropa da dita fazenda, que levando sal e fumo, partiram por nove vezes em direção ao Serro Frio e três ao Rio de Janeiro, além de informar outros momentos em que o fumo é comercializado, sem uma maior riqueza de detalhes. Em algumas viagens o tutor apenas arrendava a tropa da fazenda de que era administrador, para outros produtores que também comercializavam estes produtos nas praças mercantis já citadas, o que demonstra haver em Guarapiranga uma rede de comercialização que indica um importante dinamismo econômico. Tais exemplos, com base na documentação analisada, associado às informações referentes à produção agrícola, demonstram ser, a freguesia de Guarapiranga, uma região que possuía características de produção para o abastecimento local, mas que em função da diversificação se vinculava eventual ou continuamente ao mercado.

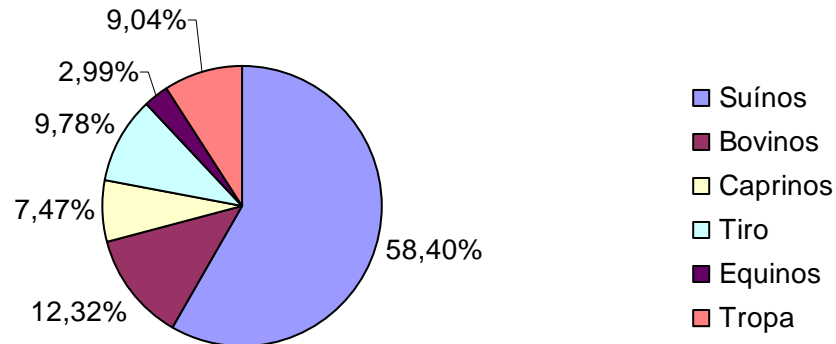
Outra atividade de fundamental importância para se compreender, as características econômicas não só de Guarapiranga, como também de Minas Gerais, é a pecuária. Constatamos através da documentação, a grande importância desta atividade para a economia da freguesia. Do total de inventários analisados, em 70% havia a presença de animais tanto para consumo como para o trabalho. Encontramos nessas unidades produtivas, a criação de: gado vacum, porcos, carneiros, ovelhas, cabras assim como detectamos para o trabalho agrícola, a presença de cavalos, mulas, bestas e machos.

**Gráfico 1 - Produção Pecuária em Guarapiranga  
1750-1779**



Fonte: Inventários post mortem do I e II ofícios do ACSM

**Gráfico 2 - Produção Pecuária em Guarapiranga  
1780-1820**



Fonte: Inventários post mortem do I e II ofícios do ACSM<sup>126</sup>

Através dos gráficos acima, podemos ter uma visão ainda melhor da relevância da pecuária para a freguesia de Guarapiranga, e dentro desta produção, o nítido predomínio da criação de suínos. No primeiro subperíodo estes representavam 73,49% de toda a produção pecuarista, sofrendo uma queda para o segundo subperíodo, porém ainda mantendo o predomínio da produção com 58,40%. Podemos constatar que a partir de 1780, há uma maior dedicação dos habitantes de Guarapiranga à pecuária, pois, o número médio de animais cresce, e no que se refere ao percentual, constatamos queda somente em relação aos suínos. Este fato pode ser explicado devido a uma maior dedicação à pecuária bovina e o crescimento dos animais de tiro, que apontaria para uma pecuária mais integrada ao mercado da corte e uma agricultura mais dinâmica com a maior presença de tração ou animais para transporte da produção, além da dedicação dos proprietários a diferentes criações, aumentando assim a importância destas no cenário econômico da freguesia, como por exemplo, os caprinos que passam de 0,82% para 7,47% .

Podemos detectar a partir dos inventários, casos bastante diversificados desta produção pecuarista. De toda a documentação pesquisada, o maior proprietário de animais é Capitão Manoel Ferreira de Carvalho<sup>127</sup>, que já no ano de 1765, aparecia como possuidor de um rebanho no valor de 1:244\$100. Este total estava dividido de forma bastante diversificada, desfrutando o inventariado de 76 suínos, 20 bovinos, 22 animais de tiro, 3 eqüinos, 30 animais

<sup>126</sup> Foram excluídos dos gráficos acima dois inventários em que encontramos descrito somente o valor do montemor.

<sup>127</sup> ACSM – Cód. 67 – Auto – 1474 – 2º Ofício

de tropa. Esta é uma posse bastante significativa, e que dá indícios de não ser exclusivamente para a subsistência, pois além do alto número de suínos, detectamos a presença de um grande número de animais de tropa, utilizados na condução e distribuição de produtos em outros mercados e também de animais de tiro que indicam a possibilidade de comercialização nos mercados locais, na tração de algum instrumento agrícola, como moinhos ou engenho, etc, o que também aponta para uma prática agrícola dinâmica e volumosa. Encontramos também outro exemplo bastante interessante. Joana Gonçalves Maciel<sup>128</sup>, que apesar de não possuir uma produção tão diversificada quanto o primeiro aparece como criadora de 105 porcos, que provavelmente não se destinava somente à subsistência, além de 4 bovinos e 4 eqüinos, que juntos valiam 92\$800, um valor relativamente baixo. No entanto, no outro extremo detectamos proprietários que possuíam posses ínfimas, como Victorino Ferreira de Barros<sup>129</sup>, que era proprietário de 4 porcos e 1 eqüino, que valiam 2\$400, além de inventariados que possuíam apenas uma mula ou um cavalo velho.

O predomínio da pecuária suína em relação à bovina pode ter diferentes explicações. Segundo Mafalda Zemella, durante muitos anos o porco foi o único animal criado nas vizinhanças das catas, pois, não exige pastos extensos. A autora ainda cita a preocupação das autoridades com relação a esta produção de suínos, que ao exigir atividade agrícola paralela, o milho, acabava por desviar escravos da mineração<sup>130</sup>. Segundo Mafalda Zemella, *à medida que avançava o século XVIII, mais intensa se fazia a criação de suínos, que não só atendia às necessidades dos habitantes da Capitania das Minas, mas também permitia a exportação de carnes salgadas e toucinho para o Rio de Janeiro*<sup>131</sup>. Para Francisco Eduardo Andrade, o sistema agrícola de roças vai limitar a associação entre a agricultura e a pecuária bovina. *Somente com o esgotamento das terras – agrícolas ou minerais – e a sua dificuldade de recuperação florestal é que se praticava uma criação de gado que não fosse para os necessários serviços de tração (nos engenhos) ou de transporte*<sup>132</sup>. Esta criação de suínos era muito comum em Minas Gerais, coexistindo em unidades escravistas ou não, pois, como fala, entre outros Carla Almeida *o milho (farinha de milho, angu e canjica), o feijão e a carne de porco constituíam a base da alimentação da população em Minas Gerais*<sup>133</sup>, fossem esses ricos ou pobres, livres ou escravos.

<sup>128</sup> ACSM – Cód. 45 – Auto – 1019 – 2º Ofício

<sup>129</sup> ACSM – Cód.61 – Auto – 1369 – 2º Ofício

<sup>130</sup> ZEMELLA, Mafalda P. *Op. Cit.*

<sup>131</sup> ZEMELLA, Mafalda P. *Op. Cit.* p. 250

<sup>132</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Op. Cit.* , p.117

<sup>133</sup> ALMEIDA, Carla M. Almeida. *Op. Cit.* 1994, p. 161

Mafalda Zemella também chama a atenção dentro desta produção pecuarista, para o crescimento da criação de bovinos, muares e bestas de cargas. Através dos gráficos I e II, podemos ter noção da relativa importância da criação destes em Guarapiranga. Encontramos na freguesia um significativo número de 49 proprietários, que se dedicavam à criação de gado, possuindo estes um total de 222 animais, enquanto os proprietários que detinham bestas e muares possuíam um número de 160 animais. Para a autora, esta produção começou a se destacar quando a mineração já estava decadente, na segunda metade do século XVIII. No entanto, apesar deste desenvolvimento, esta produção não chegou a ameaçar a hegemonia da criação de suínos, em função dos motivos anteriormente citados. Porém, mesmo não a superando, as criações mineiras de gado, bestas e muares permitiu que a Capitania de Minas Gerais se tornasse auto-suficiente no tocante a esta produção, permitindo inclusive sua exportação para outras regiões.

Portanto, a pecuária exercia um papel relevante dentro da freguesia de Guarapiranga, e não somente no que se refere à subsistência da população local, mas também em relação às exportações. Segundo Carla Almeida, a pecuária, era uma das atividades que mais compensava exportar, porém, necessitava de uma articulação com a agricultura, ou seja: *uma produção diversificada e efervescente para abastecer principalmente o mercado mineiro, conjugada a uma grande exportação de gado vacum, porcos em pé, toucinho e algum açúcar e café*<sup>134</sup>, sendo que os produtos que mais compensavam exportar para longas distâncias eram porcos e açúcar. As unidades produtivas que viviam exclusivamente da pecuária acabavam não alcançando grandes rendimentos. Para alcançar um nível mínimo de acumulação, as unidades pecuaristas precisavam evitar adquirir alimentos por meio do mercado procurando produzir conjuntamente produtos de subsistência. É o que encontramos para a freguesia de Guarapiranga, em função do considerável percentual de proprietários que possuíam unidades produtivas em que predominavam a agropecuária.

Para João Fragoso, a estabilidade dos complexos agropecuários mercantis de Minas Gerais após o auge minerador, pode ser comprovada através do volume de exportações mineiras para o Rio de Janeiro no século XIX. Segundo este autor, entre 1829 e 1832, mais de 88% das porcadadas e 45% das tropas que entraram no Rio de Janeiro eram provenientes de Minas Gerais. O valor das vendas mineiras, isto para o mercado interno, eram constituídos por bovinos, porcos e derivados de ambos. Fragoso demonstra, já para o início da segunda metade do XIX (entre 1842-1854), que:

---

<sup>134</sup> *Idem*.p. 163

*Pelas composições dessas exportações, percebe-se que Minas Gerais aparece no mercado do Sudeste, sobretudo, através de gêneros ligados ao consumo popular e escravo (só porcos, toucinho e carne salgada somavam 27,7% do total do valor vendido). Apesar de serem insignificantes as vendas de alimentos vegetais (o milho, o feijão, e as farinhas de mandioca e milho, juntos não ultrapassam 0,4% das vendas), os inquéritos econômicos (...) demonstram o peso desta agricultura de alimentos no interior da economia mineira.<sup>135</sup>*

Portanto, não podemos considerar produção de suínos e alimentos de Minas Gerais no período, apenas como sinônimo de subsistência, pois, os dados e a historiografia apontam para o caráter mercantilizado principalmente da primeira, sendo necessário, portanto, trabalharmos melhor os dados documentais e as características de cada região das Minas.

Outro ponto relevante em Guarapiranga é a destacada presença de instrumentos de trabalho e de transformação. O número significativo destes instrumentos pode representar uma maior vinculação desta economia ao mercado, pois além de gerar o aumento de determinados produtos, possibilitaria a produção de gêneros destinados à exportação para mercados fora da província, o que pode ser indicado pela presença de teares, engenhos, alambiques, etc.

---

<sup>135</sup> FRAGOSO, João L. R. *Op. Cit.* p. 126

**Tabela 3 – Instrumentos de trabalho e transformação em Guarapiranga por período**

<b>Instrumentos</b>	<b>% de Inventariados que possuem cada instrumento 1750-1779</b>	<b>Média de instrumento por inventariado</b>	<b>% de Inventariados que possuem cada instrumento 1780-1820</b>	<b>Média de instrumento por inventariado</b>
<b>Enxada</b>	72,72	8,56	73,56	5,16
<b>Foice</b>	81,81	9,61	77,01	4,84
<b>Machado</b>	100	4,80	68,97	2,25
<b>Alavanca</b>	59,10	2,62	22,99	1,50
<b>Cavadeira</b>	31,81	2,00	8,05	1,86
<b>Roda de Minerar</b>	4,55	2,00	2,30	1,00
<b>Almocafre</b>	59,10	4,85	14,94	3,30
<b>Tear</b>	13,64	1,00	21,84	1,00
<b>Roda de Fiar</b>	-	-	11,50	1,50
<b>Moinho</b>	22,72	1,00	26,44	1,00
<b>Engenho de Mandioca</b>	4,55	1,00	1,15	1,00
<b>Roda de Mandioca</b>	-	-	2,30	1,00
<b>Monjolo</b>	18,18	1,00	10,34	1,00
<b>Forno de Farinha</b>	27,27	1,33	11,50	1,00
<b>Engenho de Cana</b>	13,64	1,00	10,34	1,00
<b>Alambique</b>	4,55	1,00	6,90	1,00
<b>Grade</b>	-	-	4,60	1,00
<b>Tenda</b>	4,55	1,00	3,45	1,00

Fonte: Inventários post mortem do ACSM do I e II Ofício

OBS.: Foram excluídos desta dois inventários em que encontramos descritos somente o valor do monte-mor. A média de instrumentos foi calculada sobre o número de proprietários que possuíam determinado instrumento

A partir desta tabela podemos notar a marcante presença de instrumentos destinado ao trabalho agrícola seguido pelo minerador, como: enxadas, foices, machados, almocafres, alavancas e rodas de minerar. No entanto, o que nos chama atenção e que merece ser melhor

trabalhado, é a presença de instrumentos de transformação e sua importância e participação na economia de Guarapiranga.

Apesar da predominância da produção agropecuária, Douglas Libby, nos informa que *as atividades de transformação desempenharam relevante papel na formação do cenário social e econômico da província.*<sup>136</sup> Segundo Mafalda Zemella, e o próprio Libby as indústrias têxtil e siderúrgica começam a se desenvolver modestamente nas Minas, para alcançar com o tempo notável importância. Vemos na freguesia de Guarapiranga, a presença até significativa destas produções, como por exemplo, o fato de encontrarmos nesta freguesia um número de 20 teares e 15 rodas de fiar, além de detectarmos a presença de grades e tendas de ferreiro, embora seja pequeno o percentual de inventariados que possuíam estes últimos. Não pretendemos, entrar na discussão acerca de uma proto-industrialização de Minas, ou até da freguesia, mas sim atentar para a importância destas atividades dentro da economia mineira e de Guarapiranga.

No que se refere à siderurgia, esta surge inicialmente como uma alternativa de fuga do mercado para se adquirir os instrumentos de trabalho utilizados nas atividades agropecuárias e mineratórias. Libby afirma que: *o desenvolvimento da indústria de ferro em Minas dependia de uma demanda efetiva para seus produtos, isto é, a prévia existência de um mercado consumidor*<sup>137</sup>, e que o fazendeiro representaria um regular consumidor para estas forjas. Apesar das leis contrárias impostas pelas autoridades a esta atividade, ela consegue se desenvolver, em função do enorme consumo. No entanto, estas fundições, geralmente não constituíam unidades separadas da agricultura, pois, juntamente com estas atividades os proprietários sempre procuravam manter plantações.

O setor têxtil é outro ponto importantíssimo no cenário econômico de Minas, e tinham como base as plantações de linho, algodão e alguns rebanhos de carneiro, dos quais apenas o linho não é encontrado na freguesia de Guarapiranga. O setor têxtil foi uma das mais relevantes atividades de transformação que se desenvolveram na Minas. Segundo Francisco Eduardo Andrade:

*Em 1769, o Conde de Valadares informa que haviam caído os rendimentos dos contratos de entradas de produtos importados pela capitania de Minas por 'haver*

---

<sup>136</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.16

<sup>137</sup> *Idem.*



*dentro da capitania muito gado, bestas e teares de algodão com que muita gente se veste e seus escravos.*<sup>138</sup>

A abundância de algodão, permitiu o desenvolvimento de uma produção têxtil doméstica, que posteriormente ultrapassaria os limites do auto-consumo conquistando um mercado local, e até mesmo de âmbito nacional. Predominava no setor têxtil, uma mão-de-obra feminina livre e cativa, e também dentro deste setor uma produção familiar tipicamente camponesa, como fala Douglas Libby. De acordo com Mafalda Zemella:

*Os teares domésticos manejados pelas sinhá-donas e pelas mucamas negras foram se aperfeiçoando e a produção de tecidos cresceu de tal maneira que no último quartel do século XVII já havia reflexos dessa produção na decadência dos direitos de entradas, sendo que os tecidos ingleses e portugueses já lhe sentiam a concorrência.*<sup>139</sup>

Para o ano de 1842, João Fragoso afirma que os panos de algodão representavam 7,6% das vendas mineiras para o Rio de Janeiro. Douglas Libby, ao citar o Relatório do Presidente de Província do ano de 1846 destaca a prosperidade de alguns municípios mineiros com relação à produção têxtil e entre estes, o autor inclui o de Piranga.<sup>140</sup> Portanto, é significativa para a economia de Guarapiranga, a produção de tecidos, principalmente se tratando de um período posterior, meados do século XVIII, pois num momento inicial, essa produção ainda procurava seu espaço.

A freguesia de Guarapiranga como vimos, é marcada pela presença de cana-de-açúcar e conseqüentemente de engenhos e alambiques. Encontramos nos inventários que para o primeiro subperíodo, 13,64% dos inventariados possuíam engenho de cana, e que no segundo subperíodo, este percentual cai para 10,34%. Já a posse de alambiques apresenta um movimento contrário, pois, no primeiro subperíodo 4,55% dos inventariados possuíam este instrumento, enquanto no segundo este percentual sobe para 6,90%, como podemos perceber pela tabela, o que demonstra ser presente na região a produção de açúcar, detectada e trabalhada anteriormente e que aparece na quantidade de 170 arrobas, além de aguardente. Como fala Zemella, apesar das proibições da Coroa principalmente no ano 1715, de se instalar novos engenhos em Minas Gerais, permitindo a produção de aguardente somente nas

---

<sup>138</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Um negócio bem sortido: as mercadorias do comércio colonial mineiro. *Cadernos do Laboratório Interdisciplinas de pesquisa em História Social*. Niterói, n. 2, p. 77, 1995. Apud ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.* 1998, p. 118.

<sup>139</sup> ZEMELLA, Mafalda P. *Op. Cit.* p.253

<sup>140</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.* p. 207.

capitanias onde não havia ouro, estas ordens eram facilmente burladas, e segundo Carla Almeida, eram muito freqüentes os engenhos de moer cana, por exemplo, em Mariana.

Ao analisar a produção dos engenhos neste espaço administrativo, Carla Almeida mostra que, embora parte de sua produção fosse exportada para o Rio de Janeiro, seu destino parece ser quase sempre a fabricação de aguardente e açúcar para abastecer o mercado interno provincial. A região de Mariana teve importante produção de aguardente que provavelmente era, em parte, exportada para outros mercados. A autora afirma também, que a presença de alambiques neste Termo foi sempre crescente. Entre 1782 e 1792: “*Mariana produziu uma média anual de Barris de cachaça que variou de 6.118 a 11.409, sendo que os distritos que registravam a maior produção eram Furquim, Barra Longa, Sumidouro e Piranga*”.<sup>141</sup> Além do mais, como citamos, ao lado da carne suína, o açúcar era o produto que mais compensava exportar para longas distâncias e que também se achava presente na dita freguesia.

Depois de trabalhados os dados e informações obtidas nos inventários, partiremos para a análise de outras fontes primárias que podem nos auxiliar neste trabalho de contextualização do quadro econômico e produtivo da freguesia de Guarapiranga. Primeiramente trabalharemos com as Listas Nominativas, onde podemos detectar, entre outras informações o estabelecimento a que se dedicava cada chefe de domicílio. Trabalharemos com três Listas Nominativas, a primeira é mais exatamente uma relação de habitantes do distrito de Guarapiranga, que traz além dos nomes dos chefes e sua ocupação, o número de escravos que cada um possuía. Neste documento não foi possível identificar a data de sua realização, pois, esta não é informada. No entanto, há indícios de que esta relação possa fazer parte do maço de listas confeccionadas em Minas no ano de 1804, uma vez que, o Capitão do distrito no momento em que esta foi feita, e que procedeu à sua realização, Antonio Gomes Sande, que também consta dela, possui inventário<sup>142</sup> e testamento no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, que nos informa de seu falecimento no ano de 1806, o que na pior das hipóteses, insere esta lista dentro de nosso período de análise. A segunda lista também data de 1804, e se refere a uma aplicação que já citamos, pertencente à freguesia de Guarapiranga, denominada São José do Xopotó. Este documento é riquíssimo em informações, e traz detalhadamente todos os dados e características sobre os domicílios, como ocupação, escravos, filhos, agregados e até mesmo a produção agrícola e de animais. Outra lista realizada no ano de 1819 refere-se ao distrito de Manjá-Léguas, que como informamos ainda hoje pertence atualmente

---

<sup>141</sup> *Idem* p. 160

<sup>142</sup> ACSM – Cód. 25 – Auto 645 – 1º Ofício

a Piranga. Esta lista diz respeito ao pagamento de impostos sobre o número de escravos e indica o estabelecimento que cada qual se dedicava, entre outras informações.

A partir da primeira lista, foi possível elaborar a seguinte tabela, que descreve de forma bastante interessante o panorama produtivo do distrito de Guarapiranga.

<b>Tabela 4 – Distribuição dos chefes de domicílio de Guarapiranga por Ocupação e posse de escravos - 1804</b>					
<b>Ocupação</b>	<b>Nº Chefes de Domicílio</b>	<b>%</b>	<b>Nº Escravos por Ocupação</b>	<b>%</b>	<b>Relação Escravos/Chefe</b>
<b>Eclesiásticos</b>	8	4,4	62	7,3	7,75
<b>Miner./Agric.</b>	27	15,0	367	43,2	13,6
<b>Agricultores</b>	47	26,0	271	32,0	5,7
<b>Negociantes de Fazenda Seca</b>	6	3,3	38	4,5	6,3
<b>Tropa no Caminho do Rio</b>	2	1,1	13	1,5	6,5
<b>Pessoas que usam de Venda</b>	12	6,6	23	2,7	1,9
<b>Mascate de Toicinho e Fazenda Seca</b>	2	1,1	1	0,1	0,5
<b>Cirurgiões e Boticarios</b>	5	2,8	21	2,5	4,2
<b>Oficiais Satueros</b>	3	1,7	1	0,1	0,3
<b>Ferreiros</b>	8	4,4	3	0,3	0,4
<b>Ferradores</b>	2	1,1	7	0,8	3,5
<b>Caldeireiros</b>	2	1,1	4	0,4	2
<b>Carpinteiros</b>	16	8,8	11	1,3	0,7
<b>Feitores</b>	9	5,0	5	0,5	0,5
<b>Alfaiates</b>	12	6,6	7	0,8	0,6
<b>Sapateiros</b>	10	5,5	3	0,3	0,3
<b>Selleiros</b>	2	1,1	4	0,4	2
<b>Caixeiros de Lojas</b>	2	1,1	0	-	0
<b>Sacristãos</b>	2	1,1	1	0,1	0,5
<b>Oficiais de Justiça</b>	4	2,2	7	0,8	1,7
<b>Total</b>	181	100	849	100	4,7

Fonte: Relação dos Habitantes de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. da Conceição de Guarapiranga – 1804. AN – Coleção Casa dos Contos - Rolo 634 – Cx.311- Doc. 498

Portanto, verificamos mais uma vez o predomínio das atividades agrícolas e mineratórias, e o mais importante, a associação entre ambas mesmo no início do século XIX. Os proprietários que se dedicavam às duas atividades, apesar de não representarem o maior número, perdendo somente para a agricultura, possuíam um número de escravos que representava 43,2% do total. Estes dados vêm ao encontro do que procuramos mostrar na discussão inicial, ou seja, da necessidade de se relativizar a crise, além de percebermos e identificar as características da mineração mesmo em um momento de predomínio das atividades agrícolas. Esta importância da agricultura é também comprovada pela tabela, na qual 26% dos chefes de domicílio se dedicavam à agricultura, apesar de não possuírem o maior número de escravos, além do mais, os chefes que viviam da mineração, não o faziam estritamente desta, associando-a a agricultura, o que mostra uma supremacia das atividades agrícolas.

Guarapiranga caracteriza-se neste momento por ser uma freguesia tipicamente agrícola, com uma notável predominância destas atividades. Porém, percebemos por esta lista, como procuramos demonstrar anteriormente, a presença de uma economia que apesar de produzir inicialmente para a subsistência, procurava se vincular ao mercado, apresentando até certo ponto níveis de mercantilização. É significativa a presença de comerciantes e negociantes, que representavam 12, 1% dos chefes de domicílio, o que demonstra a presença de um ativo mercado local, que seria abastecido pelos produtores da região, e entre estes os camponeses que em determinados momentos estariam negociando seus excedentes, como principalmente a carne de suínos e alguns produtos agrícolas.

Não somente o mercado local estaria sendo abastecido com a produção de escravistas e camponeses de Guarapiranga, pois, a presença no distrito de pessoas que viviam de tropa no caminho do Rio, indica a existência de uma relação comercial da freguesia com praças mercantis mais distantes. Estes tropeiros e vendeiros seriam os responsáveis por um comércio que proporcionaria uma maior mercantilização da economia. Hebe Castro ao confirmar a presença camponesa no Brasil Colonial, sua relação com os tropeiros e a grande importância de ambos, fala que:

*(...) Este campesinato brasileiro compreenderia os pequenos proprietários de terra, mas também arrendatários e posseiros, formando parte essencial da sociedade colonial e oitocentista, seja como produtores de mercadorias, especialmente para o mercado interno, seja como clientela política. Sua produção engendraria todo um*

*setor de comercialização específico, formado por vendeiros e tropeiros, entre outros (...).*<sup>143</sup>

Outros sinais de diversificação e dinamismo desta freguesia é a presença de ferreiros, oito no total, que indicaria a existência de forjas, que poderiam estar produzindo ferramentas e instrumentos de trabalho, evitando ou diminuindo a procura em mercados externos. Já a existência de alfaiates, um número de doze, que se dedicavam à confecção de roupa, a presença significativa de teares utilizados no trabalho doméstico e a produção de algodão na região, poderia abastecer a região com relação à produção de panos e tecidos mais grosseiros. Já os ferradores, que poderiam manter estreitas relações com os ferreiros, seriam os responsáveis pelo aparelhamento das tropas já citadas. Além da presença de seleiros, sapateiros, e carpinteiros, etc, demonstrando assim a diversidade e o dinamismo econômico de Guarapiranga.

Na citação anterior, retirada do artigo da professora Hebe Castro ela chama atenção para os diferentes agentes sociais que formariam durante o período colonial o “campesinato brasileiro”. Como já mencionamos, a freguesia de Guarapiranga era marcada pela presença camponesa, grupo social que representa o ponto central de nosso trabalho, e que posteriormente trabalharemos de maneira mais aprofundada, tanto teoricamente como empiricamente. No entanto, para que tenhamos neste momento uma noção da complexidade que envolve este conceito, apresentaremos ainda de forma superficial alguns pontos que se destacam e levantam discussões na definição deste conceito.

O conceito de camponês representa dentro da historiografia brasileira, um dos pontos mais polêmicos de discussão. Assim, é de fundamental importância que realizemos um debate em torno da definição deste tema, na tentativa de elucidar as várias concepções que importantes autores apresentam sobre este conceito, para que assim, possamos definir quem seria em Guarapiranga, este grupo camponês sobre o qual nos deteremos de forma especial. Num primeiro momento, buscaremos realizar em linhas gerais esta discussão, recuperando e aprofundando esta análise teórica em outro capítulo em que trabalharemos especificamente todas as características do grupo camponês.

Em sua tese de doutoramento, recentemente publicada, Sônia Maria de Souza,<sup>144</sup> realizou uma importante reflexão, sobre este grupo social. Em um dos tópicos, do primeiro

<sup>143</sup> MATTOS, Hebe M. M. Campesinato e escravidão. In SILVA, Francisco Carlos T.da. MATTOS, Hebe M.M. de. E FRAGOSO, João Luis R. (orgs). *Escritos sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, 2001, p.332.

<sup>144</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade...estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de fora (1870-1920)*.Niterói: ICH/UFF, 2003. (Tese de Doutorado)

capítulo de seu trabalho, ela promoveu um debate teórico acerca do campesinato enquanto categoria social. Assim, a partir de uma discussão que abarca autores estrangeiros, principalmente russos, essenciais para a construção do conceito de camponês, juntamente com autores brasileiros, a autora desenvolveu um rico debate acerca do tema.

Escrever sobre o campesinato significa penetrar em um dos mais perigosos terrenos da historiografia. A tentativa de se definir o que se entende por camponês, não é nada fácil, e como diz Ciro Flamarion, *a noção de camponês é, possivelmente, uma das mais escorregadias que existem.*<sup>145</sup> Segundo Ricardo Abramovay<sup>146</sup>, ao se utilizar a expressão "camponês", ao invés de aparecer uma unanimidade entre os pesquisadores, o que surge são diversos tipos de abordagem. Em publicação recente onde revê suas idéias anteriores sobre a noção de camponês, Ciro Flamarion confirma sua opinião em relação à dificuldade de se definir o campesinato que para ele é: *uma noção vaga, ampla demais e carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos, concomitantemente, é impossível abandonar tal noção, por ser idéia socialmente difundida, desde muito antes do advento das ciências sociais.*<sup>147</sup> Assim, a opinião de Ciro Flamarion, em muito nos anima, pois, mesmo chamando a atenção para a dificuldade de se trabalhar com o tema, ele vem demonstrar, o quanto é cabível utilizar este conceito.

Segundo Sônia Souza, a grande dificuldade parece residir em definir quem seriam os camponeses. Vários autores procuram conceituar o campesinato e encontramos na escola populista russa, uma das mais elaboradas teorias a respeito do funcionamento da economia camponesa. Segundo Alexander Chayanov:

*Uma economia camponesa se caracteriza pelo acesso à terra e pela utilização da mão-de-obra familiar (...) o principal objetivo do camponês é procurar suprir as necessidades básicas dos membros da família, o que justificaria o fato de recorrer ao mercado, sem no entanto, visar o lucro, aspecto que diferencia uma unidade de exploração camponesa de uma empresa capitalista.*<sup>148</sup>

Portanto, a base desta economia é a família, e segundo Chayanov, seu tamanho influencia na dimensão de terra a ser cultivada em função das necessidades dos seus membros.

<sup>145</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *S. Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.51

<sup>146</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. Duas Visões do Campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*. n.2, v.20, 1990, p.306.

<sup>147</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. (org). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002, p.35

<sup>148</sup> CHAYANOV, Alexander V. *La organización económica campesina*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974.

O campesinato russo também é tema de estudo de Teodor Shanin, que assim como Chayanov aponta a importância do trabalho familiar, e afirma que, o cerne das características determinantes do campesinato parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida<sup>149</sup>. Segundo este autor:

*Quando (e se) fosse utilizada uma navalha de Occan, seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como definição mais estrita de camponês. Deve-se, aqui, frisar que quando se fala em estabelecimento rural familiar, está-se sublinhado não o parentesco, ou melhor, a unidade reside não no parentesco, mas na produção.*<sup>150</sup>

O trabalho já citado de João Fragoso, *Homens de grossa aventura*, visa, entre outras regiões, analisar os agentes de produção, presentes no complexo agropecuário voltado para o abastecimento interno em Minas Gerais, principalmente após o auge minerador, o que não significa, que a atividade mineratória excluísse de seu espaço econômico, as atividades agropecuárias. Assim, a freguesia de Guarapiranga representaria também, este espaço econômico estudado por Fragoso. Na tentativa de ampliar o conceito de campesinato, e melhor identificá-lo dentro de Minas Gerais, Fragoso recorre a Daniel Torner, para quem:

*Uma unidade camponesa pode incluir um ou mais trabalhadores de fora do núcleo familiar (escravos, servos domésticos, jornaleiros, etc) sem que isso faça com que a unidade deixe de ser camponesa. Isso é claro, desde que a contribuição dos “de fora” seja inferior à dos membros da família na produção.*<sup>151</sup>

Quando, porém, a questão é definir o campesinato no Brasil, a tarefa é ainda mais difícil, pois, são escassos os estudos referentes ao tema, sobretudo no período escravista. O campesinato brasileiro conviveu com o sistema escravista, no entanto, foi relegado a segundo plano em função do interesse dos pesquisadores em se centrar no caráter agroexportador da economia brasileira, priorizando a análise de senhores e escravos e ignorando os setores ligados à economia de abastecimento interno de alimentos, que desempenharam papel importantíssimo na formação da economia brasileira. Como mostra Sônia Maria de Souza, os estudos sobre camponeses, têm se concentrado principalmente no século XX, tratando-se de trabalhos recentes dos antropólogos, em função da realização de trabalho de campo.<sup>152</sup> Assim

<sup>149</sup> SHANIN, Teodor. *La clase incómoda: sociología política del campesinado em uma sociedad em desarrollo* (Rússia 1910-1925) Madri: Alianza Editorial, 1983.

<sup>150</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998p.133

<sup>151</sup> *Idem.* p.133

<sup>152</sup> Em sua tese, Sônia Maria de Souza, lista um grande número de autores que realizam este tipo de trabalho. Ver: p.7-21.

como fez Sônia para a região de Juiz de Fora, adotarei como referencial para definir o que seria uma economia campesina, as definições de Hebe Castro e de Ciro Flamarion Cardoso. A justificativa para esta opção teórica é o fato destes autores estenderem o conceito de camponês ao período escravista brasileiro.

Para Ciro Flamarion, uma estrutura camponesa se define do ponto de vista econômico, sobretudo por quatro características:

*1) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, e como dispor do excedente.*<sup>153</sup>

Segundo Ciro, sua definição remete a uma característica central em sua atitude teórico metodológica, que é uma forte vocação para análises históricas comparativas.

*Isto pode explicar pelo menos em parte, que meu curto texto sobre economia camponesa se centrasse, afinal de contas, na busca de definição de camponês, ou campesinato, aplicável a diferentes sociedades e épocas, em lugar de, por exemplo, ocupar-se do funcionamento e da dinâmica de tal economia camponesa.*<sup>154</sup>

Da mesma maneira, Hebe Castro<sup>155</sup>, ao trabalhar com os traços básicos que definem uma unidade como camponesa, destaca principalmente a estabilidade no acesso à terra, que possibilitava ao camponês, desfrutar de uma autonomia frente aos grandes proprietários, e o predomínio do trabalho familiar, não excluindo uma mão-de-obra adicional, que no caso brasileiro poderia ser livre ou escrava.

Segundo Sônia Souza, as discussões a respeito do campesinato, têm ultrapassado os critérios econômicos, graças às contribuições dos antropólogos. A antropóloga Ellen Woortmam<sup>156</sup> impõe duras críticas a autores que definem o campesinato, somente em função dos aspectos econômicos, como o próprio Chayanov, e que desconsideram a importância de

<sup>153</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p.52.

<sup>154</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Op. Cit.* 2002, p. 23

<sup>155</sup> MATTOS, Hebe M. C. Campesinato e escravidão. In: SILVA, Francisco Carlos T. da. MATTOS, Hebe M. C. de. e FRAGOSO, João L. R. (orgs.) *Escritos sobre História e Educação: homenagem a Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, 2001.

<sup>156</sup> WOORTMANN, Ellen. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EDUNB, 1997.



fatores culturais, como por exemplo, as relações de parentesco, compadrio, vizinhança e/ou amizade, elementos fundamentais na organização da comunidade camponesa.

Assim, para o desenvolvimento desse estudo definiremos como camponesas aquelas unidades em que os indivíduos possuíam acesso estável a terra, não necessariamente como proprietário legal; produção destinada ao sustento da unidade produtiva, o que não impedia o oferecimento de eventuais excedentes no mercado interno; e finalmente, a mão-de-obra essencialmente familiar, não descartando, porém, a utilização eventual de trabalho adicional podendo ser de livres ou escravos. No caso da utilização eventual da mão-de-obra escrava, incluiremos neste universo, aqueles proprietários que possuíam até cinco cativos. No entanto, merecem atenção alguns casos especiais em que os indivíduos aparecem como proprietários de plantéis superiores a cinco escravos, que, no entanto apresentam características físicas que impedem seus proprietários de usufruírem uma condição econômica privilegiada, e se aproximem das características camponesas.

Esta última característica da definição do que seria a economia camponesa, representa o ponto de maior polêmica e discussão. Alguns autores se colocam totalmente contrários a esta posse de escravos por parte dos camponeses, como por exemplo, Alida Metcalf e Márcia Menendes Mota. Outros já consideram a possibilidade da posse de escravos entre os camponeses, como Hebe Mattos, Ciro Flamarion, Sônia Souza e Carlos Bacellar, com alguns estipulando inclusive o número máximo de escravos até cinco. Este e outros pontos serão detalhados e debatidos de maneira mais aprofundada em um momento posterior.

Ao analisarmos a segunda lista, o Mapa dos Habitantes da Aplicação de São José do Xopotó, do ano de 1804, percebemos nitidamente a predominância dos domicílios que se dedicavam à produção agrícola. Do total dos domicílios recenseados nesta localidade (70 domicílios no total), 70% dos chefes (49 deles), disseram que viviam da roça, possuindo um total de 296 escravos.

<b>Ocupação</b>	<b>Nº Chefes de Domicílio</b>	<b>%</b>	<b>Nº Escravos por ocupação</b>	<b>%</b>	<b>Relação Escravos/Chefe</b>
<b>Eclesiástico</b>	01	1,5	4	1,25	4
<b>Roça</b>	49	70	296	92,2	6,0
<b>Venda/Da Terra</b>	02	2,8	8	2,5	4
<b>Loja Fazenda Seca</b>	01	2,8	8	2,5	8
<b>Tecer</b>	01	1,5	0	0	0
<b>Ferreiro</b>	02	2,8	3	1,0	1,5
<b>Cirurgião</b>	01	1,5	1	0,3	1
<b>Sapateiro</b>	01	1,5	1	0,3	1
<b>Alfaiate</b>	02	2,8	0	0	0
<b>Jornaleiro</b>	02	2,8	0	0	0
<b>Não Informado</b>	07	10,0	0	0	0
<b>Total</b>	70	100	321	100	4,5

Fonte: Mapa dos Habitantes de São José do Xopotó - 1804

Ao analisarmos os dados desta documentação, notamos assim, a grande característica agrícola da região e mais uma vez a importância desta atividade. Interessante percebermos, que não encontramos nesta Aplicação nenhum chefe de domicílio que se dedicasse à mineração. Nesta localidade, a extração mineral possivelmente não era tão importante a ponto de chegar a qualificar alguém como minerador, podendo ser secundária à ocupação principal do sujeito. Entretanto, mais uma vez detectamos uma certa diversidade de ocupações, em função da presença de chefes de domicílios que se dedicavam ao comércio, ao ofício de ferreiro, de tecer, etc; Evidente que em número menos significativo por se tratar de uma aplicação da dita freguesia.

A Aplicação de São José do Xopotó apresentava também uma considerável produção agrícola de milho, feijão, arroz, fumo e algodão. Vejamos:

**Tabela 6 - Produção agrícola na Aplicação de São José do Xopotó - 1804**

Produtos	Quantidade (Alqueires)	Nº de proprietários	Produção Média por prop. (Alqueires)
<b>Milho</b>	9068	48	188,92
<b>Feijão</b>	552	42	13,14
<b>Arroz</b>	323	21	15,38
<b>Fumo</b>	240	03	80,00
<b>Algodão</b>	14	02	7,00

Fonte: Mapa dos Habitantes da Aplicação de São José do Xopotó - 1804.

Obs.: Neste Mapa dos habitantes de São José do Xopotó, foram recenseados 70 chefes de domicílios, sendo que a produção média obtida na tabela acima se refere somente àqueles que se dedicavam a produção de determinado produto.

Novamente o milho se destaca, sendo o produto mais cultivado, cujas razões já foram explicitadas anteriormente, e ao lado deste o feijão e o arroz. Mas há também a presença de produtos como o fumo, que apresenta uma considerável produção de 240 alqueires, ou seja, associação de produtos de subsistência com aqueles gêneros que poderiam se vincular mais diretamente ao mercado, o que pode indicar a possibilidade de comercialização do excedente no mercado local, em razão da presença de vendas e loja e até mesmo em praças mais distantes. No entanto, São José do Xopotó, segundo mostra o Mapa, apresenta um fraco potencial pecuarista, havendo somente um pequeno número de dezesseis capados citados, não havendo referência a outro tipo de criação.

Outro dado bastante relevante que esta documentação nos apresenta, é o de um considerável número de agregados, um total de 43 para os 70 domicílios recenseados, o que demonstra haver nesta região, o recurso a outra forma de mão-de-obra externa, que não a escrava, o que também pode indicar uma estratégia de sobrevivência para lares pobres.

Uma terceira Lista Nominativa utilizada para se compreender todo o contexto da freguesia, e que se refere ao ano de 1819, é de Manja-Léguas, distrito de Guarapiranga.

**Tabela: 7 - Distribuição dos Chefes de Domicílio de Manja-Léguas por ocupação e posse de escravos – 1819.**

Ocupação	Nº Chefes de Domicílio	%	Nº Escravos por Ocupação	%	Relação Escravos/Chefe
<b>Roceiro</b>	17	29,3	57	22,1	3,4
<b>Mineiro</b>	6	10,3	127	49,2	21,1
<b>Roc./Min.</b>	2	3,5	60	23,2	30
<b>Comércio</b>	7	12,0	3	1,2	0,4
<b>Ferreiro</b>	3	5,2	3	1,2	1
<b>Alfaiate</b>	2	3,5	0	0	0
<b>Jornaleiro</b>	5	8,6	0	0	0
<b>Feitor</b>	2	3,5	1	0,4	0,5
<b>Pobre</b>	6	10,3	1	0,4	0,3
<b>Vive de seu Tear</b>	1	1,8	0	0	0
<b>Não Informado</b>	7	12,0	6	2,3	1
<b>Total</b>	58	100	258	100	4,5

Fonte: Lista Nominativa do Distrito de Manja-Léguas do AHCMM

Analisando a tabela, podemos perceber que dos 58 domicílios identificados, 17 deles, ou seja, 29,3%, eram estritamente de roceiros. Apesar de se referir a um distrito, as informações acima vêm corroborar os outros dados e informações já trabalhadas para a freguesia: o predomínio do número de indivíduos que se dedicavam à agricultura, a associação de atividades agrícolas e mineratórias, além da diversificação de profissões. Outra questão relevante se refere a presença de mineiros neste distrito, o que confirma presença de atividades mineratórias no ano de 1819, momento considerado de crise.

No entanto, seria interessante cruzarmos as informações da tabela 5 e 7, pois as duas localidades pertenciam à freguesia de Guarapiranga. Na primeira localidade, São José do Xopotó, para o ano de 1804, não encontramos a presença de mineiros. Já para Manja-Léguas, no ano de 1819, detectamos a presença dos mineradores na economia e uma considerável participação na posse de escravos. Isto nos leva a refletir sobre a necessidade de relativizar nossas conclusões, acerca inexistência de determinada atividade produtiva, não somente em Minas, mas também em uma freguesia, pois como vimos, até mesmo em Guarapiranga, as características econômicas podem apresentar aspectos distintos, seja em função da localização, vocação produtiva ou outras questões; que necessitam ser investigadas.

Outro documento que muito contribui para que possamos compreender e melhor identificar as características produtivas da Freguesia de Guarapiranga, é o Mapa de

Rendimento Trienal dos Reais dízimos da Capitania de Minas Gerais<sup>157</sup>. Este é um documento de fundamental importância, pois, podemos ter uma noção da produção agrícola da região, em função dos dízimos arrecadados.

O documento é de extrema riqueza, mencionando todas as Comarcas e Freguesias da Capitania de Minas Gerais, informando o rendimento de cada freguesia, além de fazer referência a um dado importantíssimo para os objetivos de nosso trabalho, que é o número de roças existente em cada freguesia, o que nos permite assim, identificar a importância agrícola e a contribuição de cada freguesia dentro de sua comarca.

**Tabela 8 - Rendimento trienal dos dízimos para a Comarca de Vila Rica - 1768**

<b>Freguesia</b>	<b>Número de Roças</b>	<b>Dízimos</b>	<b>Valor Médio</b>
<b>Ouro Preto/Antônio Dias</b>	59	3:169\$000	53\$712
<b>Sto. Antônio da Casa Branca</b>	40	1:441\$300	36\$032
<b>São Bartolomeu</b>	36	1:442\$500	40\$069
<b>Cachoeira do Campo</b>	73	3:815\$000	52\$260
<b>Itatiaia</b>	45	1:473\$000	32\$733
<b>Ouro Branco</b>	30	1:979\$000	65\$966
<b>Itambira</b>	63	5:221\$000	82\$873
<b>Congonhas do Campo</b>	353	23:314\$000	66\$045
<b>Cidade de Mariana</b>	52	2:416\$000	46\$461
<b>Sumidouro</b>	130	6:695\$000	51\$500
<b>Guarapiranga</b>	253	9:067\$000	35\$838
<b>Furquim/Barra Longa</b>	174	8:603\$000	49\$442
<b>São Caetano</b>	58	2:413\$000	41\$603
<b>Antônio Pereira</b>	18	1:019\$000	56\$611
<b>Camargos</b>	28	2:003\$000	71\$535
<b>Inficionado</b>	96	5:482\$000	57\$104
<b>Catas Altas</b>	61	3:902\$000	63\$967
<b>São Sebastião</b>	16	1:023\$000	63\$937

Fonte: OLIVEIRA, Tarquinio J. B. de. Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768. Brasília -ESAF. 1976.

A partir dos dados, podemos perceber nitidamente a importante participação da Freguesia de Guarapiranga na arrecadação dos dízimos da Comarca de Vila Rica. Esta

<sup>157</sup> OLIVEIRA, Tarquinio J. B. de. Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768. Brasília. - ESAF. 1976.

freguesia apresenta um elevado número de roças e conseqüentemente uma importante e considerável arrecadação de dízimos. Pela tabela notamos que do total de vinte freguesias que correspondem à Comarca de Vila Rica, Guarapiranga apresenta um rendimento inferior somente em relação a Freguesia de Congonhas do Campo.

No entanto, é importante salientar o elevado número de roças na Freguesia de Guarapiranga. Este dado vem confirmar as características agrícolas da freguesia, que propiciaria a presença camponesa que se dedicaria às atividades agropecuárias. Um indício ainda mais significativo desta presença camponesa se deve ao fato, de que, apesar de ser a segunda freguesia em número de roças e no valor total dos dízimos, entre os valores médios de pagamento Guarapiranga fica somente à frente de Itatiaia, o que pode ser explicado pela existência dos ditos camponeses, que quando tinham condições de pagar dízimos, o fazia de forma bastante irrelevante, ficando a maior parte dos valores da arrecadação aos demais grupos presentes na hierarquia social desta freguesia, o que indica existir em Guarapiranga, uma forte diferenciação social.

Se no ano de 1768, momento em que ainda havia um reflexo da mineração na economia de Minas Gerais, o número de roças e o valor dos dízimos em Guarapiranga já eram consideráveis, podemos então supor que no momento em que a mineração perde para as atividades agropecuárias o papel central na economia mineira, a tendência seria um aumento destes números, uma vez que um significativo contingente populacional estaria se deslocando para as áreas agrícolas e de fronteira aberta (Guarapiranga), em busca de melhores condições de sobrevivência.

Se compararmos as áreas propícias à agricultura, com aquelas cujo solo não apresentava facilidades, mas não total impossibilidade, de condições para um desenvolvimento agrícola como as áreas mineradoras de Ouro Preto e Mariana, podemos detectar uma necessária ligação comercial entre ambas, o que caracterizaria como mostrou Fragoso na existência de *complexos agropecuários mercantis*<sup>158</sup>. Durante o ano de 1768, ainda era relevante a importância da mineração, e conseqüentemente, o número de pessoas que habitavam a região aurífera, e neste momento as cidades de Mariana e Ouro Preto/Antônio Dias juntas possuíam um total de 111 roças, menos da metade que a freguesia de Guarapiranga. Desta maneira, a produção agrícola nestas áreas mineradoras possivelmente não era suficiente para o consumo de seu contingente populacional, que era bastante elevado. Assim, restaria a estas regiões adquirir os produtos necessários para sua subsistência, das áreas passíveis de uma maior produção agrícola, como Guarapiranga, entre outras.

---

<sup>158</sup> FRAGOSO João Luis R. *Op. Cit.* p.125.

Estas áreas possuíam assim, uma considerável produção agrícola e uma população relativamente menor, em relação às áreas mineradoras, o que proporcionaria a existência de um excedente que seria comercializado entre estas regiões e freguesias. Este comércio seria realizado pelos tropeiros e vendeiros, que como pudemos perceber pelos demais documentos analisados, estavam presentes em Guarapiranga, e que promoviam uma certa mercantilização da economia.

Para que a contextualização da dita freguesia possa ser o mais completa e fidedigna possível, é preciso que apresentemos e analisemos, mesmo que em linhas gerais, a distribuição da posse de escravos. As críticas à historiografia, são por demasiado conhecidas, pois, como nos fala Carlos Bacellar<sup>159</sup> durante muito tempo procurou privilegiar as grandes unidades escravistas, possuidoras de grandes plantéis e voltadas para a exportação. No entanto, a economia colonial não pode ser resumida simplesmente a esta relação econômica. Segundo Sheila de Castro Faria, *pesquisas recentes (...) chegam a conclusões diferentes, considerando a sociedade infinitamente complexa e, portanto, muito mais rica de significados*.<sup>160</sup> É necessário, portanto, superarmos o mito da plantation. Ao analisar mais detalhadamente as unidades escravistas de Guarapiranga, vemos que grandes unidades acabavam por ser exceção e não regra.

Tabela 9 – Posse de escravos em Guarapiranga – 1750-1820.

<b>Plantel</b>	<b>Nº de Proprietários</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Escravos</b>	<b>%</b>
<b>1 a 5</b>	39	39,4	112	10,2
<b>6 a 10</b>	23	23,2	169	15,4
<b>11 a 15</b>	15	15,2	197	17,9
<b>16 a 20</b>	11	11,1	199	18,1
<b>+ 20</b>	11	11,1	421	38,4
<b>Total</b>	99	100	1098	100
<b>Sem escravos</b>	10	9,17	0	0

Fonte: Inventários *post mortem* do I e II Ofício do ACSM. Foram excluídos desta tabela dois inventários em que encontramos descrito somente o valor do monte-mor.

A partir dos inventários podemos ter uma noção bem abrangente do potencial escravista de determinada região. E no caso de Guarapiranga, os dados mostram uma grande

<sup>159</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000, p. 239-254.

<sup>160</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A economia brasileira: Economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997, p.47.

difusão da posse de cativos, ou seja, o predomínio de plantéis de 1 a 10 escravos. Do total de 109 inventariados, excluídos aqueles em que constavam somente o valor do monte-mor, 10 não possuíam nenhum escravo e representavam 9,17% destes. Ao analisarmos a tabela acima, vemos que dentre os possuidores de cativos, 99 no total, os proprietários de até 5 escravos representavam 39,4 % da população, mas possuíam apenas 10,2% do total da mão-de-obra cativa. Se estendermos nossa análise para os plantéis de até 10 cativos, vemos que os proprietários, embora representassem 62,6% do total, eram donos de apenas 25,6% dos escravos. Em contraposto, 11% dos proprietários aparecem como donos de 38,4% da mão-de-obra escrava, o que evidencia também, uma profunda diferenciação social e econômica. Detalhando ainda mais nossa análise, dos 39 inventariados dentro dos plantéis de 1 a 5 escravos, apenas quatro possuíam 5 escravos, o que expressa uma maior difusão, além do mais percebemos que até mesmo os não proprietários de escravos, eram numericamente próximos aos maiores possuidores de cativos.

Dentre os proprietários pesquisados, o detentor do maior plantel escravista em número era o Tenente Coronel Gregório de Matos Lobo,<sup>161</sup> que no ano de 1785 possuía 60 escravos que somavam 2:868\$000. No entanto, o Capitão Antonio Alvarez Ferreira<sup>162</sup> aparece como proprietário de 58 cativos que foram avaliados em 5:134\$000. Esta diferença de valores pode ser explicada pelo fato de que o segundo inventariado faleceu no ano de 1749, momento de reflexo na economia das atividades mineratórias, o que poderia ter valorizado consideravelmente seu plantel, enquanto o primeiro tem seus bens avaliados em 1785, já num momento inicial preponderância das atividades agropecuárias, o que possivelmente influenciou na desvalorização de sua escravaria. No entanto, outros fatores podem ser mais relevantes na tentativa de se explicar esta diferença de valores. Analisando mais detidamente os dois plantéis, percebemos que o Tenente Coronel Gregório de Matos Lobo possuía dentro de seus sessenta cativos, dezoito escravos com até dez anos de idade, oito acima dos cinquenta anos, dez escravos com algum tipo de deficiência além de trinta e uma mulheres. Já o Capitão Antônio Alvarez Ferreira era possuidor de quinze escravos com até dez anos de idade, dez acima dos cinquenta anos, sete com algum tipo de deficiência e apenas dezoito mulheres. Portanto, esta diferença na valorização dos plantéis pode estar no maior número de homens em idade produtiva dentro do plantel do Capitão, e não apenas em função do momento que se deu a avaliação.

---

<sup>161</sup> ACSM – Cód. 140 – Auto 2911 – 1º Ofício

<sup>162</sup> ACSM – Cód. 36 – Auto 843 – 1º Ofício



Com o declínio da mineração, o complexo agrário existente em Minas Gerais, poderá aproveitar o contingente escravista local, apesar de que como nos diz os Martins, Minas Gerais foi a maior importadora de cativos durante todo o século XIX. No entanto, a grande diferença estaria no modelo desta posse de escravos. Segundo Carla Almeida: (...) *com o declínio da atividade mineradora, houve um processo de desconcentração da posse de escravos, que se evidencia no aumento numérico das faixas de pequenos plantéis (1-5 e 6-10) e também do percentual de cativos por elas detidos.*<sup>163</sup>

Em Guarapiranga, portanto, esta difusão da posse de escravos pode ser explicada pela própria vocação produtiva da freguesia, que apesar de contar com um considerável surto minerador, primava pelas atividades agropecuárias. Como nos mostra Sheila de Castro, *nas áreas de Minas Gerais destinadas à produção de alimentos, no início do século XIX, dois terços da população eram proprietários de cinco ou menos escravos*".<sup>164</sup> Recorrendo à tabela 4, podemos perceber que nos domicílios que se dedicavam estritamente à agricultura, a média da posse de escravos era de 5,7 para cada proprietário, enquanto naquelas unidades que a associavam à mineração, esta média se elevava para 13,6.

No decorrer do trabalho este potencial escravista será melhor trabalhado, onde nos deteremos mais especificamente na questão da hierarquização econômica e social, já comprovada inicialmente, entre outros pontos, através da posse de escravos. É dentro deste universo de proprietários que possuíam até cinco escravos, e até mesmo em alguns casos de proprietários de 6 a 10 cativos, que apontaremos os camponeses, sendo necessário, entretanto, um trabalho mais minucioso de suas unidades produtivas. Percebemos também, a presença de outros grupos sociais mais privilegiados, o que demonstra ser esta, uma sociedade bem mais complexa e rica, em que distintos atores, mantinham as mais diversas relações sociais.

No intuito de explorar toda a riqueza de dados que a documentação apresenta, além de sofisticar um pouco mais a análise e contextualização da região, decidimos trabalhar com outras informações que nos permitem identificar dentro desta sociedade, sinais de desenvolvimento e dinamismo econômico. São dados que nos permitem estabelecer os índices de crescimento da economia, que são: a frequência de dívidas e a variação do Monte-mor.

<b>Tabela 10 – Frequência dos tipos de dívidas em Guarapiranga – 1750-1820</b>
--

<sup>163</sup> ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit* p.136.

<sup>164</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* p. 58

<b>Dívidas</b>	<b>Nº de Proprietários</b>	<b>% de Proprietários</b>
<b>Ativas</b>	53	48,6
<b>Passiva</b>	5	4,6
<b>Ambas</b>	6	5,5
<b>Nenhuma</b>	45	41,3
<b>Total</b>	109	100

Fonte: Inventários *post mortem* do I e II Ofício do ACSM.

Foram excluídos desta tabela dois inventários em que encontramos descrito somente o valor do monte-mor.

Ao analisarmos a tabela, notamos dados bastante interessantes para que possamos compreender a economia da região. Percebemos a grande diferença no número de credores e devedores. Do total de inventários, 53 ou quase 50% dos proprietários eram somente credores, ou seja, possuíam dívidas ativas, enquanto apenas 5 eram estritamente devedores, tinham dívidas passivas, havendo aqueles que possuíam ambas as dívidas. Estes dados nos mostram que a região era marcada por um universo muito maior de credores do que de devedores, o que pode nos dar indícios de prosperidade e de uma economia em crescimento. No entanto, ao trabalharmos com as dívidas para a Comarca de Vila Rica, é preciso que nos atentemos para os problemas que a documentação desta região apresenta neste ponto. Na maioria das vezes, os inventários não descrevem as dívidas passivas, mesmo que os inventariados as possuam, o que representa um empecilho para se analisar esta questão, e implica em uma melhor investigação documental, visando rastrear de maneira mais fidedigna estas redes de créditos. Apesar dos obstáculos impostos pela documentação apresentaremos os dados que os inventários nos oferecem, obviamente chamando atenção para a necessidade de uma maior cautela acerca destes apontamentos. Com relação aos valores destas dívidas encontramos na documentação números bastante dissonantes, como por exemplo, no inventário de Ignácia Maria Alvarez<sup>165</sup>, esposa do Capitão Antonio José que no ano de 1810, aparece com uma dívida ativa de 11:243\$585, onde somente um de seus devedores, Antonio Alves Ferreira Cabral, lhe devia 8:000\$000. O motivo deste crédito não é informado no inventário, mas possivelmente refere-se à venda de uma alguma fazenda ou propriedade ao dito devedor, que se comprometeu em pagá-la em oito pagamentos em dezesseis anos com cada dois livres. Enquanto isso, Alexandre Soares<sup>166</sup>, era credor em 1785, de uma ínfima dívida de 1\$950, o

<sup>165</sup> ACSM – Cód. 133 – Auto – 2677 – 2º Ofício.

<sup>166</sup> ACSM – Cód. 39 – Auto – 897 – 1º Ofício

que evidencia mais uma vez a forte diferenciação econômica entre os membros desta sociedade.

Mesmo no caso dos devedores, socialmente falando, era benéfico participar destas redes de crédito, uma vez que isto significaria credibilidade frente à sociedade, representando assim uma cadeia de endividamento típica das sociedades pré-capitalistas, além de sugerir para aqueles pequenos com passivos maiores uma cadeia de dependência. Com relação aos passivos, geralmente estes se referiam a dívidas não quitadas, débitos de compras realizadas (sal, algodão, compra de escravos, etc), o que explica o pequeno valor alcançado pelas dívidas passivas no interior da freguesia. Estas relações estabelecidas entre os indivíduos de Guarapiranga, merecem ser melhor trabalhadas, pois, vimos que a maior parte dos inventariados eram credores. No entanto, não identificamos na documentação selecionada um número relativamente proporcional de devedores, o que precisa ser melhor rastreado no interior desta freguesia, ou pode indicar a possibilidade de relações de crédito com pessoas externas à esta, principalmente aquelas pessoas que se dedicavam, ou habitavam áreas estritamente mineradoras, pois, dos 53 proprietários que possuíam dívidas ativas, detectamos apenas 12 entre o período de 1750 a 1775, ou seja, ainda no reflexo da mineração. As demais dívidas, 41 no total, são descritas no período de 1780 a 1820, dentre as quais 33 são detectadas especificamente no século XIX. A presença de maiores valores de dívidas ativas, além de indicar a possibilidade de empréstimos, pode também se remeter à idéia de maior poupança, visto que estas dívidas representavam 37,4% da riqueza dos proprietários.

Portanto, este é um universo muito rico e marcado principalmente pela informalidade, e com base em alguns inventários e através de uma análise mais qualitativa, buscaremos desvendar um pouco mais este universo, apesar dos obstáculos que como mencionamos, a documentação nos impõe, pois, quando eram mencionadas estas dívidas, na grande maioria das vezes não eram informados os motivos e origem destas, seja passivas ou ativas. Em alguns casos foi possível identificar os motivos destas dívidas, permitindo assim que mergulhemos um pouco mais nas características que marcavam estas relações e na informalidade que as circundavam.

Alguns motivos são comumente encontrados, como quartamento e/ou venda de escravos, como é o caso de Antonio da Silva, que era credor de dívidas no valor de 427\$750, sendo que a maior parte desta, 550\$000, correspondia a dois escravos que vendeu ainda em vida a seu inventariante, João Gonçalves Souto, de cujo valor foram pagos somente 150\$000,

não sendo descritos os motivos do restante de seu crédito.<sup>167</sup> O quartamento de dois escravos é um dos motivos das dívidas ativas do Rev. Vigário Doutor Lino Lopes de Matos, em que ambos foram quartados no valor de 120\$000, sendo que o restante de suas dívidas referem-se a “serviços paroquiais” prestados pelo Reverendo a várias pessoas.<sup>168</sup>

Já no inventário da viúva Maria Garcia de Abreu encontramos descritas as razões de algumas de suas dívidas ativas e também passivas. Esta inventariada era credora de 103\$600, sendo devedores seus próprios filhos, que se comprometiam a pagar no momento em que recebessem a parte na herança que caberia a cada um. Esta ainda era devedora de uma dívida no valor de 1:056\$692, porém encontramos a origem de apenas alguns casos, que se referiam a dívidas a serem pagas, compra de remédios e contas a acertar com o sapateiro Manoel Fernandes por seus serviços.<sup>169</sup> Outro motivo muito comum de dívidas ativas diz respeito justamente ao recebimento das legítimas, ou seja, a parte que cabe a cada filho na herança dos pais, como menciona a viúva e inventariante de Antonio Pinto Monteiro, pois, *declarou a inventariante que pertence ao casal as heranças paterna e materna que couberam a ela viúva de seus pais Jerônimo da Silva de Carvalho e Ana Gonçalves dos Santos*<sup>170</sup>, que possuía o valor de 187\$410.

Outros dois exemplos que podemos mencionar se referem a escrituras, ou seja, da venda de terras por parte do inventariado, como é o caso de Thereza Maria de Jesus, que possuía uma dívida ativa no valor de 252\$688, sendo que somente uma escritura das vendas de suas terras correspondia a 214\$228.<sup>171</sup> Outro inventariado que possuía entre suas dívidas ativas uma escritura é Antonio Machado de Magalhães, que era credor de um valor de 930\$000, sendo que 600\$000 correspondiam ao resto de uma escritura. Já Maria de Lima, casada com Balthazar Alves de Aguiar, possuía em seu inventário uma dívida ativa no valor de 30\$000, *que deve ele inventariante da reposição de uma porção de terras com que ficou na fazenda pela melhora delas*<sup>172</sup>, porém, não aparece o nome do inventariante. Ainda no valor do crédito desta inventariada identificamos 9\$712 referentes a venda de algodão a Manoel Francisco e também 9\$600 referente a um resto de fumo que comprou José Caetano dos Santos. Já no inventário de Roza Maria de Jesus encontramos uma dívida ativa no valor de 128\$343, sendo que 75\$000 se referia ao restante do preço de uma escrava vendida a

<sup>167</sup> ACSM – Cód. 71 – Auto 150 – 1º Ofício

<sup>168</sup> ACSM – Cód.33 – Auto 788 – 1º Ofício

<sup>169</sup> ACSM – Cód.79 – Auto 1695 – 2º Ofício

<sup>170</sup> ACSM – Cód. 67 – Auto 1445 – 1º Ofício

<sup>171</sup> ACSM – Cód. 123 – Auto 2558 – 1º Ofício

<sup>172</sup> ACSM – Cód.15 – Auto 446 – 2º Ofício

Raimundo Lopes Penaforte, 26\$887 referente à herança do Alferes José Vicente por rol e bilhetes e de empréstimos que por ele pagou o inventariante e viúvo Francisco Rodrigues Brás além de 26\$456 que devem ao casal várias pessoas em parcelas pequenas do que levaram da venda do inventariante.<sup>173</sup>

A condição de comerciante seria obviamente responsável pela presença de dívidas nos inventários, como o caso de Manoel Pereira Malledo, que possuía bens de loja no valor de 1:411\$192 e ainda dívidas por “rol” que somavam 989\$637, dívidas “falidas” no valor de 150\$857 e dívidas por crédito de 2:025\$082, sendo que deste último valor identificamos que o Capitão Manoel Teixeira Souto devia ao inventariado 490\$000 da compra de cinco escravos.<sup>174</sup> Francisco Gonçalves do Vale era proprietário de uma “botica” cujos bens foram avaliados em 81\$622, sendo que este era credor de várias dívidas com pequenos valores que somavam 41\$857.<sup>175</sup> Já o caso de Luís Gonçalves e sua mulher Joana Messias da Conceição possuíam um crédito no valor de 1:000\$000, *da venda que fez de todos os remédios e vasos da botica que tinha a maior parte*.<sup>176</sup> O comprador é o Reverendo Antonio Gonçalves do Vale que era seu irmão, inventariante e sócio, sendo ambos irmãos do também comerciante citado no caso anterior, Francisco Gonçalves do Vale, inclusive este último deixou como herdeiro em seu testamento o seu irmão Luís Xavier Gonçalves.<sup>177</sup> Também Antônio Fernandes da Cunha possuía em seu inventário bens de comércio que somavam 83\$340, e um valor em dívidas ativas que somava 1:392\$227, em que certamente estão incluídos créditos que seu negócio lhe proporcionou. Porém, encontramos em seu inventário outros motivos como 15\$710 referentes a jornais de um escravo a Manoel da Mota Andrade, e também 55\$573 de jornais de outro escravo. Encontramos ainda um crédito de 540\$000 referente a uma escritura em que era sócio com o Alferes Manoel Ferreira da Silva<sup>178</sup>.

Portanto, apesar das dificuldades que a documentação nos coloca, estes exemplos permitem que dentro do possível, possamos entender um pouco mais as características das relações que mantinham credores e devedores. Estas relações de crédito eram marcadas pela informalidade, o que levava na grande maioria das vezes ao negligenciamento no que se refere à própria existência de dívidas, o que pode explicar o pequeno número e valor das

<sup>173</sup> ACSM – Cód. 92 – Auto 1979 – 2º Ofício

<sup>174</sup> ACSM – Cód. 76 – Auto 1646 – 2º Ofício

<sup>175</sup> ACSM – Cód. 98 – Auto 2043 – 1º Ofício

<sup>176</sup> ACSM – Cód. 26 – Auto 637 – 2º Ofício

<sup>177</sup> ACSM – Cód. 98 – Auto 2043 – 1º Ofício

<sup>178</sup> ACSM – Cód. 101 – Auto 2094 – 1º Ofício

dívidas passivas, como também do negligenciamento dos motivos que caracterizavam sua existência.

Tomando como indicador de crescimento, a variação do monte-mor, em outras palavras, o total de riqueza de cada um dos inventariados, poderemos ter uma visão ainda melhor das características econômicas desta freguesia.

<b>Tabela 11 - Evolução do monte-mor médio nas unidades produtivas de Guarapiranga. 1750-1820.</b>					
	<b>Nº de Inventários</b>	<b>Ano</b>	<b>Mil-réis</b>	<b>Libra</b>	<b>Crescimento</b>
	3	1750	5.578,887	1.569,307	
	2	1760	3.897,375	1.096,308	-30,1%
	5	1770	1.430,485	402,386	-74,4%
	7	1780	1.319,593	371,193	-76,6%
	4	1790	3.557,902	1.000,816	-36,2%
	13	1800	1.906,005	536,147	-55%
	12	1810	2.364,251	706,379	-55%
	13	1820	1.950,675	418,062	-73,4%

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM<sup>179</sup>

Para a elaboração desta tabela, a metodologia adotada foi a de trabalhar com os valores médios de monte-mor. Esta estratégia foi adotada, pelo fato de encontrarmos, para cada ano, um número diferente de inventários; devido a isso, somamos o valor total dos montes e dividimos pelo número de documentos encontrados para cada ano.

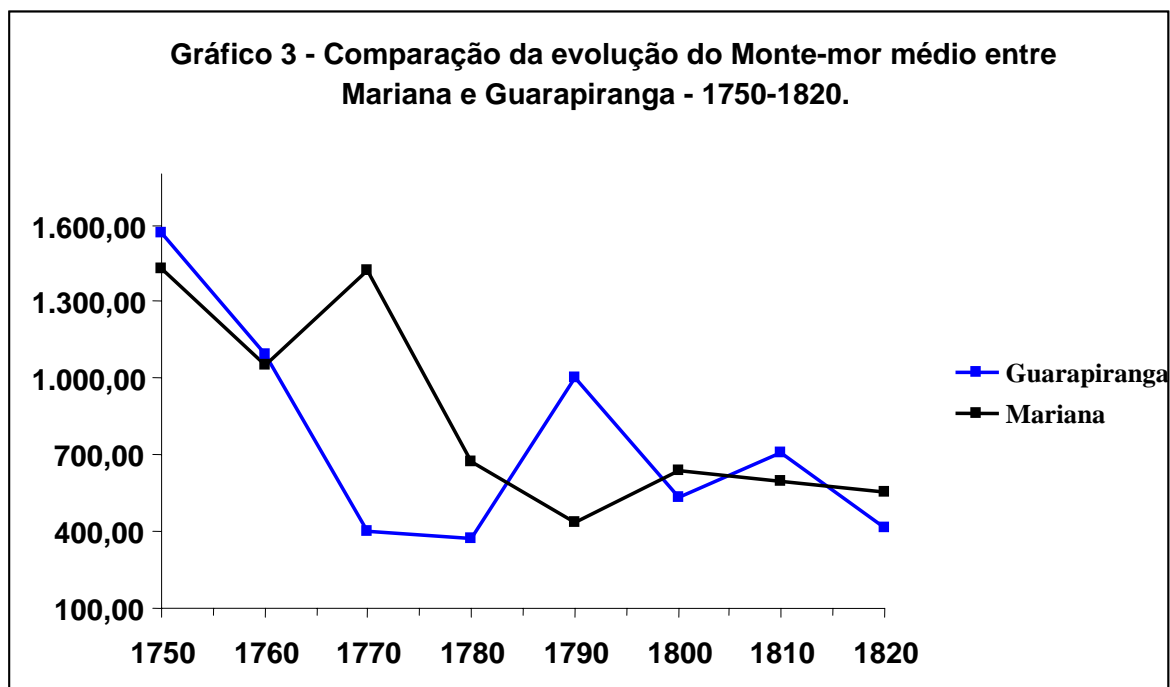
Analisando esta tabela, vemos que a região demonstra oscilantes níveis de riqueza. O ano de 1750 é aquele em que a freguesia apresenta uma média de riqueza mais elevada, mas nos três anos seguintes, sofre uma queda considerável, se recuperando em 1790, e logo após enfrenta novamente, momentos de oscilação.

<sup>179</sup> A conversão para libra foi feita usando a tabela de flutuações cambiais do real no século XIX elaborada por Kátia Matosso. Para o século XVIII usamos referência feita por Mircea Buescu, dizendo que o valo real ficou constante durante todo o século, à razão de 3,555 réis por libra esterlina-ouro". BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p.106. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 254. *Apud*. ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* 1995, p.91.

**Tabela 12 - Evolução do Monte-mor médio nas unidades produtivas de Mariana. 1750-1820**

Ano	Mil-réis	Libra	Crescimento
1750	5.075,045	1.427,579	
1760	3.734,742	1.050,560	-26,4%
1770	4.415,222	1.421,975	-13%
1780	2.338,017	675,670	-53,9%
1790	1.553,452	436,976	-64,9%
1800	2.258,324	635,252	-55,5%
1810	2.007,632	599,780	-58%
1820	2.573,165	552,181	-61,3%

Fonte: ALMEIDA, Carla Maria de C. Minas Gerais de 1750 a 1850: Bases da economia e tentativa de periodização. In: *LPH: Revista de História*. Mariana. Dep. de História da UFOP. Editora da UFOP. n.5.1995.p.91



Fonte: Inventários post mortem do I e II Ofício do ACSM

No entanto, se compararmos os dados obtidos para Guarapiranga com aqueles encontrados por Carla Almeida para Mariana (Termo), no mesmo período, podemos ter uma

percepção ainda mais significativa do crescimento econômico desta freguesia. . Desta forma, para a confecção de nossa tabela (11), selecionamos dentro da documentação trabalhada, somente os inventários dos anos terminados em zero, para que assim pudéssemos realizar uma análise comparativa com os dados encontrados por Carla Almeida para o Termo, uma vez que a autora trabalha com esta amostragem.

Ao compararmos os dados encontrados percebemos que no período especificado, o crescimento médio dos Montes-mores entre ambas regiões apresenta no decorrer do período uma grande instabilidade. No entanto, em determinados momentos, Guarapiranga apresenta valores médios superiores ao próprio Termo, como por exemplo, nos anos de 1750, 1760, 1790 e 1810, o que evidencia a existência de uma economia dinâmica e com capacidade de acumulação de capital. Assim, com base nestes dois últimos fatores que seriam uma maior presença de credores e relativa importância dos valores de monte-mor, associados aos demais aspectos evidenciados, podemos perceber os sinais de uma economia dinâmica e em crescimento.

Portanto, o que propus neste capítulo, ao analisar os traços históricos, econômicos e produtivos de Guarapiranga, foi apresentar de maneira mais ampla possível esta freguesia, resgatar as características de seu universo econômico. Isto servirá de base para a realização da próxima parte do trabalho, onde pretendemos desvendar a estrutura social de Guarapiranga, e sua hierarquização.

Pelo que vimos até o momento, esta é uma freguesia em que há o predomínio de atividades agropecuárias, descentralização da mão-de-obra escrava, entre outras características. São aspectos propícios à presença camponesa, porém não podemos justificá-la somente em função da produtividade, é preciso trabalhá-la mais detidamente.

Nesta sociedade conviviam distintos grupos sociais, o que é evidenciado pela presença de pessoas de avultada riqueza. Portanto, nosso próximo passo será reconstituir toda esta hierarquia social, apontando a participação de cada grupo dentro desta sociedade, além das possibilidades de inserção social.



## CAPÍTULO 2

### **A hierarquização social em Guarapiranga: rigidez, estabilidade e complexidade social em uma freguesia colonial.**

No capítulo anterior procuramos apresentar as características históricas e produtivas da freguesia de Guarapiranga, identificando assim todo o universo econômico em que se encontravam os diversos segmentos e atores sociais ali existentes. A partir de agora, procederemos a uma análise que busque caracterizar estes atores, reconstituindo as características sociais da região. Enfim, pretendemos desvendar a hierarquização social presente em Guarapiranga, demonstrando as disparidades de condições que uma sociedade de Antigo Regime pode apresentar.

No entanto, o debate historiográfico e documental a que este trabalho se propõe, em torno principalmente do segmento camponês, também nos remete a uma discussão teórica mais ampla e necessária. Uma discussão a respeito das características de uma Sociedade de Antigo Regime, contexto em que a freguesia especificada se encontrava submersa, até mesmo em função do momento em análise, período colonial. A freguesia de Guarapiranga apresenta características marcadas por nítida e alargada diferenciação social, uma sociedade hierarquizada e altamente excludente, estigma primordial do período colonial.

Segundo Hebe Castro em seu texto onde trabalha o antigo regime em perspectiva atlântica, a fixação no território americano de novas sociedades escravistas, se deu de forma bastante contraditória<sup>180</sup>. Segundo a autora, essas novas sociedades surgem na América no contexto da consolidação dos Estados Modernos na Europa e do virtual desaparecimento da escravidão como instituição no continente europeu. Portanto, a autora considera *a legitimidade e a existência prévia da instituição da escravidão no Império português como condição básica para o processo de constituição de uma sociedade católica e escravista no Brasil colonial*.<sup>181</sup>

Assim, a partir da transferência para o outro lado do atlântico, de determinadas características sociais, legitimadas e institucionalizadas no Império Português, entre elas a escravidão, se consolidava no Brasil, uma sociedade que legitimava e naturalizava as desigualdades e hierarquias sociais, ou seja, o Antigo Regime aportava nos trópicos. A

---

<sup>180</sup> MATTOS, Hebe Maria. A escravidão Moderna nos quadros do Antigo Regime Português. In: Fragoso, João. BICALHO, Maria Fernanda e COUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro. Cia Brasileira, 2001.

<sup>181</sup> *Idem*. p. 143

expansão do Império Português se fez com base numa concepção predominantemente corporativa da sociedade e poder, pelo menos até o advento das reformas pombalinas. A sociedade era pensada de forma ordenada e hierarquizada, até mesmo por vontade divina, cabendo ao Rei o papel primordial de distribuir as mercês, conforme os privilégios e direitos de cada membro.

Segundo a autora, este corporativismo da sociedade portuguesa, que se transfere para o Brasil Colônia é melhor definido por Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier: *do ponto de vista social, o corporativismo promovia a imagem de uma sociedade rigorosamente hierarquizada, pois, numa sociedade naturalmente ordenada, a irredutibilidade das funções sociais conduz à irredutibilidade dos estatutos jurídicos-institucionais.*<sup>182</sup> À medida que se expandia, o Império Português desenvolvia concepções jurídicas próprias para a incorporação de novos elementos sociais. No entanto, para que houvesse essa incorporação, era necessária a existência prévia, ou até mesmo da produção de categorias de classificação, pois assim, se formava esta nova sociedade, e se definia a função e o lugar social dos indivíduos. Desse modo, a partir da transferência para o Brasil de diferenciações sociais institucionalizadas, e obviamente daquelas informais que chegavam ou eram produzidas através do contato, se constituía na América Portuguesa, uma sociedade fortemente marcada pela hierarquização.

Ao estudar a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro, nos séculos XVI e XVII, João Fragoso<sup>183</sup> deixa claro, a forte presença desta hierarquização e exclusão social e sua importância para os mais privilegiados e para o funcionamento da "economia do bem comum". Segundo o autor, a hierarquização excludente do Antigo Regime e sua "economia do bem comum", surge como o pecado original da sociedade colonial. Nas palavras do autor:

*O pano de fundo de tal economia era uma estratificação social do Antigo Regime, na qual a mobilidade passava por serviços prestados ao Rei e a República. Apesar de não se restringirem à alta aristocracia, as benesses reais dependiam também da qualidade social do pretendente.*<sup>184</sup>

Portanto, como identifica Fragoso, tanto no Rio de Janeiro como em outras partes do Império, as práticas do Antigo Regime Português, proporcionaram o surgimento de um grupo conhecido como os "melhores da terra". Surgia desse modo, desde o início da efetiva

---

<sup>182</sup> *Idem.* p. 144

<sup>183</sup> FRAGOSO; João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVII e XVIII). In: In: Fragoso, João. BICALHO, Maria Fernanda e COUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro. Cia Brasileira, 2001.

<sup>184</sup> *Idem.* p.49

ocupação e da formação social do Brasil Colônia, uma sociedade fundamentada na exclusão social, e conseqüentemente em uma certa dificuldade de acesso a determinadas posições, o que não significa impossibilidade de ascensão. Era este o caráter da sociedade que se constituía não só no Rio de Janeiro, mas em todo Brasil colônia. Segundo João Fragoso, o início do século XVIII, foi marcado por uma freqüente fuga de gentes de cabedais para as Minas, em função de um declínio da plantation e com ela, das famílias.

Vimos até o momento, como se deu no território americano, a formação do Antigo Regime. A região de Minas Gerais estava obviamente incluída neste contexto embora, em algumas regiões, a classificação social, apresentasse determinadas peculiaridades em função da possibilidade de enriquecimento através do ouro. Entretanto, Minas Gerais, principalmente no que se refere às áreas caracteristicamente agrícolas, como a freguesia de Guarapiranga, era marcada por um caráter extremamente conservador no que se refere a preceitos e posições sociais. Era uma região em que o "nome", a família, assumia um papel social fundamental, uma sociedade em que a hierarquização e exclusão social, marcavam fortemente as relações sociais

Através da pesquisa documental, procuraremos identificar na freguesia de Guarapiranga, as características e peculiaridades desta sociedade hierarquizada. Investigaremos mais detalhadamente os critérios de diferenciação social que, nesta região e neste momento específico, giravam em torno da posse de terras e escravos, fatores que demarcavam os grupos privilegiados.

Por ser uma freguesia marcada por atividades produtivas agropecuárias, não poderiam ser outros os fatores de diferenciação social. Ao realizar um excepcional trabalho para Portugal, sobre a freguesia de Santa Eulália, Caroline Brettel, afirma que:

*Ainda que não se possa necessariamente defender que uma freguesia de uma zona rural como Santa Eulália está dividida em diferentes classes sociais, é seguro dizer que a população não era e não é de modo algum homogênea, e que existe um sistema de estratificação que até há pouco tempo se baseava essencialmente na posse de terras.*<sup>185</sup>

Ao analisar a presença das famílias aristocráticas, a autora sublinha que sua mera presença mostra que a freguesia apresenta diferenças hierárquicas a nível social. *Elas eram uma recordação viva das diferenças entre ricos e pobres e de que estas diferenças se mediam,*

---

<sup>185</sup> BRETTEL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p.47

*sobretudo pela posse de terras. Provavelmente seguiam certas práticas - morgadio, casamentos consangüíneos - a fim de conservar a riqueza e a posição social* <sup>186</sup>.

Ao nos enveredarmos em uma discussão acerca da organização hierárquica em uma sociedade colonial, devemos estar atentos às diversas peculiaridades e para a complexidade que esta questão implica. Em uma sociedade colonial, como nos fala João Fragoso<sup>187</sup>, o que valia era as diferenças de qualidade. Desta maneira, outros fatores poderiam determinar a posição social e o status de um indivíduo, que não somente o econômico. São relações de poder<sup>188</sup>, que englobam trocas, não necessariamente econômicas, que possuíam fundamental importância na relação entre os grupos sociais. João Fragoso<sup>189</sup> e Sheila de Castro Faria<sup>190</sup> exemplificam de forma bastante elucidativa a importância do prestígio social na composição hierárquica no universo colonial. Ao comparar as condições econômicas e sociais dos senhores rurais e dos comerciantes, os autores nos mostram que apesar de possuírem grande riqueza, estes últimos não tinham o prestígio social dos senhores rurais. *Enfim, comerciantes apareceram, nas pesquisas, pelo menos para o século XVIII, como os mais ricos do Brasil colonial. Não foram, porém, os mais prestigiados nem indicados como tal pelos homens da época.*<sup>191</sup> O comércio, apesar de ser a atividade mais rentável, era vista de maneira condenável e improdutiva, incidindo sobre os comerciantes o peso do rebaixamento social, o que era visto como um mal inaceitável.

João Fragoso também mostra que para o Rio de Janeiro, dentre os mais afortunados, parte significativa tinha origem nos negócios mercantis, a chamada “elite dos negociantes”. De acordo com este autor: *(...) os grandes senhores de homens e de terras deixam de ter a preeminência econômica, que passa a ser controlada por um restrito grupo de comerciantes de grosso trato.*<sup>192</sup> O que não significa, segundo Fragoso, ausência da aristocracia fundiária-escravista entre os mais afortunados da sociedade.

Assim, buscando sempre fugir deste estigma, muitos comerciantes abandonavam esta lucrativa atividade para se tornarem senhores rurais. *Torna-se compreensível o empenho de muitos negociantes em se inserirem nas prestigiadas famílias de senhores rurais.* <sup>193</sup> No entanto, os grandes comerciantes aparecem também comandando grandes empresas rurais, o que promovia uma diversificação econômica seguida de monopolização da riqueza. Ao

<sup>186</sup> *Idem.* p.53

<sup>187</sup> FRAGOSO, João. *Op. Cit.* 2001 p. 69

<sup>188</sup> XAVIER, Ângela Barreto. e HESPANHA, Antonio Manuel. *Op. Cit.* p. 340.

<sup>189</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998.

<sup>190</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.*

<sup>191</sup> *Idem* p. 69

<sup>192</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998, p.314.

<sup>193</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* p. 70

conseguir sua hegemonia sobre a economia, estes grandes comerciantes reverterem em um dado momento parte de sua acumulação mercantil em fazendas escravistas, reforçando assim as relações de poder.

*A conversão da acumulação mercantil em fazendas escravistas reafirma, portanto, uma sociedade que tem por eixo uma estratificação baseada no prestígio social e onde as relações de poder assumem o papel de relações de produção (...) ao se transformar em fazendeiro o negociante se torna senhor de homens e de terras, o que lhe permite subir na hierarquia social. Contudo perde a liquidez.”*<sup>194</sup>

Esta transformação possibilitava a reprodução da formação econômico-social colonial, à medida que os comerciantes buscavam fugir da rejeição do trabalho manual, escapar do desdouro que carregava seu ofício. Reconhecia-se a riqueza dos comerciantes, mas o domínio e o prestígio social pertenciam aos senhores escravistas, comprovando assim que a lógica social não se reduzia à riqueza e fatores econômicos, sendo necessário à época, levar-se em conta a atividade econômica a que se dedicavam, os bens que possuíam (terra, escravos), além de outras questões, que de maneira simbólica, impunha sobre os sujeitos sociais determinadas marcas que delimitavam suas possibilidades e posição social. João Fragoso nos mostra que no mundo colonial brasileiro, como herança portuguesa, existia *uma sociedade que se utilizava da acumulação para reproduzir os seus traços pré capitalistas ou mais precisamente, uma hierarquia econômica e social aristocratizada, onde o não-trabalho e a fortuna rentista eram sinônimo de “status” social.*<sup>195</sup> Portanto, os comerciantes procuravam fazer investimentos em bens que lhes proporcionassem prestígio, visando a ascensão social, e reproduzindo uma dada ordem econômica e social. Procuravam investir no prestígio social da família com o reconhecimento de sua diferença numa sociedade altamente hierarquizada, característica de nosso mundo colonial. Assim, como bem nos alerta João Fragoso, estamos diante de *uma hierarquia que não se esgota no lucro.*<sup>196</sup>

No decorrer do capítulo, com base nos inventários *post mortem* pesquisados, analisaremos a distribuição da riqueza na freguesia de Guarapiranga indicando a importância de cada atividade e bens econômicos na composição das fortunas dos habitantes da região. Assim, identificaremos aqueles bens que, não só em Guarapiranga, mas como na sociedade colonial brasileira, garantia aos indivíduos, não só riqueza, mas também prestígio social,

<sup>194</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998, p.367

<sup>195</sup> *Idem.* p. 350.

<sup>196</sup> *Idem.* p.353.

porém, devemos sempre ter em mente que em uma sociedade de Antigo Regime, outros fatores circundavam a organização e hierarquização social.

## **2.1 – A estrutura econômica e produtiva analisada através das fortunas e posse de escravos.**

O nosso modelo de análise da freguesia de Guarapiranga aproxima-se, e foi inspirado no utilizado por Carla Almeida<sup>197</sup> em sua tese de doutorado, quando analisou e comparou a hierarquização social e a distribuição da riqueza nas Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, realizando também comparações com outras províncias, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Porém, antes de proceder a uma análise da distribuição da riqueza nessas duas comarcas, a autora procurou caracterizar melhor a estrutura econômica vigente, ao definir o peso das diversas atividades e bens econômicos, nela envolvidos. No entanto, nossa forma de análise difere daquela utilizada pela autora ao incluirmos uma característica a mais na análise da composição da riqueza e do sistema econômico vigente em Guarapiranga, que é a posse de escravos, especificando a riqueza de acordo com a posse desta mão-de-obra, inclusive, no momento em que discutiremos mais detidamente as fortunas.

Este método torna-se necessário, pois, é a partir da posse de escravos, mas não somente dela, que delimitamos os camponeses em questão na freguesia de Guarapiranga, servindo assim de base para os próximos capítulos em que procuraremos trabalhar mais diretamente com este grupo social, analisando suas estratégias de sobrevivência, tanto no que se refere ao interior do próprio grupo, como no que diz respeito às relações com os demais grupos sociais superiores, que também serão identificados, já neste momento.

Desta maneira a tabela que se segue nos permite reconstituir a riqueza dos inventariados e estabelecer inicialmente considerações mais gerais acerca do sistema econômico em questão, e a importância dos ativos na composição da riqueza.

---

<sup>197</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Niterói: ICHF/UFF, 2003. (Tese de Doutorado).

**Tabela: 13 - Composição da riqueza, em mil réis, nos inventários de Guarapiranga por período e por posse de escravos - 1750-1820.**

Ativos		1750-1779					1780-1820					
		Sem escravos	1-5	6-10	11-15	16-20	+20	Sem escravos	1-5	6-10	11-15	16-20
Dinheiro %	—	—	—	—	—	—	—	3,40	1,18	0,40	—	0,75
Metais Preciosos %	—	0,36	—	—	0,04	0,95	0,98	2,05	0,80	0,46	0,22	1,91
Comércio %	6,35	1,12	—	—	—	0,08	4,75	—	—	2,93	—	—
Jóias %	—	0,15	0,18	1,20	1,16	0,43	6,55	0,24	0,70	0,87	0,44	0,62
Móveis %	0,60	1,85	1,09	1,71	2,42	1,77	2,83	1,60	3,85	1,73	1,42	0,84
Instrumentos %	1,42	0,60	1,60	0,75	1,80	1,45	1,76	1,21	1,97	2,42	1,68	1,56
Imóveis %	—	9,50	28,60	23,70	25,60	37,27	44,90	20,96	12,86	21,66	22,10	26,17
Colheitas %	—	—	0,90	1,60	—	0,05	—	1,25	1,40	1,81	0,90	0,76
Rebanho %	1,52	1,18	8,00	2,14	3,07	3,66	1,75	3,51	3,72	3,96	2,51	2,24
Escravos %	—	14,50	59,05	45,31	59,43	40,65	—	25,50	38,87	30,73	35,27	61,91
Dívidas ativas %	90,11	70,52	—	23,70	6,41	13,62	26,25	39,85	34,57	32,76	35,45	3,20
Outros %	—	0,22	0,58	—	0,07	0,04	10,23	0,43	0,08	0,27	0,01	0,04
Totais %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total de Invs.	02	04	04	02	05	05	08	35	19	13	06	06

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM I e II Ofício

\* Excluimos desta tabela, dois inventários em que constam somente o valor do monte-mor. No inventário de Ignácia Maria Alves, encontramos 11.243\$585 em dívidas ativas, sendo que deste total, 8:000\$000, representam uma única dívida que possivelmente se refere à venda de uma propriedade. Entretanto, não excluimos este valor da tabela acima, pois, desta maneira estaríamos distorcendo os dados. **Segue em anexo a tabela completa incluindo os valores que os percentuais acima representam.**

Analisando a tabela acima, podemos tirar algumas conclusões a respeito do sistema e das vocações econômicas de Guarapiranga. Já de início, assim como Carla Almeida<sup>198</sup> constatou para as Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, detectamos na freguesia em questão, uma baixa liquidez e pequena circulação monetária, em função dos pequenos percentuais de moeda, o mesmo acontecendo com os metais preciosos. Detectamos que em Guarapiranga estes valores oscilaram entre 0,40% a 3,40%. João Luis Fragoso<sup>199</sup> encontra até mesmo para o Rio de Janeiro (1797-1860), importante praça mercantil, uma pequena participação das moedas nas fortunas, que variou de 1,0% a 7,1%, o que demonstra que esta era uma característica da sociedade colonial como um todo.

Do total de inventariados, apenas sete mencionaram a presença de dinheiro em seu monte-mor, totalizando um valor de 1:663\$602, o que representa 0,72% do valor total das fortunas. Assim o dinheiro além de pouco, se concentrava nas mãos de um reduzido número de indivíduos. Outro dado bastante interessante refere-se ao predomínio da presença de moedas para o segundo subperíodo (1780-1820). Carla Almeida constatou para a Comarca do Rio das Mortes uma maior difusão da liquidez em relação à Comarca de Vila Rica, visto que *a economia de produção de alimentos mais mercantilizada do Rio das Mortes permitia uma maior difusão da liquidez*.<sup>200</sup> Trazendo esta proposição para Guarapiranga, vimos que esta freguesia apresentava totais condições para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, apesar de que, como vimos, a mineração ter desempenhado seu papel nesta região. Assim o predomínio da circulação monetária a partir de 1780, momento em que a mineração perde o papel de eixo central da economia mineira para a agropecuária, pode indicar que a economia de produção de alimentos em Guarapiranga, que em certo grau mostrava-se mercantilizada, poderia ter sido também a responsável, se não pela difusão da liquidez, ao menos por uma maior circulação monetária.

Cabe, no entanto, em cada ativo ou bens analisados da tabela 13, analisar a participação dos proprietários de acordo com a posse. No que se refere ao dinheiro, vemos que há um predomínio deste nas mãos dos proprietários entre 1 e 5 escravos, o que chamaremos de pequenos proprietários. No entanto, é preciso que façamos uma análise mais minuciosa destes proprietários para que possamos esclarecer alguns pontos confusos. Dentre estes pequenos proprietários, está José Manuel Fernandes Moura<sup>201</sup>, que no ano de 1820, falecera deixando uma riqueza de 4.858\$207. Dentro deste valor encontramos 4:235\$437

<sup>198</sup> *Idem.* p. 173

<sup>199</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998.

<sup>200</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* 2003, p. 174.

<sup>201</sup> ACSM – Cód. 93 – Auto 1945 - 1º Ofício.



como dívidas ativas, e 500\$211 em dinheiro. Este proprietário possuía, portanto, 30% do dinheiro encontrado nos inventários trabalhados, que juntamente com as dívidas, representava 97% do valor de seu monte-mor. Portanto, apesar de possuir apenas um escravo, não podemos analisar este proprietário da mesma maneira que os demais de seu conjunto de posse, ou seja, não podemos em hipótese alguma incluí-lo no universo dos camponeses, que posteriormente trabalharemos melhor, simplesmente pelo fato estar dentro da faixa de pequeno proprietário. Ao trabalhar com a elite fluminense, João Fragoso detectou, como vimos, a preeminência dos comerciantes no topo da hierarquia social, porém, segundo seus dados, *os mais afortunados controlavam apenas cerca de 2,5% da escravaria global.*<sup>202</sup> Desta maneira, também em Guarapiranga os indivíduos que controlavam as dívidas e o capital, não aparecem como grandes proprietários de escravos, eram provavelmente comerciantes ou rentistas.

Devemos também chamar a atenção para o fato de adotarmos como camponeses somente aqueles proprietários com limite máximo de cinco escravos. Da mesma maneira que o inventariado acima citado, apesar de possuir apenas um escravo, não pode ser de modo algum caracterizado como um camponês, existiam proprietários com plantéis superiores a este número, de 6 a 10 escravos, que devido as características de seus cativos, como idade, condição física, etc; não conseguem, mesmo com um maior número de escravos produzir de modo que se mantenham continuamente ou com significativo vigor, ligado ao mercado, uma vez que, seus escravos não têm condições de lhe proporcionar tal resultado, estando assim, muito mais próximos do universo camponês.

Através da documentação podemos citar alguns exemplos, de como pretendemos investigar estes inventariados, o que será feito mais detidamente nos próximos capítulos. Rosa Maria Ferreira<sup>203</sup> teve seu inventário realizado no ano de 1810, e possuía seis escravos dentre eles, uma escrava de 100 anos e sem valor, um escravo de 90 anos avaliado em 10\$000, além de um escravo de 50 anos. Ao analisar o inventário de Feliz Gonçalves Tinório<sup>204</sup>, este se apresentava como proprietário de um plantel de oito escravos, sendo um “escravinho” de um mês, uma “escravinha” de cinco anos, um escravo de 65 anos que valia 30\$000, a metade do preço da dita escravinha, além de mais três escravos entre 45 e 50 anos. Outra proprietária, que já possuía um número maior de escravos, era Anna Ferreira Teixeira<sup>205</sup> que em 1800 teve em seu inventário nove escravos descritos, sendo um escravo de 70 anos avaliado em 5\$000, uma escrava de 65 anos no valor de 25\$000, um “escravinho” de vinte dias, outra

<sup>202</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998, p. 313

<sup>203</sup> ACSM – Cód. 94 – Auto 2021 – 2º Ofício

<sup>204</sup> ACSM – Cód. 88 – Auto 1855 – 1º Ofício

<sup>205</sup> ACSM – Cód. 127 – Auto 2561 – 2º Ofício

“escravinha” de cinco anos, além de outro escravo *doente de morfina*, que foi avaliado em 15\$000.

Estes escravos que se encontravam em idade avançada, e, portanto, sem plenas condições de trabalho, obviamente em momentos anteriores apresentaram melhores resultados às unidades produtivas. Assim esta nossa análise qualitativa acerca do camponês, pode ser amparado pelas idéias de Hebe Castro, que fala da possibilidade de alteração social em função da posse de escravos, onde a autora nos mostra que os pequenos proprietários abandonavam a posição de camponeses, ao mesmo tempo em que proprietários com maiores posses poderiam se aproximar deste grupo.

*Não se trata, entretanto, de descartar a possibilidade de que, no auge da produtividade do trabalho familiar, se estabelecessem condições de acumulação que acabassem por permitir uma reposição regular da força de trabalho escrava, mesmo que restrita. Deste modo, transformava-se o tipo de cálculo econômico que informava a produção, seguindo-se a substituição gradativa do trabalho familiar pelo cativo, como núcleo da produção. Estes produtores deixavam, assim, de partilhar da experiência histórica camponesa para se tornarem pequenos produtores escravistas.*

*(...) o movimento inverso foi, sem dúvida, extremamente comum. Pequenos produtores escravistas perdiam as condições de reposição regular da força de trabalho, aproximando-se das formas camponesas de produção.<sup>206</sup>*

Assim, devemos estar sempre atentos à necessidade de se realizar uma análise mais qualitativa, não apenas quantitativa, e não somente dos plantéis escravistas, mas também do inventário como um todo, para que desta forma, possamos caracterizar de maneira mais fidedigna os indivíduos e seus grupos no que se refere às questões sociais e econômicas. Portanto, na seqüência do texto e da análise da tabela, procuraremos sempre analisar a importância dos bens econômicos e dos ativos na sociedade de um modo geral, aliando com uma investigação segundo a posse de escravos.

A participação das colheitas e dos rebanhos na freguesia de Guarapiranga, pelo que vemos pela tabela 13 era significativa e constante. Notamos que a pecuária se encontra mais difundida e presente nesta freguesia do que as colheitas. Em sua análise comparativa entre as duas comarcas, Carla Almeida detectou uma maior participação destes ativos na composição das fortunas na região do Rio das Mortes o que, segundo a autora confirmava uma maior dinamização da produção de alimentos nesta região. Em Guarapiranga as colheitas alcançaram um percentual de 1,81%, enquanto os rebanhos atingiram 8,00%, comprovando

<sup>206</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Op. Cit.* 2001, p.339.

novamente a vocação agropecuária de Guarapiranga, e conseqüentemente, a possibilidade de adotá-la como uma região em que havia sim a presença de uma produção de alimentos, dinâmica e mercantilizada, confirmando a força mercantil de produtos, que a historiografia tradicional procura determinar e limitar como somente de subsistência, ou seja, a freguesia de Guarapiranga, se encontrava no interior da Comarca de Vila Rica, porém, possuindo também características econômicas e produtivas semelhantes às da Comarca do Rio das Mortes.

Através da tabela 13, percebemos a difusão das colheitas, mas principalmente do rebanho entre os diferentes proprietários de escravos. Isto vem demonstrar que, os rebanhos, e com menor regularidade as colheitas, se encontravam presentes na composição da riqueza tanto de pequenos como grandes proprietários, apesar do baixo valor que alcançam na sociedade colonial. No entanto, para o segundo subperíodo encontramos uma maior participação destes ativos, na composição da riqueza de pequenos e médios proprietários, o que vem confirmar a dinamização e maior difusão das atividades agropecuárias nesta freguesia.

Com relação aos instrumentos de trabalho, ocorre nesta freguesia, fato comum ao Brasil colonial, a pequena valorização e importância destes na composição da riqueza dos inventariados. Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, amparado entre outros, pelo trabalho de João Fragoso<sup>207</sup>, encontramos também em Guarapiranga, uma economia baseada na produção extensiva, ou seja, uma despreocupação em investir no aprimoramento das técnicas, ficando esta economia dependente da mão-de-obra escrava, e da incorporação de novas terras férteis, que na região em questão, assim como em demais regiões durante o período colonial, ocorria com certa facilidade. Desta maneira, não nos cabe levantar críticas com relação às formas de produção destes indivíduos, visto que, todas estas facilidades tornavam viável sua escolha, proporcionando uma minimização dos gastos, e garantindo maior segurança nos investimentos. Ao contrário do que afirmava a historiografia mais tradicional, com os recursos que estavam disponíveis para estes indivíduos, esta era a forma de produzir mais racional.

No que se refere à participação dos instrumentos na composição da riqueza dos pequenos e grandes proprietários, notamos que estes se fazem presentes em todas as faixas de proprietários de escravos, mantendo sempre uma certa regularidade até mesmo com relação aos percentuais alcançados em cada grupo. A participação dos instrumentos variou de 0,60% a 2,42%. No entanto, apesar dos valores percentuais dos instrumentos apresentarem certa regularidade entre os diferentes proprietários, notamos que, mesmo com algumas pequenas

---

<sup>207</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1983.

oscilações, os valores absolutos dos instrumentos dentro do patrimônio dos maiores proprietários, eram superiores aos dos pequenos (ver tabela 13). Porém, devemos estar atentos a esta maior valorização que não está ligada à diferenciação tecnológica, e sim à maior possibilidade e necessidade dos mais ricos em adquirirem um número mais relevante de instrumentos, como bem demonstra Ângelo Carrara:

*Deve-se também notar que ambos os modos de produção (escravista ou camponês) participam do mesmo nível técnico. Independente da natureza do processo produtivo, toda propriedade rural tinha o mesmo nível técnico, a mesma qualidade dos instrumentos de trabalho. Os inventários da maior propriedade rural das Minas – o Vínculo do Jaguará – ou dos mais humildes lavradores não traziam diferenças qualitativas, mas simplesmente quantitativas: era o tamanho da “fábrica” que as distinguia quanto às forças produtivas (mais escravos, mais enxadas e foices, mais terras).*<sup>208</sup>

Este desprendimento dos colonizadores em relação ao desenvolvimento de técnicas agrícolas se deve, como vimos, pela busca por mão-de-obra escrava e pela apropriação de novas terras. Estes bens, somados às dívidas ativas, compõem nesta ordem, a maior parte da riqueza dos mineiros, como demonstra Carla Almeida.<sup>209</sup> Em Guarapiranga, ocorrem algumas pequenas oscilações com relação a este ordenamento, havendo situações em que o valor das dívidas supera o dos imóveis e até mesmo dos escravos. Para ilustrar este fato, e conseqüentemente esclarecer outras questões acerca do que mostra a tabela, podemos analisar o significativo valor das dívidas ativas entre os pequenos proprietários (1-5), nos dois subperíodos. No primeiro momento, as dívidas ativas representaram 70,52% dos bens que compunham a riqueza destes pequenos proprietários com o valor de 5:265\$327 (ver os valores absolutos na tabela em anexo). Já no segundo período, estas dívidas alcançam o valor de 11:641\$339, representando 39,85% do montante. De forma especial nestes casos, mas não somente neles, as dívidas superaram os escravos e imóveis na composição da riqueza, porém, é preciso que analisemos minuciosamente alguns inventariados que compõem este grupo, pois, como já alertamos, estes apresentavam características que nos impede de defini-los como camponeses. No primeiro subperíodo, os proprietários da faixa de 1 a 5 escravos, aparecem como possuidores de um dívida ativa no valor de 5:265,327. No entanto, dois proprietários controlavam 96% do valor destas dívidas, pois, Antônio Ferreira Correia<sup>210</sup> possuía créditos no total de 3.630\$000, que representava 92% de seu próprio monte-mor,

<sup>208</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* 2000, p. 54.

<sup>209</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* 2003.

<sup>210</sup> ACSM – Cód. 64 - Auto 1832 - 1º Offício

enquanto Antonio Fernandes da Cunha<sup>211</sup> era credor de uma dívida no valor de 1:392\$227, que significava 60% de seu monte-mor, no entanto ambos aparecem como detentores de dois e três escravos respectivamente.

Ao analisarmos mais detalhadamente os inventários destes dois indivíduos, podemos entender melhor por que eles eram possuidores de significativos valores de dívidas ativas. Ambos eram solteiros, naturais de Portugal e deixam como herdeiros seus irmãos, sobrinhos e afilhados, não possuindo filhos. Não se dedicavam à agricultura ou pecuária, pois, somente Antônio Fernandes da Cunha aparece como proprietário de apenas um cavalo. Desta maneira, como não possuíam família, tinham poucos escravos e não se dedicavam às atividades agropecuárias, viviam de atividades comerciais e usurárias. O próprio Antonio Fernandes da Cunha além do já citado valor de dívidas ativas possuía também bens de comércio, como podemos perceber em função da descrição de significativas quantidades de tecidos, entre outros bens. Já Antônio Ferreira Correia não possuía bens de comércio, porém, encontramos em seu inventário quantidades consideráveis de ouro em pó e prata, e um importante valor de dívidas ativas.

Passando para análise das dívidas dos pequenos proprietários do segundo subperíodo, encontramos um montante de dívidas no valor de 11:641\$339, que significava 39,85% do valor total. Também neste caso apenas dois inventariados controlam 65% do montante das dívidas, Francisco Vieira Alves<sup>212</sup> possuía dívidas no total de 3.365\$227, que representava 82% de seu monte, e do já citado José Manuel Fernandes de Moura<sup>213</sup>, credor de dívidas no valor de 4:235\$437, que significa 87% de sua riqueza, além do fato de que possuíam apenas um escravo. Estes dois últimos inventariados apresentam algumas características distintas dos primeiros. Francisco Vieira Alves, apesar de casado não tinha filhos, e encontramos em seu inventário uma grande quantidade de ouro em pó e em barra. No entanto, este inventariado era proprietário de uma roça de 8 alqueires avaliada em 19\$200, cultivada com o auxílio de seu único escravo, porém, não é informado o que se encontrava plantado. Já José Manuel Fernandes Moura, solteiro, natural de Portugal, não possuía filhos e deixa como herdeiros seus sobrinhos. Este inventariado vivia essencialmente de seus créditos (4:235\$437), e possuía entre seus bens um significativo valor em dinheiro 500\$211. Era proprietário de uma morada de casas avaliada em 80\$000 e dentre seus bens móveis podemos destacar seus tecidos e roupas, além de alguns livros, o que pode demonstrar sua destacada posição social.

---

<sup>211</sup> ACSM – Cód. 101 – Auto 2094 – 1º Ofício

<sup>212</sup> ACSM - Cód. 143 – Auto 2979 – 1º Ofício

<sup>213</sup> ACSM – Cód. 93 – Auto 1945 – 1º Ofício

Analisando novamente a tabela 13, percebemos que as dívidas ativas representavam 90,11% da riqueza dos inventariados do primeiro subperíodo que não possuíam escravos. Juntos estes inventariados possuíam um monte no valor de 631\$745, dos quais 569\$308 representavam dívidas ativas. Antonio da Silva<sup>214</sup>, solteiro, natural de Portugal possuía cinco filhos naturais, além de uma dívida ativa que somava 427\$750, instrumentos de trabalho e alguns bens móveis. Outro inventariado, Antonio Francisco Bastos<sup>215</sup> não possuía escravos e filhos, era solteiro e também natural de Portugal. Este possuía dívidas no valor de 141\$558 que em sua maioria era decorrente do pequeno comércio do qual era proprietário.

Portanto, além de elucidar o fato de uma relativa superioridade das dívidas dentro da composição das riquezas, no caso entre os pequenos proprietários e daqueles que não possuíam escravos, estas informações novamente nos alertam para o fato da necessidade de uma análise qualitativa da documentação, para que não nos equivoquemos em nossas formulações. Apesar de possuírem um pequeno número de escravos, ou até mesmo não os possuírem, estes inventariados não podem ser considerados camponeses somente em função de seu plantel, uma vez que, ao analisarmos qualitativa e minuciosamente seus inventários, notamos suas características essencialmente usurárias e comerciais, afastando-se assim das características camponesas.

No entanto, considerando-se as devidas oscilações, de um modo estrutural também detectamos em Guarapiranga, o que a Carla Almeida encontra para as comarcas por ela analisadas, ou seja, o predomínio dentre o patrimônio dos inventariados, de escravos, imóveis e dívidas ativas, havendo algumas alterações nesta ordem. Vejamos a tabela que se segue:

<b>Tabela 14 – Participação dos escravos, imóveis e dívidas ativas na composição da riqueza em Guarapiranga.</b>		
<b>Ativos</b>	<b>1750-1779</b>	<b>1780-1820</b>
<b>Escravos</b>	41,97%	35,61%
<b>Imóveis</b>	31,25%	20,91%
<b>Dívidas Ativas</b>	18,40%	30,74%
<b>Demais bens</b>	8,38%	12,74%
<b>Total</b>	100 %	100 %

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM do I e II Ofícios.

<sup>214</sup> ACSM – Cód. 71 – Auto 1510 – 1º Ofício

<sup>215</sup> ACSM – Cód. 45 - Auto – 1035 - 1º Ofício.

Através da tabela podemos então confirmar as características econômicas dos mineiros e, pelo o que vemos não somente nesta, como na tabela anterior, (tabela 13), os escravos sempre tiveram um peso significativo na composição da riqueza dos inventariados. Ainda que oscilando de 41,97% para 35,61%, sempre representavam a maior parcela das fortunas, mantendo esta importância no período como um todo. O mesmo ocorre com o valor dos imóveis, que sofre uma queda de 31,25% para 20,91%, seguidos pelas dívidas ativas que ao contrário dos outros ativos citados, apresenta um aumento considerável na participação do patrimônio em Guarapiranga, variando de 18,40% para 30,74% no segundo subperíodo, momento em que supera os imóveis na composição da riqueza. Em seu estudo para Capivary, Hebe Castro mostra que: *maiores produtores da região tenderiam a concentrar socialmente a força de trabalho cativa local, garantindo a manutenção do trabalho escravo como instituidor principal das hierarquias sócio-econômicas locais.*<sup>216</sup>

Já com relação aos imóveis se compararmos a valorização destes em Guarapiranga, com a região de Capivary, apesar da autora privilegiar um período distinto, o da crise do trabalho escravo, detectamos algumas questões interessantes. Segundo Hebe Castro, muitos lavradores e sitiantes, que não tinham condições para comprar escravos, buscavam a propriedade da terra, visando garantir sua não submissão econômica a lavradores mais fortes, e ao mesmo tempo, se possível uma coerção sobre moradores e agregados que existissem em suas terras. No entanto, para Capivary, segundo esta autora:

*A propriedade da terra muito pouco significava na constituição da hierarquização sócio-econômica local. Mesmo que predominantemente, os lavradores sem terra se dedicassem à lavoura de “subsistência” existente na região, muitos lavradores abastados, na segunda metade do século XIX, não possuíam a condição de proprietário.*<sup>217</sup>

A terra sem trabalhadores nada representava nesta região em termos econômicos, enquanto estes últimos, independente da terra era um bem precioso. No entanto, com o romper do século XIX, a autora detecta que em Capivary, a terra pouco a pouco substituía o escravo como equivalente de capital, transformando-se em objeto de especulação e como resposta dos grupos dominantes à crise do trabalho escravo.

Portanto, apesar de suas características agropecuárias, e estas serem mais fortes obviamente a partir de 1780, como procuramos demonstrar no capítulo anterior, ocorre em

<sup>216</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.40

<sup>217</sup> *Idem*. p. 134.

Guarapiranga um fato bastante interessante, que é a queda do valor dos escravos e dos imóveis, e um crescimento das dívidas ativas. Na comarca do Rio das Mortes, o que levou justamente a um movimento contrário, foi a maior dinamização da produção de alimentos, promovendo uma maior valorização das propriedades rurais. Além deste aumento das dívidas em Guarapiranga, outro fato que contribuiu para a queda de participação dos imóveis nesta freguesia, foi o aumento da participação das colheitas, rebanhos, dinheiro, etc.

Estas interessantes mudanças na constituição do patrimônio em Guarapiranga, nos alerta, assim como ocorreu com Carla Almeida, para a necessidade de uma análise mais minuciosa sobre as dívidas, e, conseqüentemente, o papel do crédito na sociedade local, além do que em nossa freguesia esta questão parece ter exercido papel ainda mais relevante. Carla Almeida<sup>218</sup> procurou realizar em seu doutorado uma breve indicação acerca de como a historiografia brasileira trata este assunto. A historiografia de um modo geral confirma o alto grau de endividamento e dependência do crédito na economia de Minas colonial. Os sistemas de crédito e de empréstimo eram, portanto, fundamental nesta sociedade, uma vez que, também em Guarapiranga, era significativa a escassez de moeda. Esta rede de endividamento controlada pelos comerciantes era útil até mesmo para a administração colonial, que recorria a estes, em algumas ocasiões como fonte de financiamento<sup>219</sup>. Marco Antônio Silveira ao confirmar este sistema de endividamento na capitania nos fala que: *A instabilidade social, neste quadro acentuava-se ao mesmo tempo em que avançava uma conflituosa situação de interdependência, todos tinham o que pagar e receber.*<sup>220</sup>

Esta questão nos remete ao conceito de *redes*, trabalhados por Mafalda Soares da Cunha<sup>221</sup>, Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha<sup>222</sup>, e que serão trabalhados de maneira mais aprofundada e empiricamente em um capítulo posterior. A primeira autora desenvolve o conceito de *redes relacionais*, onde procurou analisar as ações dos indivíduos dentro do grupo a que pertence, ou seja, relações e estratégias que mantinham entre si, o que pode nos auxiliar a entender esta questão da interdependência entre os indivíduos na sociedade colonial, *o fato de todos terem o que pagar e o que receber*. Porém esta relação de

<sup>218</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* 2003, p. 178-179.

<sup>219</sup> Sobre este assunto ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* 2003; BOXER, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000; FERNANDES, FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentista*. São Paulo: Hucitec, 1999.

<sup>220</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas*. São Paulo: DH-USP, 1994. Dissertação de Mestrado.

<sup>221</sup> CUNHA, Mafalda Soares da. Modelo de análise de redes sociais. In: *A Casa de Bragança – 1560-1640. Práticas sociais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

<sup>222</sup> XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antonio Manuel. (coord.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, vol.4, 1998.



dependência poderia ocorrer principalmente entre indivíduos de grupos sociais diferentes, constituindo assim uma lógica clientelar, o que Ângela Xavier e Hespanha denominam *redes clientelares*. Segundo Hebe Castro, para a região que trabalhou, *montaram-se assim sobre o sistema de crédito local, mecanismos de financiamento da produção agrícola internos á comunidade sobre o qual se assentavam, em grande parte a construção das teias de relações e de dependências pessoais (...) que possibilitavam a emergência dos grupos dominantes.*<sup>223</sup> No entanto, essas lógicas sociais, não necessariamente poderiam envolver somente questões econômicas, abarcando critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra e serviço, o que chamamos de benefícios simbólicos.

Já em sua dissertação de mestrado, Carla Almeida encontrou para o Termo de Mariana, no qual a freguesia de Guarapiranga se insere, um alto percentual de dívidas ativas 52,41%, embora decrescesse ao longo do período abordado para 34,5% e 22,78%.<sup>224</sup> Em Guarapiranga, as dívidas ativas também apresentaram importantes percentuais de participação nos patrimônios, principalmente entre 1780 a 1820, chegando a representar 30,74% da riqueza.

Prosseguindo no trabalho com as dívidas, outro dado que nos proporciona uma interessante análise, diz respeito ao número de possuidores de dívida. Segunda Carla Almeida, nas duas regiões que trabalhou, *o número de inventários com presença de dívidas decresceu sensivelmente, indicando um processo de maior concentração do crédito.*<sup>225</sup> No entanto, detectamos em Guarapiranga movimento contrário, havendo um aumento significativo do número de inventários com presença de dívidas, 34,78% para 53,40%, o que indica uma crescente mercantilização da economia e da rede de endividamento que perpassava toda a sociedade.

<b>Tabela 15 – Percentual de inventários com presença de dívidas ativas na freguesia de Guarapiranga por períodos.</b>	
<b>Guarapiranga</b>	
<b>1750-1799</b>	<b>1780-1820</b>
34,78%	53,40%

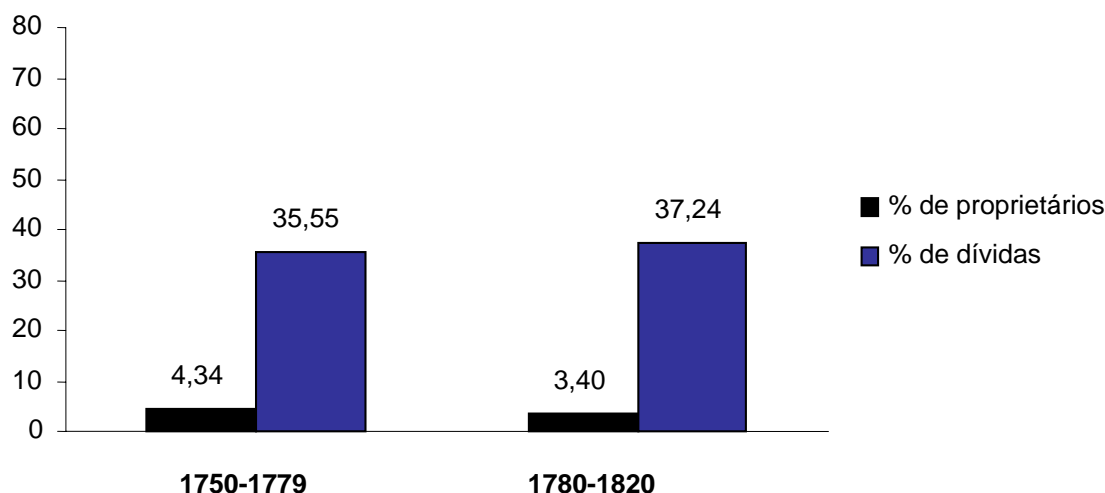
Fonte: Inventários post mortem do ACSM I e II Ofícios.

<sup>223</sup> MATTOS, Hebe Maria Castro. *Op. Cit.* 1987, p. 65.

<sup>224</sup> Em sua dissertação de Mestrado, Carla Almeida abordou o período de 1750 a 1850, dividindo-o em três momentos, 1750-1770; 1780-1820; 1820-1850, o que explica assim a menção aos três percentuais citados no texto. Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Niterói: UFF, 1994. Dissertação de Mestrado.

<sup>225</sup> *Idem.* p.182.

**Gráfico 4 - Concentração de dívidas entre os inventariados mais afortunados de Guarapiranga**



Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM I e II Offícios.

Ao compararmos a tabela 15 com o gráfico acima, podemos obter conclusões bastante interessantes. Assim como Carla Almeida, para a confecção deste gráfico selecionamos a parcela de dívidas ativas controlada pelos inventariados mais afortunados, acima de 2.000 libras. Detectamos na freguesia de Guarapiranga alguns dados interessantes, pois, pela tabela 15, notamos um significativo aumento da porcentagem de inventariados possuidores de dívidas ativas, que variaram de 34,78% para 53,40%. No entanto, o número de pessoas com mais de 2000 libras que controlavam o crédito, sofreu uma queda de 4,34% para 3,40%, ao mesmo tempo em que aumentou o percentual das dívidas em suas mãos, ocorrendo assim uma concentração do capital. Portanto, podemos concluir que, em Guarapiranga, a economia mercantil de alimentos promoveu uma maior difusão do capital na freguesia, em função do aumento do número de inventariados com dívidas ativas (34,78% para 53,40%). Porém isto não significou uma desconcentração do crédito, visto que uma pequena parcela mais afortunada, ainda controlava mais de 37% das dívidas ativas.

Com relação à participação dos bens de comércio na economia de Guarapiranga, estes alcançaram percentuais semelhantes aos detectados por Carla Almeida para as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. No que se refere à participação do comércio na composição da riqueza, notamos na freguesia de Guarapiranga uma proximidade com a Comarca do Rio das Mortes, ou regiões de características agropecuárias, pois, ocorreu uma diminuição no percentual deste ativo para o segundo subperíodo, devido a uma maior valorização dos

imóveis e escravos e no caso de Guarapiranga, também das dívidas. Já para regiões estritamente mineradoras em Vila Rica, em função da crise desta atividade, e devido a sua menor vocação agrícola, possivelmente as pessoas encontraram no comércio, uma alternativa de sobrevivência, possibilitada pela vida ativa que ainda existia nestas regiões mineradoras.

Outra característica interessante na freguesia de Guarapiranga é a destacada presença dos indivíduos que não possuíam escravos dentro do grupo dos comerciantes. No primeiro subperíodo, os bens de comércio representaram 6,35% de suas fortunas, decaindo no segundo para 4,75%, apesar de aumentar seu valor absoluto (40\$088-81\$622). Estes indivíduos possivelmente se caracterizavam como pequenos comerciantes que buscavam acumular riqueza. Havia também aqueles comerciantes mais vultuosos, e alguns exemplos encontrados nos inventários, podem ilustrar a diferenciação social nesta categoria.

Com relação ao primeiro caso, podemos citar Antonio Francisco Bastos<sup>226</sup> que possuía um monte-mor de 191\$246, do qual 40\$088 representavam bens de comércio, possuindo ainda dívidas ativas, somente um animal e nenhum escravo. Sua atividade comercial caracterizava-se por bens de loja, como chapéus, tecidos, anéis, etc. O dito inventariado era solteiro e também natural de Portugal, característica marcante entre os indivíduos que sobreviviam das práticas comerciais e usurárias.

Na outra ponta desta hierarquia comercial encontramos Manoel Pereira Malledo<sup>227</sup>, que possuía um monte-mor no valor de 8.621\$065, com os bens de comércio somando 1.411\$192, sendo proprietário de 15 escravos. Os bens comerciais deste inventariado possuem as mesmas características do primeiro, porém, este é proprietário de uma loja com um volume de bens muito maior, como por exemplo: 669 covados de baetas de cores, 198 varas de pano de linho curdo, 130 covados de durante de cores, 186 chapéus de vários tamanhos, 4000 pregos, 96 facas, enxadas, etc. Podemos então perceber que Manuel Pereira Malledo era proprietário de uma respeitável “loja”, que o colocava como importante comerciante na região. Apesar de constar como solteiro em seu inventário, Manuel deixa como herdeiros seus dois filhos naturais que teve com a preta forra Josefa, e pelo que se dá a entender na documentação, ele vivia com a dita forra. Porém Manuel possuía outros bens que se destacavam em seu inventário, como metais preciosos, jóias, imóveis e bens móveis. Provavelmente, em função do considerável número de escravos que possuía (15), este inventariado dedicava-se também às atividades agropecuárias, destacando a produção de arroz e milho, com 30 e 2000 alqueires respectivamente, além da criação de gado, porcos e da posse

---

<sup>226</sup> ACSM – Cód. 45 - Auto – 1035 - 1º Ofício.

<sup>227</sup> ACSM – Cód. 76 - Auto – 1646 - 2º Ofício.

de bestas. Portanto a riqueza de Manuel Pereira Malledo era bastante diversificada, o que contribuía para que ele se constituísse em um dos mais ricos inventariados trabalhados, garantindo-lhe “status” social, pois, além das dívidas ativas e dos bens de comércio, que era visto como uma atividade depreciativa, ele investia na compra de terras e escravos, confirmando assim sua posição frente à sociedade. A análise dos inventários dos comerciantes nos possibilita ainda confirmar a marcante concentração do capital. Obviamente por viverem do comércio os inventariados que possuíam entre seus ativos bens relacionados a este ofício, conseqüentemente possuíam dívidas ativas, como o caso do já citado Manoel Pereira Malledo, que detinha 3.165\$577 de crédito.

Finalizando a análise da tabela 13 e de todos os ativos que a compõem, examinemos por fim, a participação das jóias e dos bens móveis na riqueza dos inventariados de Guarapiranga. Nesta freguesia detectamos que, apesar de muito tímido, há um crescimento do percentual destes bens. Enquanto as jóias passaram de 0,54% para 0,66% de um subperíodo para o outro, os móveis registraram um aumento de 1,84% para 1,90%. Assim, apesar de um crescimento relativamente pequeno, Guarapiranga aproxima-se das tendências apontadas por Carla Almeida para Vila Rica, enquanto na comarca do Rio das Mortes a autora identifica a queda desses percentuais.

*(...) entendemos que a queda no percentual de bens móveis e nas jóias na comarca do Rio das Mortes parece indicar que a crise da mineração alterou significativamente as formas de “tratamento” que os habitantes da região se permitiam. (...) A não alteração desses percentuais na região de Vila Rica revela que, mesmo no contexto de crise da produção aurífera, as pessoas ali residentes continuavam a valorizar e a investir em objetos que garantissem o seu “bom tratamento”.*<sup>228</sup>

Desta maneira, a valorização destes ativos na sociedade colonial possuía, portanto, uma função social, e segundo Laura de Mello e Souza atuavam como *sinal distintivo do “status” social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando,*<sup>229</sup> e de acordo com Hebe Castro, o mobiliário também distinguia as pessoas mais ricas do restante da população. Como apontamos no capítulo anterior, esta freguesia, além de possuir fortes vocações agropecuárias, foi também marcada pela exploração aurífera, reunindo assim diferentes características sociais.

<sup>228</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* 2003, p.185-186.

<sup>229</sup> MELLO e Souza, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVII.* Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 27.

Os maiores percentuais alcançados por esses dois ativos foram detectados entre os inventariados que não possuíam escravos, porém os maiores valores absolutos foram encontrados no patrimônio dos proprietários mais abastados. Estes são resultados esperados, uma vez que, quando presentes no patrimônio deste primeiro grupo, estes ativos alcançavam percentuais significativos na composição de sua riqueza, enquanto no caso dos demais proprietários, existiam outros ativos mais importantes e valorizados, como escravos, terras, dívidas ativas, etc.

## **2.2 – Distribuição da riqueza por faixas de fortuna e pela posse de escravos.**

Até o momento, procuramos apresentar de modo geral as principais características da economia de Guarapiranga durante o século XVIII e XIX. Detectamos em Guarapiranga, embora pese algumas oscilações, uma pequena circulação monetária, fortes mecanismos de acumulação mercantil, produção produtiva extensiva e a significativa importância de terras, escravos e das dívidas ativas. No entanto, como demonstramos, em Guarapiranga as dívidas ativas tiveram um peso relativamente relevante na economia, sendo esta uma característica marcante de nossa freguesia.

Depois de caracterizada a estrutura econômica de Guarapiranga e identificada a importância de cada ativo na composição do patrimônio, procuraremos a partir de agora desvendar as peculiaridades da hierarquização social então existente. As tabelas que se seguem nos permitem examinar a distribuição da riqueza em Guarapiranga, além de identificar a participação dos inventariados, segundo a posse de escravos.

**Tabela 16 – Distribuição da riqueza e do plantel na Freguesia de Guarapiranga, por faixas de fortuna e período – 1750-1820.**

Faixas de fortuna em libras	Guarapiranga							
	1750-1779				1780-1820			
	A	B	C	D	A	B	C	D
0-200	04	479,844	11	3	31	3.171,395	65	2
%	<b>17,40</b>	<b>2,05</b>	<b>2,88</b>		<b>35,23</b>	<b>7,11</b>	<b>9,08</b>	
201-500	05	1.466,800	49	10	28	7.902,021	196	7
%	<b>21,75</b>	<b>6,27</b>	<b>12,82</b>		<b>31,82</b>	<b>17,72</b>	<b>27,37</b>	
501-1000	06	4.473,961	80	13	15	9.916,886	199	13
%	<b>26,10</b>	<b>19,12</b>	<b>20,95</b>		<b>17,05</b>	<b>22,25</b>	<b>27,80</b>	
1001-2000	05	7.009,419	86	17	11	13.280,365	209	19
%	<b>21,75</b>	<b>29,98</b>	<b>22,50</b>		<b>12,50</b>	<b>29,80</b>	<b>29,20</b>	
2001-5000	03	9.962,141	156	52	03	10.305,925	47	16
%	<b>13,00</b>	<b>42,58</b>	<b>40,85</b>		<b>3,40</b>	<b>23,12</b>	<b>6,55</b>	
Totais	23	23.392,165	382	17	88	44.576,592	716	8
%	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>		<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	

Fonte: Inventários post mortem do ACSM, I e II Ofícios.

A – N° e % de inventários da faixa.

B - Valor e % da riqueza dos inventários da faixa.

C - N° e % de escravos da faixa.

D – Posse média de escravos por faixa.

Tabela 17- Distribuição da riqueza por faixa e por posse de escravos – 1750-1820.

Faixas de fortuna em libras	Guarapiranga											
	1750-1779						1780-1820					
	s/ escravos	1-5	6-10	11-15	16-20	+20	s/ escravos	1-5	6-10	11-15	16-20	+20
0-200	02	01	01				09	20	02			
%	<b>100,0</b>	<b>25,0</b>	<b>25,0</b>	–	–	–	<b>100,0</b>	<b>57,15</b>	<b>10,53</b>	–	–	–
201-500	–	01	02	01	01		–	12	12	03		01
%	–	<b>25,0</b>	<b>50,0</b>	<b>50,0</b>	<b>20,0</b>	–	–	<b>34,30</b>	<b>63,15</b>	<b>21,42</b>	–	<b>16,7</b>
501-1000	–	01	01	01	03		–	01	02	09	02	01
%	–	<b>25,0</b>	<b>25,0</b>	<b>50,0</b>	<b>60,0</b>		–	<b>2,85</b>	<b>10,53</b>	<b>64,29</b>	<b>40,0</b>	<b>16,7</b>
1001-2000	–	01			01	02	–	02	03		02	04
%	–	<b>25,0</b>	–	–	<b>20,0</b>	<b>40,0</b>	–	<b>5,70</b>	<b>15,79</b>	–	<b>40,0</b>	<b>66,6</b>
2001-5000	–					03	–			02	01	
%	–	–	–	–	–	<b>60,0</b>	–	–	–	<b>14,29</b>	<b>20,0</b>	–
Totais	02	04	04	02	05	05	09	35	19	14	05	06
%	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM, I e II Ofícios.

\* Foram excluídos os dois inventários em que encontramos descrito somente o valor do monte-mor.

Como mencionado, nosso modelo de análise da composição, distribuição da riqueza e da hierarquia em Guarapiranga, segue, com as devidas alterações, o modelo trabalhado por Carla Almeida. Portanto, as faixas de fortuna das tabelas acima, foram estabelecidas com base no trabalho da dita autora, que por sua vez as definiu a partir de estudos realizados por outros importantes autores que trabalharam este tema.<sup>230</sup> Desta maneira, em função das semelhanças econômicas, entre nossa freguesia e as comarcas trabalhadas pela dita autora, identificaremos os proprietários a partir das faixas de fortuna. Segundo João Fragoso, *o estudo das fortunas é um dos meios para se identificar a lógica que perpassa o processo de reprodução da sociedade*<sup>231</sup>. A fortuna é, portanto, de fundamental importância para que possamos compreender o funcionamento destas sociedades, como confirma Hebe Castro:

*Da extrema fluidez dos referenciais de diferenciação das categorias sociais analisadas decorre que se o mundo dos homens livres encontrava-se hierarquizada entre “dominadores” e “dominados”, esta diferenciação não resultava de qualquer dado estrutural absoluto como propriedade da terra ou de escravos, mas do somatório de vários determinantes de riqueza e poder naquela sociedade onde a “fortuna” stricto sensu ocupava papel essencial.*<sup>232</sup>

As duas primeiras faixas de fortuna que vão até 500 libras esterlinas, representam os pequenos proprietários, nas duas faixas seguintes que variam de 501 a 2000 libras se encontram os médios proprietários. Já as fortunas acima de 2000 libras, caracterizam os grandes proprietários, aqueles indivíduos mais afortunados da sociedade. Esta relação entre faixas de fortunas e definição de proprietários pode ser confirmada, obviamente com algumas oscilações, pela tabela 17. Vemos por esta tabela, que 70% dos proprietários de 1 a 5 escravos, e também aqueles sem escravos, situavam-se nas menores faixas de fortuna (1-500 libras), aumentando o percentual no segundo subperíodo para 87%. Já os proprietários de 11 a 20 escravos, no primeiro subperíodo, 71% deles, aparecem nas faixas de fortuna que variam entre 501-2000 libras, com este percentual sofrendo uma ligeira queda para o segundo subperíodo, representando 68% destes proprietários. Com relação aos inventariados com mais

<sup>230</sup> A autora procurou estabelecer as faixas de fortuna, a partir da realidade das localidades que trabalhou, que não se diferencia muito daquela de Guarapiranga, uma vez que esta freguesia pertencia à comarca de Vila Rica, e principalmente a partir dos trabalhos de já citados de João Fragoso e Helen Osório, e também MATTOSO, Kátia M. de Queirós Mattoso. *Bahia, século XIX: uma província no império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

<sup>231</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998, p.334.

<sup>232</sup> CASTRO, Hebe M. M. *Ao sul da História: lavradores livres e pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.113.



de 20 escravos, no primeiro subperíodo 60% destes integravam as faixas de fortunas acima de 2000 libras.

Portanto, como mencionamos, as devidas oscilações ficavam por conta de alguns casos especiais, como por exemplo, o fato de no segundo subperíodo não haver nenhum inventariado com mais de 20 escravos entre os indivíduos mais afortunados (acima de 2000 libras). Outro caso excepcional é o da inventariada Agostinha Fernandes da Silva<sup>233</sup>, que no ano de 1785, possuía uma fortuna no valor de 489,840 libras, sendo que os seus 21 escravos representavam 378,340 libras, ou 77% do seu monte, enquanto os demais bens somavam 111,500 libras. Portanto, apesar de possuir um considerável plantel, o que a constitui como grande proprietária escravista, sua riqueza não alcançou níveis tão elevados. Ao analisarmos minuciosamente a qualidade de seu plantel, percebemos que apesar de possuir apenas três mulheres, e também apenas dois escravos com problemas físicos, seus cativos se encontravam em idade avançada, pois, seis possuíam 60 anos, um tinha 50 anos, oito mais de 40 anos, quatro acima dos 30 anos e apenas dois escravos possuíam 25 anos de idade, o que refletia no valor destes cativos. Como já alertamos, são esses casos excepcionais, detectados através de uma análise mais minuciosa da documentação, que vem confirmar nossa preocupação em relação à análise qualitativa, para que assim possamos oferecer um retrato o mais fiel possível desta sociedade, procurando demonstrar, mesmo com toda rigidez social, a complexidade e heterogeneidade presente.

Pela tabela 16, percebemos inicialmente a pequena presença de inventariados com fortunas acima de 2000 libras. Apenas seis inventariados num universo de 111 pesquisados alcançaram este patamar para todo o período, representando 5,40% do total. Quando de comparamos este percentual para o encontrado por Carla Almeida para Minas Gerais, notamos mais uma vez a semelhança dos dados obtidos, pois, a autora encontrou para a província o mesmo percentual de inventários entre 2001-5000 libras.

Este baixo percentual de grandes fortunas nos chama a atenção para a necessidade do questionamento e uma investigação mais minuciosa acerca da riqueza idealizada pelo ouro, como bem fala Carla Almeida:

*E toda a opulência gerada pelo ouro? Parece que tal opulência foi muito mais uma formulação idealizada da economia aurífera do que propriamente a realidade dos que viveram na região das Minas. Muito já se falou sobre a decadência e a miséria da sociedade mineira no pós-mineração, mas poucos foram os que atentaram para o fato*

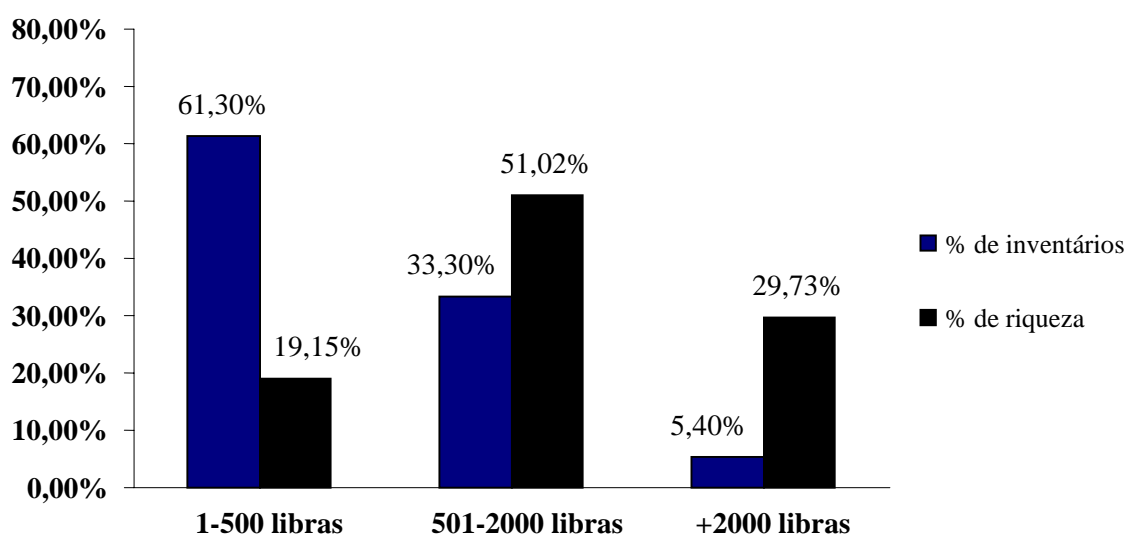
---

<sup>233</sup> ACSM – Cód. 63 – Auto – 1374 – 1º Ofício.

*desta economia também ser marcada pela pobreza ainda no período de auge minerador.*<sup>234</sup>

Com base nos dados recolhidos para Guarapiranga, podemos analisar de maneira ainda mais sofisticada e completa as características econômicas e a concentração da riqueza na dita freguesia, como mostra o gráfico que segue:

**Gráfico 5 - Divisão percentual dos inventários e da riqueza por faixa de fortuna - Guarapiranga 1750-1820**



Fonte: Inventários post mortem do ACSM, I e II Ofícios.

Através deste gráfico podemos obter interessantes conclusões, pois, vemos que o percentual de inventários dentre as faixas de pequenas fortunas (até 500 libras), corresponde a 61,30% e que concentram apenas 19,15% da riqueza, ou seja, representavam a grande maioria dos inventariados, mas controlavam a menor parcela de riqueza. Outro ponto interessante é o fato dos inventariados que ocupam as faixas intermediárias de fortuna (501-2000 libras), e que representavam 33,30% dos inventariados concentrarem o maior percentual da riqueza, com 51,02%. Porém, apenas 5,40% dos inventariados se encontravam na faixa de fortuna acima de 2000 libras, o que confirma a marcante concentração de riqueza na dita freguesia, pois, este pequeno número de proprietários mais afortunados, controlava 29,73% da riqueza, enquanto 61,30% dos inventariados dominavam apenas 19,15%. Ainda que os inventariados

<sup>234</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* 2003, p. 193.

que se encontravam nas faixas médias de fortuna controlassem mais da metade da riqueza, pois, o percentual dos mais ricos representava pouco mais de 5% do total.

Visando comparar a hierarquização social nas duas comarcas que estudou, Carla Almeida optou por reunir as fortunas que respectivamente compõem as pequenas, médias e grandes faixas de fortunas, para que desta maneira pudesse ter uma visão mais nítida do crescimento da riqueza por faixa com o decorrer do período. Com o intuito de alcançarmos o mesmo objetivo elaboramos a tabela que se segue:

**Tabela 18– Distribuição da riqueza e do plantel na Freguesia de Guarapiranga, por faixas de fortuna e período – 1750-1820.**

Faixas de fortuna em libras	Guarapiranga							
	1750-1779				1780-1820			
	A	B	C	D	A	B	C	D
<b>Pequenas</b> (1-500) %	9 <b>39,15</b>	1.946,644 <b>8,32</b>	60 <b>15,70</b>	7	59 <b>67,05</b>	11.073,416 <b>24,83</b>	261 <b>36,45</b>	4
<b>Médias</b> (501-2000) %	11 <b>47,85</b>	11.483,380 <b>49,10</b>	166 <b>43,45</b>	15	26 <b>29,55</b>	23.197,251 <b>52,05</b>	408 <b>57,00</b>	16
<b>Grandes</b> (2001-5000) %	03 <b>13,00</b>	9.962,141 <b>42,58</b>	156 <b>40,85</b>	52	03 <b>3,40</b>	10.305,925 <b>23,12</b>	47 <b>6,55</b>	16
Total %	23 <b>100</b>	23.392,165 <b>100</b>	382 <b>100</b>	17	88 <b>100</b>	44.576,592 <b>100</b>	716 <b>100</b>	8

Fonte: Inventários post mortem do ACSM, I e II Ofícios.

A – N° e % de inventários da faixa.

B - Valor e % da riqueza dos inventários da faixa.

C - N° e % de escravos da faixa.

D – Posse média de escravos por faixa.

Através dos dados da tabela acima percebemos o crescimento relevante dos inventariados nas menores faixas de fortunas que proporcionou também o aumento do percentual de riqueza que concentravam, inclusive, do percentual de escravos que passaram a controlar em relação ao total de cada subperíodo. Também verificamos em Guarapiranga uma diminuição significativa do percentual dos proprietários pertencentes às duas faixas intermediárias. No entanto, no que se refere à riqueza que controlavam ocorre um crescimento desta na 3ª faixa e uma ínfima queda na 4ª faixa, acompanhados pelo aumento do percentual de posse de escravos. Já com relação aos inventariados mais afortunados, constatamos quedas significativas no percentual de participação na riqueza, como também a queda nos percentuais de inventariados.

Com relação aos dados obtidos para as comarcas com as quais trabalhou, Carla Almeida informa que:

*Enquanto na região de Vila Rica só ocorreu crescimento do número de integrantes nas duas menores faixas de fortunas, no Rio das Mortes a situação foi mais complexa. Nesta comarca, houve crescimento das fortunas na faixa até 200 libras, queda nas 2ª e 3ª faixas, e crescimento nas demais.*<sup>235</sup>

Na freguesia de Guarapiranga, também notamos um aumento da pobreza, pois, a um crescimento do percentual de inventariados que compõem as menores faixas de fortuna, que possivelmente vieram das faixas intermediárias (3ª e 4ª) que diminuem seu percentual de inventariados, mesmo possivelmente tendo recebido proprietários das maiores faixas, o que pode explicar o aumento ou manutenção do nível de riqueza, apesar da queda nos percentuais de inventariados. As alterações econômicas foram, portanto, mais prejudiciais em Guarapiranga para os inventariados mais afortunados, que apresentaram quedas significativas. Esta seria, possivelmente uma característica da produção de alimentos que apesar de permitir uma importante participação mineira na economia colonial, entretanto, não foi capaz de gerar, como mostra Carla Almeida, a vultuosa riqueza do período de auge minerador.<sup>236</sup>

Outra característica de uma economia que prima pelas atividades agropecuárias, como procurou demonstrar a historiografia, e que podemos perceber nas tabelas 16 e 18, é uma maior difusão da mão-de-obra cativa. Notamos que no segundo subperíodo a posse média de escravos, sofre queda em praticamente todas as faixas de fortunas, exceto na 4ª faixa, o que permite que de

---

<sup>235</sup> *Idem.* p.201

<sup>236</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* 1994.

um modo geral, entre os inventariados das médias fortunas (Tabela 18) o percentual mantenha um ligeiro aumento. No entanto, verificamos que os grandes plantéis escravistas são aqueles que sofrem as quedas mais significativas, caindo a posse média de 52 para 8 no segundo subperíodo. Até mesmo entre os inventariados pertencentes às menores faixas de fortunas, ocorre uma diminuição da posse média de escravos.

Portanto, apesar de verificamos que em Guarapiranga, do primeiro para o segundo período ocorre um empobrecimento em cadeia, ao analisarmos a concentração da riqueza, esta não ocorre de maneira tão forte do primeiro para o segundo subperíodo em Guarapiranga como na comarca, pois, notamos na tabela 18, que entre 1780-1820, 67,05% dos inventariados de pequenas fortunas, controlavam 24,83% da riqueza, apesar de que apenas 3,4% dos mais afortunados, dominavam 23,12%. Outra característica bastante peculiar em Guarapiranga é o aumento do percentual de participação na riqueza dos médios proprietários, (tabela 18). Estes que representavam no primeiro subperíodo 47,85% do total de inventariados controlavam 49,10% da riqueza, e apesar da diminuição do percentual destes inventariados para o segundo subperíodo 29,55 %, eles passam a controlar a maior parte da riqueza, 52,05%, o que nos leva a afirmar que houve neste nível uma maior concentração de riqueza. Se juntarmos a estes dados o valor do monte-mor médio por faixa de fortunas nos dois subperíodos, podemos discutir algumas questões bastante interessantes e que acabam por complexificar ainda mais a análise da distribuição da riqueza na freguesia.

A tabela que se segue pode nos confirmar o empobrecimento, e também ainda a concentração da riqueza em Guarapiranga, que como mencionamos, não chega a ser tão forte. Percebemos que os mais pobres (1ª e 2ª faixas), apesar de aumentarem consideravelmente seus percentuais de participação na distribuição da riqueza em Guarapiranga, ficam cada vez mais pobres, como podemos notar na distribuição do monte-mor médio em libras. O mesmo ocorre com os médios proprietários, que apesar de passarem a controlar no segundo subperíodo o maior percentual de riqueza, apresentam queda no valor médio do monte-mor. No entanto, interessante notarmos que os inventariados mais afortunados, apesar de sofrerem queda significativa nos percentuais de inventariados e riqueza na passagem para o segundo subperíodo, continuam sendo aqueles que possuem maior média de riqueza, havendo até mesmo em sentido contrário às tabelas 16 e 18, um crescimento do valor médio do monte-mor para o segundo subperíodo.

<b>Tabela 19 - Monte-mor médio (em libras) por faixas de fortunas em Guarapiranga por subperíodos</b>		
<b>Faixa de Fortunas</b>	<b>Guarapiranga</b>	
	<b>1750-1779</b>	<b>1780-1820</b>
<b>1-200</b>	119,600	102,303
<b>201-500</b>	293,360	282,215
<b>501-1000</b>	745,660	661,126
<b>1001-2000</b>	1.458,137	1.207,306
<b>2001-5000</b>	3.320,714	3.435,308

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM, I e II Ofícios.

Encontramos em Guarapiranga uma rica e interessante complexidade no que se refere à distribuição da riqueza, pois apesar do empobrecimento e da diminuição significativa no percentual de controle da riqueza por parte dos grandes proprietários, estes são os únicos que ainda apresentam crescimento na posse média do monte-mor, de 3.320,714 libras para 3.435,307. Esta é uma questão interessante, pois, nas duas comarcas (Vila Rica e Rio das Mortes) estudadas por Carla Almeida os mais afortunados apresentam crescimento no valor médio do monte-mor, porém aumentaram significativamente sua participação no percentual de riqueza, controlando grande parte desta. Em Guarapiranga o percentual dos grandes proprietários sofre uma queda de 13,00% para 3,4%, apresentando também uma queda considerável da participação no controle da riqueza, que era no primeiro subperíodo de 42,58% e caiu para 23,12%, ficando atrás inclusive dos menores proprietários, que controlavam no segundo subperíodo, 24,83%.

Portanto, apesar das oscilações e peculiaridades que tornam mais complexa a análise de nossa freguesia, podemos confirmar a manutenção do patamar de riqueza possuída pelos pouquíssimos afortunados que conseguiram permanecer no nível das maiores fortunas, que no caso de Guarapiranga são os inventariados entre 2001-5000 libras, embora os pequenos e médios

proprietários aumentassem sua participação na riqueza da sociedade local, com estes últimos controlando mais de 50% da riqueza.

Prosseguindo a análise da freguesia de Guarapiranga, procuramos assim como Carla Almeida, analisar o papel de alguns ativos na composição do patrimônio por faixa de fortuna. No entanto, inovaremos ao realizar esta análise através da posse de escravos, por nos interessar de maneira especial na seqüência do trabalho. Vejamos primeiramente como estava distribuída a participação dos principais ativos por faixas de fortunas:

Faixas de Fortuna	1750-1779				1780-1820			
	Invs.	Imóveis	Escravos	Dívidas	Invs.	Imóveis	Escravos	Dívidas
1-200	04	23,45	31,48	33,37	30	30,25	38,43	8,05
201-500	05	2,10	75,78	6,65	28	21,77	52,74	12,80
501-1000	06	30,59	39,06	18,65	15	27,66	46,46	8,54
1001-2000	04	21,68	40,34	23,36	11	18,64	30,45	35,02
2001-5000	03	39,60	38,15	15,88	03	13,46	17,14	53,00

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM, I e II Ofícios.

Para a Capitania de Minas Gerais, a dita autora ao obter seus resultados, tece os seguintes comentários:

*Quando analisamos o papel de alguns ativos na composição do patrimônio das diversas faixas, percebemos que, de fato, nos dois períodos analisados, os escravos eram sempre o investimento mais importante dos pequenos e médios proprietários, seguidos de perto pelos bens imóveis. Para os mais pobres (1-200 libras), chegavam a ocupar quase metade do valor do patrimônio, mais exatamente: 46,13% no primeiro período e 49,39% no segundo. Para os possuidores de fortunas acima de 2000 libras, era nas dívidas ativas ou nos imóveis que se concentravam os investimentos. Para estes últimos, os cativos nunca chegaram a representar mais que 19,55%, sendo que entre 1750 a 1779, não passaram dos 9,76%.<sup>237</sup>*

Pela tabela 20 verificamos que na freguesia de Guarapiranga, havia uma certa complexidade no que se refere à participação de cada ativo por faixa e por subperíodo. Entre as

<sup>237</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* 2001, p.204.



menores faixas de fortuna (1-200) percebemos que há um crescimento na participação dos imóveis e escravos na composição da riqueza, e uma queda significativa das dívidas de um subperíodo para o outro. Já entre os inventariados que compunham a segunda faixa de fortuna (201-500) ocorre uma diminuição da participação dos escravos na composição da riqueza, e um aumento dos imóveis e das dívidas ativas. Com relação às faixas intermediárias percebemos que entre os inventariados que compunham a terceira faixa de fortuna (501-1000), ocorre uma queda na participação dos imóveis e das dívidas de um subperíodo para outro, enquanto cresce a participação dos escravos. Entre os indivíduos que compunham a quarta faixa de fortuna (1001-2000), o que acontece é uma diminuição da participação dos imóveis e dos escravos na composição da riqueza e um crescimento da participação das dívidas ativas, fato que acontece com maior intensidade entre os mais afortunados (+2000), uma vez que as dívidas ativas passam a representar 53% da riqueza destes inventariados. Porém, através desta tabela percebemos que no segundo subperíodo as características da freguesia de Guarapiranga assemelham-se mais com Minas Gerais, pois, vemos que a participação dos escravos decai à medida que se aumenta a faixa de fortuna, enquanto ocorre processo contrário na participação das dívidas, observadas as devidas oscilações, o que confirma a presença de comerciantes e rentistas como homens mais afortunados no período colonial.

Analisando a tabela que se segue, podemos examinar a participação dos principais ativos por posse de escravos, e percebermos o movimento crescente dos imóveis e escravos, e decrescente das dívidas, à medida que aumenta a posse de escravos, consideradas mais uma vez as devidas oscilações.

<b>Tabela 21 - % de alguns ativos por posse de escravos e por períodos – Guarapiranga.</b>		
	1750-1779	1780-1820

	Invs.	Imóveis	Escravos	Dívidas	Invs.	Imóveis	Escravos	Dívidas
1-5	04	9,50	14,50	70,52	35	20,96	25,50	39,85
6-10	04	28,60	59,05	-	19	12,86	38,57	34,57
11-15	02	23,70	45,31	23,70	14	21,66	30,72	32,76
16-20	05	25,60	59,43	6,41	05	22,10	35,27	35,45
+20	05	37,27	40,65	13,62	06	26,17	61,91	3,20

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM, I e II Ofícios.

Obs.: Foram excluídos das tabelas 24 e 25, os dois inventários nos quais encontramos somente o valor do monte-mor.

Também foi excluída a citada dívida ativa da inventariada Ignácia Maria Alves

Nos dois subperíodos as dívidas ativas representaram o maior investimento dos proprietários de 1 a 5 escravos. Como já alertamos e demonstramos anteriormente, estes dados podem distorcer um pouco a realidade, uma vez que, alguns proprietários apesar de possuírem poucos escravos, eram comerciantes ou grandes credores, o que vem mais uma vez confirmar a necessidade de uma análise qualitativa dos inventariados, para que possamos conhecer fielmente os camponeses e os demais grupos sociais então presentes. Detectamos nos proprietários com mais de 20 cativos, maior participação dos escravos e imóveis na composição do patrimônio, diminuindo a das dívidas ativas. Dentro dos demais plantéis, apesar de algumas alterações, como entre inventariados que possuíam plantel entre 16 e 20 escravos, em que a participação das dívidas supera levemente os escravos, percebemos o crescimento da participação dos escravos e imóveis e a diminuição da importância das dívidas, à medida que se aumenta o tamanho do plantel, o que seria um movimento óbvio e contrário ao crescimento das fortunas, pois, à medida que estas aumentavam, crescia a participação das dívidas.

Outra característica da freguesia de Guarapiranga, assim como de outras localidades da América portuguesa, é a sua vocação e potencial escravista, pois, mais de 90% dos inventariados possuíam algum cativo, e segundo Carla Almeida, para as comarcas que trabalhou, *aproximadamente 90% dos inventários possuíam algum cativo, número próximo aos do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.*<sup>238</sup> Vejamos os dados dos não-proprietários de escravos para Guarapiranga:

<sup>238</sup> *Idem.* p.206

<b>Tabela 22 – Percentual de inventariados sem escravos por período em Guarapiranga.</b>				
	Períodos	Total	S/E	%
	1750-1779	22	02	9,10
	1780-1820	87	08	9,20

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM, I e II Ofício.

OBS.: Foram excluídos desta tabela os dois inventários nos quais encontramos somente o valor do monte-mor.

Para a comarca do Rio das Mortes, o percentual de não proprietários de escravos manteve-se inalterado nos dois subperíodos representando 10% do total. Em Vila Rica houve um aumento de 8,5% para 12,5%, enquanto em Guarapiranga detectamos um ínfimo aumento de 9,10% para 9,20%, representando no segundo subperíodo, entre estas três regiões, a que possui o menor percentual de não-proprietários de escravos. Portanto, podemos perceber que a freguesia de Guarapiranga apesar de pertencer à comarca de Vila Rica, apresenta características semelhantes à do Rio das Mortes, não enfrentando dificuldades de reposição ou manutenção de mão-de-obra cativa, frente a crise mineratória.

Uma característica da freguesia de Guarapiranga, que podemos notar através da tabela 23 que se segue, é a presença de inventariados sem escravos somente na menor faixa de fortuna (1-200 libras), ocorrendo inclusive uma significativa diminuição do percentual destes para o segundo subperíodo.

<b>Tabela 23 – Média de escravos e percentual de inventariados sem escravos por faixa de fortuna – Guarapiranga.</b>					
		1750-1779		1780-1820	
	Faixas de fortunas	Média	% S/E	Média	% S/E

1-200	3	50,0	2	26,7
201-500	10	-	7	-
501-1000	13	-	13	-
1001-2000	17	-	19	-
2001-5000	52	-	16	-

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM I e II Ofícios

Foram excluídos das tabelas 26 e 27, os dois inventários nos quais encontramos somente o valor do monte-mor.

No entanto, apesar de não enfrentar problemas com a reposição de cativos em função da crise da mineração, a freguesia de Guarapiranga apresenta, exceto entre os proprietários da 4ª faixa de fortuna (1001-2000 libras), queda na posse média de escravos, fato que não ocorre na comarca de Vila Rica, a qual pertence, e que apresenta em todas as faixas de fortuna, manutenção ou aumento da posse média de cativos, inclusive superando Guarapiranga. Se para Vila Rica, Carla Almeida atribui esta característica à *considerável importância que a mineração continuou a ter nesta comarca, o que lhe garantiu maior dimensão na capacidade de acumulação*,<sup>239</sup> já para nossa freguesia podemos justificar esta difusão e diminuição da posse média de escravos, em função da maior dinamização da produção de alimentos, que não possibilitava a capacidade acumulativa da mineração, mas foi a responsável pelo vigoroso potencial escravista da economia mineira no século XIX.

Outros dados bastante interessantes são os que se referem à naturalidade dos inventariados. O reduzido número de inventários trabalhados na tabela que se segue, deve-se ao fato de que estamos trabalhando com os inventários *post mortem* e alguns poucos testamentos<sup>240</sup>, e esta não é a documentação mais apropriada para se realizar esta análise, mas sim os registros paroquiais. No entanto, mesmo com os problemas metodológicos, a análise se faz pertinente.

<b>Tabela 24 – Naturalidade dos inventariados por subperíodo em Guarapiranga.</b>		
Naturalidade	1750-1779	1780-1820

<sup>239</sup> *Idem.* p. 208.

<sup>240</sup> Trabalho exclusivamente com os testamentos anexados aos processos de inventário.

Portugal e Ilhas	08	05
%	<b>89,0</b>	<b>27,7</b>
Outras localidades de MG		03
%	-	<b>16,7</b>
Guarapiranga	01	10
%	<b>11,0</b>	<b>55,6</b>
Total	09	18
%	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Inventários post mortem do ACSM, I e II Ofícios.

A partir de nossos dados podemos comprovar uma tendência marcante para outras regiões coloniais, inclusive para as comarcas analisadas por Carla Almeida. Em Guarapiranga detectamos para o primeiro subperíodo, que 89,0% dos inventariados em que foi possível identificar sua naturalidade, vieram de Portugal e ilhas. Já no segundo subperíodo a proporção se inverte e como fala Carla Almeida, *a população já se encontrava mais enraizada localmente*<sup>241</sup>. Verificamos que 55,6% dos inventariados eram naturais da própria freguesia. Esta forte fixação da população que ocorre a partir de 1780, pode ser caracterizada em função da trajetória migratória de alguns indivíduos. Encontramos na documentação trabalhada, um exemplo muito interessante que é o caso de Veríssimo da Silva<sup>242</sup> e de um dos seus filhos, do qual encontramos a documentação, o Padre Leandro da Silva Ferreira<sup>243</sup>. O primeiro, natural do Bispado do Porto veio a falecer em Guarapiranga no ano de 1785, onde residia. Já sua família fora constituída praticamente toda nesta freguesia, como podemos constatar através do inventário de seu filho padre, que já nascera em Guarapiranga. Segundo a documentação, o padre também falecera em 1785, inclusive antes de seu próprio pai, pois, em seu testamento o deixa como herdeiro. Este exemplo vem amparar os dados da tabela 24, ao mostrar a trajetória de duas gerações, uma vez que, o pai natural do Reino, se estabelece em Guarapiranga, fixando e constituindo sua família.

Outro dado interessante refere-se à presença, a partir de 1780, de indivíduos originários de outras localidades de Minas Gerais. Esta tendência migratória parece estar diretamente

<sup>241</sup> *Idem* p. 209.

<sup>242</sup> ACSM – Cód.23 – Auto 582 – 2º Ofício

<sup>243</sup> ACSM – Cód. 25 – Auto 614 – 2º Ofício.

relacionada à crise da mineração, visto que, aproximadamente 70% destes indivíduos eram originários de regiões que tinham a mineração como principal atividade econômica. Exemplificando esta informação detectamos na documentação os inventários de Agostinha Fernandes da Silva<sup>244</sup>, nascida em Cachoeira do Campo nas proximidades de Ouro Preto, e Antônio Luiz Moreno<sup>245</sup>, natural do Sumidouro, localidade próxima a Mariana. Ambos faleceram em Guarapiranga, nos anos de 1785 e 1810 respectivamente, onde residiam. Outro dado bastante interessante é que estes inventariados possuíam algo em comum, eram filhos de mulheres negras. A primeira inventariada era filha de Domingos Fernandes da Silva e Gracia preta de nação Angola e fora casada com o Alferes José da Silva Lobo, enquanto o segundo inventariado era filho de Manoel Luiz Moreno e Ana Benguela, e apesar de ser Capitão, possuía dois filhos naturais. Esta tendência também vem confirmar a característica e o vigor agropecuário de Guarapiranga, que aparece como alternativa para estes indivíduos que fogem da crise mineratória e buscam melhores condições de sobrevivência.

Apesar da queda apresentada a partir de 1780, o número de portugueses que migram para Guarapiranga continua sendo de certa forma significativo, superando inclusive os indivíduos procedentes de outras localidades da capitania. A historiografia tem demonstrado a forte emigração portuguesa durante os séculos XVII e XVIII, intensificando neste último com a descoberta do ouro no Brasil. Esta emigração ocorria com mais intensidade no Norte de Portugal (Minho), com o predomínio de portugueses oriundos desta região em Minas Gerais. No entanto, esta emigração não era uma exclusividade do norte do Reino, ocorrendo também no Centro e no Algarve.<sup>246</sup>

Em Guarapiranga podemos confirmar as características da emigração portuguesa para Minas Gerais como um todo. Dentre os 13 inventariados em que foi possível identificar sua origem em Portugal, 77% vieram do norte do Reino, sendo 46% originários do Bispado de Braga, 23% do Porto e 7,7% do Bispado da Guarda. Encontramos um inventariado que era natural das ilhas, mais exatamente a de São Miguel, e outro originário de Lisboa, que fica mais ao centro de Portugal.

---

<sup>244</sup> ACSM – Cód. 63 – Auto 1374 – 1º Ofício.

<sup>245</sup> ACSM – Cód. 40 – Auto 924 – 1º Ofício.

<sup>246</sup> Sobre este assunto ver: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* 2001, p. 210-212; SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998; COSTA, Iracy Del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII*. Relatório de pesquisa; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Interessante notarmos que entre os inventariados em que foi possível detectar a naturalidade através dos inventários, não encontramos nenhum que tenha informado ser natural de outra capitania. João Fragoso ao estudar a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro nos mostra que esta elite teria sido formada por portugueses, que como já falamos migravam para o Brasil fugindo das pressões demográficas, e por conquistadores, na grande maioria também portugueses, que antes de chegarem ao Rio passaram por São Vicente. No entanto, Fragoso relata que *no início do século XVIII, na correspondência dos governadores lia-se sobre a freqüente fuga de gentes e cabedais do Rio para Minas, fenômeno que resultava no despovoamento, na redução de alimentos e na falência de engenhos de açúcar.*<sup>247</sup> Podemos então tirar duas conclusões, primeiro que a freguesia de Guarapiranga não teria sido o destino destes migrantes fluminenses. Em segundo lugar, que mesmo vindo do Rio de Janeiro, na documentação eles teriam fornecido sua naturalidade portuguesa, o que poderia nos ajudar a compreender o significativo número de portugueses em Guarapiranga no primeiro subperíodo (1750-1779).

Portanto, em Guarapiranga identificamos um crescimento do percentual de pessoas naturais da própria freguesia, um aumento da presença de indivíduos de outras localidades de Minas Gerais, e uma queda do percentual de imigrantes portugueses. Estas alterações podem estar relacionadas à crise da mineração, que se não tornava a região das Minas tão atraente para os portugueses, fazia com que a freguesia de Guarapiranga se tornasse uma região bem mais atrativa para os indivíduos das regiões mineradoras.

### **2.3 – Diversidade e complexidade econômico-social.**

Para concluirmos este capítulo, devemos chamar a atenção para a complexidade e diversidade econômico-social que marcava a freguesia de Guarapiranga. Encontramos por exemplo, características distintas entre os proprietários de 1 a 5 escravos, como uma significativa participação das dívidas em seu percentual de riquezas. Percebemos pelas tabelas 20 e 21, que em

---

<sup>247</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 2001, p.68

determinado momento, as dívidas representavam a maior parcela de participação no patrimônio dos pequenos proprietários de escravos, como também na menor faixa de fortuna (1-200). Pelas tabelas podemos perceber que fica evidente uma forte complexidade, apesar de encontrarmos dados finais que vão ao encontro das características de regiões mais amplas. Guarapiranga apresenta oscilações e alterações que a tornam única, com peculiaridades que lhe dão uma complexidade especial. Não há, portanto, uma homogeneidade nas características econômicas e sociais desta freguesia, confirmando a necessidade de uma análise mais minuciosa e qualitativa.

Notamos pelas tabelas 16, 17 e 18, as características dos plantéis e das faixas de fortunas que predominavam em Guarapiranga. Analisando primeiramente as faixas de fortunas, vemos que tomando o período como um todo (1750-1820), há um predomínio das pequenas faixas de fortunas. Dos 111 inventários trabalhados, 61,30% dos proprietários se encaixavam nas faixas de 1 a 500 libras, 33,30% se encontram nas faixas entre 501-2000 libras enquanto o restante apenas 5,40% nas maiores faixas de fortunas. No entanto, como vimos, apesar de representar a grande maioria, os pequenos proprietários controlaram durante o período 19,15% da riqueza, os médios proprietários 51,02% e os grandes 29,73%, além destes últimos serem os únicos a apresentarem um crescimento no valor do monte-mor médio, como podemos ver pela tabela 19.

Analisando a posse de escravos na freguesia de Guarapiranga, constatamos o predomínio dos pequenos plantéis (ver tabela 9). Dentre os proprietários de escravos 39,4% possuíam plantéis de 1 a 5 escravos, e controlavam apenas 10,2% dos cativos, já os proprietários de 6 a 10 escravos que representavam 23,2% dos inventariados possuidores de escravos possuíam 15,4% da população cativa. Estas duas faixas de posse juntas representavam 62,6% do universo de inventariados e controlavam 25,6% da mão-de-obra cativa, enquanto os proprietários com mais de 20 escravos que significavam 11,1% dos inventariados donos de escravos controlavam 38,4% destes.

Outro ponto que podemos ressaltar é a distribuição dos plantéis escravistas dentro de cada faixa de fortuna (tabela 17), onde observadas também as oscilações encontramos algo previsível, como o predomínio dos proprietários de pequenos plantéis e aqueles sem escravos dentro das menores faixas de fortunas e assim, proporcionalmente, à medida que se aumenta as faixas de fortunas cresce o tamanho do plantel. Portanto, vemos que na freguesia de Guarapiranga, em função do predomínio dos pequenos plantéis e das menores faixas de fortunas, apresenta-se como



propícia à presença dos camponeses, obviamente sem ignorar a existência de outros grupos sociais mais afortunados.

### **CAPÍTULO 3**

#### **O mundo camponês: características econômicas e socioculturais das unidades camponesas.**

Nos capítulos anteriores procuramos identificar as características históricas, econômicas e produtivas, além da hierarquização social através da fortuna e da posse de escravos da freguesia

de Guarapiranga. No entanto, este trabalho foi realizado visando recuperar as características gerais da freguesia. Privilegiamos então uma análise mais estrutural, que nos permitiu entender o contexto mais amplo em que se encontravam os camponeses, segmento social ao qual nos deteremos de forma mais particular neste capítulo, resgatando as nuances, esmiuçando e identificando as características deste segmento.

Ao nos prendermos de forma específica neste grupo social, procuraremos também recuperar a discussão em torno do camponês, porém, aprofundando ainda mais a análise deste conceito, esclarecendo este complexo e heterogêneo sujeito histórico, para que a partir daí possamos defini-los ainda melhor. No entanto, o debate teórico sobre este complexo conceito, estará agora sendo amparado pela análise documental. Buscaremos na documentação, exemplos singulares que amparem nossas discussões teóricas do universo camponês. Nesta análise buscaremos resgatar todas as características que cercavam o camponês, como questões econômicas e produtivas, ou seja, que atividades predominavam dentro das vocações deste grupo social, e suas características escravistas. Através dos inventários e testamentos buscaremos também reconstituir os traços sociais destes indivíduos, que marcam suas relações de sociabilidade e nos permitem, identificar inclusive alguns de seus traços culturais.

Desta maneira, buscaremos através da documentação, invadir a privacidade destes camponeses, procurando elucidar o que caracterizava o modo de vida camponês. Tentaremos identificar como reagiram às incertezas da vida no mundo colonial, ou seja, como se comportavam econômica, social e culturalmente. Para isso procuraremos trabalhar não somente de forma quantitativa, mas principalmente de maneira qualitativa todos os bens e informações que a documentação nos apresenta, para que possamos compreender de maneira mais fiel possível as condições e características camponesas.

### **3.1 – Camponeses: um debate teórico.**

Ao iniciarmos esta análise mais detalhada e minuciosa acerca das características do campesinato é necessário que aprofundemos ainda mais nossa definição e conceitualização da noção de camponês, discutindo de maneira mais enriquecedora com os autores estrangeiros e nacionais, a fim de encontrar a singularidade deste conceito no Brasil colônia, esclarecendo ainda

mais quem seriam e como trabalharemos este grupo em Guarapiranga. Privilegiaremos então autores clássicos como os já citados Alexander Chayanov e Teodor Shanin, além de Henry Mendras, que podem ser considerados fundadores das reflexões que hoje fundamentam os estudos sobre o campesinato em sociedades pré-industriais, e juntamente analisando como os principais autores nacionais trabalham e se utilizam do conceito de camponês, além de buscarmos um contato mais estreito com os antropólogos.

Como salientamos, e a própria historiografia nos alerta para isto. Levantar a discussão a respeito do conceito de camponês suscita grande polêmica. São variados os pontos que geram conflitos, que vão desde a impossibilidade de se adotar para o Brasil colônia este conceito amplamente complexo, até questões que envolvem a possibilidade ou não de caracterizar como camponês o indivíduo ou família que consegue obter ou recorrer a uma mão-de-obra externa, mesmo que seja escrava.

Retomemos nossa discussão, a partir das reflexões dos autores considerados fundadores desta conceitualização e do ponto que é a base fundamental em uma economia camponesa: a família. Pertencente à Escola Populista Russa, cuja economia camponesa representa o tema de maior polêmica, Chayanov tem assentada toda a originalidade de sua teoria no fato de que a motivação econômica do camponês se baseia em um sistema de salário a empreitada, que permite que ele determine o tempo e a intensidade de seu trabalho. Ao contrário de uma lógica capitalista, para Chayanov o camponês tem como principal objetivo suprir as necessidades básicas dos membros da família, recorrendo ao mercado sem visar o lucro.<sup>248</sup>

Quando procura explicar de forma simples e objetiva a base da economia camponesa, Chayanov esclarece que: *se quisermos ter um simples conceito organizativo da unidade camponesa, independente do sistema econômico em que está inserida, inevitavelmente devemos basear a compreensão de sua essência no trabalho familiar.*<sup>249</sup> Para o autor esta é a célula base da unidade de exploração camponesa e juntamente com a possibilidade de acesso à terra caracterizam a economia campesina, que sempre procura se preservar, ou seja, mantém-se idêntica, adaptando-se a sistemas econômicos mais amplos, existindo como tal e resistindo em função de sua maleabilidade frente as variações econômicas. Entretanto, em sua conceitualização encontramos alguns pontos bastante confusos, pois, para Chayanov o futuro da família interessa

---

<sup>248</sup> CHAYANOV, Alexander V. *La organización económica campesina*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974, p. 33-34.

<sup>249</sup> *Idem*. p.34

como fenômeno econômico e não biológico, e este chama atenção para o fato de que a mudança na relação da força de trabalho em função das necessidades de consumo ocorre à medida que se desenvolve a família, sendo seu tamanho e a composição de seus membros um dos fatores a influenciar na dimensão da terra a ser trabalhada. Segundo Sônia Souza<sup>250</sup>, por ser uma teoria centrada no consumidor ela não escapou das críticas, e de acordo com esta autora, Chayanov procura desfazer o equívoco, argumentando que qualquer unidade produtiva aspira adquirir bens e maiores benefícios para seus membros, inclusive a camponesa. Para Teodor Shanin o crescimento da família originava pressões de consumo adicionais, levando à necessidade de empregar o trabalho familiar em atividades artesanais ou familiares.

Este último autor também trabalha a economia camponesa tendo como foco a Rússia e, assim como Chayanov, também chama atenção para a importância das unidades domésticas enquanto núcleo da sociedade camponesa,

*Sua natureza parece constituir a característica mais significativa do campesinato como fenômeno social específico, sendo por sua vez a origem das características genéricas mostradas pelo campesinato de todo mundo. A unidade doméstica camponesa se caracteriza por uma quase total integração da vida da família e sua exploração agrícola.*<sup>251</sup>

Um ponto bastante interessante, como salienta Sônia Souza, dentro da conceitualização deste autor acerca do campesinato, assenta-se na noção de mobilidade sócio-econômica proporcionada pelo que Shanin denomina *mudanças substantivas*, que seriam as transmutações das unidades domésticas campesinas e que significam sua aparição ou “desaparição” dentro das comunidades camponesas. Estes processos seriam de partição, que promove a aparição de novas unidades camponesas, a extinção e fusão que conduzem à “desaparição”, e a migração, em que a unidade camponesa desaparece em um lugar e reaparece em outra comunidade. Este autor procura relacionar estes processos ao ciclo de vida familiar<sup>252</sup>.

Apesar destas transformações apresentadas pelo autor refletirem a situação trabalhada na Rússia, encontramos processos semelhantes para nossa região, em função das situações vividas e detectadas na documentação que dispomos em nossos arquivos. No caso da partição de unidades

<sup>250</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade...estratégias de sobrevivência camponesas no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Niterói: ICHÉ/UFF, 2003. (Tese de Doutorado)

<sup>251</sup> SHANIN, Teodor. *La clase incómoda: sociología política del campesinado em uma sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)* Madri: Alianza Editorial, 1983, p.54

<sup>252</sup> *Idem* p. 120

camponesas, esta pode se dar no momento da partilha ou na doação de dotes, proporcionando o surgimento de novas unidades, como por exemplo, o caso de Bernardo Vieira Marques<sup>253</sup>, que ao falecer deixa como herdeiros seus três filhos, Tereza, Antonio e Genoveva, sendo que seu filho faleceu logo depois de sua morte. Este deixa, portanto, satisfeitos os seus legados e quitadas suas dívidas, 466\$666 para cada herdeira, para que tomem estado de casada. A extinção que ocorre em momentos de crise, leva o camponês a dispor de seus bens, como escravos e terra, que é o caso de Salvador de Oliveira e sua esposa Ana Maria da Conceição, pois, no inventário do dito Salvador consta entre seus bens um sítio, que, no entanto, foi vendido para o padre Bento de Mello Bezerra Rego. Caso esta família que agora era composta pela viúva e mais três filhos solteiros, sendo que os demais filhos do casal já se encontravam casados, não mantivesse algum outro tipo de vínculo com a terra, podemos constatar a extinção desta unidade camponesa.<sup>254</sup> Outro exemplo que podemos utilizar é o de Davi da Silva Ribeiro, que para conseguir um casamento para sua filha, dotou-a com suas terras de planta, o que implica não necessariamente na extinção da unidade camponesa, mas em sua condução por parte de outra família, que no caso era formada por sua filha e genro. Com relação à fusão, que promove a junção de duas unidades em função do casamento, herança, entre outras questões, podemos citar o exemplo de Ana Francisca Teixeira, que foi casada com João Soares Valente, e em função do falecimento deste, casou-se pela segunda vez com Manoel Gomes Sande, proporcionado assim a fusão das famílias e conseqüentemente de duas unidades camponesas.<sup>255</sup> Já a migração é fato muito comum no período estudado, que se caracteriza pela busca de melhores condições de vida, proporcionando o surgimento de unidades camponesas existentes anteriormente em outras localidades, questão que analisaremos mais detalhadamente no decorrer do capítulo, quando trabalharemos a naturalidade dos camponeses. No entanto, devemos alertar para o fato de que estas são apenas suposições, e que neste ponto de nossa pesquisa, ainda não temos elementos suficientes para definir a existência destes processos em Guarapiranga, porém, os exemplos citados indicariam a possibilidade de algo semelhante, entretanto, necessitamos de mais dados e um maior aprofundamento, para que tenhamos um trabalho mais conclusivo. Portanto, vemos que estes autores destacam como ponto fundamental e fulcral para o funcionamento da economia camponesa, a família, e indicam como seu objetivo principal o suprimento das necessidades de

---

<sup>253</sup> ACSM – Cód. 15 – Auto 473 – 1º Ofício

<sup>254</sup> ACSM – Cód. 79 – Auto 1701 – 2º Ofício

<sup>255</sup> ACSM – Cód. 127 – Auto 2561 – 2º Ofício.

consumo através da força de trabalho familiar, como já demonstramos na discussão inicial no primeiro capítulo. Desta maneira, o camponês recorre ao mercado sem visar o lucro, ao contrário do capitalista. Entretanto, Chayanov ignora a possibilidade da família camponesa contratar força de trabalho externa, enquanto Shanin acredita na possibilidade de que em pequenas medidas e poucos momentos, o camponês recorra a esta força de trabalho externa ao núcleo familiar.

Ainda destacando a importância da família dentro do universo camponês, podemos nos amparar no trabalho de Henri Mendras, que estuda as características das sociedades camponesas, tendo como espaço de análise, a Europa Ocidental. Este autor afirma que, *por camponês é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo com braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas.*<sup>256</sup> Assim como Shanin, este autor acredita na possibilidade de que em pequena escala, o camponês possa recorrer a uma força de trabalho externa. Segundo Mendras é o fato de pertencer a uma sociedade camponesa que identifica o camponês, ou seja, ele procura ampliar seu conceito ao afirmar que deve ser considerado camponês não somente aquele que trabalha a terra, ou está ligado ao mundo rural, considerando assim como camponês os artesãos, comerciantes, etc. Da mesma forma que Sônia Souza, discordo de Mendras neste ponto, e também acredito que como camponês deva ser considerado o indivíduo que tenha algum tipo de vínculo, legal ou não, com o meio rural, com a terra. Sônia não discorda da possibilidade do camponês procurar diversificar suas atividades no interior da unidade produtiva, e que:

*(...) a diversificação das atividades no interior das unidades camponesas era desejável e se constituía em um elemento a mais a contribuir para sua sobrevivência, uma vez que isto lhe garantia uma redução nos custos de sua reprodução e uma autonomia frente ao mercado. Neste caso, o que prevalecia eram atividades agrícolas, como o cultivo da terra e a criação de animais, sendo as demais práticas (manufatura e o artesanato, por exemplo), apenas complementares.*<sup>257</sup>

Para estes e demais autores o conceito de família dentro do mundo camponês apresenta ainda maior complexidade. Como vimos, para Chayanov, o fator biológico se constitui na base da formação da família camponesa, porém, o conceito de família para o camponês poucas vezes coincide com o conceito biológico, e o próprio Chayanov vai afirmar que, *para os camponeses o*

<sup>256</sup> MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.44.

<sup>257</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p.12

*conceito é muito mais amplo, inclui pessoas que comem na mesma mesa ou panela (...) ou até que são protegidas pela mesma cobertura.*<sup>258</sup> Para os demais autores o conceito de família dentro do mundo camponês vai ao encontro das idéias de Chayanov. Para Shanin, as unidades camponesas primam por laços de consangüinidade, apesar de que a condição básica para converter-se em membro da mesma não era o vínculo de sangue, sendo a participação na vida desta ou, na expressão dos camponeses, “comer da mesma mesa”<sup>259</sup> o elemento essencial. Para Andre Burguière, a consangüinidade não é uma regra, uma preocupação ou uma estratégia dentro do mundo camponês.<sup>260</sup> Henri Mendras vai ainda mais longe em suas afirmações, pois, este foge da discussão de família e procura enfatizar e trabalhar somente com “grupo doméstico”, que também seria o grupo de pessoas que “vivem da mesma panela”, do mesmo pão, do mesmo vinho, do mesmo fogo. Para Mendras o grupo doméstico extrapola o parentesco, que é apenas um *acessório*. Este grupo doméstico é essencial na vida econômica camponesa. *A expressão grupo doméstico parece ser a mais conveniente para nomear esse grupo por que acentua o conjunto de pessoas que vivem na casa e evoca ao mesmo tempo a economia doméstica que corresponde aos interesses do grupo e o domínio que faz viver.*<sup>261</sup>

A discussão acerca da importância da família dentro deste universo rural e camponês engloba também os trabalhos de antropólogos, e segundo Lia Fukui<sup>262</sup>, para alguns autores, mesmo com a urbanização, persiste a importância de certos elos familiares. Assim como Chayanov, para esta autora a família rodeada de dependentes sucede e não precede a terra. Para Fukui, os habitantes destes chamados bairros rurais podem ser proprietários, posseiros, agregados ou moradores de favor, e o que plantam serve para a subsistência da família, sendo uma parte vendida em troca de bens e serviços, que não podem suprir propriamente com seu trabalho. Larissa Bombardi, ao trabalhar um bairro denominado Reforma Agrária, nas proximidades de Campinas, e discutir a territorialização camponesa, nos fala que: *no imaginário camponês são reproduzidas as estruturas significativas que dão sentido à vida cotidiana; o eixo da vida está*

<sup>258</sup> CHAYANOV, Alexander V. *Op. Cit.* p. 48

<sup>259</sup> SHANIN, Teodor. *Op. Cit.* p.55

<sup>260</sup> BURGUIÈRE, Andre. *As mil e uma famílias da Europa.* p.71-74

<sup>261</sup> MENDRAS, Henri. *Op. Cit.* p. 66

<sup>262</sup> FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e Bairro Rural: Parentesco e família entre sitiantes tradicionais.* São Paulo: Ática, 1979, p. 37-38. Esta autora trabalha com regiões próximas a grande São Paulo, que são Itapeverica da Serra e Jquitiba, marcada pela agricultura de mantimentos para o abastecimento da cidade São Paulo, que ela denomina Bairros Rurais.

*baseado na família, no trabalho familiar, e é justamente aí que está a especificidade do campesinato.*<sup>263</sup>

A unidade doméstica se constituía, portanto, na unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral, ajuda econômica mútua e ainda segundo Shanin *aquele que se unia a uma “casa” por matrimônio ou adoção era considerado membro de pleno direito, enquanto que, por outra parte um filho da família que se estabelecera independentemente era visto como um estranho.*<sup>264</sup> Teodor Shanin é ainda mais radical em seu conceito de unidade doméstica, pois, o laço de parentesco pode até mesmo ser ignorado a partir do momento que o indivíduo se desvincule de seu grupo, enquanto outro, mesmo que não tenha laços de consangüinidade faça parte deste. Este também não entende a família apenas no sentido biológico, mas considera como membros de uma economia camponesa aqueles que vivem na mesma unidade, sob autoridade de um chefe.

Ao trabalhar a lógica simbólica da lavoura camponesa no nordeste brasileiro, Ellen Woortmann, confirma a necessidade e a autoridade do chefe, do *pai de família*. Esta autoridade é alcançada principalmente em função do conhecimento que o pai domina, o que o torna detentor do governo do trabalho. Segundo Woortmann, isto leva à formação de uma hierarquia familiar, que é fundamental para a organização camponesa, não devendo, portanto, ser alterada. O pai de família seria desta maneira, *pleno porque a ideologia camponesa o define como aquele que reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho.*<sup>265</sup> Ao dotar o pai de família como pleno, estamos dotando-o de saber, um saber camponês que o pai passará para o filho mais velho, significando a condução do processo de trabalho. Ao demonstrar a existência do saber, Ellen Woortmann novamente tece críticas a Chayanov e também a Henri Mendras. Segundo Woortmann, ao invés de um saber camponês, Mendras procura qualificar como trabalho geral, um ato rotineiro, ou como nas palavras de Chayanov, de *um instinto camponês*<sup>266</sup>. Segundo Ellen:

*Esse conhecimento é definido por Godelier como uma espécie de “ciência do concreto”. O que queremos é revelar os princípios em que ele se assenta e as práticas de produção nele baseadas, numa forma camponesa específica. Esses princípios informam estratégias*

<sup>263</sup> BOMBARDI, Larissa Mies. *O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004, p.57.

<sup>264</sup> *Idem.* p. 56d

<sup>265</sup> WOORTMANN, Ellen. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UDNB, 1997, p. 39.

<sup>266</sup> *Idem.* p. 14



*dinâmicas e orientam seletivamente a incorporação de conhecimentos e práticas novas como “respostas” a mudanças no ambiente natural e social.*<sup>267</sup>

Portanto, entendemos como “família”, a unidade doméstica que não necessariamente coincide com os laços de consangüinidade, uma vez que podemos encontrar no período colonial, situações que significavam o comer na mesma mesa, panela, ou viver sob o mesmo teto. Detectamos na documentação a presença em alguns domicílios de agregados, muitos deles solteiros que ainda não haviam constituído sua própria família, crianças “expostas”, a união de famílias através do matrimônio, como nos casos em que os noivos já possuíam filhos de casamentos anteriores, a presença de afilhados que poderiam residir na casa de seus padrinhos em função da morte dos pais, ou até mesmo em casos de tutela, em que os filhos poderiam, também devido ao falecimento de seus pais, residir junto ao tutor. Desta maneira, a família poderia ter um significado mais amplo que simplesmente o biológico ou consangüíneo, incluindo outros laços de proximidade e representando para estes membros o “lôcus” de sua sobrevivência e existência social.

Outro ponto fundamental para se compreender a economia camponesa, é a terra. Esta possui um papel essencial na formação e manutenção do segmento camponês, ou seja, o acesso a terra é um fator de extrema importância para uma comunidade camponesa. Ao estudar o mercado de terras em Santena, uma pequena região do Piemonte italiano, Giovanni Levi destaca a manutenção da terra em poder das famílias camponesas como uma das principais estratégias de sobrevivência, especialmente em épocas de crise. Levi chama a atenção para o fato de que na região por ele estudada, mesmo sendo propriedades mínimas, possuíam significativa importância: *não há dúvidas de que fosse muito grande a fragmentação da propriedade e de que a quantidade de terra disponível para cada família camponesa fosse tão pequena, a ponto de tornar significativa qualquer mínima parcela(...)*<sup>268</sup>

Segundo Henri Mendras, uma das características do camponês, onde quer que ele se encontre é o amor à terra, à “sua” terra. Assim como Hebe Castro este autor afirma que a terra é para o camponês uma forma de se tornar independente, de alcançar liberdade, e além de estar

<sup>267</sup> *Idem.* p. 14 . Ver GODELIER, Maurice. *Racionalidade e Irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, s/d.

<sup>268</sup> LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 133.

dotada de racionalidade econômica também assumi formas sentimentais de ligação se esta for cultivada de geração em geração. De acordo com Mendras:

*Essa “sede de terra”, racionalmente justificada hoje em dia nesses termos econômicos de sobrevivência da exploração também o era no século passado, quando a propriedade da terra era o meio e o signo da independência em relação a todas as autoridades, em uma palavra, da liberdade. Como rendeiro, o camponês depende de seu proprietário, ao qual deve submeter-se dando presentes, submeter-se indo à Igreja e votando bem, etc. A partir do dia em que se torna proprietário, ele não deve mais nada a ninguém, é senhor de si e pode ser um cidadão livre.*<sup>269</sup>

Autores como Chayanov e Shanin também destacam a posse da terra, porém não a trabalham de forma mais aprofundada e dão destaque somente para sua importância econômica. Chayanov chama atenção para a relação direta entre o desenvolvimento da família e a quantidade de terras disponíveis, enquanto Shanin destaca que a propriedade familiar era o reflexo legal mais significativo da unidade camponesa russa, mas também chama a atenção para a necessidade de se entender a herança no seu sentido mais amplo, que não somente o legal. Margarida Moura concorda com esta posição de Shanin, e ao trabalhar com os camponeses numa comunidade do sul de Minas, destaca que, para se entender as transações de terras no Brasil, não devemos analisar somente a herança e outras formas legais, pois, ela encontra em sua região, regras próprias de herança, em que os camponeses procuravam evitar a fragmentação das terras.<sup>270</sup> Larissa Bombardi afirmar que os camponeses são livres, por que além de determinarem seu trabalho e tempo, são donos de seu território. Eles seriam *donos/senhores* de suas unidades territoriais, pois, nelas têm a liberdade de produzirem, construir, tornando-se donos do seu *espaço* e transformando-o através do trabalho familiar.<sup>271</sup> Ellen Woortmann, como singular exemplo de trabalho antropológico, procura abordar a questão da terra do ponto de vista cultural. A autora destaca a questão do simbolismo, e da culturalização que o espaço de trabalho implica, pois, o sítio como lugar ideal, ou a terra, não seriam simplesmente um patrimônio, um meio de produção. A terra não possuía penas um caráter econômico, mas cultural, sentimental, simbólico e representava o resultado do trabalho da família.<sup>272</sup>

<sup>269</sup> MENDRAS, Henri. *Op. Cit.* p. 191

<sup>270</sup> MOURA, Margarida M. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: HUCITEC, 1978, p.2-5

<sup>271</sup> BOMBARDI, Larissa Mies. *Op. Cit.* p. 59

<sup>272</sup> WOORTMANN, Ellen. *Op. Cit.* p.44-45

Como discuto a posse da terra por parte dos camponeses, no período escravista, o trabalho de autores como Hebe Mattos e Sônia Souza são de extrema importância e interesse para o meu estudo. Para Hebe, em função da abundância de terras no período colonial, esta poderia perder força econômica, não sendo um referencial tão seguro para designar riqueza ou pobreza. No entanto, esta terra representava além de sobrevivência para estes camponeses, a garantia da autonomia frente aos grandes proprietários, pois, a terra livre juntamente com a mão-de-obra familiar permitia que se reproduzisse um campesinato que, social e culturalmente, fugia ao controle rígido de autoridades e grandes fazendeiros.

Resumindo a questão, Sônia Souza ao concordar com estes autores que vêm na posse da terra uma das condições básicas para a existência do campesinato, também afirma que:

*O acesso formal ou informal a uma parcela de terras representava para o camponês sua sobrevivência enquanto grupo e garantia-lhe uma autonomia frente ao fazendeiro, contribuindo para que não se sujeitasse ao trabalho nas fazendas, ou que, pelo menos, tivesse a possibilidade de negociar as condições em que este trabalho seria prestado. Diante das dificuldades, o camponês se utilizou dos mais variados instrumentos para que este acesso se concretizasse, fosse ele formal, através da compra ou da herança, ou informal, por meio da condição de agregado ou de posseiro.<sup>273</sup>*

Depois de trabalhados princípios básicos acerca da economia camponesa de uma forma geral, demonstrando como os citados autores entendem e caracterizam os traços principais desta definição, passemos para a compreensão deste campesinato no Brasil e dentro da região que estudamos. Para Henri Mendras o tipo ideal de campesinato, construído a partir dos estudos europeus contribui para a melhor compreensão de outras sociedades que mereçam ser consideradas camponesas, através da identificação de elementos essenciais para a definição desta economia. Já Forman Shepard <sup>274</sup> acredita que as desavenças se há ou não camponeses no Brasil, em parte *provém de problemas de definição, e de projeção sobre a vida campesina brasileira, de modelos e descrições desenvolvidas para os camponeses em outros tempos e outros lugares.*<sup>275</sup> Este autor procura diferenciar as sociedades camponesas na Europa feudal que representava um mundo fechado, do sistema capitalista, marcado pela junção entre o sistema econômico camponês e a economia mais ampla.

<sup>273</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p. 43-44

<sup>274</sup> FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>275</sup> *Idem.* p. 52

Larissa Bombardi quando procura definir o campesinato enquanto categoria social em trabalho de campo recentemente realizado, explica que este se reproduz no interior do capitalismo, e é uma classe social também deste modo de produção. *É justamente a especificidade do trabalho camponês, notadamente familiar, o fator que possibilita sua reprodução. Sendo a reprodução camponesa um elemento do próprio capitalismo, fica evidente a sua permanente relação com o mercado, ou seja, a produção camponesa não se dá de forma isolada.*<sup>276</sup> Para Shepard a economia camponesa no Brasil colonial teve apenas vaga semelhança com o feudalismo, pois, se desenvolveu no momento em que o mercantilismo substituía o feudalismo na Europa. Para o autor: *o camponês no Brasil colonial não estava amarrado à terra por restrições legais sobre seu movimento, mas antes, por razões de pobreza e de dependência econômica que limitavam sua liberdade.*<sup>277</sup>

Como já destacamos, a definição acerca do campesinato no Brasil é bastante complexa, uma vez que, grande parte dos estudos sobre camponeses, concentra-se no século XX, através dos trabalhos de campo. Hebe Mattos confirma esta questão, ao falar que historicamente a noção de camponês começou a ser utilizada, no que se refere às populações pobres do campo no Brasil no século XX, e através de um discurso externo a elas, marcadamente político ou sociológico. Desta maneira, definir este campesinato durante o período escravista é tarefa ainda mais complexa, em função da escassez de estudos sobre o período, e dos pontos de grande polêmica que são suscitados, que veremos e discutiremos no decorrer do capítulo.

Como nos mostra Stuart Schwartz, tradicionalmente a historiografia concentra-se no caráter exportador da economia brasileira, priorizando a análise e os estudos acerca dos senhores e escravos, ignorando o mercado interno colonial e demais setores da sociedade. De acordo com Schwartz: *a escravidão era a forma predominante de trabalho no Brasil, mas sempre à margem da economia de exportação e com o passar do tempo, passou a existir uma população de trabalhadores rurais e famílias que constituíam uma classe camponesa.*<sup>278</sup> Schwartz destaca que esta população rural crescia cada vez mais e, já a partir de 1760, formava uma classe rural livre, dentro da qual podemos incluir os camponeses. Para Forman Shepard, ao lado do sistema brasileiro de *plantation* desenvolveu-se um setor camponês que era formado por pequenos

<sup>276</sup> BOMBARDI, Larissa Mies. *Op. Cit.* p. 55-56

<sup>277</sup> *Idem.* p. 63

<sup>278</sup> SCWARTZ, Stuart B. Roceiros e escravidão alimentando o Brasil nos fins do período colonial. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p.123.

proprietários, rendeiros e parceiros, atuando como produtores e força de trabalho, além de fornecerem alimentos.<sup>279</sup>

Contra aquela visão tradicional, que segundo Hebe Mattos é representada inicialmente por autores como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, que viam a população livre totalmente dependente dos grandes proprietários, a autora destaca uma visão revisionista representada inicialmente pelo próprio Formam Shepard e por Maria Isaura Pereira de Queiroz, que propõem conceituar esta classe intermediária como um campesinato brasileiro que remonta desde o período colonial.

*Este campesinato brasileiro compreenderia os pequenos proprietários de terra, mas também arrendatários e posseiros, formando parte essencial da sociedade colonial e oitocentista, seja como produtores de mercadorias, especialmente para o mercado interno, seja como clientela política. Sua produção engendaria todo um setor de comercialização específico, formado por vendeiros e tropeiros, entre outros. Deste ponto de vista, a autonomia econômica da produção familiar e das outras formas culturais específicas, ligadas ao modo de vida camponês deveria ser enfatizada pela pesquisa histórica, bem como o impacto da produção agrícola camponesa na economia como um todo.*<sup>280</sup>

Assim como Hebe Mattos, também Shepard chama atenção e destaca o caráter mercantil da economia camponesa ao mencionar que, mesmo ainda ofuscada pela economia agroexportadora, aquela economia voltada para o mercado interno manteve desde o período colonial uma importante e intensa atividade comercial. Ou seja, apesar de se caracterizar principalmente pelo suprimento das necessidades básicas das unidades produtivas, os camponeses estiveram em alguns momentos diretamente ligados ao mercado, vendendo seus excedentes e garantindo a manutenção da economia agroexportadora, ao lhe oferecer alimentos e subsídios básicos para sua existência e dinamismo. Ao trabalhar o campesinato na Capitania Geral de Pernambuco entre os anos de 1700 a 1817, portanto, de predomínio da produção escravista, principalmente o açúcar, Guillermo Palácios indica a presença de agricultores pobres que seriam:

*(...) embriões de formas produtivas e estruturas de organização social que significavam o surgimento de espaços socioeconômicos e socioculturais de resistência ao predomínio da plantaçaõ escravista, espaços que cresceriam ao longo do*

<sup>279</sup> FORMAM, Shepard. *Op. Cit.* p. 47

<sup>280</sup> MATTOS, Hebe M. C. Campesinato e escravidão. In: SILVA, Francisco Carlos T. da. MATTOS, Hebe M. C. de. e FRAGOSO, João L. R. (orgs.) *Escritos sobre História e Educação: homenagem a Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, 2001, p.332

*século (XVIII) à medida que mais homens e mulheres pobres e livres viravam camponeses, adotavam formas camponesas de produção de subsistência e de coesão social como alternativa para resistir à pressão do escravismo.*<sup>281</sup>

Segundo Sônia Souza, os estudos referentes ao campesinato brasileiro utilizam elementos adotados por Chayanov e Shanin ao definirem o campesinato russo. Como por exemplo, José Graziano da Silva, que além de destacar o caráter mercantil da economia camponesa, enumera quatro pontos que a define: trabalho familiar, posse de instrumentos de trabalho, ou parte deles, a produção direta de parte dos meios necessários à subsistência e autoconsumo ou para a venda, além de não considerar fundamental a propriedade da terra, mas sim a posse ou outro tipo de acesso.<sup>282</sup> Temos outros autores que buscaram caracterizar o segmento camponês no Brasil, como João Carlos de Carvalho que procurou realizar uma revisão acerca dos autores que tratam desta questão, e Carlos Rodrigues Brandão, que estuda o campesinato goiano. Estes autores, como mostra Sônia Souza, destacam como características fundamentais da economia camponesa, o acesso à terra, o trabalho essencialmente familiar que ocasionalmente poderá utilizar mão-de-obra externa ao núcleo familiar, com produção voltada essencialmente para o consumo, e parte para o mercado podendo em momentos de maiores dificuldades trabalhar em terras alheias ou se tornar meeiro.<sup>283</sup> Neste aspecto coincidem com Chayanov e Shanin, que afirmam que em momentos de crise os camponeses deslocavam alguns membros de sua família para atividades artesanais e comerciais, procurando diversificar suas atividades.

Portanto, como mencionado, adoto como referencial para definir o que seria uma economia camponesa a concepção desenvolvida por Ciro Flamarion e Hebe Mattos e testada empiricamente por Sônia Maria de Souza. Esta opção se assenta no fato de que, além de definirem de forma mais objetiva e clara este conceito de campesinato, estendem e trabalham este conceito no período escravista brasileiro. Sônia Souza considera em seu estudo como camponês:

*Aquele que possuía qualquer tipo de vínculo com a terra, sendo seu proprietário legal, ou não, de forma que pudesse desfrutar de certa autonomia em relação ao grande fazendeiro e cuja produção agrícola, destinada à reprodução de sua unidade produtiva e ao abastecimento familiar. No entanto, não descarto a possibilidade de*

<sup>281</sup> PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, p.26.

<sup>282</sup> SILVA, José Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980, p.3

<sup>283</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p. 14-15. A autora faz um balanço acerca do conceito destes autores com relação à definição de camponês.

*utilização de uma força de trabalho adicional, podendo ela ser constituída por trabalhadores livres e pela posse de alguns poucos escravos. Neste caso, adoto, como parâmetro a propriedade de no máximo cinco escravos, independente de serem ou não aptos ao trabalho.*<sup>284</sup>

Estes autores que utilizamos como referência em nossa definição acerca do campesinato, têm em comum pontos essenciais, como o acesso a terra, a utilização da mão-de-obra familiar e a possibilidade de utilização de uma mão-de-obra adicional, que no caso do brasileiro poderia ser de livres ou escravos, além de não descartarem a vinculação em determinados momentos ao mercado interno proporcionando seu abastecimento. Há que se destacar nestas definições, como bem lembra Sônia Souza, a questão da autonomia camponesa. Para Hebe Mattos a riqueza da noção de camponês está justamente na ambigüidade e na tensão entre autonomia e subordinação. Para Ciro Flamarion esta autonomia se faz presente quando o camponês passa a decidir sobre o que plantar e onde plantar, bem como dispor dos excedentes. Já para Hebe, esta autonomia existe em função da possibilidade de acesso a terra, apesar de que a autora alerta que a posse legal da terra nem sempre representava pobreza ou riqueza no período escravista devido à abundância de terras, o que diminuía sua força socioeconômica.

Como também destaquei anteriormente, as discussões sobre o campesinato ultrapassam critérios econômicos e abrange também fenômenos culturais. Compartilho desta noção e alerto para o fato de ser um ponto de severas críticas dos antropólogos em relação aos autores que trabalham o campesinato. Para Ellen Woortmann, ao se desconsiderar estes fatores culturais como, por exemplo, as relações de parentescos, compadrio e vizinhança e/ou amizade, estamos desconsiderando fatores fundamentais da organização camponesa. Segundo esta autora, o próprio processo de trabalho, além de econômico também produz cultura. Até mesmo o sítio, que é um processo resultante do trabalho ideal, tem não somente função econômica, mas também sócio-cultural.<sup>285</sup> Portanto, os antropólogos procuram retirar da família camponesa o rótulo de apenas produtores e consumidores, fornecido por autores como Chayanov e Shepard, que não mencionam a grande importância que os fatores simbólicos e culturais exercem em uma comunidade camponesa, e que em determinados momentos perpassa os fatores estritamente econômicos.

---

<sup>284</sup> *Idem.* p. 16

<sup>285</sup> WOORTMANN, Ellen F. *Op. Cit.* p. 15, 20, 33.

Como explicitado, e em função das características comuns entre os autores trabalhados, adotaremos como camponês aquele que: possuía acesso estável a terra, não necessariamente como proprietário legal, produção destinada ao sustento da unidade produtiva, o que não impedia o oferecimento de eventuais excedentes no mercado interno, e finalmente a mão-de-obra essencialmente familiar, não descartando, porém, a utilização de trabalho adicional, podendo ser de livres ou escravos, incluindo neste mundo camponês os proprietários de até cinco escravos. No entanto, como destacamos, alguns proprietários representavam casos especiais, pois, mesmo possuindo mais de cinco escravos, ao analisarmos minuciosamente seu plantel escravista, percebemos que não teriam condições de manter uma produção considerável, ou que o mantivesse ligado regularmente ao mercado, caracterizando-se assim como camponês. Dentro da definição de campesinato proposta por Sônia Souza, estipula-se o número máximo de cinco escravos desconsiderando sua aptidão ou não para o trabalho. Acredito que seja sim necessário se levar em conta as condições deste plantel, pois, dependendo destas, a produção e o trabalho desta unidade ainda dependerá consideravelmente da mão-de-obra familiar.

Tomemos como exemplo, o inventário de alguns indivíduos que podem melhor explicitar a questão que estamos levantando. Antonio Teixeira de Carvalho<sup>286</sup> era natural da freguesia de Freixo de Cima, do Arcebispado de Braga. Era casado com Ana Dorothea da Conceição, natural do Sumidouro, e possuíam oito filhos: Francisco de 25 anos, Maria de 23, Antonio de 22, Manoel de 16, Joaquim de 14, Luís de 12, Ana de 10 e Francisca de 8 anos. Dos seus oito filhos, apenas Maria era casada, o que implica numa considerável mão-de-obra dentro de sua casa. Antonio, o chefe do domicílio, possuía bens móveis e ferramentas bastante rudimentares, e que somavam juntos apenas 12\$950. Possuía um moinho no valor de 100\$000 e uma fazenda avaliada em 300\$000, além de possuir uma mula muito velha que sequer foi avaliada. No entanto, este inventariado apesar do pequeno valor de seu monte-mor, 757\$950, era proprietário de dez escravos que valiam 435\$000. Porém, as características de seu plantel são bastante interessantes, pois, cinco de seus escravos eram menores de cinco anos, outro avaliado em 20\$000 possuía 70 anos de idade, além de um escravo de 45 anos, doente e avaliado em apenas 30\$000, possuindo ainda outra escrava descrita como “cocha” e avaliada em 35\$000, restando um escravo de 35 anos que valia 50\$000. Podemos então concluir que este plantel mesmo sendo considerável para

---

<sup>286</sup> ACSM – Cód. 17 – Auto 494 – 1º Ofício - 1800



um camponês, não concede condições a seu proprietário de se manter enquanto um produtor mais abastado.

Outro exemplo a ser citado, e que também pode ser usado no que se refere a considerar a qualidade do plantel, e não somente a quantidade, é o inventário de Rosa Maria Ferreira<sup>287</sup>, viúva de Antonio Rabelo Lobo, que era natural de Guarapiranga e seu esposo da Freguesia de Santo Estevão, Arcebispado de Braga. Esta ao falecer possuía um monte-mor no valor de 1:207\$800, distribuídos entre um sítio que valia 700\$000, uma pequena criação bovina avaliada em 33\$400 e mais dois tachos de cobre no valor de 64\$400. Esta inventariada possuía ainda seis escravos que valiam 410\$000, sendo um escravo no valor de 10\$000 que tinha 90 anos e valia menos do que um tacho de cobre, avaliado em 14\$000, e outra escrava de 100 anos, para a qual não foi atribuído valor, restando dois escravos de 50 e 30 anos e outras duas escravas de 20 e 34 anos. Podemos também perceber, que mesmo possuindo quatro escravos a menos este segundo plantel alcançou um valor muito próximo do primeiro (435\$000 e 410\$000), em função das condições do plantel, o que reflete não apenas no seu valor como em sua produtividade.

Portanto, ao excluirmos um inventariado com tais características da categoria de camponês, com base somente no número de escravos, podemos estar ignorando casos extremamente interessantes. Caberia então algumas perguntas. Por que estes indivíduos ainda mantêm em sua posse um escravo de 90 ou 100 anos? Será que este escravo não estaria lhe trazendo, economicamente falando, mais prejuízos do que benefícios? Por que não vendê-lo ou até mesmo abandoná-lo? Cabe, no entanto, ressaltar que as relações senhor/escravo no interior das pequenas posses e unidades camponesas eram bem diferente daquelas mantidas nos grandes plantéis escravistas. Dentro das pequenas unidades estas relações eram marcadas por uma maior “proximidade” e “intimidade”, como mostra Carlos Bacellar, pois, dentro destas o senhor trabalha ao lado do escravo, chegando até mesmo a dividir a mesma casa, sem maior diferenciação<sup>288</sup>. A manutenção deste escravo pode assim ocorrer em função justamente desta “proximidade”, desta “intimidade” estabelecida nesta relação. Outra razão que pode sim ser responsável pela permanência destes escravos pode estar no papel que exercem dentro do

<sup>287</sup> ACSM – Cód. 94 – Auto 2021 – 2º Ofício - 1810

<sup>288</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. ou BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviverem uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.(especialmente o quinto capítulo)

universo sócio-cultural, ou seja, a manutenção ou mesmo a busca por *status*, adquirido principalmente em função da posse de escravos e de uma ampla rede clientelar.

A título de comparação e para que possamos esclarecer ainda mais o que queremos transmitir, descreveremos o exemplo de um inventariado que excluímos de nossa amostragem referente ao segmento camponês, justamente pelas características de seu plantel e da aptidão de seus escravos ao trabalho. Ana Gonçalves dos Santos era natural de Guarapiranga e casada com Jerônimo da Silva de Carvalho. O casal possuía oito filhos, cujas idades variavam entre 4 e 24 anos de idade, não sendo declarado nenhum deles como casado. Possuíam um patrimônio avaliado em 1:824\$675, que se encontrava distribuído entre bens móveis rústicos, avaliados em 46\$275, instrumento de trabalho também simples que valiam 38\$400, uma considerável criação de 50 suínos, avaliada em 22\$500, que, no entanto, valiam menos que um de seus cavalos, avaliado em 26\$400, vários imóveis, entre eles dois sítios, uma roça com casas de vivenda, paiol, senzala, moinho, um título de terras minerais, além de uma morada de casas, que juntos valiam 919\$000. Encontramos também em seu inventário oito escravos, sendo que apenas dois deles, não se encontravam em idade produtiva, sendo uma escrava de 60 anos e um escravo de dois anos de idade, tendo os seis cativos restantes idades entre 18 e 28 anos, não apresentando nenhum deles qualquer tipo de moléstia ou deficiência, o que significaria uma mão-de-obra externa, na pior das hipóteses equivalente à mão-de-obra familiar, pois, quatro de seus filhos possuíam menos de 12 anos de idade, e apenas quatro estavam acima dos 16 anos.<sup>289</sup>

A posse de escravos é o ponto que suscita maiores polêmicas e discussões dentro da conceitualização de camponês. Em seu estudo para Santana do Parnaíba, Alida Metcalf distingue três classes sociais: fazendeiros, ligados a esta classe os *fazendeiros pobres*, possuidores de até dez escravos, os camponeses e os escravos, sendo que a aquisição destes era privilégio de poucos. Era justamente este privilégio que distinguia as famílias fazendeiras das camponesas. Para a autora, mesmo que tenham um ou dois escravos, estes *fazendeiros pobres* poderiam ser herdeiros de membros da elite, ou que pessoas que em determinado momento capitalizaram e conseqüentemente compraram escravos. Para Alida, o trabalho camponês seria essencialmente familiar, e só aumentaria sua produção com o número de agregados.<sup>290</sup> Outra autora que se coloca

<sup>289</sup> ACSM – Cód. 64 – Auto 1931 – 1º Ofício

<sup>290</sup> METCALF, Alida Christine. *Families of planters, peasants and slaves: estratégias for survival in Santana do Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Texas: University of Texas at Austin, 1983.

em oposição a esta questão é Márcia Menendes Mota<sup>291</sup>. Para esta, a ausência de escravos é o que caracteriza o lavrador como camponês. Assim a posse de escravos o caracteriza como pequeno produtor. Segundo Márcia, o cativo não era apenas uma força de trabalho adicional, mas representava a maior riqueza do pequeno produtor escravista.

Sônia Souza discorda desta autora e afirma que:

*Considero que além daquele que utiliza em sua unidade produtiva apenas a força de trabalho familiar, deve ser considerado camponês o que detém posses de alguns poucos cativos. Em que pese o fato do escravo representar quase a totalidade da riqueza de sua unidade produtiva, como bem aponta Márcia Motta, há que se considerar que nem sempre possuir escravos representava para este proprietário maior nível de prosperidade. Dependendo da composição da posse de cativos (indivíduos muito idosos, doentes ou crianças em tenra idade, por exemplo) poderia significar mais prejuízos que prosperidade, uma vez que necessitavam ser sustentados.<sup>292</sup>*

Concordo com o argumento utilizado por Sônia, até mesmo por que os inventários citados nas páginas anteriores exemplificam muito bem esta questão, são escravos que nem sempre proporcionavam prosperidade à unidade produtiva e muitas vezes representam prejuízos financeiros. Além disso, segundo Sônia Souza, em alguns casos estes escravos representavam a única força de trabalho disponível, a forma de sobrevivência de muitos camponeses impossibilitados de se sustentarem com o próprio trabalho, como velhos casais sem filhos, ou de viúvas com filhos muitos jovens, ou até mesmo filhos casados, como o exemplo da já citada inventariada Rosa Maria Ferreira<sup>293</sup>, que dos cinco filhos que possuía, quatro são informados como casados. Apesar disso, como já expliquei, discordo de Sônia Souza, quando esta desconsidera a aptidão ou não dos escravos destes plantéis camponeses, pois, além de excluirmos alguns proprietários deste grupo camponês apenas pela quantidade, estaremos deixando de compreender a qualidade destes plantéis, que como fala a própria Sônia, por serem muito idosos, doentes ou crianças muito pequenas, não representariam prosperidade para esta unidade.

Entretanto, a posse deste pequeno número de escravos não significava o afastamento do camponês do trabalho, como demonstramos ao citar Bacellar, que nos mostra que os senhores

<sup>291</sup> MOTTA, Márcia Menendes. História social da agricultura revisitada: um diálogo com Maria Yeda Linhares. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; MATTOS, Hebe M. & FRAGOSO, João L. R. (orgs). *Escritos sobre História e educação*: homenagem a Maria Yeda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p.356-357.

<sup>292</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p. 17

<sup>293</sup> ACSM – Cód. 94 – Auto 2021 – 2º Ofício - 1810

trabalhavam normalmente ao lado do escravo. Estes cativos eram adquiridos com o objetivo de complementar a mão-de-obra doméstica e reforçar a força de trabalho disponível.<sup>294</sup> A esse pequeno proprietário que aliava trabalho familiar com mão-de-obra escrava, Fragoso, Manolo Florentino e Sheila Faria chamam de *senhor camponês*<sup>295</sup>. Além do mais, como nos mostra Ângelo Carrara: *não se pode retirar do modo de produção camponês a capacidade de adquirir escravos, o que correspondia a uma anterior capacidade de participar em graus variáveis dos mercados e de alguma atividade agrária mercantil*<sup>296</sup>.

Estes escravos eram inclusive adquiridos em momento bastante peculiares da vida destes camponeses. Segundo Hebe Mattos a aquisição destes escravos visava à sobrevivência da família em momentos de dificuldade, como a dispersão ou casamento precoce dos filhos, abandonando o lar e desfalcando a mão-de-obra familiar, recomposta com a compra de um ou mais cativos. As informações de Carlos Bacellar vão neste mesmo sentido, e ainda segundo este autor, a dificuldade em acumular reservas levava, como detectou em Sorocaba, à elevada média de idade dos proprietários que compravam de 1 a 5 escravos, 40 anos, o que sugere um longo processo para sua aquisição. Também para Bacellar, o medo e a preocupação com o momento em que os filhos abandonassem o lar levava à necessidade de acumular pecúlio, para a compra de escravos e a reposição da mão-de-obra familiar. Predominava desta maneira a presença de escravas, para assim poder contar futuramente com o trabalho dos filhos destas cativas.<sup>297</sup> Já em Guarapiranga, como veremos mais detidamente no decorrer deste capítulo, predominava entre os camponeses a posse de homens. Além do mais entre os escravos que compreendem a faixa etária de 21 a 50 anos de idade, que corresponde a grande parte da faixa considerada como momento de auge da produtividade, de 15-50 anos, também predominavam os homens, o que garante a Guarapiranga certa peculiaridade. Como já salientamos, para Hebe Mattos havia, no entanto, a possibilidade de alteração social em função da posse de escravos, pois, pequenos proprietários poderiam abandonar a posição de camponeses, enquanto proprietários mais abastados poderiam regressar à condição de camponeses.<sup>298</sup>

<sup>294</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. Cit* 2000.

<sup>295</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo & FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira (Séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998, p. 59.

<sup>296</sup> CARRARA, Ângelo Alves. A Capitania de Minas Gerais, (1674 -1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Econômica & História de Empresas III*. 2. 2000.

<sup>297</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. Cit*. 2001, p. 148-150.

<sup>298</sup> MATTOS, Hebe M. *Op. Cit*. 2001, p. 339

Sônia Souza também é favorável à possibilidade de se considerar a existência de camponeses mais abastados, que conseguiram adquirir escravos, da mesma forma que não admite a generalização de que todo aquele que tenha vínculo com a terra possa ser considerado camponês. A título de informação podemos mencionar que Ricardo Abramovay identifica em seu trabalho duas condutas do campesinato. Entre elas o que ele chama de *Economia Moral*, onde o camponês fica preso a uma *ética de subsistência* procurando evitar riscos e, com isso, mantém seu padrão de vida sem profundas alterações. O segundo modelo de interpretação da conduta camponesa descrito por Abramovay denomina-se *Economia Racional*, ou seja, um camponês que age de forma individual e racional, que permite mudar seu padrão de vida, investindo em atividades que não visem somente a subsistência.<sup>299</sup> Estes modelos podem coexistir em função da heterogeneidade apresentada por este grupo.

Depois de aprofundar e esclarecer minha concepção de camponês, passo a tratar mais detidamente o grupo e a economia camponesa no interior da freguesia de Guarapiranga, analisando empiricamente as características que circundavam este grupo. Não nos prenderemos, portanto, somente em seus fatores econômicos, mas também nas questões socioculturais que marcavam a vida e o comportamento destes camponeses.

### **3.2 Características econômicas do universo camponês**

Num primeiro momento procuramos então definir quem seriam em Guarapiranga aqueles indivíduos que se caracterizam como camponês baseando-nos nos princípios trabalhados pelos autores anteriormente apresentados. A partir de agora, nos prenderemos na análise empírica deste grupo, ou seja, com base na documentação, procuraremos entender o comportamento econômico e sociocultural destes camponeses, nos dedicando inicialmente ao primeiro aspecto, mas sempre chamando a atenção para a estreita ligação existente entre estes aspectos.

Depois de definirmos este segmento social, encontramos dentro do universo de 111 inventariados trabalhados, uma porcentagem de 40%, que se encaixam dentro das características que definem o grupo camponês. Este percentual pode até parecer pequeno, porém, devemos esclarecer que realizamos este trabalho de análise das unidades produtivas, através dos

---

<sup>299</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. Duas visões do campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*. N.2, v. 20, 1990, p. 307-310.

inventários *post mortem*, e como salientamos, esta documentação privilegia aqueles indivíduos que conseguiram acumular bens, e que os levariam à abertura do inventário. Além do mais, não temos a pretensão de entender a freguesia de Guarapiranga como exclusivamente camponesa, mas sim marcada pela presença deste segmento social.

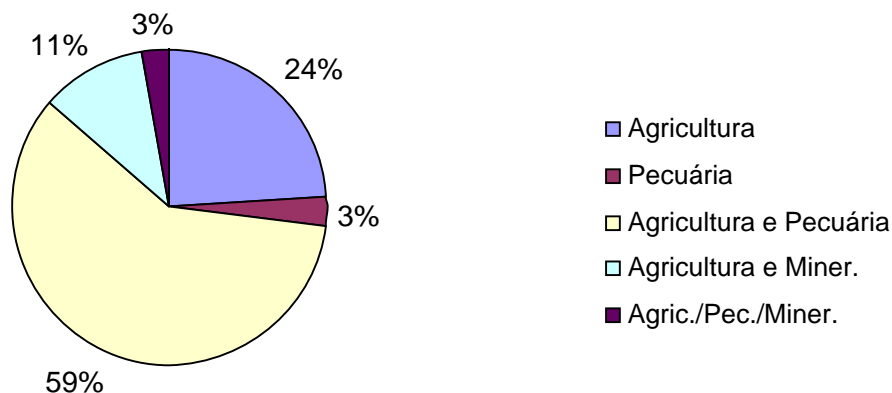
Ao analisarmos as atividades produtivas dentro do grupo camponês, devemos deixar claro que não pretendemos considerar a produtividade em si como representativa deste grupo, mas entender suas vocações produtivas, como por exemplo, quais unidades produtivas predominavam, e dentro destas, como se estabelecia a produção agropecuária, instrumentos de trabalho, etc. Assim, pretendemos comparar as unidades tipicamente camponesas, com aquelas sob a posse dos proprietários mais ricos da região, para que possamos ter a dimensão da participação e da força produtiva camponesa dentro da sociedade local.

Os gráficos que se seguem procuram mostrar as características da distribuição e das atividades produtivas dentro da freguesia de Guarapiranga, no período de 1750 a 1820. No entanto, dentro do grupo de inventariados selecionados e que serão trabalhados como camponeses, apenas um se encontrava dentro do primeiro subperíodo, (1750-1779), o que impede assim de realizarmos um trabalho que nos permita uma comparação entre os dois períodos. Este dado já pode ser um indício do que caracteriza uma economia camponesa, que é a maior presença no período em que a economia mineira tem como sua principal atividade econômica, a agropecuária, o que não exclui a existência da mineração neste segundo subperíodo e a possibilidade deste camponês diversificar suas atividades em sua unidade produtiva aliando agricultura, pecuária e até mesmo mineração.<sup>300</sup>

---

<sup>300</sup> Esta discussão acerca das características produtivas de Minas Gerais foi realizada no primeiro capítulo, e revisitada em vários outros momentos deste trabalho, com os autores que discutem esta questão, como: Carlos Guimarães e Liana Reis, João Fragoso, Carla Almeida, Ângelo Carrara, Sheila de Castro Faria, Francisco Eduardo Andrade, Hebe Mattos, entre outros.

**Gráfico 6- Distribuição das atividades produtivas dentro do grupo camponês**



F

Fonte: Inventários post mortem do I e II ofícios do ACSM

Através dos dados apresentados acima, podemos perceber as principais vocações produtivas dos camponeses em Guarapiranga, quase 60% deles dedicavam-se à agricultura e pecuária. Em segundo lugar como opção ou alternativa a esses camponeses, encontra-se a agricultura com 24% dos proprietários. Devemos chamar atenção para a possibilidade de diversificação das atividades produtivas mesmo dentro do segmento camponês, ou seja, 73% dos camponeses procuravam diversificar as atividades em suas unidades produtivas, mas sempre mantendo como base de sua produção a agricultura, aliando-a com a pecuária, mineração, ou até mesmo pecuária e mineração. Somente 3% dos proprietários pareciam em seus inventários dedicar-se apenas à pecuária, e 24% apenas à agricultura. A questão da diversificação das atividades produtivas também já foi debatida e mencionada em momentos anteriores. Carla Almeida<sup>301</sup> ao trabalhar com inventariados de Guarapiranga, no caso os grandes proprietários, informa a presença de unidades produtivas que conjugavam a atividade mineradora com uma próspera prática agropecuária. Francisco Eduardo Andrade denomina estas unidades como propriedades mistas:

<sup>301</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: Produção e Hierarquização Social em Minas Colonial: 1750-1822*. Niterói. ICHP-UFF, 2001. (Tese de Doutorado).

*(...) nas minas, houve desde o início da ocupação colonial, necessariamente, uma estreita articulação entre mineração, agricultura e pecuária. Na capitania de Minas Gerais, a contigüidade de terras minerais e agrícolas permitiam a constituição de unidades de produção mineratórias, agrícolas ou mistas, isto é, que conjugavam, em uma mesma unidade produtiva, a mineração e a agropecuária.*<sup>302</sup>

No entanto, o que queremos destacar é a presença desta diversificação dentro do segmento camponês, ou seja, estes também alcançaram condições de diversificar suas atividades, visando desta maneira aumentar a renda de sua unidade e garantir não somente a subsistência de sua família, como também em alguns momentos de aumento de sua produção, poder se vincular ao mercado, vendendo seus excedentes.

Começamos pelo inventário do camponês Custódio de Oliveira Souza<sup>303</sup> casado com Maria Victória de Freitas e morador na Aplicação da Barra de Sant’Ana dos Ferros, próximo ao córrego Jacutinga. Este possuía entre seus bens imóveis “várias datas minerais com suas águas no descoberto do casca”, sendo que possuía ainda terras de planta na fazenda do Córrego do Jacutinga. Entre seus instrumentos de trabalho constava cavadeira, foice, enxada machado, possuindo ainda quatro bois, seis cabeças de porcos e uma besta. Era proprietário de seis escravos, sendo que três de seus escravos tinham respectivamente nove e dois anos de idade e uma escrava recém nascida, todos filhos de Inês, uma escrava de 22 anos. Ainda possuía o crioulo Manoel de 23 anos, não sendo informado se era casado com Inês, além de Antônio crioulo de 10 anos, filho de Luzia que não fora descrito dentro plantel deste proprietário.

Outro inventário interessante é o de Ana Maria do Espírito Santo<sup>304</sup>, viúva de Manoel Mendes de Lemos e moradora no distrito de Manja-Légua. As informações de seu inventário permitem confirmar a concomitância de diferentes atividades. Esta inventariada possuía entre seus bens, um sítio, e uma porção de terras minerais. Constava ainda entre seus instrumentos de trabalho, um forno de cobre, um tear aparelhado, uma roda de fiar e um escaroçador velho, além de quatro enxadas, cinco foices, um machado, uma alavanca e um almocafre utilizado na mineração. Além disso, encontrava-se em seu inventário oito arrobas de algodão e 50 alqueires

---

<sup>302</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço econômico Agrário e Exteriorização Colonial; Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 120-121. Outros autores que já foram utilizados neste trabalho, confirma a presença e importância desta diversificação produtiva.

<sup>303</sup> ACSM – Cód.35 – Auto 814 – 1º Ofício - 1805

<sup>304</sup> ACSM – Cód. 137 – Auto 2856 – 1º Ofício – 1820.



de milho, e apenas um besta como animal. Ana Maria ainda possuía uma dívida passiva de 96\$205.

Através destes dois inventários percebemos a possibilidade e a tentativa destes camponeses em diversificarem suas atividades, aliando a mineração, agricultura e pecuária. Neste segundo inventário notamos inclusive a presença de tear, roda de fiar e escaroçador, e conseqüentemente a produção de algodão, o que pode indicar a tentativa desta família em se tornar um pouco mais independente do mercado, evitando comprar panos, ou até mesmo utilizando-se destas atividades artesanais para conseguir um aumento da renda familiar, como percebemos nas discussões dos teóricos que tratam da definição do campesinato, pois, em momentos de dificuldade estes camponeses, deslocavam membros de sua família para atividades complementares, como o comércio e o artesanato.

*Aliás, a diversificação das atividades no interior das unidades camponesas era desejável e se constituía em um elemento a mais a contribuir para sua sobrevivência, uma vez que isto lhe garantia uma redução nos custos de sua reprodução e uma autonomia frente ao mercado. Neste caso, o que prevalecia eram atividades agrícolas, como o cultivo da terra e a criação de animais, sendo as demais práticas (manufatura e o artesanato, por exemplo), apenas complementares.<sup>305</sup>*

Depois de trabalhar a distribuição das atividades produtivas dentro do setor camponês na freguesia de Guarapiranga, partiremos agora para uma análise mais minuciosa da produção desenvolvida por estes camponeses, ou seja, assim como fizemos para a freguesia através de uma análise mais estrutural (primeiro capítulo), faremos agora um estudo da produção agrícola, pecuária e os instrumentos de trabalho dos quais dispunham.

Iniciando esta análise pela produção agrícola, percebemos através dos inventários daqueles proprietários tidos como camponeses que somente foram mencionados a presença de milho, feijão, algodão e fumo. Dentro do universo agrícola camponês, o milho correspondia a 97% da produção, seguido pelo feijão o algodão, e mais quatro rolos de fumo, não sendo possível designar a quantidade em arrobas. Outro estudo interessante a ser feito é identificar a participação camponesa com relação a estes produtos dentro da freguesia de Guarapiranga. Através dos dados encontrados e analisados vimos que a produção de milho dos camponeses correspondia a 13 % da produção total da freguesia, enquanto o algodão 14% e o feijão a apenas 5,5%. Como já

---

<sup>305</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p.12

demonstramos, o milho e feijão representavam as principais culturas alimentares de Minas, por serem gêneros mais comuns na dieta dos habitantes, como destaca Francisco Eduardo Andrade,<sup>306</sup> independentemente de serem camponeses ou não. Desta maneira, não pretendemos considerá-los camponeses, em função apenas do tipo de produto cultivado, uma vez que como vimos esta questão envolve outros fatores, mas o que queremos é identificar a participação dos camponeses, dentro da produção agrícola da região e assim identificar o seu grau de participação no comércio local, ou mercado interno.

Um exemplo interessante da possibilidade de inserção destes camponeses em atividades de mercantis é o inventário de Maria de São José<sup>307</sup>, crioula e viúva de Antonio José de Abreu, este natural de Portugal e residente na aplicação de São Caetano do Xopotó. Esta falecera em 1810 deixando um monte-mor de 939\$900, sendo que constava deste, uma fazenda que fora avaliada em 450\$000 e mais 400 alqueires de milho, avaliados em 45\$000 e ainda mais 12 alqueires de feijão avaliados em 3\$600. Esta quantidade de milho descrita seria suficiente para o sustento da família, e proporcionaria uma ligação ao mercado através da venda ou negociação do excedente. A inventariada contava com o trabalho de quatro escravos, um de 70 anos avaliado em 25\$000, outro de 50 anos avaliado em 45\$000, uma escrava de 35 anos avaliada em 30\$000 e mais um escravo de 22 anos que valia 180\$000. No que se refere aos filhos, a inventariada possuía oito, sendo quatro cassados, Manoel José de Abreu de 32 anos de idade, Senhorinha casada com Francisco Antônio da Costa, Joaquim de 25 anos, Lúcia de 23, Francisco casado com Firmina Umbelina, João de 20 anos, Maria casada com Custódio e Francisca casada com João de Souza Braga. Na pior das hipóteses, esta contava com a força do trabalho de quatro filhos jovens: Manoel (32 anos), Joaquim (25 anos), Lucia (23 anos), e João (20 anos), aliando a esta mão-de-obra familiar os quatro escravos que possuía. Em seu inventário encontramos ainda a descrição de uma besta e um “macho”, ambos com cangalha, que poderiam ser utilizados no trabalho e no transporte de produtos, e ainda mais 10 cabeças de porcos.

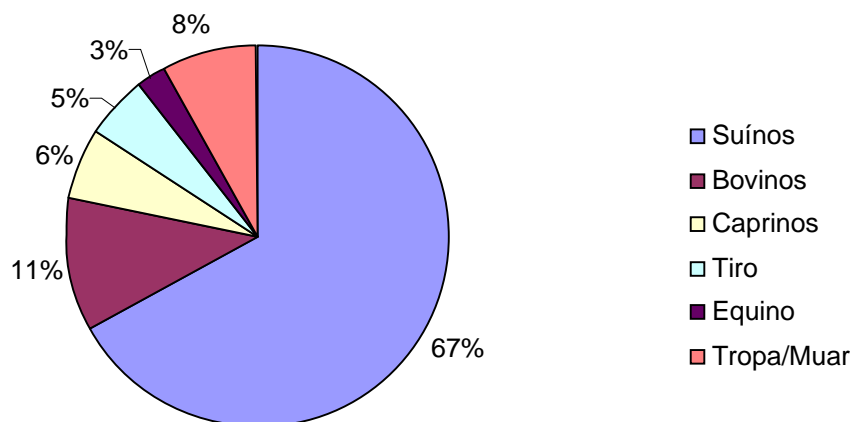
Ao analisarmos a produção pecuarista, percebemos, assim como a produção agrícola, não haver surpresa, predominando os rebanhos suínos e bovinos.

---

<sup>306</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço econômico Agrário e Exteriorização Colonial; Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

<sup>307</sup> ACSM – Cód. 49 – Auto – 1106 – 1º Ofício -1810.

**Gráfico 7 - Produção Pecuária dentro do grupo camponês**



Fonte

: Inventários post mortem do I e II ofícios do ACSM

O gráfico nos mostra a considerável predominância da criação de suínos dentro do segmento camponês, 67%, ficando em segundo lugar a criação bovina com 11%. No entanto, há que se destacar a presença logo em seguida dos animais de tropa e muares, responsáveis pelo transporte de mercadorias, o que pode indicar a participação camponesa em atividades mercantis. Apesar de trabalhar a região de Capivary, podemos utilizar as informações de Hebe Mattos com relação a importância pecuária dentro das unidades produtivas:

*Os rebanhos (bovinos, bestas, cavalos, suínos e ovinos) estavam ligados quase sempre à alimentação das pessoas residentes na unidade produtiva – livres e/ou escravos – e ao transporte da produção agrícola para os centros de comercialização.*

Com relação à produção total da freguesia, os rebanhos do grupo camponês, alcançaram percentuais mais significativos que os produtos agrícolas, confirmando assim sua importância no que se refere a uma maior diversificação das atividades produtivas, como também a relevância em relação à mercantilização. A criação de caprinos representava dentro da produção local 23%, enquanto os suínos 21%, os bovinos 19%, os muares 17%, os equinos 15% enquanto os animais de tiro 12,5%. Apesar da maior participação dos caprinos, a criação de suínos era significativamente maior, pois, enquanto encontramos apenas 23 caprinos, para um total de 100 em toda freguesia, identificamos dentro do grupo camponês 257 suínos, para uma total na

freguesia de 1215. Mais uma vez cabe destacar a participação dos muares e animais de tropa dentro da freguesia, que representavam 17%, evidenciando novamente, a possibilidade de comercialização de um pequeno excedente camponês, transportado por estes animais. A menor participação camponesa dentro da produção pecuária refere-se aos animais de tiro, isto por que eram animais dedicados aos trabalhos agrícolas, e que exigiam instrumentos cujo acesso era um pouco mais restrito ao camponês, como carros de bois e arados, sendo estes últimos de rara utilização até mesmo pelos mais abastados, pois, não identificamos na documentação este tipo de instrumento, sendo mais freqüentes na região, moinhos, engenhos e enghocas.

O inventário de Francisco Ferreira Mello<sup>308</sup>, casado com Margarida Roza de Jesus morador na aplicação da Tapera, pode ser um exemplo interessante no que se refere à produção de suínos e caprinos. Este inventariado possuía um monte-mor avaliado em 757\$674, dos quais 51\$000 equivaliam a seus animais, sendo dois cavalos, um garote, 15 ovelhas e 31 porcos, que possivelmente lhe renderiam algum retorno em função de uma provável comercialização, uma vez que este número de suínos seria mais que suficiente para a alimentação familiar. Encontramos ainda no inventário de Francisco 240 alqueires de milho avaliados em 27\$000, meia sesmaria de terras de cobertura, com matos virgens, capoeiras, casas de vivenda, paiol, e moinho “preguiça” coberto de telha avaliada em 400\$00, cabe ainda destacar entre seus instrumentos a presença de um tear aparelhado. Com relação à mão-de-obra utilizada por esta unidade produtiva, encontramos a presença de três escravos, dois deles de 50 anos, avaliados em 90\$000 e 85\$000 e uma escrava de apenas seis anos, avaliada em 50\$000. Com relação à mão-de-obra familiar, este inventariado ainda não contava com uma força de trabalho tão significativa, apesar de possuir nove filhos, pois, seu filho mais velho faleceu aos 15 anos de idade, e os restantes variavam a idade entre 3 e 14 anos.

A predominância destes produtos agropecuários dentro do universo camponês, retrata mais uma vez o que os autores indicam para Minas, e como confirma Carla Almeida, que *o milho (farinha de milho, angu e canjica), o feijão e a carne de porco constituíam a base da alimentação da população em Minas Gerais*<sup>309</sup>. Ao trabalhar os pequenos agricultores livres em Campinas Valter Martins nos fala que este grupo trabalhava:

<sup>308</sup> ACSM – Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício – 1805.

<sup>309</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* p.161.

*(...) buscando em primeiro lugar o autoabastecimento podendo comercializar eventuais excedentes e mesmo parte de sua produção destinada a esse fim. Isso demonstra não apenas seu não isolamento da sociedade que os envolvia, mas que havia espaço para trocas com a mesma, através do mercado onde comparecia como vendedor e comprador.*  
310

As palavras de Hebe Mattos complementam ainda mais o que queremos transmitir, pois, além de compartilharmos com esta autora o conceito de campesinato, esta ainda inclui a questão da mão-de-obra escrava, e afirma que:

*unidades que apesar da presença da força de trabalho cativa não chegava a possuir um sentido estritamente comercial, limitando-se a trocar no comércio local um excedente variável e não previsível por escassos bens de consumo imediato.*<sup>311</sup>

Devemos destacar que grande parte dos camponeses conseguia basicamente sustentar sua família, uma vez que sua produção não lhes permitia o privilégio de manter contato com o mercado. Alguns inventários são bastante significativos desta condição, como o de Manoel Martins Paiva<sup>312</sup>, casado com Clara Maria de Jesus e morador na Aplicação de São Caetano do Xopotó. Ao falecer este deixa como monte para a partilha a quantia de 299\$778, para sua viúva e mais cinco filhos, cujas idades variavam de 3 a 14 anos de idade. Ao analisar os bens que vêm descritos em seu inventário percebemos as dificuldades que estes enfrentavam, pois, como bens móveis possuía apenas 12\$600, que correspondiam ao valor de uma casaca, quatro pratos de estanho, uma catana e uma espingarda. Como instrumentos de trabalho, este possuía apenas um machado, uma foice e uma enxada que valiam 1\$500, e como animais constavam em seu inventário duas éguas e duas vacas avaliadas em 15\$600. Como bem de raiz possuía uma roça com terras de planta, capoeira e alguns matos virgens, terras minerais casas de vivenda, paiol, tudo coberto de capim e que foi avaliada em apenas 70\$000. No entanto, a que se destacar que, do valor de seu monte-mor, 299\$078, apenas 99\$700 correspondiam a seus próprios bens, pois os 200\$078 restantes vêm descritos como acréscimo em função da legítima que o falecido havia

---

<sup>310</sup> MARTINS, Valter. *Nem Senhores, Nem Escravos: Os pequenos agricultores em Campinas 1800-1850*. Campinas: área de Publicação CMU/UNICAMP, 1996, p.25

<sup>311</sup> CASTRO, Hebe Maria M. *Ao sul da história: lavradores livres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.39.

<sup>312</sup> ACSM – Cód. 76 – Auto 1632 – 1º Ofício - 1800

recebido pela morte de seu pai, mostrando assim a precária condição de vida deste camponês, que conseguia simplesmente o sustento de sua família.

Outro exemplo interessante e que demonstra a dificuldade enfrentada por muitos indivíduos durante o período colonial, é o inventário de João Alves de Melo, que se encontra em situação ainda mais precária que Manoel Martins Paiva. João era casado com Apolinária Ferreira da Silva e assim como Manoel era morador na aplicação de São Caetano do Xopotó. No momento de seu falecimento este deixara um monte-mor de apenas 46\$725 e cinco filhos, sendo uma de suas filhas casada, e os demais entre 7 e 16 anos de idade. Possuía instrumentos de trabalho como duas enxadas, um machado, e duas foices velhas, além de alguns instrumentos de carpintaria, como serra, enxó e juntoura, avaliados em 4\$575, contando ainda com quatro colheres de metal que valia 1\$500 apesar de constar entre seus instrumentos um tear de madeira avaliado em 3\$000. Os demais bens deste inventariado eram uma vaca com seu bezerro e um boi pequeno que valiam 8\$400 e uma terra de planta com seus ranchos que valiam apenas 30\$000.

Outro caso curioso é o de Rita Maria do Espírito Santo viúva que faleceu em 1780. Ao falecer deixou como monte-mor 416\$800. Era mãe de treze filhos sendo apenas duas casadas, sete deles eram maiores de 15 anos e cinco filhos com idades entre 5 e 12 anos. Também era proprietária de um escravo de 50 anos que valia 120\$000 e uma escrava de 12 anos avaliada em 76\$000. Possuía uma morada de casas térreas cobertas de telha com seu quintal avaliada em 100\$000, e um sítio com terras e casas de vivenda muito danificadas coberta de telhas. Interessante perceber que mesmo possuindo uma mão-obra-familiar significativa, pois, sete de seus filhos eram maiores de 15 anos e ainda por contar com no mínimo o auxílio de um escravo, esta unidade não apresentava prosperidade, com um monte de apenas 416\$800, e um sítio que recebera um valor baixo.

Outro ponto trabalhado no primeiro capítulo quando realizamos uma análise geral de todos os grupos sociais, refere-se aos instrumentos de trabalho presente nas unidades produtivas. Acredito então ser interessante trabalhar a presença destes instrumentos dentro do mundo camponês, com o intuito não só de confirmar aqueles que predominavam, como foices, enxadas e machados, mas principalmente detectar a presença dentro das unidades camponesas, de instrumentos de transformação, ou seja, aqueles que proporcionariam a presença e ligação camponesa com o mercado. Analisemos a tabela que se segue:

<b>Tabela 25 - Instrumentos de trabalho e de transformação dentro do grupo camponês</b>		
<b>Instrumentos</b>	<b>% de Inventariados que possuem cada instrumento</b>	<b>Média de instrumentos por inventariado</b>
<b>Enxada</b>	72,97	3,03
<b>Foice</b>	78,38	2,97
<b>Machado</b>	64,86	1,54
<b>Alavanca</b>	16,22	1,16
<b>Cavadeira</b>	5,41	1,00
<b>Roda de Minerar</b>	2,70	1,00
<b>Tear</b>	16,22	1,00
<b>Roda de Fiar</b>	5,41	1,00
<b>Moinho</b>	32,43	1,00
<b>Monjolo</b>	10,81	1,00
<b>Forno de Farinha</b>	2,70	1,00
<b>Engenho</b>	5,41	1,00
Fonte: Inventários post mortem do ACSM do I e II Ofício		
Obs.: A média de instrumentos foi calculada sobre o número de proprietários que possuíam determinado instrumento.		

Assim como destacamos ao trabalhar as vocações agropecuárias dos camponeses, percebemos que predominava não só na freguesia, como dentro do grupo camponês, os instrumentos mais comuns e úteis, ao que se refere às atividades agrícolas e minerais. Pela tabela acima, vemos que sobressaíam principalmente as enxadas, foices e machados, mas que representavam menos de 20% do total de instrumentos encontrados nos inventários para esta freguesia. Como já citamos, Ângelo Carrara e Carla Almeida irão dizer que independente do tamanho da unidade produtiva, estas sempre apresentavam em seu poder os mesmos instrumentos

de trabalho, não procuravam investir na qualidade e inovação técnica, e o que diferenciava era simplesmente a quantidade destes instrumentos:

*Tanto nas grandes unidades produtivas quanto nas pequenas, ou tanto naquelas que plantavam unicamente milho, feijão e arroz, quanto as que se dedicavam à cana-de-açúcar, os instrumentos utilizados eram sempre os mesmos, consistindo em: machados, foices, enxadas, cavadeiras e alavancas.*<sup>313</sup>

No entanto, devemos destacar e analisar dentre os camponeses a presença de instrumentos voltados para as atividades de transformação, que segundo Douglas Libby<sup>314</sup> desempenharam importante papel econômico e social dentro da província de Minas Gerais. Através da tabela acima, podemos perceber a presença de teares, e rodas de fiar, instrumentos que eram utilizados na confecção de panos e tecidos mais grossos, produzidos por uma mão-de-obra feminina, doméstica e familiar tipicamente camponesa, como nos fala Douglas Libby, o que justificaria como informamos a presença do algodão entre os produtos cultivados pelos camponeses.

Notamos também a presença significativa entre os camponeses de moinhos, uma vez que 32,43% dos camponeses possuíam este instrumento, além do monjolo, que eram utilizados na moagem de do milho ou da cana. No entanto, encontramos entre os camponeses, uma menor presença de fornos de farinha, sendo um de pedra e mais de cobre, o que pode indicar um acesso mais difícil a este tipo de instrumento, dedicando-se a um trabalho ainda mais artesanal, que é o de torrar a farinha utilizando-se os tachos de cobre, comuns nos inventários, ou então mantendo uma relação de dependência com os grandes proprietários ao ser necessário o uso do forno destes. Acerca desta questão, e exemplificando com a descrição de um inventário, é interessante descrever a propriedade de Bebiana Marques Ferreira e seu marido Patrício Barrozo Pereira. Estes possuíam *uma morada de casas coberta de telhas com seus pertences e quintal cercado de árvores de espinho, um moinho coberto de telha, um monjolo com um forno de pedra de torrar farinha e mais pertences cobertos de capim com uma porção de terra de matas virgens, capoeiras com regos e água(...)*<sup>315</sup> avaliada em 430\$000, cabendo ao inventário, no entanto, 215\$000, em função da sociedade que o dito viúvo havia com sua mãe Tereza Maria de Jesus. Encontramos ainda neste inventário 100 alqueires de milho avaliados em 7\$500, e dentre seus animais havia o predomínio de “machos” e mulas que eram cinco, havendo ainda mais uma égua,

<sup>313</sup> ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994, p.168.

<sup>314</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>315</sup> ACSM – Cód.69 – Auto 1462 – 1º Offício – 1815.



e três novilhos, e mais quatro escravos de 60, 70, 40 e 20 anos. Entretanto, é descrito pelo inventariante José Barrozo Pereira, tio do viúvo, um fato bastante interessante, pois em função do falecimento da dita mulher, o viúvo Patrício Barrozo Pereira havia fugido e levado com ele, entre outros bens que não se sabe, os seguintes bens: uma égua baia, quatro bestas arreadas, e três escravos, Joana de 40 anos, Joaquim de 70 e sua mulher Roza de 80 anos de idade.

Outra questão interessante é a presença de engenho dentro deste grupo camponês, o que indica um trabalho de transformação da cana, visando a produção do açúcar, apesar de que entre os produtos encontrados na produção camponesa, não detectamos a presença do açúcar e o número de engenhos ser pequeno, além de serem bastante simples, como demonstra a descrição de *uma engehoca de bois para moer cana (...) coberta de capim*,<sup>316</sup> presente no inventário de Custódio Fernandes dos Santos, além do mais, na maioria das vezes estes engenhos eram voltados para a produção de aguardente. Não encontramos entre os camponeses, a presença de alambiques, o que confirma mais uma vez a dificuldade maior dos camponeses em adquirir certos instrumentos de transformação.

Portanto, o que pretendemos ao analisar as atividades produtivas camponesas, bem como suas principais vocações agropecuárias e os instrumentos por eles utilizados, não está em caracterizá-los como camponeses apenas em função de sua produção, ou dos instrumentos mais rudimentares que utilizam. Mesmo por que, como vimos, independentemente do tamanho da unidade, geralmente predominavam os mesmos produtos e instrumentos, diferenciando apenas na quantidade, obviamente ressaltados alguns casos. O que queremos é indicar a participação camponesa dentro da economia local, e a possibilidade de inserção de alguns camponeses em atividades mercantis, mesmo sabendo que seu objetivo principal seria o consumo da família. Destacamos também a busca pela diversificação das atividades produtivas, aliando agricultura, pecuária e mineração. Essa diversificação, ou uma busca pela melhoria e aumento da produção, também pode ser comprovada através dos instrumentos de transformação encontrados, como teares, roda de fiar, moinhos, fornos, engenho, que demonstram a iniciativa de alguns camponeses em aumentar o rendimento de sua unidade, seja através de atividades comerciais ou artesanais, buscando assim uma maior autonomia frente ao próprio mercado, ao deixar de ser simplesmente um consumidor daquilo que não produz, e passando a vender e negociar neste mercado, além de uma maior independência frente os grandes proprietários locais.

---

<sup>316</sup> ACSM- Cód. 74 – Auto 1556 – 1º Ofício – 1805.

### 3.3 – Características sócio-culturais do mundo camponês

Aliada à análise das características econômicas do campesinato, procederemos a uma investigação acerca dos traços socioculturais deste segmento. Buscaremos investigar e realizar mais a fundo uma análise qualitativa dos bens que possuíam, como escravos, terras, moradia, mobiliário, vestimentas, procurando assim demonstrar a influência e importância de suas peculiaridades econômicas sobre sua condição social e identificando conseqüentemente todo aparato de sua cultura material, ao procurarmos entender os costumes referentes à vida privada destes camponeses, que pretendemos invadir.

Apesar da imensa massa documental presente nos arquivos com os quais trabalhamos para nossa região, devemos destacar que nossa análise torna-se muito complexa, pois, investigamos um segmento social, o campesinato, marcadamente caracterizado por indivíduos pobres, ou que sobreviviam de maneira remediada. Acrescento ainda, o fato de que privilegiamos uma documentação, os inventários e testamentos, que era comumente aberta por aqueles que possuíam bens a ser declarados e partilhados entre seus herdeiros, e a maioria dos pobres, e conseqüentemente os camponeses, acabavam por não deixar tantos vestígios documentais, o que torna mais complexo nosso trabalho.

O próprio conceito de “pobres” já levanta polêmica. Maria Sylvia de Carvalho Franco foi pioneira em caracterizar como “homens livres pobres”, a grande massa intermediária entre os escravos, médios e grandes escravistas.<sup>317</sup> Hebe Castro, no entanto, discorda de Maria Sylvia, pois, como homens livres pobres, podemos reunir diversas categorias e que nem sempre era de fácil identificação simplesmente pela pobreza, como tropeiros, vendeiros, agregados, camaradas, camponeses, etc. Ao identificar a dependência pessoal em função apenas da pobreza promovemos uma homogeneização da categoria, cujas relações poderiam assumir significados diferentes.<sup>318</sup> Hebe Castro nos chama atenção para outra definição que esta camada intermediária, chamada “homens pobres livres”, pode assumir, a de ser considerada despossuída. Para a autora é necessário que se repense estas definições e também os significados da pobreza. *Pobres, mas não despossuídos, pois mesmo quando sem terras ou escravos, conseguiam promover a subsistência com o resultado de suas lavouras – diferenciando-se assim do escravo, que, antes de tudo,*

<sup>317</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo Ática, 1974.

<sup>318</sup> CASTRO, Hebe Maria M. *Op. Cit.* p. 75-76.

*trabalha a lavoura do outro. À escassez de terra respondiam com o deslocamento.*<sup>319</sup> Como camponês procuramos então incluir aqueles que tinham posse de terras e escravos e conseqüentemente deixaram estes registros em inventários e testamentos, ou aqueles que mesmo sem possuírem bens tão vultuosos e importantes, são considerados remediados, e com seu trabalho em atividades agropecuárias conseguiram melhorar suas condições de vida, acumular bens, o que permitia até mesmo a abertura de registros oficiais.

Outro complicador na tentativa de elucidar de maneira fidedigna as características do campesinato, mas não somente dele, são os problemas intrínsecos à própria documentação, ou seja, o negligenciamento ao descrever determinados bens, situações, nomes, dados que seriam de suma importância, e que foram desconsiderados impedindo assim um maior esclarecimento acerca de determinadas questões. Os inventários *post mortem* apesar de relativamente seguirem um certo modelo, apresentam mudanças e peculiaridades que podem dificultar a análise. Os inventários podem ser amparados pelas listas nominativas, outro documento muito interessante que reúne toda a população, tanto aqueles mais ricos, como os mais miseráveis da sociedade, e que certamente não tiveram condições de abrir inventários ou testamentos. Infelizmente não conseguimos detectar nos arquivos, uma lista que abrangesse toda a freguesia de Guarapiranga dentro do período aqui analisado. A fragmentação das listas por distritos, possivelmente levou ao desaparecimento, ou a uma não organização desta documentação nos acervos. Desta maneira, trabalharemos com as listas que temos disponíveis, que apesar de não proporcionar um conhecimento completo da região nos dará fortes indícios de como ela se caracterizava.

Depois de explicitados os problemas que a documentação pode apresentar, chamamos atenção para a riqueza e importância que esta possui, e das inúmeras e grandes possibilidades de análise que ela permite. Desta maneira, destacando novamente a necessidade de se aliar a análise econômica à condição social, faremos uma análise qualitativa da documentação, ou seja, após entendido teoricamente a importância do acesso a terra, da mão-de-obra familiar e do possível acesso ao trabalho escravo, partiremos para a análise empírica e amparados na documentação buscaremos identificar como eram esses escravos, as características das terras camponesas, o envolvimento familiar na produção, a sociabilidade possível a estes camponeses, etc.

Ao estudar os pequenos agricultores em Campinas durante a primeira metade do século XIX, Valter Martins tinha como hipótese central, verificar se estes, através de uma economia

---

<sup>319</sup> *Idem* p. 96

familiar conseguiram uma melhoria do seu nível de vida material, ou seja, se obtiveram um relativo enriquecimento ou se permaneceram voltados para a subsistência. Ao finalizar seu trabalho o autor evidenciou que: *os pequenos agricultores, ou pelo menos parte deles, acumulou capital partindo de sua própria atividade agrícola, permitindo sua ascensão social e em alguns casos seu enriquecimento.*<sup>320</sup> Em Guarapiranga os camponeses podem até não ter alcançado um nível tão elevado de riqueza, mas devido ao trabalho familiar na lida agrícola, aliado em alguns casos a outras atividades, e conseqüentemente à possibilidade de obtenção de uma mão-de-obra cativa, houve a possibilidade de melhoria de sua condição de vida e possivelmente de sua posição na sociedade, garantindo maior segurança e credibilidade dentro desta.

Entretanto, ao analisarmos a estrutura de fortuna de nossos camponeses, percebemos que somente um único camponês conseguiu ultrapassar a faixa de fortuna das 500 libras, que representa a terceira faixa de fortuna. Os demais permaneceram entre as duas menores faixas de fortuna, sendo que 45,95% entre 1-200 libras e 51,35% entre 201-500 libras. Analisaremos então o inventário de nosso único camponês que ultrapassou a terceira faixa de fortuna, alcançando 575,197 libras. Trata-se de José Soares Maciel<sup>321</sup>, descrito no inventário como solteiro, mas que possuía dois filhos naturais, Rita de 19 anos e Joaquim de 9 anos de idade. Em seu inventário encontramos dinheiro no valor de 208\$363, instrumentos de trabalho avaliados em 13\$480, e bens móveis que somavam 47\$045. Detectamos ainda em seu inventário 60 alqueires de milho avaliados em 6\$000, 8 alqueires de feijão que valiam 2\$400 e 6 arrobas de algodão no valor de 3\$000. Possuía como animais dois cavalos e quatro bovinos avaliados em 47\$600. Era proprietário de um sítio no valor de 220\$000 e possuía seis escravos, sendo uma de dois anos e uma escrava ainda por batizar, que valiam 798\$400 e ainda era credor de uma dívida ativa que somava 337\$330. Somando seus bens encontramos um monte no valor de 1:635\$589, que transformado representaria 355,589 libras. Porém este inventário supera a faixa das 500 libras, pelo fato de ter recebido sua parte na herança de seus pais, 1:032\$234, o que aumentou consideravelmente seu monte-mor.

Queremos chamar atenção para o fato de que praticamente 100% de nossos camponeses encontravam-se imersos nas duas menores faixas de fortuna, ou seja, ocupavam a parte inferior da hierarquia econômica e social. No entanto, não devemos nos esquecer que, como demonstram

---

<sup>320</sup> MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas – 1800-1850*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996, p.26.

<sup>321</sup> ACSM – Cód. 94 – Auto 1954 – 1º Ofício.

os autores trabalhados, outros fatores poderiam determinar a posição social e o status de um indivíduo que não somente o econômico. Entenderemos melhor estes fatores no decorrer do capítulo, ao analisarmos, por exemplo, o número e a qualidade de seus escravos, a quantidade de suas terras, a qualidade de seu mobiliário, vestuário, e suas possibilidades de sociabilidade.

Uma questão muito interessante a ser analisada para que nos aprofundemos nesta análise mais específica do campesinato, é a presença das dívidas entre os camponeses. Entre o grupo camponês trabalhado identificamos um razoável percentual de 37,84% que possuíam dívidas ativas, 8,10% com dívidas passivas e 2,70% que possuíam ambas as dívidas, o que representa um total de 48,64% dos camponeses trabalhados, inseridos neste circuito de credores e devedores. No entanto, é fundamental entendermos através dos inventários, as características destas dívidas, ou seja, o que elas representavam e que tipo de negociação envolviam, apesar de que infelizmente, na maioria das vezes, estas não vêm transcritas de maneira que possamos analisá-las mais detalhadamente, sendo informado apenas o nome e o valor de quem é credor ou devedor. Porém, encontramos na documentação alguns exemplos bastante interessantes, que nos permitiram mergulhar um pouco mais neste universo camponês.

Temos um número maior de casos com dívidas ativas em que nos foi possível identificar a razão destes camponeses serem credores. No entanto, em alguns casos encontramos somente o motivo de uma parte da dívida, como por exemplo, Tereza Maria de Jesus, que possuía um monte-mor no valor de 916\$500, dos quais 114\$400 referem-se a dívidas ativas. Deste valor das dívidas, uma parte tinha o seguinte motivo: *e tem um papel de quartamento passado por Margarida da Gama da Conceição a ele inventariante (viúvo) a Paulla parda(...) que equivalia a 74\$400.*<sup>322</sup> O mesmo motivo encontra-se no inventário de Antonio Luiz Moreno<sup>323</sup>, que possuía um crédito de 162\$338 do qual 140\$000 referia-se a um escravo quartado. Joaquim Álvares de Souza ao falecer deixa um crédito que lhe deve: *Manoel da Silva, da venda da escrava Ignácia Crioula,*<sup>324</sup> que foi vendida a 72\$000 dos quais já foram pagos 51\$089. Já Ana Ferreira Teixeira<sup>325</sup>, casada com Manoel Gomes Sande, havia deixado 34\$950 como crédito, dos quais 12\$000 correspondiam ao resto do valor de um cavalo vendido a João Duarte Rodrigues.

Outros casos também interessantes destoam dos exemplos acima citados. Felix Cardozo, genro e inventariante de Rita Maria de Oliveira declarou que: *devia ao casal da dita defunta,*

<sup>322</sup> ACSM – Cód.136 – Auto 2741 – 2º Ofício

<sup>323</sup> ACSM – Cód. 40 – Auto 924 – 1º Ofício

<sup>324</sup> ACSM – Cód. 46 – Auto 1026 – 2º Ofício

<sup>325</sup> ACSM – Cód. 127 – Auto 2561 – 2º Ofício

*Bernardo Barboza de Carvalho, de alugueis das casas sitas neste arraial desde que para as mesmas casas havia entrado (...)*<sup>326</sup>. No entanto, não foi declarado o valor da dívida. Esta inventariada possuía ainda um sítio avaliado em 100\$000, umas terras, cujo valor não foi informado, e um monte-mor de apenas 279\$800. Outro inventariado, Manoel Martins de Paiva<sup>327</sup>, faleceu deixando um monte-mor de 299\$778, dos quais 15\$683 eram dívidas ativas que lhes foram passadas por devedores de seu falecido pai, que lhe deixou como legítima.

Portanto, vemos pelos exemplos citados, que estas dívidas aparecem em momentos e situações especiais, como a venda de um escravo ou um cavalo. Existindo casos em que não foi informado o motivo real da dívida, ficando assim uma incógnita. No entanto, apesar da presença razoável das dívidas ativas entre os camponeses, 37,84%, estas não possuíam uma participação tão significativa dentro da riqueza destes inventariados, representando 8,43% da riqueza. Inclusive, somando o valor total das dívidas ativas dos camponeses, um único inventariado, o já citado José Soares Maciel, era responsável por 37,72% deste crédito, o que demonstra uma concentração e pequena participação econômica das dívidas entre os camponeses. Apesar do pequeno valor financeiro, socialmente esta situação de credor poderia render uma posição privilegiada em relação a outros indivíduos de seu segmento, que na maioria das vezes seriam seus devedores. Além do mais, estas relações de compra, venda ou até mesmo empréstimos envolveriam não necessariamente apenas questões econômicas, mas também critérios de parentesco, fidelidade, honra e serviço, o que chamamos de bens simbólicos.<sup>328</sup>

### **3.3.1 - A posse da terra**

Passemos neste momento, com o intuito de desvendar as características deste universo camponês, a uma análise qualitativa dos bens que compõem seu patrimônio. Iniciemos esta análise por uma questão fundamental para se caracterizar o indivíduo como camponês, que é o vínculo com o meio rural, o acesso a terra, que poderia assumir diversas formas, como herança, compra, agregação e posse. Como já discutimos a terra representava um meio de existência do campesinato, uma estratégia de sobrevivência, autonomia e liberdade, e a partir do momento em

<sup>326</sup> ACSM – Cód. 63 - Auto 1421 - 2º Ofício

<sup>327</sup> ACSM – Cód. 76 – Auto 1632 2º Ofício

<sup>328</sup> Acerca desta questão realizamos uma discussão no segundo capítulo deste trabalho.

que o camponês consegue sua posse legal, somente se desfaziam dela em momento de necessidade. A freguesia de Guarapiranga, por se localizar na Zona da Mata Mineira, região de fronteira aberta e com disponibilidade de terras a serem ocupadas, apesar de seu nível populacional crescer significativamente com o declínio da mineração, retrataria muito bem a fala de Ester Boserup: *onde a população é escassa e a terra abundante e livre, pode-se manter uma hierarquia social somente graças a um controle direto sobre os membros das classes mais baixas.*<sup>329</sup>

Em Campinas, Valter Martins percebe que aqueles que vivem de favor em terras de grandes fazendeiros, acabaram por ter que viver sob forma de dependência e obediência, e através dos inventários buscaremos então perceber a propriedade da terra entre os camponeses. Em muitos casos a terra se constituía no principal bem possuído pelos camponeses, representando a quase totalidade da riqueza destes. A posse da terra foi possível a estes indivíduos, pois, 83,80% declararam em seus inventários serem proprietários legais e possuem terras. No entanto entre os que não possuem terras, encontramos casos interessantes em que os inventariados foram obrigados a vendê-las, possivelmente por questões de endividamento, ou doaram em dote, entre outros motivos. Vejamos alguns casos. Ana Joaquina de Jesus<sup>330</sup> faleceu em 1820, era casada com Silvério da Rocha Ferreira, e em seu inventário deixou um monte de 661\$040, sendo que neste estava incluso o dinheiro de sua fazenda avaliada em 480\$000, ou seja, equivalia a mais de 70% de sua riqueza, e que foi vendida pelo seu marido. A situação parece que estava mesmo difícil para esta família, que vendeu até mesmo o escravo Antonio, doente e de 80 anos, que foi avaliado em 8\$000.

Outro exemplo em que a propriedade aparece vendida, consta do inventário de Salvador de Oliveira, que era o segundo marido de Ana Maria da Conceição, que informou possuir um sítio *com terras de planta que vendeu Manoel Alves de Aguiar ao Padre Bento de Melo Bezerra Rego, pela quantia de 250\$000 a conta de que recebeu ele e a mulher dele inventariante a quantia de 211\$600.*<sup>331</sup> O restante do valor, 38\$400 aparece descrito como dívida que deve ao casal, o dito Manoel, e o monte-mor deste inventariado somava 829\$600. Já David da Silva Ribeiro, casado com Genoveva Vieira, faleceu deixando um monte-mor no valor de 132\$700, distribuído entre seus bens móveis, uma foice, uma enxada e três escravos, um deles sem valor.

<sup>329</sup> BOSERUP, Ester. *Las condiciones del desarrollo en la agricultura (la economía del cambio agrário bajo la presión demográfica)*. Madrid: Tecnos, 1967, p.123.

<sup>330</sup> ACSM – Cód. 137 – Auto 2867 – 1º Ofício.

<sup>331</sup> ACSM – Cód. 79 – Auto 1701 – 2º Ofício

Este inventariado possuía umas terras de planta que segundo a inventariante, *ela e seu marido dotara a herdeira Maria para se casar com João de Medeiros, suas terras de planta ao diante de São Caetano do Xopotó*.<sup>332</sup> No entanto, não foi informado o valor das terras, e este inventariado ainda deixou um filho solteiro e outra filha de 23 anos também solteira, que provavelmente ao se casar seria dotada com os escravos que pertenciam à família. Portanto, a terra além de fundamental para a existência do campesinato, era garantia de segurança em momentos de dificuldade, ou até mesmo para se conseguir um casamento para a filha. A terra era vendida essencialmente em momentos de crise, e podemos perceber que estes optavam por continuar com a posse de seus escravos, e vender suas propriedades, uma vez que todos estes possuíam cativos e que em alguns casos poderiam superar o valor de certas propriedades. Isto vem amparar a idéia de que muitas negociações poderiam envolver além de fatores econômicos, outras questões que acabariam por influenciar no valor destas propriedades. Devemos ter certo cuidado ao trabalhar com os inventários, pois, segundo Sônia Souza, apesar deles demonstrarem uma maior fragmentação e disseminação da propriedade da terra entre a população camponesa, esta fonte, como já mencionamos, pode não refletir fielmente a realidade, pois:

*a abertura de um inventário só se justificaria se houvesse algum bem a inventariar ou órfãos a serem tutelados. Apesar das limitações, os inventários são prova de que o acesso à terra foi possível a esta parcela da sociedade (...) a terra era elemento fundamental, tanto do ponto de vista cultural quanto econômico para a sobrevivência deste campesinato e que na medida do possível ele buscou meios de obter o acesso formal ou informal a uma parcela.*<sup>333</sup>

Um exemplo da possibilidade de acesso informal a terra, está no inventário de Geraldo Pereira de Souza, casado com Joana de Oliveira e pai de quatro filhos, todos maiores de 12 anos. Este possuía seis escravos, uma mula, sete cabeças de porcos e cinco carneiros. Encontra-se ainda em seu inventário 80 alqueires de milho, que juntamente com seus bens móveis e instrumentos de trabalho totalizavam seu monte-mor de 684\$025. No entanto, apesar de sua produção agropecuária, não foi informado em seu inventário a posse de terras, sítio ou fazenda. Podemos lançar duas hipóteses, a primeira de que assim como Davi da Silva Ribeiro, ele possa ter dotado sua filha mais velha para se casar, ou então, que vivia como agregado, posseiro ou arrendatário de algum grande fazendeiro, situação que infelizmente não foi informada.

<sup>332</sup> ACSM – Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício

<sup>333</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p.



Já as listas nominativas nos dão indícios de que o acesso à terra não foi tão democrático, pois, muitos nomes que constam nas listas, não chegavam a abrir inventários, uma vez que os bens que possuíam eram de valor irrelevante. Através das listas que temos para Guarapiranga, podemos notar a marcante presença dos agregados, que juntamente com os escravos correspondiam a uma mão-de-obra adicional e que proporcionaria o aumento da produção. Para Sônia Souza a postura deste agregado era marcada pela ambigüidade:

*Concordo com o fato de que se instalar em terras alheias acabava por gerar uma relação de dependência entre este agregado e o dono da propriedade de modo que o primeiro talvez por gratidão ou medo de ser despejado, se sujeitasse a determinadas tarefas algumas inclusive nada abonadoras. Por outro lado, acredito, também na possibilidade de uma autonomia (...) que garantia, inclusive o acesso a outros bens, como animais e até escravos, a partir do rendimento auferido do cultivo da parcela de terras cedidas por algum fazendeiro.<sup>334</sup>*

Ao analisarmos a lista nominativa de São José do Xopotó, do ano de 1804, dos 70 domicílios recenseados, em 10 deles encontramos agregados que totalizava um número de 43 indivíduos, havendo domicílios como o de José Pereira dos Santos que possuía oito agregados, sendo quatro homens e quatro mulheres pardas, além de possuir seis filhos e nenhum escravo. Já analisando a lista nominativa de Manja-Léguas, encontramos um número menor de domicílios com agregado, apenas sete, que reuniam 20 indivíduos. Entretanto, encontramos nesta lista, um caso interessante, que é o domicílio de João Mendes Vasconcelos, homem branco, que vivia de roça e casado com Izabel Felicia, parda, e que tinham três filhos, Silvério de 14 anos, Angélica de 12 e Francisca de 10 anos. Contavam com o trabalho de quatro escravos, e possuía outro de um ano de idade. Neste domicílio viviam como agregados, Domingos José, pardo, sua esposa Maria Roza também parda, seu filho Reginaldo, e seu escravo Antonio Crioulo de 16 anos de idade. Este caso demonstra que os agregados, mesmo tendo certa dependência e submissão ao proprietário, alcançam em algum momento sua autonomia, conseguindo adquirir bens como escravos. Esta possibilidade de acumular pecúlio que proporcionava a compra de bens, como escravos, foi possível até mesmo aos agregados pardos, que teoricamente poderiam enfrentar maiores dificuldades frente a sociedade colonial, em função do caráter extremamente excludente

---

<sup>334</sup> *Idem* p.48

desta sociedade, mas, como vimos, estes obstáculos não representavam a impossibilidade de melhoria de suas condições vida.

Apesar da condição, a posse da terra também foi possível até mesmo a ex-escravos. Encontrei alguns processos em que estes aparecem como proprietários de parcelas de terras. Maria Vieira do Sacramento<sup>335</sup> era viúva de Luis Lucas Valadão, e filha natural de Domingos Vieira Velozo e da crioula forra Francisca Maria. Ao falecer em 1820, deixava um morada de casas assobradadas e cobertas de telhas no arraial de Piranga, e um sítio com casas de vivenda com seu moinho, paiol, com terras de cultura, avaliado em 130\$000. Possuía também três escravos, Juliana, Joaquim de 60 anos e Manoel de 56 anos e alguns poucos instrumentos de trabalho. Outro exemplo interessante é o de Ana Veloza do Espírito Santo<sup>336</sup> preta forra, solteira e que tinha seis filhas também solteiras e maiores de 25 anos. Encontramos no inventário da dita Ana Veloza, uma dívida ativa de 56\$000, uma enxada e uma foice. Mas o que levou realmente à abertura de seu inventário foi o fato de possuir sete datas minerais no valor de 6\$000, e um sítio com seu rancho coberto de capim avaliado em 100\$000. Em seu inventário identificamos o motivo desta preta forra possuir estas terras agrícolas e minerais, pois, esta inventariada era herdeira de seu senhor, Silvestre Veloso de Barros, e que apesar da documentação não informar, deveria ser o pai das seis filhas de Ana Veloza. Percebemos, portanto, que até mesmo entre os ex-escravos, seja através do casamento ou herança e até mesmo através da compra, estes poderiam adquirir terra e conseguir assim o acesso legal e formal, e não apenas como agregados ou outra situação informal.

Outro fato que podemos destacar é a presença em alguns inventários de camponeses com mais de uma parcela de terras. Dentre os camponeses que aparecem na documentação como proprietários de terras, 19,35% detinham mais de uma posse. Essas terras poderiam ser somente agrícolas ou como indicam os inventários “de planta”, ou então conjugar terras agrícolas e minerais. Como exemplo, podemos destacar além da já citada Ana Veloza do Espírito Santo, o inventário de Custódio de Oliveira Souza, que possuía *várias datas minerais com suas águas no descoberto do Casca*, que valem 30\$000 e *parte de terras de plantas na fazenda Jacutinga*<sup>337</sup> que valiam 25\$000. Com relação à posse de mais de uma parcela de terras agrícolas, podemos ainda citar o exemplo de Antonio Lopes dos Santos, que era proprietário de *meia quarta de terras de*

---

<sup>335</sup> ACSM – Cód. 129 – Auto 2612 – 2º Ofício

<sup>336</sup> ACSM – Cód. 17 - Auto 502 – 1º Ofício

<sup>337</sup> ACSM – Cód. 35 – Auto 814 – 1º Ofício

*plantas (...) com capoeiras e matas virgens que partem com terras do Padre Bento de Melo Bezerra Rego e Manoel Pereira Martins que valiam 90\$000. Possuía também uma sesmaria de terras de planta, matos virgens (...) que parte com terras de Domingos Coelho e Antonio Gonçalvez avaliada em 200\$000.*<sup>338</sup> No entanto, devemos ressaltar que a posse de mais de uma parcela de terras, não representava um aumento significativo nas condições de vida destes indivíduos, uma vez que, em sua grande maioria estas propriedades não alcançavam o valor de uma fazenda em que o proprietário conseguia manter uma vigorosa produção. Por exemplo, a fazenda de Maria de São José, que foi avaliada em 450\$000 e ainda produziu 400 alqueires de milho e 12 alqueires de feijão. Contudo, a que se destacar que a possibilidade de adquirir mais de que uma parcela de terras indica que o acesso a este bem por parte do camponês era concreto e ampliava ainda mais sua autonomia frente os grandes proprietários.

A participação da terra dentro da riqueza daqueles que aparecem como proprietários não alcançou um percentual tão relevante quanto o esperado, representando 34% da riqueza destes camponeses. No entanto, devemos salientar que incluímos nesta análise, somente aquelas posses voltadas para alguma atividade produtiva, excluindo os imóveis descritos apenas como moradias, principalmente em núcleos urbanos. Apesar da terra estar disseminada entre o segmento camponês, existindo casos em que alguns possuíam mais de uma parcela de terras, estas posses não alcançavam valores tão significativos. O motivo pode ser aquele mesmo citado por Hebe Mattos ao trabalhar a posse de terra dentro do campesinato, pois, segundo ela:

*(...) a posse legal da terra não consistia num parâmetro absoluto a separar riqueza e pobreza na vigência do trabalho escravo. A abundância de terras em diversas áreas do país determinou em muitos casos, um escasso significado de poderio socioeconômico da propriedade legal da terra entendida como simples extensão de terreno.*<sup>339</sup>

Esta relativa desvalorização da terra acentua-se mais em Guarapiranga, por se localizar numa área de fronteira aberta, Zona da Mata, com terras abundantes, próxima às áreas mineradoras, e que, no entanto, não predominava em suas proximidades nenhuma grande atividade agroexportadora como, por exemplo, o café em Juiz de Fora e adjacências, o que diminuiu a pressão sobre a terra.

<sup>338</sup> ACSM – Cód. 67 – Auto 1426 – 1º Ofício

<sup>339</sup> CASTRO, Hebe M. M. *Op. Cit.* 2001, p.336

Ao analisarmos também as características de algumas propriedades camponesas em comparação com os grandes proprietários e até mesmo com outras regiões, poderemos ter uma noção da qualidade, tamanho e valor que possuíam as propriedades camponesas. Encontramos na documentação, terras e sítios que recebiam valores irrelevantes, como por exemplo, *as terras de planta com seus ranchos* avaliadas em 30\$000 e que pertenciam a João Alves de Melo<sup>340</sup>, cujo monte-mor somava 46\$725. No caso da parcela de terras de Custódio de Oliveira Souza,<sup>341</sup> esta foi avaliada em 25\$000. Com relação à descrição dos sítios, encontramos também valores irrelevantes para este tipo de propriedade, como no inventário de Joana de Sena dos Santos, que possuía um *sítio com terras de planta e matos (...) com todos os seus pertences* avaliado em 84\$500.<sup>342</sup> Já Quitéria Dias de Jesus, ao falecer em 1800, declarava possuir três sítios que valiam 40\$000, 48\$000 e 60\$000, mas que infelizmente não apresentam descrição mais detalhada.<sup>343</sup> As propriedades com maiores valores são aquelas em que detectamos a presença de benfeitorias, como por exemplo, o caso de Maria Inácia do Nascimento, casada com Domingos Gonçalves Ribeiro, cuja fazenda ocupava *3/4 de sesmaria, com casas de vivenda, moinhos, casas de curar fumo, tudo coberto de telha, com seu monjolo e senzala cobertos de capim*, que foi avaliada na quantia de 300\$000.<sup>344</sup>

A proprietária que alcançou maior valorização de suas terras entre os camponeses, foi Rosa Maria Ferreira, viúva de Antonio Rabello Lobo, que possuía *um sítio com sesmaria de terras com matos virgens, capoeiras, samambaias, com seu engenho, moinho, paiol tudo coberto de telha vistos e avaliados pelos ditos louvados em 150\$000 e as terras e matos sito no lugar chamado Rabello (...) cujas terras foram avaliadas em 550\$000 e ambas (...) em 700\$000.*<sup>345</sup> Podemos compará-lo como o sítio vendido por Salvador de Oliveira em que constavam descritos apenas *terras de plantas* e que fora negociado por 250\$000.<sup>346</sup> Apesar do sítio de Rosa Maria Ferreira possuir terras e várias benfeitorias, fora avaliado bem abaixo do sítio do dito Salvador. Este último, no entanto, vendera seu sítio em um momento de dificuldade, e sua valorização possivelmente incluiu fatores extra-econômicos. Em seu estudo para o Vilarejo de Santena, Giovanni Levi constatou que fatores como endividamento, parentesco, vizinhança, interferiam

<sup>340</sup> ACSM – Cód. 94 – Auto 1953 – 1º Ofício

<sup>341</sup> ACSM – Cód.35 – Auto 814 – 1º Ofício

<sup>342</sup> ACSM – Cód. 49 – Auto 1102 – 2º Ofício

<sup>343</sup> ACSM – Cód. 139 – Auto 2904 – 1º Ofício

<sup>344</sup> ACSM – Cód. 69 – Auto 1795 – 2º Ofício

<sup>345</sup> ACSM – Cód. 94 – Auto 2021 – 2º Ofício

<sup>346</sup> ACSM – Cód. 79 – Auto 2701 – 2º Ofício

nas transações, que nem sempre obedeciam a uma lógica de mercado, e conforme o autor, *compra e venda de terras, se vistas como expressão de um mercado impessoal, encobrem as regras de reciprocidade que antecedem as transações.*<sup>347</sup> Mônica Ribeiro de Oliveira ao analisar a estrutura do mercado de terras em Juiz de Fora no período de 1850-1870, informa que não havia uma lógica puramente econômica, e os preços poderiam oscilar em função de fatores externos aos elementos econômicos.<sup>348</sup> Estudando a mesma região, só que ao contrário de Mônica Ribeiro que trabalha com a elite cafeicultora, Sônia Souza ao analisar o mercado de terras entre os camponeses, demonstra assim como os autores acima mencionados, que *mecanismos extra-econômicos continuavam presentes e jogaram papel importante no mercado de terras do município, particularmente nas transações efetuadas entre os camponeses.*<sup>349</sup> Não pretendemos aqui nos aprofundar na questão do mercado de terras em Guarapiranga, mesmo por que, não temos no momento a documentação necessária para este trabalho. O que queremos é demonstrar, mesmo que de forma incipiente, que a valorização das terras encobria fatores informais e pessoais, o que pode assim distorcer o real valor de uma propriedade.

Outro exercício interessante é a comparação das propriedades pertencentes aos camponeses, com aquelas sob posse dos grandes e abastados proprietários, com o intuito de percebermos as diferenciações no que se refere à qualidade, tamanho e valor destas propriedades. Para este trabalho selecionamos os três inventariados mais ricos de Guarapiranga que detectamos em nossa amostragem. Um primeiro exemplo é o Capitão Antonio Álvares Ferreira, casado com Anna Cabral Câmara, que faleceu em 1749. Este possuía 58 escravos, oito filhos, dos quais apenas a filha mais velha era casada, e possuía um monte-mor de 17:623\$007. Era dono de várias propriedades, inclusive uma parcela de terras que valia 96\$000 e mais duas posses consideráveis, como *um sítio de roça e lavra com terras minerais que constam por títulos (...) em que tem sociedade o casal com Antonio Álvares de Souza (...) em que são sócios em igual parte exceto nas casas de vivenda, paiol, senzala, moinho e engenho e mais benfeitorias da vivenda por que são só pertencente à parte do casal*, e que foi avaliado em 2:250\$000. Este inventariado ainda possuía outra propriedade, que são *umas terras de roça com capoeiras que levaram 35 alqueires*

---

<sup>347</sup> LEVI, Giovanni. *Op. Cit.* p.47

<sup>348</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc, Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. Ver especialmente o capítulo 5.

<sup>349</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p. 70

*de planta e mato virgem (...) com terras minerais (...) datas minerais (...) com todos os seus pertences (...)*<sup>350</sup>.

Outra inventariada que possuía uma riqueza significativa era Ignácia Maria Álvares, casada que foi com o Capitão Antonio José, que eram proprietários de 13 escravos, tinham uma filha casada e um filho de apenas três anos de idade. O monte-mor deste casal somava 14:635\$185, dos quais 1:200\$000, correspondiam à sua *fazenda de terras de cultura sita no Ribeirão de São João (...) com todos os seus pertences*.<sup>351</sup> Um terceiro homem rico era o também Capitão Manoel Ferreira de Carvalho, que tinha 14 filhos e 56 escravos. Seu monte-mor somava 10:444\$068, e era composto entre outros bens, por uma *fazenda com duas sesmarias de terras com suas capoeiras e matas virgens com seu pomar, bananal e roça de planta com suas casas de vivenda de sobrados, senzalas, moinho com gancho de picões, descaroador de cana e mandioca, tudo coberto de telha, com sua caixa de botar mantimentos com três fornos, dois de cobre e um de pedra com um carro e um carretão com sua preguiça e tudo mais o que conter (...)* avaliada em 2:100\$000.<sup>352</sup>

Podemos perceber que as diferenças no que se refere à valorização das propriedades é muito significativa e podem variar em função de vários fatores, como a quantidade de terras, que infelizmente através dos inventários não é a melhor maneira de se estudar, mas que certamente era bem mais fácil aos grandes proprietários, em função de fatores políticos, sociais, econômicos, etc. No entanto, como destaca Giovanni Levi, ao estudar o Piemonte, apesar de pequena, a terra era fundamental para a sobrevivência dos camponeses, apesar de que ao contrário deste autor, trabalhamos com uma região abundante em terras, e não tão fragmentada como a de Levi.<sup>353</sup> Há que se destacar a presença de benfeitorias que apareciam em maior número e de melhor qualidade nas maiores unidades produtivas justamente em função de uma maior rentabilidade de suas unidades e com maior rusticidade entre os camponeses. Além de outras questões que poderiam interferir no valor destas unidades, como a possibilidade de melhores relações sociais estabelecidas por estes homens mais privilegiados.

Vimos, portanto, que o acesso a terra foi possível aos camponeses em Guarapiranga, o que era importante para a existência do campesinato. Notamos que este acesso poderia ocorrer tanto de maneira formal, posse ou herança, como informal, através da situação de agregados. A

<sup>350</sup> ACSM – Cód. 36 – Auto 846 – 1º Ofício

<sup>351</sup> ACSM – Cód. 133 – Auto 2677 – 2º Ofício

<sup>352</sup> ACSM – Cód. 67 – Auto 1474 – 2º Ofício

<sup>353</sup> LEVI, Giovanni. *Op. Cit.*

posse de terra foi possível até mesmo a ex-escravos, que ao alcançarem a liberdade e alguma forma de usufruto da terra caracterizavam-se como camponeses. Alguns camponeses conseguiam até mesmo a posse de mais de uma parcela de terra, que é fundamental para a existência deste campesinato que de formas diferentes procuravam usufruir desta. Apesar de algumas parcelas de terra não apresentarem valores tão relevantes, esta era uma maneira de sobreviver e de garantir segurança e autonomia frente aos grandes proprietários, e somente abriam mão da terra em último caso, em momentos excepcionais e extremos.

### 3.3.2 – A posse de escravos

Prosseguindo na análise qualitativa dos bens sob posse camponesa, nos debruçaremos sobre a estrutura de posse de escravos, que, como já discutimos anteriormente, é o ponto que suscita maior polêmica dentro da definição de uma unidade enquanto camponesa. O que fizemos foi demonstrar a possibilidade do acesso à mão-de-obra cativa por parte destes camponeses, e o que faremos agora é uma análise mais minuciosa e pormenorizada destes plantéis camponeses, identificando a força camponesa, enquanto detentora de cativos, suas características demográficas, as relações que estes senhores mantinham com seus escravos, bem como as relações estabelecidas entre os próprios cativos. A própria questão de uma maior disseminação da posse de escravos, que vem sendo revista pela historiografia, suscita polêmica, como nos fala Sônia Souza. Mesmo em regiões tradicionalmente agroexportadoras, predominavam pequenas posses, ou seja, a mão-de-obra cativa era acessível aos indivíduos mais pobres, inclusive aos ex-escravos, que eram na maioria das vezes responsáveis pela abertura de um inventário por parte desta camada mais pobre, representando a maior parte da sua riqueza. No entanto, esta certa facilidade do acesso ao escravo é relativizada por alguns autores, devido ao fato de que a população mais pobre acabava por adquirir cativos que não apresentavam muita condição de trabalho, como velhos, mulheres e crianças, por serem economicamente mais acessíveis.<sup>354</sup> Esta questão é que procuraremos desvendar em Guarapiranga, ou seja, qual era a participação destes escravos dentro do mundo camponês, e se estes escravos eram todos realmente aptos ao trabalho. Em nossa definição de campesinato procuramos frisar esta questão da aptidão ao trabalho, pois,

---

<sup>354</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p. 71

incluímos no universo camponês alguns indivíduos com mais de seis escravos, e o consideramos como membro deste segmento social, justamente pelo fato de que a maioria de seus cativos não eram mais tão aptos ao trabalho, o que dificultava uma maior rentabilidade de sua unidade produtiva.

Ao contrário do que encontrou Sônia Souza para Juiz de Fora, detectamos em Guarapiranga uma maior participação dos escravos nos inventários do que a terra. Segundo Sônia, o fato dos escravos não aparecerem nos inventários por ela estudados, na mesma proporção das terras, está no fato de seu estudo se concentrar em um momento de crise e fim do trabalho escravo (1870-1920), enquanto o nosso recorte abarca um período de força e vigência da sociedade escravista (1750-1820). Dentre os inventários dos camponeses, 89,20% contavam com a presença de escravos, um percentual significativo.

<b>Tabela 26 – Percentual de inventários com terra e escravos em Guarapiranga.</b>			
<b>Com terra</b>	83,80%	<b>Com escravos</b>	89,20%
<b>Sem terra</b>	16,20%	<b>Sem escravos</b>	10,80%

Fonte: Inventários post mortem do I e II Ofícios do ACSM

Os dados nos mostram a preferência dos camponeses em investir primeiramente na aquisição de escravos. No entanto, como mencionamos, por nos prendermos a um período escravista, o principal objetivo era a compra do escravo, mesmo por que, como também já destacamos, na região que estudamos não havia uma pressão demasiada sobre a terra, aliás, havia sim abundância de terras cultiváveis e não aproveitadas, além do fato de que, como destacou Hebe Mattos, em função desta abundância a terra não significava um diferenciador socioeconômico tão forte quanto os escravos. Segundo Valter Martins, na sociedade Campineira:

*A quantidade de escravos possuídos era o principal referencial de riqueza e status em uma sociedade escravista, é através deles que podemos perceber de forma privilegiada mudanças ocorridas durante a vida dos pequenos agricultores: se acumularam capital e ascenderam socialmente, tendo como ponto de partida suas roças de mantimentos.*<sup>355</sup>

<sup>355</sup> MARTINS, Valter. *Op. Cit.* p.



Já Sônia Souza encontra diversos motivos para a posse de escravos por parte dos pequenos produtores em Juiz de Fora, e segundo ela, esta posse representava para este grupo menos favorecido:

*Uma distinção social e contribuía para que retardasse seu ingresso no mercado de trabalho, mantendo sua autonomia, uma vez que ela possuía o escravo a desempenhar esta função. Acredito também, que o fator econômico contribuiu para isso, uma vez que o investimento em escravos representava uma garantia a ser dada em caso de endividamento.*<sup>356</sup>

Em função do considerável percentual de escravos entre o segmento camponês, encontramos uma média razoável de 4, 51 cativos por unidade, acima daquele encontrado por Sônia Souza para Juiz de Fora, que chegou a 2,81. Esta autora detectou que entre as unidades camponesas predominavam aquelas com apenas um escravo, representando 26,55%. Já em Guarapiranga predominavam aquelas unidades com três cativos, que representavam 24,25%, o que indica uma posse pulverizada, e ao mesmo tempo um acesso facilitado à posse de escravos.

Um das principais funções desta mão-de-obra adicional, além da distinção social, é a segurança frente as dificuldades, de ser um complemento à força de trabalho familiar, e em muitos casos, como frisa Sônia Souza, seria o de garantir o sustento de seus senhores, que não conseguiam garantir sua sobrevivência, como no caso de órfãos, idosos, viúvos (as). O caso que se segue demonstra a importância dos escravos no sustento de seus senhores e trata-se do inventário da já citada Bebiana Marques Ferreira<sup>357</sup>, que faleceu em 1815, deixando seu viúvo Patrício Barrozo Ferreira, com três filhos, respectivamente de seis, quatro e um ano de idade. O casal possuía, no entanto, quatro escravos, sendo dois deles de 70 anos, uma escrava de 40 anos e mais um escravo de 20 anos. No entanto, a situação dos filhos complicou ainda mais, uma vez que, como falamos seu pai fugiu levando com ele três escravos, restando aos filhos do casal, apenas o escravo Manoel de 20 anos. Desta maneira restou apenas um escravo que trabalharia para o sustento de seus jovens senhores, que ficaram sob a tutela do tio do viúvo, José Barrozo Pereira. Outro exemplo é o de Antonio Francisco<sup>358</sup> que faleceu em 1765, deixando viúva Ana Cardozo com três filhos, a mais velha já casada, restando dois filhos de oito e nove anos, que ficaram sob tutela de Custódio João da Silva, esposo da filha mais velha. O casal possuía entre

<sup>356</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p.73

<sup>357</sup> ACSM – Cód. 69 – Auto 1462 – 1º Ofício

<sup>358</sup> ACSM – Cód.134 - Auto 2709 – 2º Ofício

seus bens um sítio avaliado em 250\$000, 20 cabeças de porcos, e para o trabalho e sustento da família dois escravos, Maria de 30 anos e sua filha ainda de peito e Francisco aleijado e avaliado em 50\$000. A situação desta família era bastante precária, uma vez que contavam com uma mão-de-obra cativa em situação precária e que certamente teriam que trabalhar para o sustento da viúva e de seus dois filhos.

A aquisição de escravos como forma de complemento à mão-de-obra familiar, adquirida certamente graças ao trabalho dos filhos, pode ser demonstrada ao citarmos o inventário de Rita Maria do Espírito Santo<sup>359</sup>, viúva de Francisco Martins Vilaça. Este casal possuía 12 filhos. Sendo que as duas mais velhas eram casadas. Esta família contava no mínimo com o trabalho de cinco filhos solteiros, cujas idades variavam entre 15 e 26 anos de idade, enquanto a idade dos quatro filhos restantes variava entre cinco e oito anos de idade. Como forma de complemento a essa mão-de-obra familiar, possuíam um escravo de 50 anos avaliado em 120\$000, além de uma escrava de 12 anos de idade. A precariedade da mão-de-obra familiar em função da pouca idade dos filhos, também era suprida com o trabalho cativo. Este é o caso da viúva Margarida Roza de Jesus<sup>360</sup>, que ficou viúva em 1805 de Francisco Ferreira Melo, e possuía oito filhos menores, sendo que o mais velho tinha apenas 14 anos de idade. Esta possuía três escravos sendo dois deles de 50 anos e mais uma jovem escrava de seis anos de idade.

A posse de escravos também foi possível aos mais pobres, tanto em Guarapiranga como em Juiz de Fora, no entanto, uma comparação com o estudo de Sônia Souza evidencia a diferença do poder econômico dos camponeses nestas duas regiões. Ao exemplificar a compra de escravos por parte dos mais pobres, Sônia cita uma inventariada *Mãe de quatro filhos menores de 11 anos, possuía como bem de raiz, uma casa de telhas avaliada em 120\$000 e uma porção de terras correspondendo à metade deste valor (...) além destes bens a inventariada deixou seis porcos, três vacas, alguns modestos móveis e três escravos, sendo um casal e uma criança de dois anos. O valor dado aos escravos neste inventário (2:230\$000) respondia por 84,50% do montante dos bens.*<sup>361</sup> A título de comparação citemos o inventário de Antonio Teixeira de Carvalho<sup>362</sup>, falecido em 1800 e casado com Ana Dorotea da Conceição. Este casal tinha oitos filhos entre 8 e 25 anos, sendo apenas uma filha casada. Possuía um moinho com todos os seus pertences avaliado em 10\$000 e uma fazenda no valor de 300\$000, possuindo ainda alguns modestos bens

<sup>359</sup> ACSM – Cód. 91 - Auto 1966 – 2º Ofício

<sup>360</sup> ACSM - Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício

<sup>361</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit* p.77-78

<sup>362</sup> ACSM – Cód. 17 – Auto 494 – 1º Ofício

móveis, instrumentos e uma mula muito velha sem valor. Este inventariado possuía 10 escravos: João de 70 anos, Manoel de 45 e doente, João de 35, Maria de 35, Joaquina de 35 anos e cocha, Henrique de 5, Antonio de 4, Tereza de 3, Simão de 9 meses e Anacleto de três meses, todos avaliados em 435\$000, que representavam 57,40% do monte-mor. No entanto, podemos destacar que a noção de “pobres” eram bem diferente de uma região para outra, assim como o valor dado aos escravos. Dentre os inventários dos camponeses com os quais trabalho em Guarapiranga, apenas três alcançaram monte-mor superior a um conto de réis, que são Rosa Maria Ferreira (1:270\$800); Quitéria Dias de Jesus (1:107\$850) e José Soares Maciel (2:680\$281), sendo que 1:023\$234 equivaliam à legítima de seu pai. Estes pobres, portanto, recorriam à mão-de-obra escrava, buscando além de uma reserva de valor e complemento ao trabalho familiar, o fato deles representarem capital social, ou seja, era uma forma de alcançar diferenciação social como mostra Hebe Mattos.<sup>363</sup>

Para compreender melhor a que escravos tinham acesso os camponeses, procederemos a uma análise demográfica destes cativos, identificando suas características como sexo, naturalidade, idade, etc, desvendando assim a que mão-de-obra cativa teve acesso os camponeses, se somente velhos, mulheres, crianças, ou se também homens em idade produtiva, que obviamente teriam preços mais elevados. A tabela que se segue procura demonstrar quais faixas etárias predominavam entre os cativos pertencentes aos camponeses.

<b>Tabela 27 – Percentual de escravos por faixa etária no grupo camponês</b>			
<b>Faixa Etária</b>	<b>% em relação ao total</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>% em relação ao total</b>
<b>1-10</b>	20,75	<b>31-40</b>	11,85
<b>11-14</b>	5,18	<b>41-50</b>	11,11
<b>15-20</b>	11,85	<b>51-60</b>	5,92
<b>21-30</b>	22,22	<b>+60</b>	11,11

Fonte: Inventários post mortem do I e II Ofícios do ACSM

<sup>363</sup> CASTRO, Hebe M. M. *Op. Cit.* 1987

Percebemos através dos dados acima que se sobressaíam duas faixas de idade, 1-10, com 20,75%, e a faixa entre 21-30 anos com 22,22%, que são bastante diferentes no que se refere à força produtiva. Os escravos da primeira faixa (1-10), ainda não estão em idade produtiva, não representam força de trabalho que contribuísse significativamente para aumentar a renda da unidade produtiva. Já a outra faixa (21-30) são cativos em sua maioria, com plena força para o trabalho, proporcionando um aumento da renda da unidade produtiva e representavam uma importante mão-de-obra adicional. No que se refere ao valor destes escravos, podemos também perceber a diferença que marcava estas duas faixas etárias. Os cativos entre 1-10 anos alcançaram um valor médio de 45\$621, enquanto os escravos que compunham a faixa de 21-30 anos valiam em média 110\$333. Ao trabalhar com estes valores médios, devemos ter noção dos problemas que isto implica, uma vez que os preços e a quantidade de escravos por faixa podem oscilar e assumir números e valores dissonantes, mas não deixa de ser um exercício interessante e esclarecedor. Se somarmos o percentual dos escravos que compõem a faixa de idade entre 15-50 anos, ou seja, aqueles escravos que estariam, obviamente desconsiderados os casos de doença e deficiência, no momento de maior força produtiva, alcançaríamos um considerável percentual de 57,03%. Ao estudar a vila de Sorocaba, Bacellar mostra que quando conseguiam comprar escravos, os pequenos agricultores adquiriam aqueles mais desvalorizados, seja pela velhice improdutiva, seja pela infância, fato que não detectamos em Guarapiranga.<sup>364</sup>

Continuando a análise das características demográfica dos escravos pertencentes aos camponeses, trabalharemos com outra questão que influencia no valor e na força produtiva, que é o percentual de homens e mulheres por faixa etária.

---

<sup>364</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. Cit.*2001. Ver capítulo 5.

<b>Tabela 28 – Distribuição dos escravos por sexo dentro das faixas etárias</b>		
<b>Faixa Etária</b>	<b>% Homens</b>	<b>% Mulheres</b>
<b>1-10</b>	53,37	46,43
<b>11-14</b>	42,85	57,15
<b>15-20</b>	43,75	56,25
<b>21-30</b>	66,66	33,34
<b>31-40</b>	56,25	43,75
<b>41-50</b>	73,33	26,67
<b>51-60</b>	87,50	12,50
<b>+60</b>	73,33	26,67

Fonte: Inventários post mortem do I e II Ofícios do ACSM

Somente em duas faixas etárias, que englobam os cativos entre 11 e 20 anos de idade é que as mulheres superam os homens. Podemos então supor que esta poderia ser uma estratégia que visava adquirir escravas novas, propícias ao trabalho doméstico e em idade fértil, que proporcionaria em função disto a posse por parte do senhor de seus filhos. Notamos também que na primeira faixa etária (1-10) há o predomínio dos homens, o que se explica pelo fato de que nesta idade, por serem menos valorizados, seria possível aos camponeses adquiri-los, ou até mesmo pode indicar um sinal de sorte destes camponeses, pois, suas escravas estariam tendo um número maior de filhos do que filhas. Dois inventários exemplificam muito bem esta situação, o primeiro é o de João Manoel Gonçalves<sup>365</sup> que possuía cinco escravos, Antonio de 16 anos, Tereza de 15 anos, João filho de Tereza de 20 dias, e mais dois escravos Ana de quatro anos e Mariano de dois anos, cuja filiação não foi indicada. Outro caso é o de Custódio Oliveira de Souza, que possuía seis escravos, Ignês de 22 anos, mãe de João de nove anos, Domingos de dois anos e Roza recém nascida, além de Antonio de 10 anos, filho de Luzia, sendo que esta última não constava em seu inventário.

Outro fato interessante, é que entre os escravos que compreendem a faixa etária de 21 a 50 anos de idade, havia um predomínio dos homens, o que pode indicar o acesso dos camponeses a uma mão-de-obra relativamente cara, ou seja, de homens em idade produtiva. Acima dos 51 anos esta preponderância masculina é ainda mais significativa, o que pode indicar que este escravo

<sup>365</sup> ACSM Cód. 66 – Auto 1420 – 1º Ofício

viveria um tempo maior, possivelmente pelo fato de não ser tão explorado como um escravo de grande proprietário escravista. Analisando a estrutura de posse no segmento camponês de um modo geral, vemos que os homens predominavam e representavam 61,48%, enquanto as mulheres correspondiam a 38,52% dos plantéis camponeses. Mais uma vez nossos dados não coincidem com os encontrados por Bacellar, que demonstram que para Sorocaba, a preferência por escravos em idade produtiva (15 a 50 anos).<sup>366</sup> Ainda privilegiando esta análise mais geral dos escravos dentro dos plantéis camponeses, vemos que o valor médio de um escravo atingiu 75\$466, enquanto o das escravas chegou a 66\$792. Ao somarmos o valor total em réis que os escravos representavam dentro do segmento camponês encontramos um valor total de 9:594\$600, do qual os cativos significavam 64,50% e as cativas 34,50% deste valor. De acordo com Bacellar, para sua região o desequilíbrio que favorecia a aquisição de escravas, ocorria pelo fato de *as mulheres serem bem mais acessíveis, provavelmente devido a uma possível maior versatilidade de seu uso no contexto desses domicílios onde a mão-de-obra familiar tendia a ser dominante*.<sup>367</sup> Entretanto, o que devemos destacar é que os dados até então trabalhados, indicam um considerável dinamismo da região de Guarapiranga, o que permitia ao setor camponês adquirir escravos do sexo masculino em idade produtiva.

No entanto, como vimos em Guarapiranga os valores médios alcançados por homens e mulheres cativos, não era tão divergente assim, o que poderia contribuir para a preferência por homens em idade produtiva. Além do mais os preços que estes escravos assumiam, nem sempre seguiam uma ordem de maior valorização do homem, como *Silvéria crioula, 30 anos avaliada em 120\$000, Joaquim, Benguela, 30 anos avaliado em 120\$000, Ignês, crioula, 22 anos 130\$000, Manoel, crioulo, 30 anos, 130\$000, José, Angola, 30 anos, 80\$000, João, Congo, 30 anos, 70\$000*.<sup>368</sup> Todos estes escravos, foram descritos nos seus respectivos inventários não mencionando nenhuma doença ou defeito. As escravas por se encontrarem em idade fértil poderiam também aumentar sua valorização, pelo fato de representarem o aumento do plantel, e como vimos nos exemplos acima muitas assumiam valores iguais ou superiores aos homens.

É preciso também que consideremos outros fatores que contribuiriam para explicar a maior presença de escravos (homens) em idade produtiva dentro dos plantéis camponeses, como a disponibilidade de escravos que variava de região para região e influenciaria no valor dos

<sup>366</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. Cit.* p. 148

<sup>367</sup> *Idem* p. 147

<sup>368</sup> ACSM – Cód. 84 – Auto 1807 – 2º Ofício; Cód.35 – Auto – 814 – 1ºOfício; Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício; Cód. 93 – Auto 1995 – 2º Ofício ; Cód. 139 – Auto 2904 – 1º Ofício.

escravos. A freguesia de Guarapiranga, como vimos, não apresenta diferenças tão significativas entre os valores de cativos e cativas, o que pode ter origem em razão da disponibilidade de mão-de-obra escrava oriunda das áreas mineradoras próximas a Guarapiranga, ou seja, as regiões de vocações agropecuárias, estariam recebendo e segurando estes escravos que vinham em função do declínio da mineração e proporcionando que Minas Gerais continuasse no início do século XIX, como fala João Frágoso mantendo seu potencial escravista e a Capitania de maior concentração de cativos da colônia.<sup>369</sup>

Outra característica escravista, que podemos analisar a título de interesse, e que até mesmo pode nos permitir entender a possibilidade de acesso à mão-de-obra escrava por parte dos camponeses, uma vez que influenciava no preço e proporcionava um maior acesso, é a naturalidade destes escravos. A tabela que se segue nos permite perceber a naturalidade dos escravos que predominavam em posse do campesinato em Guarapiranga:

<b>Faixa Etária</b>	<b>% Crioulo</b>	<b>% Africanos</b>
<b>1-10</b>	96,45	3,55
<b>11-14*</b>	57,15	28,56
<b>15-20</b>	56,25	43,75
<b>21-30</b>	46,70	53,30
<b>31-40</b>	37,50	62,50
<b>41-50</b>	13,33	73,30
<b>51-60</b>	25,00	75,00
<b>+60</b>	20,00	80,00

Fonte: Inventários post mortem do I e II Ofícios do ACSM  
 Obs.: Definimos também como crioulos, aqueles denominados como pardo, mulato, preto e cabra, e como africanos, benguela, rebola, congo, angola, monjolo, cabunda, massumbé, que foram a etnias e denominações encontradas nos inventários.  
 \* A soma de crioulos e africanos da faixa etária entre 11-14 anos não alcançou 100%, pelo fato de que não foi possível identifica a naturalidade de 14,29% dos escravos desta faixa.

Notamos na tabela acima, que os crioulos predominavam nas três menores faixas etárias, o que obviamente ocorreria pelo fato de um maior enraizamento dos africanos no Brasil, proporcionando o nascimento cada vez maior de escravos. Nas maiores faixas etárias,

<sup>369</sup> FRAGOSO, João. *Op. Cit.* p.123

predominava a presença de africanos, que já mais velhos seriam menos valorizados e acessíveis aos camponeses. No entanto, devemos destacar que os africanos começaram a representar a maioria dos escravos a partir da quarta faixa etária, ou seja, a partir dos 21 anos de idade. Recorrendo novamente a uma análise mais estrutural do potencial escravista camponês, percebemos que os crioulos detinham uma pequena vantagem percentual sobre os africanos, sendo que os primeiros representavam 51,13% e os africanos 48,87%. No entanto, no que se refere ao valor dos escravos, ambos somavam 9:429\$600 e os crioulos equivaliam a 48,55% deste valor enquanto os africanos 51,45%, ou seja, invertem-se as posições. Outra questão interessante seria o valor médio que eles alcançavam, enquanto os crioulos valiam na média de 71\$538, os africanos chegavam a 79\$528. Estes valores podem contribuir para entendermos um certo equilíbrio na presença de ambos, por serem mais acessíveis e baratos, os crioulos estariam mais presentes, porém como a diferença no valor médio não era tão significativa, o acesso aos africanos foi também possível no mercado local. No entanto, devemos ressaltar que a maior presença de crioulos deve-se primeiramente e principalmente à possibilidade de reprodução natural dos escravos, o que levava aos senhores a facilitar as relações entre cativos e cativas, visando a posse de seus filhos.

No entanto, devemos ressaltar novamente que esta média no que se refere ao preço dos escravos pode apresentar casos interessantes e que acabam por contrariar esta lógica do valor médio. Encontramos diferenças de preços em alguns casos como: *João, Angola, 30 anos, 80\$000; Severino Crioulo, 110\$000, com uma cicatriz na perna; Joana, Crioula, 20 anos, 100\$000; Manoel, Benguela, 20 anos, 100\$000*; mesmo preço entre em uma crioula e um africano, *Joaquim, 40 anos, Mina, 100\$000; Joaquim, Angola, 140\$000*<sup>370</sup>, ou seja, diferença de preços até mesmo entre africanos com mesmas características.

Destacamos ainda que dentre os escravos trabalhados no campesinato, 15,55% foram descritos com algum tipo de moléstia, deficiência ou marca. Detectamos alguns exemplos interessantes, como: *Maria, Crioula, 16 anos, doente de asma; Manoel, Benguela, 45 anos, doente; Joaquina, Crioula, 35 anos, cocha; Francisca, Crioula, 40 anos, aleijada.*<sup>371</sup>

Constatamos, portanto, que estes escravos eram sim acessíveis aos camponeses, o que é comprovado pela presença dos cativos nos inventários. Estes eram utilizados como uma força de

<sup>370</sup> ACSM – Cód. 139 – Auto 2904 – 1º Ofício; Cód. 94 – Auto 204 – 1º Ofício; Cód. 84 – Auto 1807 – 2º Ofício; Cód. 74 – Auto 1556 – 1º Ofício; Cód. 69 – Auto 1462 – 1º Ofício.

<sup>371</sup> ACSM – Cód.26 – Auto 676 – 1º Ofício; Cód. 17 – Auto 494 – 1º Ofício; Cód. 46 – Auto 1026 – 1º Ofício



trabalho auxiliar ao familiar e em certos casos eram fundamentais para o sustento de seus senhores. Serviam também como um sinal de distinção social, visto que trabalhamos com um período caracteristicamente escravista. Além do mais, significavam uma garantia de sobrevivência destes camponeses e atuavam como reserva e segurança frente a situações de dificuldade. Vimos também que os escravos sob a posse dos camponeses apresentavam características demográficas interessantes, e que estes acabaram por adquirir um maior número de homens, em idade produtiva, tanto crioulos como africanos, contrariando alguns estudos anteriormente realizados para outras localidades. Como demonstramos com os exemplos citados, devemos ter a noção de que o preço destes escravos também poderiam não responder a uma lógica de mercado, influenciando assim outros fatores extra-econômicos, como a qualidade, a possibilidade deste escravos ter uma profissão, a fertilidade das escravas, comportamento, além de como vimos, a idade, sexo e naturalidade. Desta maneira percebemos que os camponeses adquiriram escravos aptos ao trabalho, seja pela faixa etária, pelo percentual de escravos com moléstias, etc, o que comprova que em Guarapiranga, o acesso à mão-de-obra escrava esteve plenamente garantida aos camponeses.

Embora não sendo nossa intenção nos aprofundarmos nesta discussão, outra questão de grande importância que podemos ressaltar é a possibilidade de constituição de famílias dentro dos pequenos plantéis escravistas. Esta discussão gira principalmente em torno dos estudos de grande qualidade, que são os trabalhos de Manolo Florentino e José Roberto Góes e o de Robert Slenes.<sup>372</sup> O trabalho de Manolo e Góes caracteriza-se por reconhecer os benefícios que a família escrava trazia para os envolvidos nas relações de parentesco e a capacidade que os escravos tinham em articular casamentos. Para estes autores, a função principal da família era a de pacificar as escravarias, especialmente no período de vigência do tráfico externo. Já Robert Slenes não vê a família escrava como apenas uma renda política que favorecia ao senhor, mas também trazia vantagens para os escravos de ordem emocional, psicológica e material.

Entretanto, como destaca Sônia Souza, estes trabalhos, assim como o de Rômulo Andrade para Juiz de Fora privilegiaram a análise das famílias dentro dos grandes plantéis, com no mínimo nove escravos, e afirmaram que nas pequenas posses, em função da instabilidade, não era fácil a constituição de famílias. Assim como Sônia acredito que apesar das dificuldades, da

---

<sup>372</sup> Ver: FLORENTINO, Manolo e GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 e SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

instabilidade provocada pelo risco de separação, não era impossível a formação de famílias neste universo de pequenos plantéis.<sup>373</sup> Estas famílias eram predominantemente nucleares ou matrifocais, ou seja, famílias completas ou fragmentadas compostas por poucos indivíduos, sem constituir extensas redes parentais.

Dentre os camponeses trabalhados, detectamos relações familiares em 24,32% dos inventários, prevalecendo as famílias matrifocais, como no caso do plantel de Custódio de Oliveira Souza, onde detectamos que três dos seus seis escravos, eram menores de nove anos de idade e filho de uma de suas escravas. Pelas informações que o inventário revela, trata-se de uma família matrifocal. Ou seja, encontramos claramente identificado apenas o nome da mãe, a escrava Inês de 22 anos, mas em função da costumeira negligência nas informações, o pai destes três escravos poderia ser o outro escravo do inventariado, o crioulo Manoel de 23 anos. Encontramos ainda outro cativo de 10 anos sendo informado apenas o nome de sua mãe, que, no entanto, não constava do plantel do dito proprietário. O escravo Antonio, poderia ter perdido a sua mãe por diferentes razões, como a venda ou a morte. É possível também que Antonio tenha sido comprado de outro proprietário, passando a viver longe de sua família. Há casos em que aparece informado somente o nome da mãe mesmo que essa não pertencesse ao plantel do inventariado, como no caso da crioula Rita de cinco anos, filha de Vitória que não consta do inventário.

No entanto, adotamos como família somente aqueles casos em que o inventário traz expressamente esta informação, e assim como o exemplo citado acima temos outros, como o do plantel de Bernarda Josefa de Vasconcelos<sup>374</sup> que possuía quatro escravos, José de 19 anos, José de 25 anos, Feliciano de 19 anos e Severina de 3 anos de idade, porém a descrição não confirma a relação familiar. É possível que várias famílias identificadas como matrifocais, fossem na verdade nucleares, mas novamente, como não há a confirmação por parte dos documentos, não podemos trabalhar com a família completa. É o caso do plantel de José Soares Maciel<sup>375</sup>, que possuía seis escravos, João de 24 anos, Manoel de 14, Luiz de 26, Suzana de 25 e as duas filhas desta, Maria de 2 anos e outra escrava ainda por batizar. Possivelmente o pai destas duas pequenas escravas poderia ser um dos escravos de José Soares, no entanto, esta informação não vem descrita no inventário.

---

<sup>373</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p. 86-87.

<sup>374</sup> ACSM – Cód. 110 – Auto 2267 – 1º Ofício

<sup>375</sup> ACSM – Cód. 94 – Auto 1954 – 1º Ofício

Existiam alguns poucos, mas reveladores, casos em que detectamos a presença de duas gerações, como no plantel de Salvador de Oliveira.<sup>376</sup> A família era composta pelos pais José Gomes de 60 anos e Tereza também de 60 anos, pelas filhas Domiciana de 25 anos e Felicia de 12 anos, e pelos netos, filhos de Domiciana, Venância de 5 anos, e Joaquina de um ano, que não têm informado o nome do pai. Em muitos casos os escravos poderiam ser filhos dos próprios senhores, e por isso o motivo de aparecer descrito somente o nome da mãe. Portanto, apesar da dificuldade e da instabilidade dentro das pequenas posses, poderia sim existir a presença de laços familiares em seu interior, pois, como no exemplo acima detectamos situações em que há a presença de duas gerações de família escrava.

Apesar de detectada a possibilidade do acesso à mão-de-obra escrava por parte dos camponeses, devemos lembrar que, os inventários *post mortem* nos trazem informações somente sobre aqueles indivíduos que constituem uma parcela relativamente privilegiada do campesinato. Ao trabalharmos com as listas nominativas, percebemos a significativa presença de domicílios sem escravos, e mesmo naqueles que possuíam cativos, predominavam as pequenas posses. Tive possibilidade de trabalhar com três listas nominativas para a freguesia de Guarapiranga (primeiro capítulo), e em apenas duas delas foi possível realizar este trabalho de análise da posse ou não de escravos por domicílio. São aquelas que se referem a dois distritos, Manja-Léguas<sup>377</sup>, e São José do Xopotó<sup>378</sup>, uma vez que a terceira lista nos informa apenas o número de escravos por ofício e não por domicílio. Ao analisarmos a lista do Distrito de Manja-Léguas, detectamos que dos 58 domicílios recenseados, apenas 10,34% possuíam plantéis com mais de cinco escravos, enquanto 48,28% não possuíam escravos. Já os proprietários de 1 a 5 escravos representavam 41,38% dos domicílios, e dentro destes, sobressaíam os donos de dois cativos, com 15,50% desta porcentagem.

Analisando o distrito de São José do Xopotó, a participação dos proprietários com posse acima de cinco escravos cresce, mas ainda prevalecem aqueles que não possuíam escravos. Estes últimos representavam 44,28% do total de 70 domicílios recenseados, enquanto os maiores proprietários significavam 25,70% dos domicílios. Os recenseados com plantéis entre 1 e 5 cativos correspondiam a 30,02%, predominando com 10% dentro deste grupo os proprietários de apenas um escravo.

---

<sup>376</sup> ACSM – Cód. 79 – Auto 1701 – 2º Ofício

<sup>377</sup> Lista Nominativa do Distrito de Manja-Léguas do AHCMM

<sup>378</sup> Mapa dos Habitantes da Aplicação de São José do Xopotó - 1804.

Através das listas nominativas, podemos ter uma noção mais clara da existência de homens livres sem escravos na região, o que reforça a caracterização da freguesia de Guarapiranga como marcada, também pela presença camponesa, ou seja, famílias que contavam apenas com a força de trabalho familiar, e que em determinados momentos de maior prosperidade conseguiam acumular algum pecúlio e adquirir alguns escravos, que contribuíram assim para aumentar a produtividade da unidade e lhe garantir um futuro mais seguro até mesmo para seus filhos, diante das incertezas. Os dados apresentados pelas listas vão ao encontro das características encontradas por João Fragoso para Minas Gerais. Este autor também identifica as unidades de pequenos plantéis como camponesas. Para Fragoso os números indicam que *o senhor de escravos padrão de Minas Gerais era o pequeno proprietário (1-5)*<sup>379</sup>, ou seja, grande parte da produção baseava-se no trabalho livre e naquelas unidades que recorriam em pequeno número ao trabalho escravo, prevaleciam as posses de até cinco cativos, com o predomínio daquelas com menos de três escravos, o que coincide com os dados encontrados nas listas para Guarapiranga. Sheila Faria nos mostra que a família representava para a população pobre, independente da raça ou etnia, a principal fonte de sobrevivência, sendo comum encontrar pequenos senhores de poucos escravos, que por possuírem filhos em idade produtiva, conseguiam adquiri-los. Portanto, como mostra a autora um importante elemento na produção de alimentos nas áreas agrárias, foi o consórcio entre a mão-de-obra familiar e a escrava.<sup>380</sup> Através dos inventários foi possível detectar a importância da força produtiva familiar no aumento da renda da unidade, proporcionando o acesso aos escravos.

Ao analisar os inventários podemos também perceber o elevado número de filhos, que envolve uma questão discutida por alguns autores, que é o momento em que podemos considerar estes filhos em idade produtiva. Sônia Souza indica como aptos ao trabalho, filhos maiores de 14 anos, enquanto para Sheila Faria seriam aqueles com mais de 10 anos, dependendo de sua condição física. Seguimos o exemplo de Sônia e adotamos como aptos ao trabalho os filhos com mais de 14 anos, que seriam seguramente utilizados como mão-de-obra. Em 70% dos domicílios camponeses, encontramos filhos maiores de 14 anos. Para Sônia aqueles que não possuíam uma força de trabalho familiar tão significativa teriam que recorrer a uma mão-de-obra adicional, escrava ou livre, para ajudar na manutenção da unidade. Concordo com Sônia, pois, na falta desta

---

<sup>379</sup> FRAGOSO, João Luis R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 131.

<sup>380</sup> FÁRIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* p.51 e 58

mão-de-obra doméstica, a solução seria buscar outras alternativas como os agregados, o que podemos identificar ao recorrermos novamente as listas nominativas.

Era este o caso de Amador de Souza e Francisca Pinta, que não tinham filhos e contavam em seu domicílio com a exposta Ana e o agregado Euzébio.<sup>381</sup> No entanto, o que nos fala Sheila Faria é perfeitamente detectado em Guarapiranga, ou seja, a existência de filhos em idade produtiva permitiu um aumento do rendimento e a possibilidade da compra de escravos. Quando faleceu em 1805, Custódio Fernandes dos Santos deixou entre seus bens um sítio no valor de 220\$000 com terras de planta, engenhoca para moer cana e mais 1/4 de sesmaria com terras de planta e capoeiras no valor de 50\$000. Possuía ainda entre seus bens, quatro escravos e contava com uma mão-de-obra familiar significativa, pois, dos oito filhos, duas eram casadas, uma filha tinha doze anos e a idade dos outros cinco filhos variava entre 14 e 25 anos.<sup>382</sup> Outro caso interessante é o da viúva Rita Maria do Espírito Santo, que possuía uma morada de casas no valor de 100\$000, um sítio avaliado em 120\$000 e dois escravos, adquiridos provavelmente em função do rendimento proporcionado pelo trabalho familiar, pois, possuía 13 filhos, sendo duas casadas, cinco menores de 12 anos e seis filhos maiores de 15 anos, o que representava uma significativa força de trabalho.

Portanto, apesar dos inventários privilegiarem aqueles indivíduos que conseguiram abrir registros oficiais, na maioria das vezes por possuírem escravos, as listas nominativas nos mostram o predomínio daqueles indivíduos sem escravos, que obtinham o sustento do domicílio com base na mão-de-obra familiar. Porém, o acesso à mão-de-obra externa ao núcleo familiar, livre ou escrava, poderia ocorrer em momentos de necessidade ou prosperidade, visando desta maneira, o aumento ou manutenção do rendimento da unidade, ou ainda como segurança para situações futuras, em momentos de dificuldade, de casamento dos filhos, dotes, etc.

### 3.3.3 – Cultura material camponesa

Finalizando a análise dos bens que compunham o patrimônio camponês, como um exercício para identificar sua cultura material, buscaremos investigar as características e qualidade dos bens mais particulares destes camponeses. Como já mencionamos, a questão da posição social não envolvia somente fatores econômicos, mas sim uma diversidade de fatores que

<sup>381</sup> ACMM – Lista Nominativa de Manja-Léguas.

<sup>382</sup> ACSM – Cód. 74 – Auto 1556 – 1º Ofício

influenciavam no status e na hierarquia social, como a moradia, o vestuário, jóias, o mobiliário, que marcavam o “tratamento” que recebia cada indivíduo. Ao comparar a presença de apetrechos de uso pessoal e domésticos nas Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, Carla Almeida detectou que na primeira, mesmo com a crise da mineração, permaneceu a preocupação com o bom “tratamento” e com a busca por um ideal aristocratizante, pois, era mais constante a presença de bens mais sofisticados, como talheres de prata, louças da Índia, móveis de jacarandá torneados, vestimentas e colchas de damasco, chamante ou linho.<sup>383</sup> Com o objetivo de identificar se existia em Guarapiranga uma preocupação e possibilidade de possuir móveis e bens pessoais mais sofisticados, promovendo assim uma diferenciação destes indivíduos frente ao restante da sociedade, descreveremos novamente em primeiro lugar o domicílio dos três inventariados mais ricos com os quais trabalhamos em Guarapiranga, para que assim, possamos tê-los como base para comparação com os domicílios e bens possuídos pelos camponeses, ou seja, se a diferença era na qualidade ou na quantidade, e se esta influenciava na hierarquização.

Começamos pelo inventário do Capitão Antônio Alvarez Ferreira<sup>384</sup>. Encontramos em sua casa, entre a descrição de suas jóias e bens móveis tanto utensílios e apetrechos sofisticados como rústicos, como por exemplo, brincos de ouro e diamantes, cordões de ouro grosso, 16 colheres de prata, uma “salva” de prata, e ao mesmo tempo, nove pratos de estanho, que segundo Valter Martins, era muito comum para a região que estudou, entre as pessoas mais remediadas, como também as mais abonadas; *podiam não ser muito elegantes, mas em compensação tinham indiscutível durabilidade e a vantagem de poderem ser vendidos para reciclagem do metal. Por vezes, o número de objetos de estanho não era mencionado e sim seu peso em libras.*<sup>385</sup> Encontramos também caixas de jacarandá sem torneamento, catres e mesa de pau branco e um oratório de madeira tosco. Entre seus tecidos e vestuário, encontramos vestidos de carmesim, saias de veludo e seda, lençóis de linho e de Bretanha, toalhas rendadas, toalhas de Guimarães com seus guardanapos e até chitão. Seus bens pessoais, móveis e jóias foram avaliados em 547\$331, dentro de um monte-mor de 17:623\$007.

O segundo inventário é o de Ignácia Maria Alves<sup>386</sup>, casada com o Capitão Antônio José. Encontramos em seu inventário uma variedade de jóias em ouro, como “caixilho”, relicário, medalha, relógio e diversos utensílios de prata, como, brincos, estribeiras, esporas, fivelas,

<sup>383</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* 2001, p.186.

<sup>384</sup> ACSM – Cód. 36 – Auto 843 – 1º Ofício

<sup>385</sup> MARTINS, Valter. *Op. Cit.* p. 114

<sup>386</sup> ACSM – Cód. 133 – Auto 2677 – 2º Ofício

espada, faca, além de 12 colheres e 12 garfos de prata, avaliadas em 266\$700. Entre seus bens encontramos como mobiliário, somente duas canastras, e uma grande quantidade de roupas e tecidos, porém mais simples, como, chapéus usados, calção de casimira, camisas de bretanha, lençóis já usados, mas que valiam 202\$100. Um terceiro inventário é o do Capitão Manoel Ferreira de Carvalho<sup>387</sup>, que foi casado com Dona Quitéria de Azevedo. Identificamos objetos de prata, como fivelas, espada, bengala da Índia com seu bastão de prata e uma Imagem do Santo Cristo com seu resplendor de prata. Encontramos copos de cobre, pratos de estanho, colheres e garfos de metal, mesa com suas molduras e gavetas, porém o restante do mobiliário era rústico, além de quatro camisas de linho e de bretanha, seis lençóis de linho e tolhas de algodão. Fato raro que detectamos no inventário deste Capitão, foi a presença de livros, sendo mencionados 13, dos quais seis foram intitulados: *Mocidade enganada e desenganada*, e dois intitulados *Trabalhos de Jesus*. A presença de livros não era rara apenas em Guarapiranga, mas no Brasil colônia, como cita o viajante Herman Burmeister, ao passar pelo Pinheiro distrito de Guarapiranga:

*Na soleira de uma das cabanas, estava sentada uma mulher com duas araras azuis e vermelhas, e ao seu lado, uma moça bem vestida que trazia um livro. Foi a primeira cena deste gênero com que deparei no Brasil, antes nunca vira nenhuma moça às voltas com livros, e mesmo este caso me pareceu suspeito, pois, nem a mãe, nem a filha tinham o aspecto de que fosse capaz de ocupar-se de tal coisa.*<sup>388</sup>

Dentro do universo de camponeses que trabalhamos, em 29,70% dos inventários não vêm descritos qualquer tipo de vestuário, móveis, jóias ou utensílios, certamente pela insignificância comercial que representavam como fala Hebe Mattos.<sup>389</sup> Em 16,20% deles encontramos algum tipo de objeto de prata, ou ouro, em 54,05% há somente a presença de rústicos bens móveis.

Passemos então para uma análise mais detalhada e qualitativa da moradia camponesa, ou seja, como eram as suas casas, e o que isto poderia significar na sociedade colonial. Quando passou pelo arraial de Guarapiranga Burmeister comentou sobre a simplicidade das casas que ali existiam e relatou que: *no centro da localidade, bastante espalhadas, aliás, eleva-se numa plataforma natural, a Igreja principal de duas torres e em seu redor, alvejam as casas caiadas (...) de um pequeno grupo de casas de madeira espécie de subúrbio, uma ponte de 150 pés de*

<sup>387</sup> ACSM – Cód.67 – Auto 1474 – 2º Ofício

<sup>388</sup> BURMEISTER, Herman. p. 205

<sup>389</sup> CASTRO, Hebe M. M. *Op. Cit.* 1987, p. 88

*comprimento leva até a cidade.*<sup>390</sup> Algumas casas recebiam um valor significativo, sendo que a localização, além de influenciar em seu valor comercial, representava culturalmente importante papel na hierarquia social, como por exemplo, a casa do Capitão Antonio Alvarez Ferreira, que tinha *uma morada de casas térreas cobertas de telha com seu quintal sitas no arraial de Guarapiranga que partem com João Pacheco de Barros e da outra com..... da Igreja Matriz,*<sup>391</sup> avaliada em 384\$000. Alguns camponeses também possuíam além de um sítio, ou terras de planta, uma casa dentro do arraial, e a título de comparação podemos descrevê-las, como a casa de Rita Maria de Oliveira, que era uma *morada de casas térreas, sitas no arraial na rua que vai para o Xopotó, coberta de telha que parte de uma banda com Antonia preta forra (...) e do outro com um rancho de Francisco Martins Campos (...)*<sup>392</sup> avaliada em 72\$000, possuía ainda um sítio com rancho de capim que valia menos que a casa, avaliado em 60\$000. Já o inventário de Maria Vieira do Sacramento, mostra que esta tinha *uma morada de casas assobradadas cobertas de telha sitas no arraial da Piranga que parte de um lado com o Capitão Francisco..... e com a estrada que vai para São Caetano,*<sup>393</sup> avaliada em 30\$000, possuindo também um sítio avaliado em 260\$000, porém, apenas a metade do valor pertence ao inventariado. Nicolau Martins possuía *uma morada de casas sitas no arraial da Piranga na Rua da Boa Morte com seu quintal, coberta de telha que foi avaliada em 120\$000.*<sup>394</sup> Contudo, rústicas ou simples, como fala Valter Martins:

*Antes de mais nada, a casa era o refúgio, território do privado onde as pessoas descansavam, comiam, nasciam, morriam e guardavam os objetos que compunham o palco cotidiano de todas essas cenas. Os móveis em especial, ajudam a lembrar ao menos em parte como era a vida de seus donos.*<sup>395</sup>

No que se refere ao mobiliário detectado no interior das habitações camponesas, estes não eram muito variados e tão diferentes qualitativamente. Detectamos a presença de canastras, caixas, catres, bancos, mesa, baús e geralmente designados como “toscos”, ou seja, de qualidade inferior. Mesmo entre os inventariados mais abastados detectamos uma pequena presença de móveis mais sofisticados, como por exemplo, em jacarandá, apesar de que, como fala Hebe

<sup>390</sup> BURMEISTER, Herman. *Op. Cit.* p. 205.

<sup>391</sup> ACSM – Cód.36 – Auto 846 – 1º Ofício

<sup>392</sup> ACSM – Cód. 63 – Auto 1421 – 2º Ofício

<sup>393</sup> ACSM - Cód. 129 – Auto 2612 – 2º Ofício

<sup>394</sup> ACSM – Cód. 88 – Auto 1908 – 2º Ofício

<sup>395</sup> MARTINS, Valter. *OP. Cit.* p. 108.



Castro a qualidade deste mobiliário também servia como diferenciador socioeconômico.<sup>396</sup> Alguns inventários mostram esse caráter rústico e simples da mobília camponesa, como o de David da Silva Ribeiro<sup>397</sup>, que possuía entre seus bens móveis, três pratos de estanho, uma mesa tosca, um banco e um caixão liso. Antonio Lopes dos Santos<sup>398</sup>, que entre outros bens possuía um baú de pau com sua fechadura, uma caixa com sua guarnição, uma mesa com suas gavetas e fechadura, um caixão velho e dois bancos. Outro exemplo que podemos citar entre vários outros é o caso de Antonio Teixeira de Carvalho<sup>399</sup>, que possuía quatro catres lisos de madeira branca, duas mesas lisas e dois caixões velhos. Hebe Castro chama atenção até mesmo para a presença de oratórios como parâmetro de posicionamento social. Encontramos entre os camponeses alguns oratórios, que se não possuíam grande sofisticação, poderiam significar uma maior difusão destes em Guarapiranga, como; *oratório com várias imagens de latão* avaliado em 4\$000, *oratório com três imagens* que valia 2\$400; *oratório com São Francisco, Santo Antonio com resplendor* avaliado em 2\$400.

Outra análise que nos permite entender um pouco mais a vida, o mundo particular destes camponeses, é a dos utensílios domésticos. Predominavam os utensílios mais rústicos, como pratos de estanho, garfos e colheres de metal e tachos de cobre, estes últimos utilizados tanto na cozinha como instrumentos de trabalho. Tanto Hebe, ao estudar a região de Capivary, como Valter Martins ao trabalhar a região de Campinas, marcadas pela presença de lavradores e agricultores, demonstram a pequena presença destes utensílios nos documentos, existindo principalmente entre os ricos, enquanto entre os pobres predominavam utensílios de barro, e em função do baixo valor comercial, estes não eram descritos nas relações de bens. Já em Guarapiranga os utensílios domésticos, não foram tão inacessíveis aos menos abastados, fato é que estes não tinham a sofisticação dos talheres de prata dos mais ricos, mas se faziam presentes, predominando os talheres de latão e metal, e pratos de estanho, ferro e latão, assim como também panelas de pedra. No inventário de Ana Joaquina de Jesus<sup>400</sup>, encontramos seis pares de colheres de latão, um prato grande de estanho, duas panelas de pedras e duas gamelas. Fato interessante e comumente encontrado na documentação é o número de utensílios menor que o número de moradores. O próprio inventário de Ana Joaquina de Jesus é um exemplo, pois, ela possuía

<sup>396</sup> CASTRO, Hebe M. M. *Op. Cit.* p. 35

<sup>397</sup> ACSM – Cód. 103 – Auto 2147 – 2º Ofício

<sup>398</sup> ACSM – Cód. 67 – Auto 1426 – 1º Ofício

<sup>399</sup> ACSM – Cód. 17 – Auto 494 – 1º Ofício

<sup>400</sup> ACSM – Cód. 137 – Auto 2867 – 1º Ofício

apenas um prato, enquanto havia em seu domicílio quatro pessoas, o casal e mais dois filhos. Provavelmente as duas gamelas seriam utilizadas para este objetivo, e mesmo assim não seriam suficientes, o que demonstra a dificuldade e precariedade dos domicílios camponeses.

Encerrando a análise dos bens que nos permitem perceber as condições de vida do grupo analisado, buscaremos detectar a presença de jóias, e a qualidade do vestuário nos domicílios camponeses. Recorrendo aos inventários dos indivíduos mais abastados de Guarapiranga, encontramos a presença de tecidos mais finos, como linho, seda, toalhas de Guimarães com seus guardanapos, toalhas de mão, saias e vestidos de veludo e carmesim. Já entre os camponeses, quando eram mencionados, predominavam o algodão, baeta e “xita”, que eram o material das saias, lençóis, camisas, vestidos, toalhas e cobertas, e em muitos casos, descritos como já muito velhos. Detectamos o predomínio do algodão, o que pode ser explicado pela possibilidade de confecção doméstica através dos teares, evitando assim recorrer ao mercado. No entanto, em alguns casos encontramos camponeses que possuíam tecidos mais finos, como por exemplo, João Manoel Gonçalves<sup>401</sup>, que possuía entre seus bens, toalha de bretanha, camisa de bretanha da França, calção de cetim preto e cinco lençóis de linho.

Com relação às jóias e metais preciosos, estas não eram muito comuns entre os camponeses, mas havia aqueles que de alguma forma possuíam estes bens. Como demonstramos, em apenas 16,20% dos camponeses encontramos algum tipo de objeto de prata e ouro, como esporas, brincos, cordões e botões, que quando existiam eram em número menor do que os inventários dos mais abastados. Francisco Ferreira de Melo possuía como jóias, quatro pares de brinco de ouro, um quebrado e um cordão de ouro que valiam 14\$424. A qualidade destas jóias também era inferior, como bem exemplifica o inventário de Úrsula Maria de São José, que possuía um rosário com crucifixo e figa de ouro, um par de esporas de prata e um par de brincos com pedras vermelhas falsas, que valia 1\$800.

Constatamos a rusticidade e simplicidade que marcavam a vida dos camponeses, através do predomínio de móveis, utensílios, vestuário pouco sofisticados, como algodão, metal, latão e madeira tosca. No entanto, percebemos que alguns camponeses possuíam entre seus bens e utensílios domésticos a presença de objetos mais sofisticados, e ao contrário do que afirmou Valter Martins para Campinas, em Guarapiranga os camponeses procuravam investir, quando possível, em móveis e conforto. Este fato marca possivelmente a busca por uma afirmação social,

---

<sup>401</sup> ACSM – Cód. 66 – Auto 1420 – 1º Ofício

pois, como mostra Laura de Melo e Souza, os poucos homens afortunados de Minas no século XVIII, eram definidos através da posse de escravos, como também detectamos em Guarapiranga, mas a busca por uma vida mais luxuosa e confortável tinha uma função social, *não como sintomas de irracionalidade conforme disseram muitos, mas como sinal distintivo do status social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção de mando.*<sup>402</sup> Desta maneira, confirmamos que o status, que a posição social, reunia outros fatores que não somente o econômico, tendo a cultura material e toda a atmosfera do luxo e sofisticação papel significativo no que se refere à afirmação do posicionamento social.

Portanto, a título de conclusão deste capítulo, podemos ressaltar e destacar alguns pontos que analisamos. Primeiro procuramos debater, discutir e esclarecer nossa definição acerca deste polêmico conceito que é o camponato, e para isso utilizamos autores estrangeiros e nacionais que trabalham o período colonial, assim como também antropólogos, para que assim pudéssemos trazer para esta discussão, todas as visões acerca deste tema. Depois desta parte teórica, passamos para uma análise empírica, e através da documentação procuramos trabalhar as características econômicas do camponato descobrindo a procura por uma diversificação produtiva. Nos prendemos posteriormente a trabalhar e esmiuçar as peculiaridades que marcavam os bens identificados no interior das unidades camponesas, como os escravos, dos quais realizamos uma análise demográfica e identificamos a quais escravos tinham acesso os camponeses, as características de suas propriedades rurais, de suas dívidas e por fim, desvendamos a intimidade destes camponeses ao trabalharmos as características de seus bens mais pessoais, como moradia, o vestuário e utensílios domésticos. O próximo passo será trabalhar as possibilidades de sociabilidade camponesa e seguir mais de perto a trajetória de alguns deles.

## CAPÍTULO 4

### **Trajetórias camponesas: Algumas reflexões acerca de redes sociais e sociabilidade camponesa.**

---

<sup>402</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.27

Neste capítulo pretendemos realizar um exercício que futuramente será mais aprofundado e apresentar algumas reflexões, mesmo que ainda superficiais, das possibilidades de sociabilidade camponesa, ou seja, se participavam de algum tipo de irmandade, as relações que estabeleciam, como por exemplo, através das dívidas e com quem estabeleciam. Além de identificar a naturalidade destes camponeses, e se isto lhes proporcionava algum benefício ou facilidade. Antes, no entanto, faremos uma discussão acerca do conceito de redes sociais, esclarecendo o que seria este conceito, além de realizaremos também uma discussão acerca da micro-história, metodologia da qual pretendemos aqui nos aproximar. Seguindo as proposições de Carlos Ginzburg, buscaremos através dos nomes, reconstruir a trajetória de algumas famílias camponesas identificando, quando a documentação nos permitir, o grau de sucesso ou fracasso destes camponeses em relação a seus pais e irmãos, e as relações extra-familiares que buscavam estabelecer. Buscaremos encontrar os vestígios que estes camponeses selecionados tenham deixado identificando se, com o avançar do tempo, a tendência era uma mudança positiva ou não das condições de vida de seus descendentes.

Contudo, queremos ressaltar que, trata-se apenas de um exercício. Com os recursos de que dispomos no momento, o trabalho aqui realizado, não ficará tão completo como desejávamos e como ainda pretendemos realizar futuramente. Por se tratar de camponeses, indivíduos de poucas posses, dificilmente deixavam tantos registros documentais como seria necessário para um amplo trabalho de micro-história. Ainda que deixassem o “nome” e esse fosse algo único, ainda assim nos deparamos com vários problemas para rastreá-los. Quase sempre nos inventários, vinham descritos apenas pelo primeiro nome, o que dificulta a identificação destes indivíduos. Esta foi uma dentre outras dificuldades encontradas o que, no entanto, não impossibilitou que fizéssemos algumas reflexões. Na prática não havia uma regra homogênea para a transferência do sobrenome e estes indivíduos muitas vezes colocavam em seus filhos nomes bem diferentes dos seus, o que torna ainda mais lento e difícil este trabalho. Não queremos aqui, justificar as insuficiências e superficialidade do trabalho, mas apenas destacar que questões arquivísticas, acadêmicas e cronológicas, acabaram por nos impedir de realizar um trabalho mais completo. Entendemos este capítulo seja como um apêndice ou um laboratório do que pretendemos realizar futuramente com mais tempo e uma maior diversidade de documentos, pois os arquivos com os quais trabalhamos,

apesar dos obstáculos que a documentação nos impõe, permitem que façamos um trabalho bem mais completo e sofisticado.

Para este trabalho utilizaremos diferentes tipos de documentos: inventários, processos matrimoniais, testamentos, justificações e cartas de doação de sesmaria. Não conseguimos encontrar estes documentos para todos os camponeses, pois o tempo não nos permitiu. Seleccionamos para a última parte do capítulo, cinco famílias sobre as quais foi possível reunir uma documentação com maior riqueza de informações que nos permitirá desvendar e seguir suas trajetórias.

#### **4.1 Nas malhas da incerteza: estratégias camponesas e possibilidades de sociabilidade.**

O conceito de redes é fundamental para compreendermos melhor o comportamento e as ações dos indivíduos no contexto de uma sociedade de Antigo Regime, e tem sido muito bem trabalhado pelos historiadores portugueses. Mafalda Soares da Cunha,<sup>403</sup> ao trabalhar com redes relacionais, procura deslocar a análise do grupo para as redes interindividuais, entendendo o indivíduo dentro do grupo. A autora, ao analisar as ações dos indivíduos dentro da Casa de Bragança, procura entender a ação destes dentro do grupo, como cada qual irá agir, mediante à expectativa que se tem com relação ao outro. A partir desta noção de redes, é que podemos trabalhar as estratégias utilizadas pelos camponeses dentro do seu próprio grupo social, as relações que mantinham entre si, e as estratégias das quais se utilizavam.

Outra noção fundamental de redes nos é fornecida por Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha<sup>404</sup>. Trata-se do conceito de “redes clientelares”, que se constituem através de relações de poder, ou seja, entre grupos hierarquicamente diferenciados. É uma noção que permeia o campo dos poderes informais e da "economia moral". Esta lógica clientelar seguia uma obrigatoriedade de conceder mercês aos mais amigos, muitas vezes em situações cotidianas, que acabavam por escapar do nível institucional ou jurídico, e se baseavam em critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra e serviço.

---

<sup>403</sup> CUNHA, Mafalda Soares da. Modelo de Análise de redes sociais. In: *A Casa de Bragança - 1560-1640. Práticas sociais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

<sup>404</sup> XAVIER; Angela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel. (coord.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, vol.4, 1998

Estas redes que se formavam em torno de relações de poder, traziam para ambos os lados envolvidos (dominante/dominado), benefícios não somente econômicos, mas também simbólicos, de gratidão e serviço.

*Uma das formas mais comuns de manifestação deste estado de desequilíbrio é a idéia de 'amizade' (desigual) que para o polo dominante (credor), se traduz na disponibilidade de quem dá um benefício e não exige uma contrapartida expressa e/ou imediata, e do lado do polo dominado (do devedor) está associada às idéias de respeito, serviço, atenção, significando a disponibilidade para prestar serviços futuros e incertos.*<sup>405</sup>

Esta relação criava a existência, do que os autores denominam "dever vazio", em função de um benefício ainda não retribuído por parte do polo dominado, e que gera uma vantagem do polo oposto, e a necessidade e obrigação de uma retribuição.

É a partir desse conceito de redes que procuraremos desvendar e analisar as relações entre os camponeses e os demais grupos sociais. Nosso propósito é compreender de que maneira se configuravam estas relações e quais as estratégias utilizadas por ambos em função de seus interesses, visto que, como lembra Ângela Xavier e Hespanha, "*as redes clientelares funcionavam para ambos os lados, como um excelente instrumento de luta política*".<sup>406</sup> Devemos lembrar que estas estratégias poderiam ser usadas tanto do ponto de vista de conservação da política social, como de uma tentativa de modificá-la, pois, segundo Nuno Gonçalo Monteiro:

*O facto de nos antigos regimes a sociedade ser representada, em primeiro lugar, como um conjunto de corpos sancionados pelo direito, não nos garante que sua estratificação social fosse imediatamente visível, nem nos assegura que existisse uma correspondência linear entre os corpos sociais definidos pelo direito e as hierarquias sociais.*<sup>407</sup>

O mesmo autor afirma ainda que, apesar da institucionalização e legitimação da estrutura social, vários conflitos de classificação decorrentes dos distintos esquemas de percepção do mundo social, exerciam forte influência na configuração deste tecido social. As sociedades de Antigo Regime nos apresentam uma complexa gama de situações, pois como afirma Giovanni Levi, estamos falando de uma sociedade marcada pelas incertezas, onde concepções

---

<sup>405</sup> *Idem.* p. 340.

<sup>406</sup> *Idem.* p.347

<sup>407</sup> MONTEIRO; Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antônio Manuel .(coord). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, vol.4, 1998 p. 297

juridicamente institucionalizadas acabam por se readaptar a situações específicas. É dentro desta sociedade marcada por uma forte diferenciação social, uma sociedade altamente excludente, característica de Antigo Regime, que continuaremos a identificar o comportamento camponês.

Nosso trabalho concentrou-se até o momento em analisar a conduta camponesa, que procurou se firmar enquanto um grupo autônomo e buscou melhores condições de vida, como por exemplo, o acesso a terra. Destacamos a importância do trabalho familiar para a formação do campesinato, e nosso objetivo neste momento é procurar entender com base nos documentos que tivemos possibilidade de trabalhar, a constituição de laços familiares, consangüíneos ou não e as relações de sociabilidade e solidariedade que estes laços proporcionam.

Se a família era de fundamental importância, para a sociedade de um modo geral e especialmente no mundo agrário, para o segmento camponês, esta assumia uma importância ainda maior, sendo a base e o princípio do sustento destas unidades. Dentre os camponeses trabalhados, 87% deles eram casados ou viúvos e estabeleceram família o que, além de representar uma estratégia de sobrevivência, auxílio e proteção, proporcionava inclusive “status”, promovendo uma diferenciação na sociedade em relação àqueles que viviam sob o estado de solteiro ou como concubino. Hebe Mattos encontrou para o sudeste do Brasil, um percentual de 85% de inventariados casados ou viúvos, enquanto Sônia Souza detectou para Juiz de Fora um percentual de 96%. Porém, mesmo as uniões não legalizadas pela Igreja, proporcionavam sobrevivência e estabilidade como bem confirma Sheila de Castro Faria: (...) *era a constituição de uma família o princípio básico de funcionamento de unidades em zonas agrárias. Casamentos e recasamentos legais orientavam a estabilidade. Dificilmente um homem ou uma mulher sozinha poderia sobreviver na zona rural. Buscar estabilidade do matrimônio era solução priorizada(...)*<sup>408</sup>. Apesar do percentual de casados ou viúvos representar 87%, até mesmo os inventariados solteiros possuíam filhos, e em apenas um inventário de um indivíduo solteiro não é informada a presença de filhos, deixando como herdeira sua afilhada. Portanto, todos os casados ou viúvos possuíam filhos e tomando como base tanto casados como solteiros praticamente todos os inventariados possuíam filhos. Entre aqueles que tinham prole, 61,10% possuíam menos de cinco filhos, enquanto 38,90% deles tinham mais de cinco. Apesar desta diferença, no geral, os números apontam para uma média de 5,22 filhos, o que significa um considerável número.

---

<sup>408</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia Brasileira: Economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997, p. 134.

As listas nominativas também apontam uma tendência ao casamento e um alto número de domicílios chefiados por casados e viúvos.

Freguesia	Casados		Viúvos		Solteiros		S/ informação		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Manja-Léguas</b>	34	01	03	06	09	05	-	-	46	12
<b>São José do Xopotó</b>	44	-	04	06	09	03	03	01	60	10

Fonte: Listas nominativas de Manja-Léguas e São José do Xopotó

Os dados retirados das listas confirmam o significativo índice de pessoas que estavam casadas ou foram casadas em algum momento. Nos dois distritos analisados, 76,56% das pessoas correspondem ao estado de casado ou viúvo(a). Não considerando, portanto, o número de agregados casados que poderiam existir nos domicílios. Alguns dados, no entanto, merecem atenção, como a presença de mulheres e viúvas como chefes de domicílio. Encontramos apenas um caso em que a mulher casada comanda o seu domicílio. Os domicílios sob o domínio de mulheres solteiras representavam 6,25%, enquanto aqueles sob o domínio de viúvas correspondiam a 9,38%. Podemos perceber que as mulheres viúvas chefiando domicílios superaram os homens na mesma condição, que representavam 5,47%. Já os homens solteiros superaram as mulheres nesta condição, e significaram 14,06%. Podemos então concluir pelos dados apresentados que as mulheres procuram um casamento mais precoce, porém quando ficavam viúvas, mantinham ao menos por um tempo maior este estado, enquanto os homens buscavam bem mais rapidamente um novo casamento, principalmente se possuíam filhos pequenos. Um bom exemplo é o de Manoel Gomes Sande, que se casou com Ana Francisca Teixeira em 1785, esta faleceu em 1798 e no ano de 1801, ele abriu processo matrimonial para se casar com Liberata Vitória Francisca, ou seja, buscou reconstruir sua família.<sup>409</sup> Os próprios inventários demonstram que entre os inventariados informados como viúvos 66,67% eram mulheres.

<sup>409</sup> AEAM – Processos Matrimoniais – nº 118140 – Arm. 47 – Pasta 11815 - nº 6562 – Arm. 6 – Pasta 657



O casamento além de sua importância econômica e social apresentava-se em certos casos como uma questão de necessidade, até mesmo do ponto de vista moral. Os processos matrimoniais podem nos fornecer alguns exemplos muito interessantes, como o de Joaquim Soares Ribeiro, 27 anos, natural de Guarapiranga e Tereza Maria de Jesus, 21 anos, também natural de Guarapiranga, parda forra. Ao abrir o processo em 1790, os contraentes precisavam ser dispensado do segundo grau de afinidade por cópula ilícita, pois, o noivo havia mantido relações sexuais com Antonia Cardoza, tia da noiva, o que gerava o impedimento. Para agravar a situação, a noiva Tereza Maria de Jesus se achava grávida, e segundo o noivo, ambos os erros foram cometidos por “fragilidade da alma”. Ao pedir dispensa, os contraentes afirmam que: *a oradora é tão pobre que não tem condições de se manter, e vive em companhia de seus pais, e não casando como o orador que também é tão pobre que nem um negro tem de seu ficar exposta a todos aqueles perigos a que se arrisca uma mulher solteira.*<sup>410</sup> Vemos, portanto, que o casamento era uma estratégia tanto moral, como condição de sobrevivência, pois, além de amenizar a situação da mulher frente a sociedade, permitiria a busca por uma condição de vida melhor. E pelo inventário de Thereza Maria de Jesus<sup>411</sup>, aberto em 1810, percebemos que a situação do casal era relativamente boa, pois, estes aparecem com cinco filhos, com idades entre 2 e 20 anos, e um monte-mor de 916\$650, distribuído entre bens móveis avaliados em 9\$700, instrumentos de trabalho que valiam 9\$150, um sítio com casas de vivenda coberta de telha, moinho, monjolo coberto de capim no valor de 240\$000, 80 alqueires de milho no paiol, 8 alqueires de feijão, 20 cabeças de porcos e cinco escravos sendo um deles de 80 anos. Possuíam inclusive dívidas ativas que somavam 114\$400.

Não podemos afirmar que simplesmente em função do casamento, a vida do casal dera este salto, uma vez que o argumento de pobreza era comumente usado nos processos matrimoniais como forma de conseguir a dispensa de algum impedimento, mas certamente podemos afirmar que a vida em família seria um dos fatores de sucesso. No entanto, também podemos confirmar através deste processo matrimonial, que uniões mesmo não legalizadas eram fundamentais para a sobrevivência destes camponeses. O processo fora aberto em 1790 e só foi concluído em 1807 depois de cumpridas as penitências quando então o casamento foi realizado. Até então o casal vivera junto ilicitamente. Ao mesmo tempo demonstra o interesse pelo

<sup>410</sup> AEAM – n° 4555 – Arm.4 – Pasta 456

<sup>411</sup> ACSM – Cód. 136 – Auto 2741 – 2° Ofício

casamento legalizado e a benção da Igreja, provavelmente indicando uma busca pelo maior reconhecimento social daquela unidade familiar.

Outra questão que podemos destacar neste processo de Joaquim Soares Ribeiro é o fato de que a pobreza não impedia o casamento. Estes indivíduos menos privilegiados procuravam de alguma maneira conseguir matrimônio, mesmo que não pudessem arcar com as despesas. Uma das penitências aplicadas a Joaquim Soares Ribeiro e sua noiva foi o pagamento de 20 oitavas de esmola. Argumentando serem “pobres”, recorriam à piedade para dispensá-los, porém não tiveram o pedido aceito. Com o passar do tempo recorreram novamente afirmando que: *com relação às despesas, os suplicantes informam que chegaram com elas até onde puderam, decorrendo assim mais de sete anos sem que tenham podido concluir pela sua indigência os seus papéis e pedem dispensa do pagamento.* Desta vez o pedido acabou sendo aceito.

Outro exemplo deste tipo de situação é o processo matrimonial de Antonio Rabelo Lobo e Roza Ferreira de Jesus, que afirmaram *não ter condições de arcar com despesa da viagem do escrivão para tomar seu depoimento, pede que este seja tirado pelo próprio pároco.*<sup>412</sup> Pela significativa diferença de idade entre os noivos, ele de 56 e ela de 18 anos, podemos supor que o casamento poderia ter sido um arranjo entre o noivo e a família da noiva, ou seja, para ele natural do Bispado de Braga, era uma forma de casar e constituir família, enquanto para a família da noiva, natural de Guarapiranga, este poderia ser um bom negócio.

Além das implicações econômicas, sociais, morais, da estabilidade e possibilidade de uma vida melhor, a família como destaca Sônia Souza, é o lócus privilegiado de relações de tensões, de solidariedade e reciprocidade. Segundo esta autora, estes laços:

*(...) eram importantes para a manutenção da família enquanto um grupo social. Desta forma, antes de possibilitar maiores níveis de prosperidade, a formação de laços familiares estáveis era uma das formas de garantir a sobrevivência do camponês ao longo do tempo (...) Há que se ressaltar que solidariedade e conflito não são excludentes, pelo contrário, estavam presentes no cotidiano camponês e se complementavam.*<sup>413</sup>

Através dos testemunhos presentes em alguns documentos podemos entender melhor como se davam estas relações de solidariedade em que depoimentos poderiam contribuir e auxiliar o suplicante, ou depoimentos e situações em que os próprios familiares prejudicavam ou

<sup>412</sup> AEAM n° .80.763 – Arm. 33 – Pasta 8077

<sup>413</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade...estratégias de sobrevivência camponesas no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Niterói: ICHF/UFF, 2003. (Tese de Doutorado) p. 245-246.

complicavam a situação de seus parentes. No processo matrimonial aberto por João Manoel Gonçalves, 28 anos e Ana Cleto Roza da Silva, 18, encontramos um depoimento que favorecia o noivo. João Manoel era natural da freguesia de São Pedro de Cerva, Arcebispado de Braga, e para se casar precisaria apresentar dentro de dois anos sua certidão de banhos e batismo, além de testemunhas que confirmassem a inexistência de impedimentos. O depoimento de seu tio Miguel José Machado de 66 anos, viúvo e também natural da freguesia de São Pedro de Cerva, foi de extrema importância, pois, este afirmou que: *o noivo veio de Portugal e ficara em sua casa trazendo carta em que lhe assegurava não possuir impedimento algum.*<sup>414</sup> O depoimento foi fundamental para o noivo, pois, confirmou sua versão.

Outro exemplo em que podemos perceber a solidariedade familiar aconteceu com João da Silva Andrade<sup>415</sup>, que em 1803 buscava se emancipar para que formalmente tivesse acesso à legítima de seus falecidos pais. Para isto ele precisava comprovar a legitimidade de sua filiação e a maioridade, ou seja, mais de 25 anos, fatos que seriam comprovados com documentos e testemunhas. Um dos depoimentos foi o de Antonio Gonçalves Maciel de 61 anos, que vivia de sua roça e era irmão inteiro do justificante que confirmou o que dizia seu irmão que, emancipado recebeu a legítima e os rendimentos da mesma. Ao analisarmos o inventário de João da Silva Andrade<sup>416</sup>, confirmamos o recebimento da legítima paterna e materna e também a legítima que ficara para sua irmã Joana, que faleceu sem descendentes. Portanto, as relações de solidariedade estavam presentes no âmbito familiar, e sempre que necessário e possível recorria-se aos parentes mais próximos, com o intuito de obter apoio.

Porém as relações de conflito e tensões também marcavam algumas famílias, o que provocava alguns problemas. Recorreremos novamente ao riquíssimo processo matrimonial de Thereza Maria de Jesus, em que as testemunhas foram convocadas com o intuito de averiguar a situação ilícita em que vivia com seu noivo. Todas as testemunhas confirmaram esta situação, entre eles, Vicente Alves Pereira, que em seu depoimento disse não conhecer a noiva, *mas ouviu algumas informações pelo pai dela*, ou seja, o pai confirmou a situação ilícita de sua filha e possivelmente não a aceitava, o que poderia provocar algum tipo de atrito entre eles. Outro caso interessante e já mencionado anteriormente é de Bebiana Marques Ferreira, que foi casada com

---

<sup>414</sup> AEAM – N° 3853 – Arm. 4 – Pasta 386

<sup>415</sup> ACSM – Justificações - Cód. 132 – Auto 6573 – 1° Ofício

<sup>416</sup> ACSM – Cód. 47 – Auto 1052 – 2° Ofício

Patrício Barrozo Pereira, que em função do falecimento de sua mulher, fugiu deixando seus três filhos sob tutela de seu tio e inventariante da falecida.

Ao analisar as principais características das alianças matrimoniais em Juiz de Fora, Sônia Souza encontrou através dos registros de casamentos civis realizados a partir de 1889 para sua região, a inexistência de uma endogamia consanguínea camponesa, pelo menos se comparada à elite. Para esta autora o acesso a terra, seria um dos fatores, pois, o tamanho reduzido das unidades fazia com que os filhos procurassem casamentos fora do âmbito familiar<sup>417</sup>. Através dos processos matrimoniais não detectamos em Guarapiranga nenhum impedimento por consanguinidade. Os casamentos endogâmicos era uma das estratégias matrimoniais utilizadas pela elite agrária açucareira e cafeeira, que buscava não somente preservar, mas também concentrar e multiplicar suas fortunas. Mônica Ribeiro de Oliveira encontrou para Juiz de Fora, com base no grupo das famílias mais afortunadas, uma significativa endogamia, ou seja, os membros destas famílias procuravam através destes arranjos matrimoniais, concentrar suas fortunas.<sup>418</sup> Ao estudar a elite agrária do oeste paulista entre os finais dos séculos XVIII e meados do século XIX, Carlos Bacellar também encontrou um alto índice de casamentos endogâmicos, predominando o casamento entre primos e primas.<sup>419</sup>

Ao trabalhar a questão geográfica, Sônia Souza informa que:

*No caso dos camponeses que estudo, acredito que o número significativo de noivos forasteiros, em comparação com as noivas de mesma condição, reflete a exogamia consanguínea então verificada em suas estratégias matrimoniais (...) provavelmente, a migração dos noivos para a região visava a uma parcela de terras onde pudessem constituir família.<sup>420</sup>*

Com relação aos camponeses em Guarapiranga, podemos através da naturalidade dos noivos, informada nos processos matrimoniais, perceber esta exogamia geográfica e conseqüentemente consanguínea. Através desta documentação detectamos que 52,63% dos noivos eram naturais de Portugal, 21,05% de outras localidades próximas a Guarapiranga, 5,26% de outras províncias e 21,05 nascidos na freguesia de Guarapiranga. Já com relação às mulheres, 70% delas eram naturais de Guarapiranga, enquanto 30% eram de outras localidades próximas à

<sup>417</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p. 255

<sup>418</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc, Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. Ver especialmente o capítulo 3.

<sup>419</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema de sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997, p.257.

<sup>420</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* 258

freguesia. Estes dados refletem, portanto, o predomínio de exogamia camponesa, pois, 78,95% dos noivos eram forasteiros, predominando entre estes os portugueses. É possível que o número de camponeses nascidos em Guarapiranga fosse maior no conjunto desta população já que rastreamos somente os nomes daqueles camponeses identificados a partir dos inventários, o que não era comum a grande parte da população.

Vemos também que a migração para uma área abundante em terras era uma alternativa para muitos homens que buscavam uma condição de vida melhor, pois certamente onde nasceram as oportunidades seriam restritas. Já em relação às mulheres, podemos perceber a forte fixação na região de origem, sendo as forasteiras procedentes de regiões próximas a Guarapiranga, e quando migravam o faziam com toda a família. Os noivos forasteiros ao se casarem e constituírem família, na grande maioria dos casos passavam a residir no local de moradia da noiva. O casamento destes forasteiros, principalmente os portugueses com mulheres de famílias menos privilegiadas da sociedade local, pode ser um reflexo da endogamia que existia entre os grupos mais privilegiados, o que levava a esses arranjos, matrimoniais que acabavam por ser interessantes, tanto para os imigrantes que constituíam família e buscavam uma sociabilidade e estreitamento dos laços com os moradores, como para as mulheres, pois, ao conseguirem casamento, constituíam família e se livravam do estado de solteira, uma vez que a família era fundamental para se sobreviver no período colonial.

Além dos laços familiares, como parentesco ou até mesmo o compadrio, as relações sociais entre os camponeses envolviam laços de solidariedade e reciprocidade, marcados pela amizade e vizinhança. De acordo com Sônia Souza, *boa parte dos estudos que aborda o campesinato brasileiro estabelece as relações de solidariedade e reciprocidade como um dos principais elementos existentes no seu meio, sendo de vital importância para a sua sobrevivência.*<sup>421</sup> Lia Fukui ao estudar dois núcleos rurais marcados pela presença do que ela chama de *sitiantes tradicionais*, percebeu que o núcleo que havia abandonado as práticas de solidariedade e ajuda mútua se encontrava em vias de desagregação, ao contrário daquele que conservou tais práticas e que se encontrava totalmente estruturado. A solidariedade camponesa se faz presente em diferentes momentos da vida, como os festivos ou naqueles de doença e morte. Lia Fukui também destaca a importância do parentesco, compadrio e vizinhança, sendo que na região por ela estudada o apadrinhamento ocorria muito mais em função da situação de

---

<sup>421</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p.275

vizinhança do que pelo status econômico. A autora destaca inclusive os momentos de alegrias e tristezas, que eram importantes e proporcionavam além de encontros, a ocasião de prestações de serviços coletivos, tendo o velório inclusive a função de reafirmar a solidariedade familiar.<sup>422</sup> Além destas formas de solidariedade vários autores destacam a importância dos mutirões, organizados com a finalidade de realizar determinadas atividades que exigem uma força de trabalho mais intensa, como as épocas de plantio e colheita, além dos momentos de construção de benfeitorias, casas, etc.

Apesar da falta de documentos que nos possibilitem investigar mais a fundo as relações estabelecidas, os processos matrimoniais, assim como nos permitiu apreender as características das relações familiares, podem também nos dar mostras acerca das peculiaridades que permeavam as relações entre vizinhos e amigos, e da importância que os depoimentos possuíam no que se refere a confirmação do que depunham os noivos. Encontramos no processo matrimonial de Manoel Gomes Sande e Ana Francisca Teixeira<sup>423</sup>, um depoimento do vizinho do noivo. Este era natural de Portugal e se dizia ser solteiro, sem impedimento para se casar. Sua versão foi confirmada por Manoel José, que dizia conhecer o noivo e ser verdadeiro o que ele falava, pelo fato de ter sido seu vizinho em sua pátria. Já no processo de Antonio José de Abreu e Úrsula Maria de São José, no depoimento de Agostinho Antonio de Azevedo ele afirmava que *conhecia o noivo de Portugal na companhia de seu padrinho Antonio de Abreu aprendendo a ler e que por várias vezes viu Antonio Abreu tratar o noivo por afilhado, e veio primeiro que ele testemunha para esta terra.* Outra testemunha Domingos Carvalho de Almeida, estudante, afirmava conhecer *o noivo e seus pais de Portugal, pois, veio com ele no mesmo navio da cidade do Porto.*<sup>424</sup> Porém, através destes exemplos, podemos destacar a possibilidade de solidariedade e as redes estabelecidas, que permitiam a vizinhos se ampararem e se deslocarem para uma mesma região, no caso Guarapiranga. Estas redes de amizade e parentesco estabelecidas entre indivíduos naturais de uma mesma localidade, acabaram por permitir o constante deslocamento de novos contingentes de portugueses que se dirigiram para o Brasil até mesmo no século XIX, que vinham em busca de melhores condições de vida e para isto contavam com a solidariedade de seus conterrâneos que já haviam se fixado na nova terra .

---

<sup>422</sup> FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e Bairro Rural: Parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Ática, 1979, p. 177-190 e 199-203 e

<sup>423</sup> AEAM – N° 6562 – Arm. 6 – Pasta 657

<sup>424</sup> AEAM – N° 717 – Arm. 01 - Pasta 72

Outros exemplos mostram a importância das relações de amizade, constatada no depoimento de testemunhas convocadas para confirmar a versão dos noivos. No processo matrimonial aberto por Antonio Teixeira de Carvalho e Ana Dorotea da Conceição<sup>425</sup>, encontramos o depoimento de Manoel Pinto Ribeiro e Antonio Coelho de Magalhães, que testemunharam em favor do noivo e ambos afirmaram conhecê-lo durante a viagem para as Minas. Outro processo interessante é o de Luís Lucas Valadão e Maria Vieira do Sacramento, pois, a noiva precisava confirmar que era forra. Ela nasceu em Mariana e ambos moravam em Guarapiranga, e como a noiva não apresentou sua carta de alforria, as testemunhas confirmaram sua condição de forra. Os depoentes foram o Alcaide Antonio Lopes Barrozo e João da Cunha Pacheco, sendo que este último confirmou a condição da noiva, pois quando esta nascera sua mãe já era alforriada.<sup>426</sup>

A relação de vizinhança e amizade proporcionava também o acesso de “estranhos” à vida privada de seus vizinhos e a possibilidade de tensões. Para demonstrar este fato recorreremos novamente ao processo matrimonial de Joaquim Soares Ribeiro e Thereza Maria de Jesus, que eram pardos forros. Em seu processo, como vimos, havia o impedimento em função de afinidade por cópula ilícita, e uma das testemunhas confirma esta situação ao informar ser verdade em função de *morar próximo à família da noiva*.<sup>427</sup> Por morar próximo à família da noiva, Antonio Gonçalves Fontes sabia da intimidade da vida da dita Thereza Maria de Jesus, proximidade esta que poderia em alguns casos gerar conflitos. Sônia Souza ao analisar, algumas estratégias camponesas, especialmente aquelas que marcavam as relações de solidariedade, confirma também a presença de tensões e conflitos e afirma que: *certamente, tanto elementos de tensões quanto os de solidariedade estiveram presentes nas relações sociais mantidas pelos camponeses, mas os últimos podem ser considerados como decisivos para que pudessem enfrentar as dificuldades (...)*.<sup>428</sup>

Portanto, assim como Sônia Souza, destacamos a importância das relações familiares e entre vizinhos e amigos, relações de solidariedade e reciprocidade que assumiam papel fundamental na vida destes homens e mulheres desprivilegiados na sociedade. Tinham, apesar das tensões que poderiam surgir, um caráter de auxílio, e de segurança, que constituía estes indivíduos enquanto grupo e moldavam o seu círculo social.

<sup>425</sup> AEAM – Nº 1249 – Arm. 01 – Pasta 125

<sup>426</sup> AEAM – Nº 5972 – Arm. 05 – Pasta 598

<sup>427</sup> AEAM – Nº 4555 – Arm. 04 – Pasta 456

<sup>428</sup> SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.*

Ao trabalhar as relações entre homens livres durante o século XIX, Hebe Mattos chama atenção para a necessidade de se entender a fluidez que estas relações apresentavam, pois, como fala Valter Martins, *grandes e pequenos ou ricos e pobres, precisavam relacionar-se para terem certas necessidades satisfeitas*.<sup>429</sup> Estes autores confirmam, portanto, a existência e até mesmo a necessidade das relações entre pobres e ricos. Buscaremos então compreender, em função do que dispomos em nossa documentação, estas relações envolvendo os camponeses, ressaltando o caráter superficial e experimental desta análise.

Detectamos para os camponeses um pequeno número de testamentos, mas que nos permitem algumas considerações. Através deste documento uma questão fundamental para se entender a sociabilidade camponesa se faz presente, que é a participação em ordens e irmandades. Antonio Teixeira de Carvalho<sup>430</sup> era casado com Ana Dorotea da Conceição e natural da freguesia de Freixo de Cima, Arcebispado de Braga, enquanto ela era do Sumidouro. Este se encaixa naqueles casos que tratamos como especiais, ou seja, camponeses que possuíam mais de cinco escravos e que as condições de seu plantel não lhe permitia uma produção escravista. Tinha oito filhos, apenas uma casada, sendo quatro acima dos 14 anos e três abaixo dos 12 anos de idade. Possuía uma fazenda no valor de 300\$000, algumas ferramentas e bens móveis bem simples, e seu monte-mor somava 757\$950. Ao analisarmos seu testamento, em que deixa como herdeiros seus filhos e esposa, que foram também seus testamenteiros, este declara ser irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, que era uma importante ordem estabelecida na cidade de Mariana.<sup>431</sup> Antonio Teixeira de Carvalho aparece também nos registros de doação de sesmaria, e no ano de 1773, ele requer a confirmação das confrontações de sua sesmaria, para que ele tome posse das ditas terras, e que se não ocorresse tomaria posse a sua revelia.<sup>432</sup> Esta sesmaria possivelmente corresponderia ao local onde estabeleceu sua fazenda.

O caso de João Manoel Gonçalves, natural da freguesia de São Pedro de Serva, Bispado de Braga, casado com Ana Cleto Rosa da Silva natural de Guarapiranga, também apresentava as mesmas características. Estes possuíam três filhos e cinco escravos, sendo um de 16 anos, outro de 15, uma escrava de quatro anos, outro de dois anos e um escravo de 20 dias. Possuía uma fazenda no valor de 400\$000, que foi vendida e dos quais já recebera 100\$000. Possuía bens

---

<sup>429</sup> MARTINS, Valter. *Nem Senhores, Nem Escravos: Os pequenos agricultores em Campinas 1800-1850*. Campinas: área de Publicação CMU/UNICAMP, 1996, p.54

<sup>430</sup> ACSM – Cód. 17 – Auto 494 – 1º Ofício

<sup>431</sup> ACSM – Livro 43 Fls. 99v – 1º Ofício

<sup>432</sup> ACSM – Sesmaria – Cx.5 Auto 144 – 2º Ofício



móveis um pouco mais sofisticados como lençóis de linho e esporas de prata e um monte de 805\$200. Em seu testamento declara ser irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que existia na freguesia de Guarapiranga e também da Ordem Terceira do Carmo, pois, pede que seu corpo, que foi enterrado dentro da matriz de Guarapiranga, fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Carmo <sup>433</sup>.

O caso de Ana Veloza do Espírito Santo é também interessante. Em seu inventário aparece como solteira e mãe de seis filhas, sem escravos, dona de sete datas minerais no valor de 6\$000, e um sítio com seu rancho coberto de capim no valor de 100\$000. Em seu testamento, deixava como herdeiras suas filhas e alforriava três sobrinhos, com a condição de pagarem a parte que lhes couber por dívidas de seu senhor. Apesar de sua condição de forra declara em seu testamento que quer *ser enterrada dentro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga acompanhada pelo reverendo e meu testamenteiro mandará deter por minha alma seis missas em altar privilegiado de esmola de seiscentos reis.* <sup>434</sup>. A possibilidade de ser enterrada dentro da matriz de Guarapiranga pode ser explicada pelo fato de que a dita testadora era testamenteira e herdeira de seu senhor, Silvestre Vellozo de Barros. Apesar dela ser considerada solteira em ambos documentos, é possível que este senhor fosse o pai das filhas de Ana Veloza. A relação que manteve com seu senhor lhe possibilitou este privilégio, e até mesmo no momento do funeral esta procurou sua afirmação na sociedade, sendo enterrada na matriz, acompanhada pelo reverendo, sacerdotes e doando esmolas.

Um exemplo que também pode nos auxiliar na compreensão desta relação entre diferentes grupos sociais é a questão das dívidas. O caso de uma dívida passiva presente no inventário de Joana de Sena dos Santos <sup>435</sup> é bastante revelador. Esta aparecia como solteira mãe de duas filhas naturais, Ana Joaquina de 19 e Maria de 18 anos, ambas solteiras. Era proprietária de um sítio com terras de planta e matos com demais pertences, avaliado em 84\$500, possuía ainda dois escravos, Maria crioula de 14 anos e João crioulo que foi comprado do Capitão José Agostinho de Sena no valor de 60\$000, e que era o motivo da dívida. A documentação não deixa claro, mas a relação entre Joana de Sena e José Agostinho de Sena, poderia passar de meramente econômica, e poderia envolver parentesco, pois somado seu monte, este atingia 104\$500, e ela assumira uma dívida de 60\$000. Entretanto, não tive a oportunidade de trabalhar com o inventário do Capitão, e

---

<sup>433</sup> ACSM – Cód. 66 – Auto 1420 – 1º Ofício

<sup>434</sup> ACSM – Cód 213 – Auto 4017 – 1º Ofício

<sup>435</sup> ACSM – Cód. 49 – Auto 1102 – 2º Ofício

assim analisar detalhadamente sua condição sócio-econômica, mas provavelmente não seria tão desprivilegiada, pelo fato de possuir tal patente. Outro caso, mas que infelizmente não foi possível identificar o motivo da dívida é o de João da Silva Andrade, também solteiro, sem filhos e que deixou como herdeira sua afilhada Joana Angélica. Possuía um monte-mor no valo de 437\$000, sendo que neste constava um crédito que lhe devia o Capitão Antonio Carlos de Araújo Vilaça que foi seu inventariante, no valor de 56\$964.<sup>436</sup> Constatamos as mesmas circunstâncias do exemplo anterior, em que um Capitão, além de ser devedor do falecido, foi também seu inventariante, ou seja, o inventariado apesar de não apresentar uma condição de vida tão privilegiada, mantinha relações com um indivíduo de considerável posição.

Apesar da escassa documentação que tivemos a oportunidade de trabalhar, foi possível perceber algumas diferentes formas de relações entre os camponeses e outros indivíduos mais privilegiados da sociedade, seja através das relações de crédito, ou da participação em ordens e irmandades que garantiam a alguns destes indivíduos certos privilégios sociais, como um funeral mais destacado e até mesmo a possibilidade de ser enterrado dentro da matriz, com missas em altar privilegiado, além é claro dos benefícios em vida que estas relações e proximidade com indivíduos de posição social superior proporcionavam. Infelizmente, não foi possível neste momento realizar um trabalho mais aprofundado acerca desta questão, em função da falta de uma massa documental mais significativa. Porém futuramente este exercício será realizado com maior afinco, proporcionando assim uma inserção nestas redes clientelares que promoviam uma relação de dependência e até submissão, mas que em determinados momentos traria benefícios a estes camponeses.

#### **4.2 – Trajetórias familiares: mesma família, diferentes destinos.**

Antes de iniciarmos o trabalho empírico que nos permitirá visualizar a trajetória de algumas famílias camponesas, é necessário que apresentemos uma discussão teórica e conceitual acerca da metodologia utilizada, a micro-história. E para entendermos o surgimento deste método de pesquisa, é de suma importância que se proceda inicialmente, a uma discussão, mesmo que de forma geral, a respeito da "História Social". Identificar seus avanços e transformações,

---

<sup>436</sup> ACSM – Co. 47 – Auto 1052 – 2º Ofício

esclarecendo assim, um pouco mais sobre a amplitude deste universo de análise social, também identificando a contribuição desta forma de análise histórica para o trabalho em questão.

Como bem lembra Hebe Castro,<sup>437</sup> é quase impossível se escrever sobre História Social, escapando à necessária referência ao movimento dos *Annales*, com todas suas significações e ambigüidades. De acordo com a autora, este movimento, fundado por Bloch e Febvre, surge como resposta a uma historiografia factualista, centrada nos grandes acontecimentos. Contra este modelo *propunham uma história problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais Ciências Humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico.*<sup>438</sup>

Assim surge a História Social, marcada pela interdisciplinaridade, novos problemas, métodos e abordagens. Em oposição à história tradicional, ela surge como uma espécie de síntese, reafirmando o princípio de que em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. No entanto, desde 1930, esta História Social inspirada pelos *Annales*, se desenvolvia a partir de uma prática historiográfica que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os individuais, e o ponto de maior polêmica, o privilégio dado às tendências de longo prazo sobre os eventos. Assim, predominava a longa duração como forma de explicação histórica, ou seja, uma história estruturante, uma história imóvel.

O principal representante desta "História de Longa Duração" foi Fernand Braudel, e segundo Michel Volvele:

*No campo histórico, ele se afirmava pelo menos por referência a um passado para nós quase longínquo, o da História historicizante ou episódica, a mesma que os primeiros líderes da Escola do Annales eliminaram completamente, e que ele estigmatizava como o acontecimento explosivo, notícia sonante... cuja fumaça abusiva, penetra a consciência dos contemporâneos... O acontecimento tornou-se para ele em sua última expressão, o tempo curto, a mais caprichosa e mais enganadora das durações.*<sup>439</sup>

Segundo Jacques Revel, esta história considerava que as evoluções maciças, eram as únicas capazes de desvendar os sentidos das transformações das sociedades humanas através do

<sup>437</sup> CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>438</sup> *Idem*. p. 45

<sup>439</sup> VOLVELE; Michel. A longa duração. In: *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.260

tempo<sup>440</sup>. Para Natalie Zemon Davis este seria o modelo de história social clássica, que mantinha estreitos vínculos principalmente com a economia. De acordo com a autora, esta visão clássica: *se interesa por los grupos - en especial, aunque no de manera exclusiva, por las clases sociales - por su definicion, creacion y relaciones.*<sup>441</sup>

A partir dos anos 60, no auge das abordagens estruturalistas, a história social recolocava como questão, o papel da ação humana na história e o problema das durações. No momento em que se passa a formular como problema o comportamento humano, o tempo de experiência e do vivido (conjunturas) se impunha aos pesquisadores: *Esta postura leva o historiador a privilegiar durações mais curtas, em relação às abordagens econômicas, demográficas ou das mentalidades, sem que estas deixassem de compor-lhes um campo de referência.*<sup>442</sup> Como lembra Adeline Daumard, o tempo na história social não deve ser muito longo, *deve ser um tempo biológico com uma duração máxima de três gerações, pois, cada indivíduo se beneficia com a experiência de seus pais e participa da de seus filhos.*<sup>443</sup>

Natalie Zemon Davis designaria este “movimento” como Nova História Social, pois, segundo esta autora: *El Estado, nacion o el Imperio pueden servile de marco pero com frecuencia prefiere una unidade local, una história ou um drama particularizado*<sup>444</sup>. Para esta autora, além do privilégio dado ao tempo curto, outra característica que marca essa nova análise do social, e que mais uma vez a diferencia daquela mais clássica, é sua aproximação com a antropologia, onde os critérios culturais acabam por modelar os processos sociais. Para Hebe Castro, *esta aproximação com a antropologia levaria a história social, em sentido estrito, a privilegiar progressivamente abordagens socioculturais sobre os enfoques econômico-sociais até então predominantes*<sup>445</sup>. Assim esta aproximação privilegiaria o cultural, como fator que forma o social, além de conduzir esta abordagem histórica do social a temas como, comportamento social, vivência cultural, experiência, estratégias sociais, etc. Esta postura vai ao encontro da perspectiva de Geertz, para quem a cultura determina tudo, onde toda a ação humana é culturalmente informada para que se possa fazer sentido num determinado contexto social.

<sup>440</sup> REVEL, Jacques. História ao Rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>441</sup> DAVIS, Natalie Zemon. Las Formas de Historia Social. In: *História Social*, n.10, primavera-verano, 1991

<sup>442</sup> CASTRO, Hebe. *Op. Cit.* 1997, p.49

<sup>443</sup> DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p.49.

<sup>444</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Op. Cit.* P.178.

<sup>445</sup> CASTRO, Hebe. *Op. Cit.* 1997, p.50

A partir da relação entre estas duas disciplinas, surgem diferentes tipos de aproximação com a antropologia. Entre outras, uma das mais ricas e interessantes forjou-se a partir da tradição marxista britânica, a *história vista de baixo*, da qual E. Thompson, é o principal expoente. Esta visão colocava as noções de experiência e cultura no centro das análises sobre a ação social.

Portanto, a partir desta aproximação entre história e antropologia, Hebe Castro nos mostra que:

*Seria enganoso, entretanto, imaginar que a história social se tenha desenvolvido nas últimas décadas de modo harmônico e homogêneo. A ênfase na cultura, uma relativa redução de escala de análise e a predominância de perspectivas antropológicas em relação às tendências sociologizantes do período anterior são características comuns que camuflam debates e uma imensa diversidade de objetos e abordagens.*<sup>446</sup>

Segundo Revel, no final dos anos 70, um dos primeiros a oferecer um diagnóstico pessimista sobre o trabalho dos historiadores de sua geração, foi Lawrence Stone, que convidava a refletir sobre o momento que a historiografia atravessava. Todo esse mal-estar se assentava na incerteza dos historiadores com relação à capacidade de administrar a duração que pretendiam analisar. Assim, *as ambições diminuem, os discursos tornam-se mais modestos, pelo menos de imediato. Mas esse tempo de recuo aparente poderia ser o de uma reconstrução. A Micro-história deve ser compreendida como uma tentativa neste sentido.*<sup>447</sup>

Assim, a micro-história deve ser entendida como um sintoma, como uma resposta a uma situação de desconfiança com relação à História Social dominante, propondo uma reformulação de certas exigências e procedimentos. Como afirma Levi *a micro-história é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes*<sup>448</sup>. Segundo Hebe Castro, a redução de escala de abordagem se tornou comum à maioria das recentes pesquisas em história social<sup>449</sup>. Para Giovanni Levi, a redução de escala de análise, *representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização.*<sup>450</sup>

---

<sup>446</sup> *Idem.* p.51

<sup>447</sup> REVEL, Jacques. *Op. Cit.* p.15

<sup>448</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas* São Paulo: UNESP, 1992, p.135

<sup>449</sup> CASTRO, Hebe. *Op. Cit.* 1997, p.53

<sup>450</sup> LEVI, Giovanni. *Op. Cit.* 1992, p.138.

Assim, a micro-história não procura renunciar à história social, mas sim reconsiderá-la e dinamizá-la. Ela nos permite um enriquecimento da análise social, complexificando-a ao levar em conta aspectos inesperados. Como salienta Levi, o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica se baseia na crença de que a análise microscópica revelará fatores previamente não observados. Devemos, portanto, estudar o social, não como um objeto dotado de propriedades, mas como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação. *A micro-história tem demonstrado a fabilidade e a incoerência dos contextos sociais, como convencionalmente definidos.*<sup>451</sup> Ela procura ir além da interpretação, para tentar formular explicações históricas.

Porém, como toda análise historiográfica inovadora, a micro-história não poderia deixar de ser alvo de críticas e questionamentos acerca do seu alcance histórico. O ponto de maior polêmica, gira em torno da contribuição de uma análise pontual para o entendimento mais abrangente, o que ela teria de representativo, de que modo ajudaria a entender as grandes transformações históricas. A questão elaborada por Natalie Zemon Davis resume de maneira esplêndida toda essa desconfiança em torno da redução de escala: *La primera objecione: hasta que punto, es representativo vuestro valle, pueblo, mascara, masacre, molinero, impostor, exorcista o santo de los galgos?*<sup>452</sup>

Acredito que a maneira mais adequada para se responder esta questão, é procurar entender de forma mais aprofundada o conceito de micro-história para Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, ou seja, a forma como compreendem a relação "macro/micro", e de que maneira utilizam suas idéias dentro de seus trabalhos historiográficos<sup>453</sup>, e o que compartilham em comum a partir da forma que concebem esta metodologia.

Iniciemos este ponto da discussão pelas idéias de Giovanni Levi. Para o autor, a micro-história é uma prática que visa essencialmente a redução da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo intensivo do material documental.

*A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais.*

---

<sup>451</sup> *Idem.* p.157

<sup>452</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Op. Cit.* p.178

<sup>453</sup> LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. e GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

*Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.*<sup>454</sup>

Para Levi, portanto, o método da micro-história consiste principalmente na redução da escala de análise da investigação para em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão detalhada do enfoque de pesquisa e a escala ampliada do contexto social que lhe atribui sentido e que é enriquecido com as novidades provenientes da microanálise. Em seu artigo no livro "Jogos de Escalas", mais uma vez Giovanni Levi nos chama atenção para um ponto muito importante nesta questão do foco a ser utilizado, e nos dá indícios, de como o pesquisador deve proceder na escolha da melhor escala de análise. Nas palavras do autor:

*Não considero que todo problema histórico ganhe em ser tratado em nível microanalítico. De toda forma, o debate que há alguns anos pôs frente a frente os pesquisadores em torno da micro-história contribuiu para torná-los conscientes do fato de que escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver.*<sup>455</sup>

Ao procurar esclarecer de forma ainda mais convincente esta relação "macro/micro", Levi salienta que boa parte deste debate se assenta na necessidade de se compreender a complexidade de um problema por meio de generalizações baseadas em observações minuciosas, onde ao ampliarmos nosso olhar, desvendamos a multiplicidade dos elementos em jogo. Portanto, pelo que vimos até o momento, podemos perceber que ao realizarmos uma modificação da escala de análise, estaremos proporcionando uma leitura mais densa e rica, do que a de uma abordagem que privilegie somente um dos lados do foco de pesquisa.

Em entrevista a um historiador costarriquense, o historiador italiano teceu o seguinte comentário:

*Na micro-história a redução da escala se utiliza para compreender a história geral (...) Isto pode ser ilustrado se considerarmos de que maneira se usa o microscópio. Através dele podemos ver as coisas anteriormente não visíveis, mas que existiam (...) A micro-história procura analisar como funciona a sociedade na sua base e, através desses dados,*

<sup>454</sup> LEVI, Giovanni. Sobre Micro-História. *Op. Cit.* p. 158

<sup>455</sup> LEVI, Giovanni . Comportamentos, recursos, processos antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.203

*generalizar conclusões com o intuito de gerar perguntas e respostas capazes de serem comparáveis, em outros contextos (...) Ao perceber o micróbio, é possível generalizar e entender a doença.*<sup>456</sup>

Com relação ao segundo autor, Carlo Ginzburg, a noção de micro-história apresenta algumas peculiaridades. Apesar, de assim como Levi, ser um dos responsáveis pelo nascimento do projeto micro-histórico, diferentemente de seu companheiro, Ginzburg é um historiador da cultura, o que implica em determinadas particularidades em sua maneira de usufruir desta metodologia. Como para os demais historiadores citados, para Ginzburg, a micro-história surge em função das dúvidas crescentes sobre a validade de determinados processos macro-históricos de análise do social. Entretanto, a redução de escala proposta por Ginzburg, visava uma nova leitura do social, uma vez que, a história social dominante, não suportava mais seu próprio peso, pelo fato de refletir sobre agregados anônimos durante um longo período, não levando em conta o indivíduo.

Segundo Ginzburg, um dos sintomas, e ao mesmo tempo, instrumento desta consciência é a relação cada vez mais estreita entre história e antropologia. No entanto, esta relação é carregada de obstáculos, como diz o autor, sendo o primeiro deles, a diversidade da documentação utilizada por ambas as disciplinas. O antropólogo, em função do trabalho de campo, possui uma enorme complexidade de relações sociais que podem ser reconstituídas, e que contrasta com a unilateralidade dos arquivos com que o historiador trabalha. Esta divisão arquivística implica conseqüentemente em uma fragmentação das fontes utilizadas pelo historiador em função do objetivo a que está direcionado. Assim, corre-se o risco de perder a complexidade das relações, que ligam um indivíduo a determinada sociedade. Porém, Ginzburg levanta a alternativa para a solução deste impasse, segundo o autor:

*Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro, em todas as sociedades conhecidas: o nome.*<sup>457</sup>

<sup>456</sup> Entrevista de Juan Jose Marín a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2 - <http://historia.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm>.

<sup>457</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.173-174



Desse modo, Ginzburg propôs uma outra maneira de entender a história social, acompanhando o "nome" dos indivíduos ou dos grupos. Entretanto, é fundamental compreender "como" se dará esta nova abordagem do social, que privilegia a escolha individual. Para Ginzburg, *as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido.*<sup>458</sup> Portanto, o que Ginzburg propõe, é acompanhar o sujeito através do nome, nas suas múltiplas inserções sociais, na complexa rede de relações, no tecido social em que ele se insere.

De acordo com o comentário de Jacques Revel<sup>459</sup>, este seria, o modelo do antigo sonho de Ginzburg, de uma história vista de baixo. Uma análise micro-histórica que torna possível uma reconstituição do vivido, inacessível às outras abordagens, e que propõe por outro lado, identificar as estruturas invisíveis em que este vivido se articula, o que Ginzburg chama de uma análise bifronte. A partir destas investigações, Carlo Ginzburg propõe uma prosopografia vista de baixo. Ao contrário de Lawrence Stone, a proposta do autor italiano, é aliar a análise qualitativa de uma prosopografia elitista, à análise quantitativa de uma prosopografia das classes subalternas. Esta não é, portanto, uma tarefa fácil, porém, não é impossível de se realizar. Para tanto, é imprescindível conhecer a fundo as fontes e estar ciente de sua falta de padronização.

A resposta destes autores aos impasses colocados para a História Social mais clássica, o modo como concebem o modelo micro-histórico, e a maneira como o utilizam em seus trabalhos historiográficos, em muito inspira o desenvolvimento desta pesquisa. Dois livros, de forma especial, inspiraram o modo como se desenrolou nosso trabalho, obviamente que não com a mesma erudição de seus autores, e levando em conta os problemas que enfrentamos, principalmente com relação à documentação. Estes livros são os já citados: "*Herança Imaterial*" de Giovanni Levi e "*O queijo e os vermes*", de Carlo Ginzburg. Nestes textos os dois autores apresentam vários pontos em comum. Para os nossos propósitos o mais importante deles é a noção de redes. Giovanni Levi, através das condutas sociais dos habitantes do Vilarejo de Santena, identifica como se fundamentavam as estratégias utilizadas por estes, para se defenderem frente às várias situações de incerteza, especialmente quando trata da descrição das estratégias familiares, e do comportamento em relação à posse da terra. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg procura acompanhar um indivíduo, o moleiro Menocchio - que, no entanto, não era

---

<sup>458</sup> *Idem.* p.175

<sup>459</sup> JACQUES, Revel. História ao Rés-do-chão. *Op. Cit.* p.17

apenas mais um simples moleiro, pois possuía características que o tornavam "excepcional" -, desvendando seu cotidiano e suas idéias que o levaram a ser perseguido pela inquisição.

Embora com perspectivas distintas, os dois autores reconstroem exemplarmente os mecanismos de inserção social dos indivíduos que analisam e suas implicações para a compreensão de seus comportamentos. O primeiro procurou em seu livro, seguir a trajetória e reconstituir as estratégias de algumas famílias, enquanto o segundo, também através de intenso trabalho documental, procurou mapear e rastrear um indivíduo e suas inserções sociais.

Inspirados por estes autores, paralelamente a uma análise serial dos inventários *post-mortem*, procuraremos realizar também, um estudo pontual, rastreando e mapeando a trajetória de alguns indivíduos, através dos vestígios documentais que nos chegaram. Assim, ao desvendarmos as estratégias de solidariedade e reciprocidade a que algumas dessas famílias vieram a recorrer, poderemos identificar a permanência ou não de determinados comportamentos e, se com o avançar do tempo, a tendência era que ocorresse uma mudança positiva ou não das condições de vida de seus descendentes. Lembrando sempre que estas estratégias poderiam se dar, tanto dentro do grupo camponês, como também no interior das redes que poderiam interligar os camponeses a grupos mais privilegiados desta sociedade. Daí também a necessidade de um tempo relativamente curto, em função de uma análise que tem como ponto fulcral, o comportamento humano. Para Adeline Daumard a história social deve trabalhar com tempos mais curtos, no máximo três gerações, para que se possa compreender a lógica dos grupos sociais.

Porém, como já alertamos, em nossos arquivos, e com o segmento social com que trabalhamos, buscar o indivíduo pelo "nome" implica em problemas metodológicos, pois, na maioria das vezes, os filhos não recebiam os mesmos sobrenomes dos pais, o que dificultava na identificação de seus descendentes. Geralmente a transferência do sobrenome era uma estratégia utilizada pela elite, que procurava assim se constituir enquanto grupo, mas, mesmo entre a elite esta regra era muitas vezes ignorada.

Ao analisar a transmissão do nome de família, Carlos Bacellar<sup>460</sup>, confirma uma "não-normatização", como prática comum a toda a sociedade, ou seja, alerta para a inexistência de uma regra fixa para a adoção de nomes de família. Segundo o autor, mesmo entre os indivíduos da elite, não havia preocupação com a diferenciação dos indivíduos através do nome, como nos

---

<sup>460</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997 177-186. Ver especialmente o capítulo 11.

casos em que os filhos abandonam o último sobrenome herdado do pai ou da mãe, ou na despreocupação em fazer as mulheres adotarem o sobrenome do marido, e quando isto ocorria, segundo Bacellar, não passava de coincidência, ou consangüinidade próxima. Esta prática torna-se corrente a partir do momento em que estes indivíduos passaram a se julgar diferentes, “melhores” e tentam provar isto. O sobrenome ganha um valor diferenciador e passa a definir que este ou aquele indivíduo pertencia a um restrito círculo social, e também como forma de comprovar a filiação para fins de herança, patrimônio e outros privilégios. Ao concluir sua análise, Bacellar afirma que:

*(...) a transmissão do sobrenome era ainda prática recente em nossas famílias. Havia um interesse em legar aos filhos algum sobrenome dos pais, preferencialmente do pai, mas esta transmissão não era padronizada. Não havia preocupação em manter sobrenomes iguais para todos os filhos. Logo, não era possível se identificar irmãos pelo sobrenome, mas somente pela ascendência, e com alguma dificuldade. A forma do sobrenome dos filhos podia ser livremente modificada desde pela alteração da ordem dos sobrenomes, como pela inclusão ou exclusão de um sobrenome qualquer.<sup>461</sup>*

Portanto, como afirma Bacellar, a dificuldade em identificar descendentes e familiares apresentava-se até mesmo entre a elite, o que pode indicar problemas ainda maiores entre os indivíduos de grupos inferiores. No entanto, apesar dos obstáculos, rastreamos a trajetória de alguns membros de cinco famílias, identificando assim os diferentes rumos que os filhos e netos seguiram em suas vidas.

Uma família interessante é a de Manoel Martins Paiva<sup>462</sup>, casado com Clara Maria de Jesus. Ele era filho de Manoel Martins Paiva e Thereza Maria da Silveira e natural de Guarapiranga, enquanto sua esposa era filha de Bernardo Rodrigues do Espírito Santo e Ana Cardosa da Conceição, natural do Sumidouro. Conseguimos acompanhar a situação de alguns membros da família de Manoel Martins Paiva e perceber que ele não conseguiu ao longo de sua vida, alcançar uma condição cômoda e financeiramente tranqüila. Manoel nasceu no ano de 1768, casou-se aos 22 anos e veio a falecer precocemente aos 32 anos, em 1800. Teve cinco filhos, Manoel, Antonia, Mariana, Mariano e Maria, cujas idades variavam entre 3 e 14 anos no momento de seu falecimento. Ao descrever os bens que o casal possuía, sua viúva e inventariante informava que possuíam como bens móveis, quatro pratos de estanho, uma catana, uma

---

<sup>461</sup> *Idem* p. 184

<sup>462</sup> ACSM – Cód. 76 – Auto 1632 – 2º Ofício

espingarda, uma casaca, dois jalecos, calção e tudo valia 12\$600. Como instrumentos de trabalho, um machado, uma foice e uma enxada, que valiam 1\$500, uma roça com terras de planta e minerais, avaliada em 70\$000, duas éguas e duas vacas que valiam 15\$500. Estes bens somavam 99\$700, porém seu monte-mor declarado era de 299\$778, sendo que o restante dos bens aparecem no inventário como acréscimo que o falecido recebeu da legítima de seu pai, ou seja, quase 70% de seu patrimônio.

O pai de Manoel, também Manoel Martins Paiva<sup>463</sup>, faleceu quatro anos antes de seu filho, no ano de 1796, e pelo seu inventário podemos perceber claramente que este tinha uma vida bem mais tranqüila que seu filho. Além de Manoel, era ainda pai de mais nove filhos, possuía uma fortuna avaliada em 4:436\$965, que no momento da partilha foi dividida entre a viúva que ficou com 2:218\$452 e entre os filhos com 221\$845 para cada um. Entre seus bens podemos destacar uma quantidade considerável de bens móveis, avaliados em 83\$815, estando presentes colheres e pratos de prata, meias de seda, toalhas de mesa de Guimarães com cinco guardanapos, entre outros. Detectamos a presença de jóias de diamantes e ouro, e instrumentos de trabalho, como tear, uma roda de minerar avaliada em 120\$000. Possuíam um sítio que valia 2:200\$000, e uma criação de 21 porcos, além de dívidas ativas que somavam 269\$023, sendo ainda um significativo proprietário de escravos, no total de 18, que valiam 1:365\$000. Podemos perceber desde então que o pai Manoel Martins Paiva, não se encaixaria dentro do grupo camponês, como podemos perceber através de seu inventário. Já o seu filho, não alcançou uma condição de vida cômoda, e aparece como um dos mais pobres inventariados trabalhados, ou seja, apesar da situação mais privilegiada de seu pai, isto não garantiu à sua família uma vida melhor.

Conseguí encontrar o inventário e o testamento de Thereza Maria da Silveira, viúva do Manoel pai, é muito interessante analisarmos estes documentos, pois, desta maneira podemos perceber a trajetória da família e a situação desta, com a partilha dos bens em função da morte do chefe do domicílio. Thereza faleceu no ano de 1807, depois de seu filho Manoel e de seu outro filho João Pedro Martins Paiva, que faleceram em 1800 e 1801, ficando como herdeiros seus demais filhos e netos. No inventário de Thereza<sup>464</sup>, percebemos claramente a diminuição da fortuna, não somente em função da partilha no momento do falecimento do seu marido, como também devido a uma pior administração do patrimônio por parte da viúva, pois, no momento da partilha de seu marido, ela ficou com 2:218\$452, e 11 anos depois seu monte-mor somava

---

<sup>463</sup> ACSM – Cód. 66 – Auto 1456 – 2º Ofício

<sup>464</sup> ACSM – Cód. 136 – Auto 2749 – 2º Ofício

1:309\$315. Percebemos a fragmentação do patrimônio, pois, esta possuía apenas quatro escravos e não é mencionada a posse de sítio ou terras, uma vez que estes bens foram doados como dote, ou como herança entre os filhos. A viúva possuía ainda bens móveis avaliados em 64\$437, ou seja, ocorreu uma diminuição do valor em móveis. As jóias também sofrem uma significativa queda, sendo encontrado apenas um par de brincos de ouro, assim como os instrumentos de trabalho, que representavam 25\$337. O único caso em que ocorreu um aumento da participação na fortuna, foi o das dívidas ativas que passaram a representar 792\$270. Interessante notarmos que a grande maioria dos devedores eram os próprios filhos, que possivelmente retiraram da fortuna de sua mãe, valores e bens que seriam descontados na herança e que eram descritos em seu inventário. Através do testamento de Thereza Maria da Silveira<sup>465</sup>, podemos constatar a relevância de sua posição social, uma vez que ela era irmã terceira da ordem de Nossa Senhora do Carmo, tendo seu corpo sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga.

Outra maneira interessante de percebermos as diferentes trajetórias que os membros de uma mesma família podem apresentar é analisando os inventários de dois irmãos de Manoel Martins Paiva, o filho. O primeiro é João Pedro Martins Paiva<sup>466</sup>, que faleceu em 1801, casado com Ana Maria Teixeira e que teve apenas um filho, Domingos Martins, que tinha no momento do falecimento de seu pai 14 anos de idade. No que se refere à condição sócio-econômica, João Pedro possuía certa vantagem com relação a seu irmão Manoel, mas mesmo assim poderíamos caracterizá-lo como camponês.

Este possuía um monte-mor no valor de 300\$050, dividido entre bens móveis avaliados em 31\$900. Apesar do significativo valor não havia nenhum utensílio, vestimenta, ou objeto de qualidade destacada, o mesmo ocorrendo com as ferramentas que representavam 4\$350 do total. Encontramos também a presença de jóias de ouro e prata, que valiam 13\$800, e três escravos, sendo dois deles com moléstias, e o outro que recebeu como herança de seu pai, que foram avaliados em 250\$000. Percebemos, portanto, que a situação de João Pedro Martins Paiva poderia sim ser melhor que a de seu irmão Manoel, mas também não apresentava condições de vida semelhante à de seus pais. A análise torna-se ainda mais interessante, quando trabalhamos o inventário do filho de João Pedro Martins Paiva e Ana Teixeira, que é o Tenente Domingos

---

<sup>465</sup> ACSM – Cód. 136 – Auto 2749 – 2º Ofício

<sup>466</sup> ACSM – Cód. 105 – Auto 2171 - 1º Ofício

Martins Teixeira<sup>467</sup>. Este faleceu em 1817, possuía nove filhos, sendo dois casados e um já falecido. O inventário deste tenente apresenta peculiaridades, pois, num primeiro momento são descritos bens que somavam apenas 284\$124, que são alguns poucos móveis, ferramentas, um cavalo, dois bois de carro, oito carneiros e quatro escravos, dois deles aleijados e que valiam 240\$000. Exatamente 29 anos depois da abertura do inventário, no ano de 1846, foi dado como acréscimo de bens do Tenente Domingos Martins, mais seis escravos, que possuíam valores significativamente elevados, certamente em razão do momento, e que valiam 1:570\$000, sendo que um destes escravos, Ignácio crioulo de 12 anos foi avaliado em 500\$000, e desta maneira seu monte passou a ser de 1:854\$124, um valor considerável. Portanto, percebemos que Domingos Martins Teixeira alcançou condição econômica e principalmente social, mais privilegiada que seu pai, chegando a obter a patente de tenente, apesar de que seu pai possuía objetos e jóias mais valiosos e luxuosos que este. Podemos também destacar que o último sobrenome do tenente vem de sua mãe, o que possivelmente poderia ter lhe proporcionado maiores privilégios, inclusive a possibilidade de se tornar tenente. Possivelmente o nome da mãe e o casamento teriam lhe proporcionado certos privilégios sociais.

Retornando aos irmãos de Manoel Martins Paiva, trabalhamos com o inventário daquele que possivelmente foi o filho de Manoel Martins Paiva e Thereza Maria da Silveira que mais prestígio social alcançou, que é o Capitão Ubaldo Martins Paiva<sup>468</sup>. Este faleceu em 1833, casado com Maria Bernarda Faustina Moreira e deixava como herdeiros dois filhos, Ubaldo Martins Paiva e Emereciana Antonia Paiva casada com o Alferes Francisco da Silva Araújo inventariante e pai de seus sete netos. Este capitão deixou um monte-mor no valor de 2:622\$000, sendo que a metade ficou com a viúva e a outra metade dividida entre seus nove herdeiros, cabendo a cada um 187\$345. Este possuía 80\$420 em bens móveis, merecendo destaque peças como colheres de prata, catre torneado de jacarandá, caneca de louça da Índia e cálices de vinho, entre os instrumentos, metade de um alambique e outros de costume. Possuía ainda um canavial avaliado em 100\$000 e mais três fazendas sendo que a mais valorizada foi avaliada em 230\$000, sendo descrita uma produção pecuarista irrelevante, de apenas três bois, e uma dívida ativa de 73\$333, além de seis escravos que valiam 1:205\$000.

Portanto, vimos que em uma mesma família encontramos irmãos com trajetórias diferentes. Enquanto alguns conseguem mais prestígio social e uma melhor condição econômica,

---

<sup>467</sup> ACSM – Co. 105 – Auto 2171 – 1º Ofício

<sup>468</sup> ACSM – Cód. 102 – Auto 2131 – 1º Ofício

outros quase não alcançaram condições que lhes permitissem abrir um inventário, como o caso dos filhos Manoel Martins Paiva e de João Pedro Martins Paiva que não manteve as mesmas condições de vida de seus pais, e nem mesmo que alguns irmãos. Destinos diferentes podem ser explicados por motivos como um melhor casamento, o que proporcionava melhores relações sociais, como compadrio, amizade, etc. Infelizmente não tivemos tempo ou oportunidade de trabalharmos com uma série mais ampla e variada de documentos, que certamente nos permitiriam apreender essas questões, porém estas reflexões mesmo que não categóricas, nos permitem enxergar as diferentes trajetórias, incertezas e insegurança que homens e mulheres estavam propícios a enfrentar.

Outro caso bastante interessante é o de Antonio Pereira Gularte<sup>469</sup>, português, natural da freguesia de Nossa Senhora da Candelária, Bispado de Braga, que veio para o Brasil com 11 anos de idade, filho de Francisco da Costa Gularte e Catharina Dias Machado. Era casado com Juliana de Matos Pereira, natural de Guarapiranga e filha natural do Capitão Antonio de Matos Pereira. Tinham oito filhos, sendo que apenas duas apareciam como casadas, e um modesto monte-mor que somava 302\$350. As condições de vida desta família eram simples, pois, não aparece descrito em seu inventário nenhum objeto de uso doméstico e pessoal, como utensílios, roupas ou jóias, apenas uma espingarda. Entre seus instrumentos de trabalho merece destaque um forno de torrar farinha, avaliado em 6\$000. Este inventariado possuía ainda duas moradas de casas que juntas valiam 106\$000, e um sítio avaliado em 120\$000, possuindo ainda duas escravas que somavam 50\$400. Percebemos, portanto, através da descrição do inventário de Antonio Pereira Gularte, que este não possuía uma situação econômica tão tranqüila, o que podemos confirmar através de duas justificações movidas por ele. A primeira diz respeito à necessidade de Antonio Pereira Gularte e sua mulher, em se habilitarem como herdeiros da legítima de seu sogro, o Capitão Antonio de Matos Pereira, tendo que comprovar que eram casados e que sua esposa era realmente filha natural do dito capitão, como este acabou declarando em seu testamento. O casal recorre então à justiça a fim de terem direito à legítima paterna da esposa, certamente pelo fato de necessidade econômica e da situação difícil em que viviam.<sup>470</sup>

Na outra justificação, Antonio Pereira Gularte pede a dispensa da tutela dos sete filhos do defunto Francisco Lopes de Sampayo. O suplicante afirma que *além de não saber ler, nem escrever, tem a legítima escusa de ter seis filhos legítimos debaixo de seu pátrio poder, por*

<sup>469</sup> ACSM – Cód. 26 – Auto 676 – 1º Ofício

<sup>470</sup> ACSM – Cód. 302 – Auto 6186 – 1º Ofício

*serem todos vivos (...) bastava que os ditos seus filhos fossem cinco por não dever ser compelido a aceitar a dita tutela (...)*<sup>471</sup>. Além de ser amparado pela lei, que isentava o indivíduo com mais de cinco filhos de aceitar o papel de tutor, Antonio Pereira Gularte certamente não teria condições de tutelar sete órfãos, em função dos imprevistos e riscos tanto econômicos quanto social que esta função poderia exigir.

Consegui encontrar alguns documentos de um dos filhos de Antonio Pereira Gularte, que era seu homônimo. Este era natural de Guarapiranga, casado com Bernarda do Sacramento, também natural de Guarapiranga e filha natural de Vitória, escrava de Miguel José Machado, e de pai incógnito, que recebera seu nome como uma homenagem à sua madrinha Bernarda do Sacramento, prática comum neste período. Infelizmente não encontrei o inventário de Antonio Gularte, o filho e somente seu testamento<sup>472</sup>, em que deixava como herdeira universal sua esposa. Este declara em seu testamento que pertencia à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na freguesia de Guarapiranga, e que deixava várias dívidas por crédito. Porém, encontrei o inventário e o testamento de sua esposa, Bernarda Maria do Sacramento, que deixava como herdeiro seu único filho, Inocêncio José Machado, nome que pode significar uma tentativa de demonstrar que este era neto de Miguel José Machado, proprietário de sua mãe, a escrava Vitória e avô de Inocêncio. Ao falecer no ano de 1801, em seu inventário Bernarda Maria do Sacramento declarava ser filha de Miguel José Machado. O inventariante e filho Inocêncio de 42 anos descreveu os bens que compunham o patrimônio de sua mãe, que somava 277\$900. Era composto por alguns poucos bens móveis no valor de 5\$100, rústicos instrumentos de trabalho que valiam 2\$400, uma vaca e um cavalo, uma roça com terras de planta e suas benfeitorias, avaliada em 110\$000, além de três escravos, um doente e outros dois de 50 e 14 anos. Em seu testamento, Bernarda institui como herdeiro seu filho, e apesar de sua precária condição econômica beneficia dois agregados com 1/4 de ouro cada um.

Podemos perceber pelas informações descritas, que Antonio Pereira Gularte, tanto o pai como o filho, apresentaram o mesmo nível de vida, não possuindo uma riqueza considerável, o que passou, portanto, de geração. Outra questão interessante, e que pode não ser uma mera coincidência, está no fato de que ambos se casaram com mulheres forras e filhas de capitães. Uma explicação que podemos aventar é que esta situação poderia significar um “negócio” interessante para os dois lados. Para estas mulheres negras ou pardas que conseguiam se casar

---

<sup>471</sup> ACSM – Cód. 296 – Auto 5933 – 1º Ofício

<sup>472</sup> ACSM – Livro 75 – Fls. 143 – 1º Ofício



com homens brancos inclusive um deles português, havia a possibilidade de obterem maior respeito frente à sociedade. Para estes homens que não conseguiram casamentos melhores significava a possibilidade de constituírem família com mulheres que poderiam herdar um quinhão na riqueza de seus pais.

Também interessante é o caso de nossa próxima família a ser conhecida, formada por Joaquim Álvares de Souza, Rosa Maria de Rocha e seus onze filhos. Casaram-se em 1775 sendo ele pardo forro natural de Catas Altas do Mato Dentro, que se mudou para Piranga quando ficou viúvo de Ana Vieira da Costa. Era filho de André Álvares de Souza e Clara Pereira, enquanto sua esposa também parda forra, nascida no Sumidouro, era filha natural de Ana Maria, escrava do Capitão Antonio da Rocha Ferreira. A vida traria outra tristeza a Joaquim que em 1805 ficou viúvo pela segunda vez, ficando desta vez responsável por nove filhos, pois uma havia se casado e outro morrido. Ao analisarmos o inventário dos bens que ficaram pelo falecimento de Rosa Maria da Rocha<sup>473</sup>, percebemos ser esta família remediada, já que, detectamos poucos e simples móveis que valiam 12\$650, o mesmo acontecendo com os instrumentos de trabalho 21\$900, não sendo mencionada a presença de jóias. Porém, encontramos uma produção agropecuária que reunia 20 cabeças de porcos, três bovinos e 50 alqueires de milho, avaliada em 29\$400. Possuía ainda um sítio com suas benfeitorias avaliado em 120\$000, e setes escravos que valiam 590\$000, o que totalizava um monte-mor de 776\$150. Através do inventário de seu marido, que faleceu cinco anos depois, podemos perceber uma queda no patrimônio, pois, este deixava um monte-mor que somava 395\$673. Detectamos queda no valor e na quantidade dos bens móveis que passaram a representar 4\$462 e também dos instrumentos que somavam 9\$000. Houve também uma diminuição no número de escravos, que passaram a ser cinco, sendo que um havia sido dado em dote para o casamento de sua filha mais velha, e que os cinco valiam 161\$200. Com relação ao sítio que pertencia à família, em função de novas benfeitorias realizadas, este alcançou um valor maior 150\$000, além da presença das 20 cabeças de porcos, três bovinos e um cavalo que valiam 39\$000.<sup>474</sup>

Um fato interessante que encontramos na documentação, é que no processo matrimonial deste casal, não é informado o nome do pai de Rosa Maria da Rocha, mas somente o nome da mãe, Ana Maria escrava do Capitão Antonio da Rocha Ferreira. Conseguimos detectar o testamento deste Capitão, que era solteiro e natural da freguesia de São Cosme, Bispado do Porto,

<sup>473</sup> ACSM – Cód. 93 – Auto 1995 – 2º Ofício

<sup>474</sup> ACSM – Cód. 46 – Auto 1026 – 2º Ofício

em que ele declara ter cometido vários pecados, o que resultou em algumas mulheres grávidas dele. Entre elas a escrava Ana Maria, e ele declarava que: *e outra negra por nome Ana Maria ficará sujeita a duas filhas que tem, uma por nome Roza, outra por nome Antonia, enquanto não tomarem estado, e tomando elas ficará forra e liberta, e deixo às duas filhas quatrocentos mil réis, duzentos a cada uma para seu estado.*<sup>475</sup> Percebemos, portanto, a importância destas relações familiares, e mesmo não sendo legítimas e filhas de uma escrava, Roza e sua irmã foram reconhecidas em testamento pelo seu pai o Capitão Antonio da Rocha Ferreira, que apareceu em 1756, como um dos homens mais ricos de Minas Gerais. Notamos a “preocupação” deste com relação à necessidade das filhas se casarem, e não ficarem sozinhas, porém a mãe estava sujeita às filhas, como condição para conseguir sua liberdade. O capitão deixava a cada filha 200\$000, provavelmente visando facilitar-lhes o acesso ao matrimônio. Porém, apesar de ser filha de um homem rico e de prestígio, Roza acabou se casando com outro pardo forro, o que pode significar a dificuldade de ascensão social em função da cor e da condição.

Outra trajetória que buscaremos reconstituir com base na documentação que encontramos, foi a de Francisco Ferreira de Melo<sup>476</sup>, seu pai Caetano Coelho da Costa<sup>477</sup> e sua irmã Apolônia Maria de Jesus.<sup>478</sup> Francisco era casado com Margarida Rosa de Jesus, era natural do Furquim, onde ainda residia, enquanto seus pais Caetano Coelho da Costa e Maria da Assumpção, e seus avós eram naturais da Ilha Teixeira, Bispado de Angra. Já sua esposa Margarida era natural de Guarapiranga e filha do Capitão José Gonçalves Vieira e Quitéria Gonçalves de Almeida. O casal teve nove filhos, sendo que o mais velho, faleceu antes de seu pai e a idade dos demais variava entre 3 e 14 anos. Francisco deixou um monte-mor que somava 757\$674, e era composto por jóias de ouro que valiam 14\$424, bens móveis simples que somavam 12\$375 e instrumentos de trabalho, dentre os quais podemos destacar um tear aparelhado, que foram avaliados em 27\$675. Deixou também uma significativa produção agropecuária, com 240 alqueires de Milho, 31 cabeças de porcos, 15 ovelhas, dois cavalos e um garrote, que somavam 78\$200. Possuía ainda meia sesmaria com suas benfeitorias avaliada em 400\$000, além de três escravos que valiam 225\$000. Portanto, Francisco, sua mulher e filhos levavam uma vida relativamente tranqüila.

Se voltarmos um pouco no tempo e analisarmos o inventário do pai de Francisco, Caetano Coelho da Costa, encontramos dados bastante interessantes. Quando faleceu em 1759, Caetano

<sup>475</sup> ACSM – Cód. 261 – Auto 4753 – 1º Ofício

<sup>476</sup> ACSM – Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício

<sup>477</sup> ACSM – Cód.51 – Auto 1151 – 1º Ofício

<sup>478</sup> ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

deixou um monte-mor no valor de 825\$425, oito filhos, sendo duas casadas e mais seis menores de 14 anos, dos quais Francisco era o mais velho. Deixou irrelevantes bens móveis e ferramentas, cinco bovinos e um cavalo e seis escravos avaliados em 594\$000. Como tutor dos menores foi designado Manoel Afonso Rigueira, casado com Apolônia Maria de Jesus, irmã de Francisco Ferreira. Este ficou responsável por dar conta da divisão da legítima entre os herdeiros e de conduzir os rendimentos futuros. O fato de ter uma condição de vida relativamente tranqüila, permitiu a Manoel Afonso Rigueira tutelar os seis filhos menores de seu sogro, inclusive Francisco Ferreira de Melo. Porém, em 1793 o tutor faleceu deixando descrito em inventário para a partilha entre sua viúva Apolônia Maria e seus cinco filhos a quantia de 1:185\$150, ficando a viúva com 592\$575 e a cada herdeiro 118\$575. Com relação à descrição dos bens detectamos móveis e ferramentas simples e comuns, porém foi declarada uma relevante produção agropecuária, com uma junta de bois, uma besta, 40 porcos e 200 alqueires de milho no paiol, que somavam 64\$400, além de uma sesmaria com terras de planta e benfeitorias, que ficava na Ponte Nova, freguesia do Furquim, onde a família residia, avaliada em 450\$000. Possuía também sete escravos que valiam 630\$000. Ao falecer Manoel deixou seu filho mais velho Manoel Afonso da Costa como tutor, e este ainda dividiu entre os três menores, a quantia de 220\$000, referente ao trabalho realizado por dois escravos de serviços durante cinco anos, desde a morte do pai. A vida seguia relativamente tranqüila mas, tempos depois, a insegurança e incerteza que caracterizavam o mundo colonial caíram sobre a família. No ano de 1806, Apolônia Maria de Jesus e Manoel Afonso da Costa recorrem a justiça com o seguinte objetivo:

*Dizem Apolônia Maria de Jesus, viúva de Manoel Afonso Rigueira e Manoel Afonso da Costa herdeiro do mesmo como filho legítimo e tutor dos órfãos, que possuem uma Fazenda de Cultura no lugar da Ponte Nova, freguesia do Furquim, e por que as moléstias naturais têm reduzido a cinzas alguns escravos do casal, e a barbaridade do gentio tirado a vida a outros, por cuja razão se vêm impossibilitados de poder subsistir no lugar e menos fazer interesses com que possam alimentar-se e pagar numerosas dívidas do casal, com o resto da mesma fazenda, dizimos e outras mais, nestas tristes circunstâncias.<sup>479</sup>*

O Juiz de Fora e Órfãos julgou no ano de 1806 e comunicou a seguinte sentença:

---

<sup>479</sup> ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

*(...) se digne mandar para melhor comodidade de se pagar as dívidas, que se diponha da fazenda pelos meios mais próprios, e com o seu produto se paguem os credores, atento, à falta dos necessários meios de poderem nela fazer interesse algum.*<sup>480</sup>

No entanto, o advogado João de Souza Barradas, indicado como curador da herança do falecido Manoel Afonso Rigueira, não concordava com os suplicantes e com a sentença do Juiz, e recorreu:

*Não posso convir na venda da Fazenda de Cultura de que trata o requerimento atento à proibição das ordenações, pois, determina que em nenhum caso se vendam bens de raiz dos órfãos, salvo que tal necessidade que se não possa escusar, muito mais quando os suplicantes não mostram de forma alguma haja necessidade que expõem no seu requerimento. O meritíssimo Dr. Juiz de Fora e Órfãos decidirá o que for mais justo.*<sup>481</sup>

O Juiz de Fora aceitou a apelação do curador e afirmou que a dúvida deste procede, pois, os suplicantes não indicam por modo geral a necessidade de venda. Vimos, portanto, que as incertezas do mundo colonial poderiam de um momento para outro, complicar a vida de certas famílias. Infelizmente não consegui encontrar o inventário de Apolônia Maria de Jesus, e assim identificar se a fazenda ainda permanecia com a família, ou se foi vendida, e desta maneira continuar acompanhando a trajetória desta família que, se num primeiro momento, possuía melhores condições que as de Francisco Ferreira de Melo e Caetano Coelho da Costa, possivelmente anos depois se encontrariam em situação bem mais precária. Percebemos, portanto, que principalmente os grupos menos privilegiados da sociedade, estavam à mercê dos diversos problemas, e geralmente sozinhos não conseguiam superá-los caso não pudessem recorrer a pessoas mais privilegiadas e de maior influência na sociedade.

A questão referente às relações e distinções sociais aparece de forma bastante interessante nesta próxima trajetória analisada. Bernardo Viera Marques<sup>482</sup>, natural da freguesia de Passos, Bisgado do Porto. Era filho de Antonio Silva e Luiza Vieira, solteiro, embora tivesse tido três filhos com sua escrava Sebastiana, já falecida. Uma de suas filhas, Tereza, vivia sob o estado de emancipada. O seu segundo filho, Antônio, faleceu depois da morte do pai, e a terceira filha, Genoveva, era casada com David da Silva Ribeiro. Em seu inventário consta apenas um crédito no valor de 1:400\$000 que devia ao falecido, Antonio de Faria Salgado, seu inventariante,

---

<sup>480</sup> *Idem*

<sup>481</sup> *Idem*

<sup>482</sup> ACSM – Cód. 15 – Auto 473 – 1º Ofício

referente a 17 escravos e mais bens que foram vendidos, ficando às duas herdeiras 466\$666. Em seu testamento, além de afirmar que deixava seus filhos como herdeiros do restante que ficar de sua fazenda depois de pagas suas dívidas e satisfeitos seus legados, deixava-os também alforriados. Ou seja, os seus filhos até o momento de sua morte viviam como seus escravos. Declarava também que: *deixo 200\$000 à pessoa que me fizer mercê recolher os ditos meus herdeiros para seus alimentos até se arrumarem.*<sup>483</sup>

Apesar desta recompensa, percebemos através do inventário de Bernardo Vieira Marques, que não foi nada fácil conseguir um tutor para seus filhos. O primeiro indicado foi José Gonçalves da Costa, e este pede dispensa alegando que:

*Pelo fato de ser morador na Pirapetinga distante seis ou sete léguas de onde faleceu o pai dos órfãos (Xopotó), e que como estes são mulatos e o suplicante homem branco tratando-se a lei de nobreza parece e é sem dúvida que não pode ser obrigado a assinar tal tutela e além disso tem 65 anos de idade e padece de várias queixas e também passadas as águas mudará para o Serro Frio onde tem lavras e escravos.*<sup>484</sup>

Através deste requerimento, podemos perceber que a relação entre pobres e ricos, negros e brancos era bastante complexa, tratando-se de uma sociedade amplamente excludente, onde o tutor indicado se recusava a assumir a tutela dos órfãos, entre outras questões, pela lei de nobreza, que retirava dele a obrigação de assinar a tutela, pedido no qual foi bem sucedido. Desta maneira, procurou-se indicar como tutor, pessoas da mesma condição, sendo designado Euzébio de Chaves Moreira, que, no entanto, pediu dispensa por ser pobre, viver de esmola e não ter inteligência para tal função, sendo também dispensado. Foi indicado então Gabriel Barbosa Coura, que por se declarar pobre, doente e morar longe também foi dispensado. Outro que foi dispensado do papel de tutor por ser pobre e possuir mais de seis filhos foi Rodrigo Gomes de Oliveira. Portanto, a tutela dos órfãos apresentou dificuldades com relação a sua definição, tanto por indivíduos de condição superior, como aqueles de mesma situação. Ficou então como tutor Pedro de Villas Boas Fruão, porém este vivia longe das órfãs, que ficaram sob seu poder, ficando realmente responsável por elas o Alferes Antonio de Faria Salgado, inventariante do falecido de quem conseguimos um interessante depoimento:

---

<sup>483</sup> *Idem.*

<sup>484</sup> *Idem.*

*Diz o Alferes Antonio de Faria Salgado, morador na freguesia de Guarapiranga que ele suplicante tem umas órfãs em sua casa, e as tem educadas e criadas como suas filhas e agora tem ocasião de dar estado a uma delas por nome Genoveva, com David da Silva Ribeiro, oficial de ferreiro pessoa de mesma igualhia e compatibilidade de a sustentar, pois, tem tenda estabelecida nesta mesma freguesia, e como destes acertos não se acha a cada passo o tutor dela que está em outro termo, e ele suplicante as tem a seu cargo.*<sup>485</sup>

O requerimento foi aceito e o marido de Genoveva, David da Silva Pereira entrou com uma justificação requerendo a parte da herança que cabia à sua esposa com o falecimento de seu pai, tendo sido bem sucedido. David e Genoveva casaram-se no ano de 1796, sendo ele natural de São Francisco das Chagas do Taubaté, Bispado de São Paulo, filho de Antonio da Silva e Domingas da Fonseca. Trabalhei com o inventário deste casal, em função do falecimento de David da Silva Ribeiro no ano de 1795. Podemos perceber nitidamente que a condição de vida do casal sofreu significativa queda, apesar de que ao ser alforriada pelo pai, Genoveva adquiria uma certa ascensão, e com isso uma possível melhoria de sua condição de vida. David teve com Genoveva dois filhos e uma filha, sendo esta casada, e deixou um monte-mor de 132\$700. Declarou a viúva inventariante que o casal possuía poucos e rústicos bens móveis e instrumentos que valiam 2\$700 e três escravos, sendo que um deles sem valor e os demais avaliados em 130\$000. A queda na condição de vida deste casal pode ser comprovada pelo fato de que Genoveva havia herdado de seu pai 466\$666 e o monte do casal apresentava um valor bem abaixo deste. Também no inventário é informado que a inventariante e seu marido havia dotado sua filha Maria para se casar com João de Medeiros, com suas terras de planta, o que podemos entender como uma possível estratégia para se conseguir um bom casamento para sua filha<sup>486</sup>. Esta família percorreu uma trajetória bastante confusa, o que certamente deveria marcar a vida de muitos indivíduos de grupos menos privilegiados da sociedade, que procuravam alternativas e estratégias em busca de uma vida menos miserável.

Portanto, ao mostrar a trajetória de algumas famílias camponesas, buscamos demonstrar a complexidade de situações inesperadas que marcavam suas vidas e como buscavam responder às necessidades que surgiam. Nos casos que trabalhamos, a maior parte dos filhos não conseguiu superar as condições de vida dos pais, o que pode significar uma certa dificuldade em manter relações sociais com indivíduos de grupos mais privilegiados, restando principalmente a estes camponeses, contar com a solidariedade de seu grupo e também familiar.

---

<sup>485</sup> *Idem.*

<sup>486</sup> ACSM – Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, alguns pontos que o perpassaram devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, o fato de trabalharmos um tema que além de polêmico, é considerado ultrapassado pela historiografia, o que o torna ainda hoje incompreendido. Procuramos, no entanto, oferecer nossa parcela de contribuição, com o objetivo de esclarecer e avançar ainda mais na definição de “camponês”, revendo alguns pontos desta noção, como a posse de escravos, além de considerar não apenas os elementos econômicos, como também os extra-econômicos, privilegiados principalmente pelos antropólogos.

Porém, antes de me prender detidamente na análise do campesinato, procurei realizar um estudo mais amplo da freguesia em questão, trabalhando suas características históricas, econômicas e produtivas, para que assim pudéssemos compreender o universo em que se inseriam estes camponeses. Através deste trabalho percebi a grande importância das atividades agropecuárias, mesmo durante o auge da mineração, com o predomínio de unidades produtivas mistas, em que os proprietários que se dedicavam à atividade mineradora, raramente o faziam sem se dedicarem conjuntamente às atividades agropecuárias. Outro dado que vem confirmar as características agrícolas de Guarapiranga, é o fato de encontrarmos nos rendimentos trienais de dízimos do ano de 1768, um elevado número de roças e de valor total de dízimos pagos, sendo Guarapiranga a segunda dentre as 18 freguesias recenseadas para a Comarca de Vila Rica. No entanto, quando a questão são os valores médios de dízimos, esta posição se inverte, sendo que nossa freguesia é a segunda a pagar o menor valor médio, o que se explica pela presença dos camponeses, que quando tinham condições de pagar dízimos, o fazia de forma bastante irrelevante.

Apesar desta vocação agropecuária, e apresentar características de uma economia de subsistência com o predomínio de produtos que visavam o abastecimento local, encontramos também indícios de uma economia mercantilizada, não somente em função dos possíveis excedentes de produtos “tidos” como de subsistência (milho, feijão, suínos), mas também devido a presença de produtos caracteristicamente de exportação (café, açúcar, fumo)

As características econômicas de Guarapiranga puderam se ainda mais detalhadas quando analisamos a presença dos instrumentos de trabalho, que confirmam o apego às formas tradicionais de produção, e também dos instrumentos de transformação que desempenharam

importante papel no cenário social e econômico tanto na província, como na freguesia de Guarapiranga. O dinamismo econômico desta freguesia pode também ser comprovado ao analisar a frequência de dívidas e a variação do Monte-mor, indicando índices de crescimento. Respeitados os obstáculos impostos pela documentação e devido a informalidade que estas dívidas apresentavam, encontramos um percentual significativamente relevante de dívidas ativas, além de uma relativa importância dos valores de monte-mor, o que evidencia a existência de uma economia dinâmica e com capacidade de acumulação de capital.

Com relação ao potencial escravista da região percebemos a grande difusão da posse de cativos com o predomínio de plantéis de 1 a 10 escravos, sendo que aqueles que possuíam até cinco escravos, representavam a maioria, predominando neste universo os possuidores de até três cativos. No entanto, detectamos que uma pequena parcela de proprietários possuía a maior parte da mão-de-obra cativa, o que evidencia uma profunda diferenciação social e econômica. Percebemos ainda que os não-proprietários de escravos eram numericamente e percentualmente próximos aos grandes (+20), isto analisado através dos inventários.

Procurei ainda reconstituir toda a hierarquização social existente na sociedade local. Encontrei uma sociedade marcada pela rigidez e estabilidade, estigmas do período colonial, merecendo destaque no posicionamento social dos indivíduos, a posse de escravos, terras e dívidas ativas, o que explica o anseio de muitos comerciantes em se tornarem grandes proprietários escravistas e de terras.

Estas características foram percebidas ao analisar a estrutura econômica e produtiva da região através das fortunas e da posse de escravos. Procurei detectar a importância de cada ativo (terras, escravos, dívidas, colheitas, rebanhos, etc) na composição da riqueza, identificando desta maneira, os bens que garantiam a estes indivíduos uma posição social privilegiada, ou seja, que lhes garantiam “status”. Como pode ser observado, este “status” não girava apenas em torno de fatores econômicos, englobando outras questões externas a este universo, sejam sociais, culturais, etc.

Ao analisar a distribuição da riqueza por faixa de fortuna e também por posse de escravos, encontramos alguns fatores que proporcionaram certa complexidade. No entanto, o que detectamos, apesar de algumas oscilações, foi a concentração da riqueza, pois, 5,40% dos inventariados controlavam 29,73% da riqueza, enquanto 61,30% dos inventariados dominavam apenas 19,15% da riqueza em Guarapiranga. Percebemos que, de um subperíodo para o outro, um



empobrecimento em cadeia, aumentando o percentual dos inventariados nas menores faixas de fortuna (até 500 libras) e uma queda do percentual de inventariados nas faixas médias (501-2000) e nas grandes fortunas (+2000). Esta concentração também é marcante no que se refere às dívidas ativas, que apesar de aumentar sua participação dentre os inventariados de um período para o outro, ocorre o inverso com relação ao percentual de inventariados, ou seja, um menor número de indivíduos passam a concentrá-las.

No entanto, apesar destes traços comuns a outras regiões da América portuguesa, a freguesia de Guarapiranga apresenta oscilações e alterações que a tornam única, com peculiaridades que lhe dão uma complexidade especial. Não há, portanto, uma homogeneidade, uma ordem, uma coerência nas características econômicas e sociais desta freguesia, confirmando assim a necessidade desta análise qualitativa.

Depois de detectados os traços socioeconômicos e produtivos da freguesia de Guarapiranga, procurei no decorrer do trabalho, me prender mais detidamente na análise do segmento camponês, buscando assim entender o funcionamento desta economia camponesa em Guarapiranga. Inicialmente procurei definir o conceito de camponês dialogando com diferentes autores nacionais, estrangeiros, além dos antropólogos. Em seguida, trabalhamos suas características econômicas, identificando o predomínio de unidades produtivas mistas, o que indica a possibilidade de diversificação produtiva por parte do camponês, assim como também a existência de um excedente que poderia ser destinado à mercantilização.

Trabalhadas as características produtivas do universo camponês, busquei analisar seus principais traços socioculturais. Através de uma análise qualitativa dos bens que compunham o patrimônio dos camponeses, pudemos entender de forma mais aprofundada o seu comportamento. Encontrei a presença de dívidas e a informalidade que as caracterizava. A presença e a qualidade das terras camponesas, que é considerada um fator fundamental para a condição de camponês. A posse de terras em Guarapiranga foi até certo ponto de fácil acesso aos camponeses, pelo fato de viverem em uma região voltada para a produção destinada ao mercado interno, não existindo nenhuma grande produção agroexportadora, proporcionando assim a existência de terras cultiváveis e em abundância, disponíveis a quem se dispusesse a ocupá-las. Este acesso à terra pode ser detectado através dos inventários post mortem, em que encontramos camponeses com mais de uma posse de terras. Ressaltando que outros documentos poderiam ser

mais esclarecedores nesta questão, inclusive pelo fato de que os inventários traduzem a situação daqueles indivíduos mais “privilegiados” da sociedade que tiveram condições de acumular bens.

Ao analisarmos o potencial escravista camponês, devemos ressaltar a participação camponesa na posse de escravos. Quando trabalhados mais qualitativamente estes escravos, pude perceber que ao contrário de outras regiões, predominavam homens em idade produtiva, ou seja, certos fatores como valores, disponibilidade, permitiam que em Guarapiranga, os camponeses tivessem acesso a homens e não somente mulheres e crianças. No entanto, devemos ressaltar que, quando adotamos como camponeses indivíduos que possuíam um número de escravos acima de cinco, levamos em consideração a aptidão destes escravos ao trabalho, o que não caracterizaria seu proprietário como um grande produtor vinculado diretamente ao mercado.

Outra questão bastante interessante refere-se à cultura material camponesa. Percebe-se dentre o universo camponês, o predomínio de móveis, utensílios, vestuário, como informa a própria documentação, “tosca”, ou seja, de qualidade inferior, e geralmente em menor quantidade que os domicílios de famílias mais abastadas. Também detectei que entre os camponeses havia uma busca pela posse de bens mais sofisticados, pois, dentro desta sociedade colonial, estes poderiam ser também importantes diferenciadores sociais, de demarcação da posição social.

Já na última parte do trabalho trouxe algumas reflexões acerca da sociabilidade camponesa. Procurei seguir a trajetória de algumas famílias camponesas visando reconstituir as relações e redes sociais que estabeleciam. Percebemos que dentro de uma mesma família, existiam pessoas com destinos e trajetórias diferentes. Esta diferença, ou seja, a possibilidade de sucesso ou fracasso dos membros destas famílias estavam ligadas às relações que estabeleciam. Estas relações como percebemos através dos processos matrimoniais eram marcadas tanto por laços de solidariedade e reciprocidade, como tensões e conflitos, questões que poderiam facilitar ou dificultar o acesso destes indivíduos aos diferentes benefícios sociais. Estas relações poderiam ser estabelecidas entre amigos e vizinhos, mas principalmente a família era o “locus” privilegiado destas relações. Aliás, como foi destacado através dos inventários e das listas nominativas, o casamento e a constituição de família era o fator essencial para a sobrevivência dos indivíduos no período colonial, alcançando importância ainda maior para o segmento camponês, pois, sobreviviam principalmente do trabalho familiar o que caracteriza basicamente uma unidade camponesa.

Através da documentação percebe-se que havia uma certa dificuldade em se estabelecer relações sociais com indivíduos de grupos sociais mais privilegiados, em alguns casos, em função da exclusão social, que marcava fortemente a sociedade colonial. Até mesmo quando foi trabalhada a naturalidade destes camponeses, em que foi detectado o predomínio dos portugueses pode-se confirmar a dificuldade de ascensão social dos imigrantes em Minas Gerais, restando a estes o casamento com mulheres de segmentos sociais menos privilegiados.

Ao empreender este trabalho, não tive a pretensão de esgotar o tema, pois, muito ainda há que se fazer e discutir. O campesinato constitui um tema ainda obscuro na historiografia brasileira, assim como os demais grupos intermediários da sociedade colonial. Devo ressaltar que as reflexões acerca das redes e relações sociais, que aqui realizamos, constitui um exercício que futuramente será melhor trabalhado, pois a necessidade de se cumprir um cronograma não permitiu um trabalho mais completo.

Anexo - Tabela: 16.1 - Composição da riqueza, em mil réis, nos inventários de Guarapiranga por período e por posse de escravos - 1750-1820.

Ativos		1750-1779					1780-1820					
		Sem escravos	1-5	6-10	11-15	16-20	+20	Sem escravos	1-5	6-10	11-15	16-20
Dinheiro %	—	—	—	—	—	—	—	988,241	327,563	191,678	—	156,150
								<b>3,40</b>	<b>1,18</b>	<b>0,50</b>		<b>0,75</b>
Metais Preciosos %	—	26,887	—	—	4,300	457,850	16,800	599,733	214,946	222,550	58,562	406,150
		<b>0,36</b>			<b>0,04</b>	<b>0,95</b>	<b>0,98</b>	<b>2,05</b>	<b>0,80</b>	<b>0,55</b>	<b>0,22</b>	<b>1,91</b>
Comércio %	40,088	83,340	—	—	—	37,500	81,622	—	—	1.411,192	—	—
	<b>6,35</b>	<b>1,12</b>				<b>0,08</b>	<b>4,75</b>			<b>3,50</b>		
Jóias %	—	11,525	8,400	48,000	131,700	208,206	112,600	70,436	181,349	421,800	113,150	132,225
		<b>0,15</b>	<b>0,18</b>	<b>1,20</b>	<b>1,16</b>	<b>0,43</b>	<b>6,55</b>	<b>0,24</b>	<b>0,70</b>	<b>1,05</b>	<b>0,44</b>	<b>0,62</b>
Móveis %	3,750	138,782	53,225	68,600	274,125	849,547	48,550	468,074	1.066,905	833,298	373,085	179,110
	<b>0,60</b>	<b>1,85</b>	<b>1,09</b>	<b>1,71</b>	<b>2,42</b>	<b>1,77</b>	<b>2,83</b>	<b>1,60</b>	<b>3,85</b>	<b>2,07</b>	<b>1,42</b>	<b>0,84</b>
Instrumentos %	8,999	44,272	78,600	30,200	204,225	697,142	30,207	355,630	545,217	1.168,255	440,000	331,950
	<b>1,42</b>	<b>0,60</b>	<b>1,60</b>	<b>0,75</b>	<b>1,80</b>	<b>1,45</b>	<b>1,76</b>	<b>1,21</b>	<b>1,97</b>	<b>2,90</b>	<b>1,68</b>	<b>1,56</b>
Imóveis %	—	710,000	1.400,000	950,00	2.906,550	17.926,500	771,189	6.126,500	3.561,800	10.447,225	5.805,600	5.570,600
		<b>9,50</b>	<b>28,60</b>	<b>23,70</b>	<b>25,60</b>	<b>37,27</b>	<b>44,90</b>	<b>20,96</b>	<b>12,86</b>	<b>25,96</b>	<b>22,10</b>	<b>26,17</b>
Colheitas %	—	—	44,400	60,00	—	27,835	—	364,250	390,850	873,800	238,125	161,820
			<b>0,90</b>	<b>1,60</b>		<b>0,05</b>		<b>1,25</b>	<b>1,40</b>	<b>2,17</b>	<b>0,90</b>	<b>0,76</b>
Rebanho %	9,600	87,600	392,200	85,800	347,600	1.761,300	30,000	1.027,300	1.033,550	1.908,500	660,100	476,950
	<b>1,52</b>	<b>1,18</b>	<b>8,00</b>	<b>2,14</b>	<b>3,07</b>	<b>3,66</b>	<b>1,75</b>	<b>3,51</b>	<b>3,72</b>	<b>4,74</b>	<b>2,51</b>	<b>2,24</b>
Escravos %	—	1.082,000	2.892,000	1817,200	6.746,000	19.551,300	—	6.966,211	10.759,900	14.819,263	9.263,000	13.157,000
		<b>14,50</b>	<b>59,05</b>	<b>45,31</b>	<b>59,43</b>	<b>40,65</b>		<b>25,50</b>	<b>38,87</b>	<b>36,83</b>	<b>35,27</b>	<b>61,91</b>
Dívidas ativas %	569,308	5.265,327	—	950,00	727,875	6.555,116	450,992	11.641,339	9.571,051	7.802,542	9.311,028	680,527
	<b>90,11</b>	<b>70,52</b>		<b>23,70</b>	<b>6,41</b>	<b>13,62</b>	<b>26,25</b>	<b>39,85</b>	<b>34,57</b>	<b>19,40</b>	<b>35,45</b>	<b>3,20</b>

Outros	—	16,100	28,837	—	7,200	21,400	175,727	126,300	23,150	134,421	3,900	7,275
%		<b>0,22</b>	<b>0,58</b>		<b>0,07</b>	<b>0,04</b>	<b>10,23</b>	<b>0,43</b>	<b>0,08</b>	<b>0,33</b>	<b>0,01</b>	<b>0,04</b>
Totais	631,745	7.465,833	4.897,662	4.009,800	11.349,575	48.093,696	1.717,687	29.219,014	27.676,281	40.234,524	26.266,550	21.250,757
%	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Total de Invs.	02	04	04	02	05	05	08	35	19	13	06	06

Fonte: Inventários *post mortem* do ACSM I e II Ofício

\* Excluímos desta tabela, dois inventários em que constam somente o valor do monte-mor. No inventário de Ignácia Maria Alves, encontramos 11.243\$585 em dívidas ativas, sendo que deste total, 8:000\$000, representam uma única dívida que possivelmente se refere à venda de uma propriedade. Entretanto, não excluímos este valor da tabela

## FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS

### Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

\* **Inventários *post-mortem* – 1750-1820**

120 Inventários da Freguesia de Guarapiranga (1º e 2º Ofícios)

\* **Testamentos**

27 Testamentos da Freguesia de Guarapiranga (1º e 2º Ofícios)

\* **Justificações**

João da Silva Ribeiro – Cód. 312 – Auto 6573 – 1º Ofício 1803

Antonio Pereira Gularte – Cód. 302 – Auto 6186 – 1º Ofício 1749

Antonio Pereira Gularte – Cód. 296 – Auto 5933 – 1º Ofício 1752

\* **Sesmarias**

Antonio Teixeira de Carvalho – Cód. 5 – Auto 144 – 2º Ofício 1773

Custódio Fernandes dos Santos – Cód. 7 – Auto 292 – 1º Ofício 1776

### Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

\* **Processos Matrimoniais**

24 processos matrimoniais da Freguesia de Guarapiranga

### Arquivo da Câmara Municipal de Mariana

\* **Lista Nominativa**

Relação Nominal dos Habitantes de Manja-Léguas.

### Arquivo Nacional – Coleção Casa dos Contos – Ouro Preto

\* **Lista Nominativa**

Relação dos Habitantes de N.ª. S.ª. da Conceição de Guarapiranga – 1804. AN – Coleção Casa dos Contos - Rolo 634 – Cx.311- Doc. 498

### Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – CD- Rom

Carta de Silvério Teixeira, Juiz de Fora de Mariana a D. José I - Cx. 67 – Doc.56 -5559 - 1755 (Cd. 19)

Representação dos Moradores de Guarapiranga a D. João V. – Cx. 55 – Doc. 25 – 4555 - 1750 (Cd. 16)

### FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS

#### *Relato de Viajantes*

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo EDUSP, 1975.

\_\_\_\_\_. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerias e São Paulo, 1822*. Tradução: Vivaldi Moreira, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo EDUSP, 1974.

SPIX, J.B. & MARTIUS, K. W. Ph. *Viagem pelo Brasil.[1817-1820]*. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia. 1981.

BRUMEISTER, Hermann. *Viagem pelo Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1807-1897*. São Paulo-Belo Horizonte: EDUSP-Itatiaia. 1980.

ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem pitoresca pelo Brasil.1802-1857*. São Paulo-Belo Horizonte: EDUSP-Itatiaia. 1976.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil 1764-1829*. São Paulo-Belo Horizonte: EDUSP-Itatiaia. 1975.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano Costa Matoso sendo Ouvidor-Geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis* – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2V.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768*. Brasília. ESAF, 1976.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Duas visões do campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*. N.2, v. 20, 1990.

ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*. Departamento de História da UFOP. Mariana, n.5, 1995.

\_\_\_\_\_. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói. ICHF-UFF. 1994. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Homens Ricos, Homens Bons: Produção e Hierarquização Social em Minas Colonial: 1750-1822*. Niterói. ICHF-UFF, 2001. (Tese de Doutorado).

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Espaço econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos Séculos XVIII e XIX*. In: Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Roceiros e fazendeiros: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XIX*. In: LPH Revista de História, Mariana, n°7, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH, UFMG, 1994. (Dissertação de Mestrado).

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1982.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

\_\_\_\_\_. *Viver e sobreviverem uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Editora Saterb Ltda. 1971.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódio da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1984.



BOMBARDI, Larissa Mies. *O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.

BOSERUP, Ester. *Las condiciones del desarrollo en la agricultura (la economía del cambio agrário bajo la presión demográfica)*. Madrid: Tecnos, 1967.

BOXER, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

BRETTEL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

BURGUIÈRE, Andre. As mil e uma famílias da Europa. p.71-74

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. (org). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. *Escravo ou Camponês*. São Paulo, Brasiliense. 1987.

CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo. (1839-1909)*. Niterói: ICHFIUFF, 1993. (Dissertação de Mestrado em Historia)

\_\_\_\_\_. A Capitania de Minas Gerais, (1674 -1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Econômica & História de Empresas III*. 2. 2000.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Um negócio bem sortido: as mercadorias do comércio colonial mineiro. *Cadernos do Laboratório Interdisciplinas de pesquisa em História Social*. Niterói, n. 2, p. 77,1995 Apud ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.* 1998.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización económica campesina*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974.

CHEVITARESE, André Leonardo. (Org). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

COSTA, Iracy Del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979;

CUNHA, Mafalda Soares da. Modelo de Análise de redes sociais. In: *A Casa de Bragança - 1560-1640. Práticas sociais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

DAVIS, Natalie Zemon. Las Formas de Historia Social. In: *História Social*, n.10, primavera-verano, 1991.

Entrevista de Juan Jose Marím a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2 - <http://história.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm>.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia Brasileira: Economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul. (1850-1920)*. Rio de Janeiro. 1983. Dissertação de Mestrado em História UFRJ

\_\_\_\_\_. & FLORENTINO, Manolo & FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira (Séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998.

\_\_\_\_\_. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVII e XVIII). In: In: Fragoso, João. BICALHO, Maria Fernanda e COUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro. Cia Brasileira, 2001.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo Ática, 1974.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e Bairro Rural: Parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Ática, 1979.

FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentista*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

GODELIER, Maurice. *Racionalidade e Irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, s/d.

GUIMARÃES, Carlos Magno. & REIS, Liana Maria. *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. In: Revista do Departamento de História FAFICH/UFMG. 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metals e Pedras Preciosas*. In: História Geral da Civilização Brasileira: A época Colonial. São Paulo, Difel, Tomo I, volumeII, 1997.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Turismo e Esportes, 1993.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Comportamentos, recursos, processos antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas* São Paulo: UNESP, 1992.

LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do Celibato In: LIMA Lana Lage da Gama. *Mulheres, adúlteros e Padres: História e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JR., Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo. Editora da USP, 1978.

LUNA, Francisco Vidal Luna & COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

MARTINS, Valter. *Nem Senhores, Nem Escravos: Os pequenos agricultores em Campinas 1800-1850*. Campinas: área de Publicação CMU/UNICAMP, 1996.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

MATTOS, Hebe M. C. Campesinato e escravidão. In: SILVA, Francisco Carlos T. da. MATTOS, Hebe M. C. de. e FRAGOSO, João L. R. (orgs.) *Escritos sobre História e Educação: homenagem a Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, 2001.

\_\_\_\_\_. A escravidão Moderna nos quadros do Antigo Regime Português. In: Fragoso, João. BICALHO, Maria Fernanda e COUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo*

*Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro. Cia Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ao sul da História: lavradores livres e pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós Mattoso. *Bahia, século XIX: uma província no império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELLO e SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

METCALF, Alida Christine. *Families of planters, peasants and slaves: estratégias for survival in Santana do Parará, Brazil, 1720-1820*. Texas: University of Texas at Austin, 1983.

MONTEIRO; Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPAÑA, António Manuel (coord). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, vol.4, 1998.

MOTTA, Márcia Menendes. História social da agricultura revisitada: um diálogo com Maria Yeda Linhares. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; MATTOS, Hebe M. & FRAGOSO, João L. R. (orgs). *Escritos sobre História e educação: homenagem a Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

MOURA, Margarida M. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc, Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde A. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. USP, São Paulo, 1996, p.32 (Tese de Doutorado).

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

- PRADO JR., Caio. Formação de Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1981.  
*Relatos Sertanistas/Coletânea, Introdução e notas de Afonso de Taunay*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Usp, 1981.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases*. Simpósio Temático: Guerras e Alianças na História dos Índios – Perspectivas Interdisciplinares – In: XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Londrina. 2005. Texto disponível no site: [www.ifch.unicamp.br](http://www.ifch.unicamp.br).
- REVEL, Jacques. História ao Rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCWARTZ, Stuart B. Roceiros e escravidão alimentando o Brasil nos fins do período colonial. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SHANIN, Teodor. *La clase incómoda: sociologia política del campesinado em uma sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)* Madri: Alianza Editorial, 1983.
- SILVA, José Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas*. São Paulo: DH-USP, 1994. Dissertação de Mestrado.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade...estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de fora (1870-1920)*. Niterói: ICHF/UFF, 2003. (Tese de Doutorado)
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. v.1 , Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. v.2 Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VEIGA, José Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais; Fundação João Pinheiro. 1998.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais*. In: Revista Brasileira de História. Vol.17. nº 34. São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII*. Relatório de pesquisa.

VOLVELE; Michel. A longa duração .In: *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WOORTMANN, Ellen. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EDUNB, 1997.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antonio Manuel. (coord.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, vol.4, 1998.

ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Usp; 1951. (Tese de Doutorado).